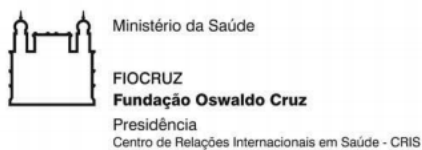


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 05/2023
29 de março a 11 de abril de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
11	Cem dias de política exterior no governo Lula e a saúde – <i>Paulo Buss</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
17	Carta a um amigo imaginário - <i>Santiago Alcázar</i>	
20	Destaques da Agenda da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU relacionados ao Direito à Saúde, Saúde Global e Diplomacia em Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
25	Em algum momento dos últimos 75 anos atingimos o completo bem-estar físico, mental e social? - <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão</i>	
29	A crise do lixo: Por que o ‘desperdício zero’ é mais que uma questão ambiental - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
38	Segurança humana, solidariedade e os desafios dos sistemas de saúde no Antropoceno - <i>Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa</i>	
43	Brasil e Organização Internacional do Trabalho (OIT) definem temas prioritários para novo programa de Cooperação Sul-Sul- <i>René Mendes</i>	
52	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
57	Saúde de mulheres e crianças: Estimativas globais sobre a infertilidade e a educação sob ataque - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
62	Os determinantes comerciais da saúde: o que são e como articular com os sistemas alimentares a nos organismos internacionais e dos governos nacionais - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana</i>	
72	UNESCO: O ODS 17 e a construção das parcerias - <i>Gisele Sanglard e Fabiane Gaspar</i>	
75	Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
81	Propriedade Intelectual e Mudança Tecnológica: Informe OMC, OMPI e UNCTAD - <i>Claudia Chamas</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
84	Da onipresente crise climática à descolonização da saúde pública: os relatos das OSC sobre um mundo em crise - <i>Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Maria Christina Silva Carneiro Nobre, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza</i>	
98	Dia Mundial da Saúde 2023: Os desafios para uma saúde realmente pública e os passos para transformar nossa realidade - <i>Armando De Negri Filho e Rafaela Venturella De Negri</i>	

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 107 Diplomacia da Saúde no Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 119 G7, G20 e OCDE: o Brasil ganha mais espaço nesses grupos de países - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 127 BRICS ultrapassa G7 no PIB, Brasil poderá aderir à ICR e a China não reage aos apelos do Ocidente para emparedar a Rússia - *Claudia Hoirsch*
- 133 Brasil: a retomada da liderança na diplomacia latino-americana - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 144 A saúde global e diplomacia da saúde: o contributo africano - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 158 Na Europa, a fronteira entre Rússia e Otan é duplicada com adesão da Finlândia - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 160 As nações da Ásia e Pacífico e região árabe se preparam para o HLPF 2023 - *Lúcia Marques*
- 168 Réciproque, stabilité, prospérité - *André Costa Lobato*
- 170 No front interno dos EUA - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 173

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 176

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – 177

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 05/2023 – 29 de março a 11 de abril de 2023

APRESENTAÇÃO

Cem dias de governo do presidente Lula em 10 de abril e decreto presidencial materializa um de seus compromissos (‘o Brasil está de volta’ na política exterior), ratificando o **retorno do Brasil à UNASUL** (União de Nações Sul-americanas). A **Organização Mundial da Saúde** cumpre **75 anos** de criação, comemorados a 7 de abril, dia mundial da saúde. Quinzena vibrante para a geopolítica sul-americana e para a saúde global.

Na política exterior, a mensagem “o Brasil está de volta” soou forte nos discursos e declarações de Lula, desde o primeiro momento após a vitória eleitoral, em 30 de outubro. Cumprindo tais compromissos, nos primeiros cem dias da política exterior da presidência Lula III o Brasil reingressou na CELAC e na UNASUL; participou da Cúpula de Ibero-américa, na República Dominicana; teve destacada participação no Comitê Executivo da OMS, onde apresentou inédita proposta de resolução sobre saúde dos povos indígenas e participa ativamente das discussões sobre o tratado sobre pandemias e da reforma do Regulamento Sanitário Internacional; o presidente visitou a Argentina, o Uruguai, os Estados Unidos e a China; até o final de abril visitará Portugal e Espanha; foi convidado para participar da reunião do G7, em maio, em Hiroshima, depois de mais de 10 anos de ausência; prepara-se para assumir a presidência *pro tempore* do Mercosul, em junho, e participa da reunião CELAC-União Europeia, em julho; anuncia a Cúpula da Amazônia para agosto, quando também viaja para a África e participa de Cúpula da CPLP. Extraordinário desempenho. Saúde esteve e estará presente em todas estas iniciativas.

Buss traz artigo sobre os **100 dias da saúde na política exterior do governo Lula**, incluindo a reinserção do Brasil na **UNASUL**, por meio do decreto 11.475, de 6/04/2023 que promulga seu Tratado Constitutivo, e o depósito do instrumento de ratificação brasileira ao mesmo junto aos Estado-membros, entrando em vigor para o Brasil em 6/05/2023. Ressalta a importância que tiveram *Conselho de Saúde da UNASUL* e o *Instituto Sul-americano de Governo em Saúde (ISAGS)*, assim como especula sobre possíveis prioridades e um esquema de governança que considere a complexidade organizacional hoje vigente no cenário latino-americano. A *política ambiental nos 100 dias de governo Lula*, pelas estreitas relações que mantém com a saúde humana, vem tratada no capítulo dedicado à saúde e ambiente neste Caderno. Outros analistas, nos respectivos informes, também tratam das ações de política exterior do início do governo Lula.

Por meio de uma “*Carta a uma amigo imaginário*”, **Alcázar** retorna com suas linhas sempre críticas e criativas, e desta vez indignadas, à análise das questões marcantes do cenário global, fazendo o contraponto entre as iniciativas programadas pelas **Nações Unidas** no complexo cenário que mescla as iniciativas pela retomada da Agenda 2030, a guerra da Ucrânia e outros temas conflitivos.

De Negri Filho dá sequência no processo de análise dos relatórios adotados na 52ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, concluída em 27 de março de 2023, organizados em blocos de temas de interesse para a saúde global e a diplomacia em saúde, com o objetivo de facilitar e estimular a leitura. Os temas tratados no CDH estão em processo de

densificação na aplicação dos direitos já estabelecidos, com propostas de avanços em sua definição material ou podem ser fronteiras de novas dimensões de direitos ou de suas garantias.

Um primeiro bloco está relacionado às políticas, sistemas e serviços que atendam às populações com perdas de capacidades por envelhecimento ou patologias, e garantam seus direitos. Um segundo bloco integra iniciativas que apontam grupos de população e suas necessidades frente às ameaças ambientais e climáticas, ao direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, assim como o impacto da não garantia desses direitos para mulheres e meninas, populações em situação de vulnerabilidade e a ligação entre crise climática e direito à moradia. Também se destaca o tema ambiental na prevenção a futuras pandemias.

O autor sinaliza, ainda, as violações e abusos dos direitos humanos enraizados em práticas nocivas e estigmatização relacionadas a acusações de bruxaria e ataques rituais, com projeções no campo da saúde, em particular da saúde mental e dos elementos culturais e religiosos. Finalmente, destaca o informe sobre processamento de dados pessoais coletados por entidades públicas no contexto do Relatório da pandemia de Covid-19 da Relatora Especial sobre o direito à privacidade.

Os relatórios listados acima foram adotados sem votação, parecendo que se inscrevem em temas de aceitação moral geral, embora frequentemente apresentem conflitos com a ordem hegemônica internacional, como também podem ser cooptáveis por esta mesma hegemonia. Não ocorre assim com temas que questionam diretamente os núcleos vivos de conflito sobre o direito ao desenvolvimento, a estrutura financeira internacional, o sistema de dívidas, fluxo de capitais financeiros e medidas coercitivas unilaterais, todas votações que aprovaram por maioria do Sul Global relatórios contestados pelo Norte Global. Temas que o autor promete problematizar no próximo fascículo do Caderno.

Ao completar seu aniversário de *75 anos* de constituição, a **Organização Mundial da Saúde** ainda enfrenta alguns problemas que estão longe de serem resolvidos. A perspectiva de tempo de ação, escopo de atuação, financiamento e interesse das muitas partes envolvidas ainda coloca a população global em situação de vulnerabilidade. Uns mais, outros menos. COVID-19, conflitos armados, crises migratórias, mudanças climáticas e determinantes comerciais de problemas de saúde, como alimentos não saudáveis e tabaco, oferecem lembretes reais de como nossas vidas são precárias e como, sem compromisso constante com o avanço de nosso bem-estar coletivo, aqueles mais vulneráveis permanecerão em maior risco. Grandes desafios permanecem. A pandemia de Covid-19 escancarou o quanto a comunidade global segue despreparada e como o impacto é desigual. À luz de mudanças no Regulamento Sanitário Internacional e da construção de um instrumento pandêmico, para **Reges, Bermudez e Galvão**, ainda é necessário estruturar e fomentar a capilaridade de ações da Organização e melhorar articulações multilaterais, estimulando a solidariedade global.

O setor de resíduos contribui significativamente para a tripla crise planetária e impacta vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, segundo **Magalhães e Galvão**, nossos analistas do *cluster* de **ambiente e saúde**. *O desperdício zero, ou resíduo zero*, é uma abordagem holística que não se limita apenas às questões ambientais, mas também considera os impactos sociais e econômicos porque tem um impacto significativo na distribuição global de recursos e afeta especialmente as comunidades vulneráveis. A exportação de resíduos para países em desenvolvimento pode ter impactos negativos na saúde e no bem-estar dessas comunidades. No Dia Internacional do Desperdício - Resíduo Zero discutiu-se a necessidade de adotar uma economia circular, centrada na redução de resíduos e na reutilização de materiais, com produtos

e seus componentes mantidos em uso pelo maior tempo possível. A redução do desperdício pode economizar recursos valiosos e contribuir na redução de resíduos produzidos, evitando que materiais perigosos entrem no meio ambiente, além criar oportunidades de crescimento econômico, criação de empregos e inovação.

Mendes informa que o Governo do Brasil e a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** realizaram, no último dia 4 de abril, jornada estratégica de diálogos sociais tripartites com o objetivo de identificar e definir os temas prioritários para a nova fase do *Programa de Parceria Brasil - OIT para Promoção da Cooperação Sul-Sul 2023-2027*. A erradicação do trabalho infantil e escravo, segurança e saúde no trabalho, equidade de gênero, de raça, geracional e promoção da igualdade no mundo do trabalho e proteção social estão entre as áreas de atuação previstas para o próximo ciclo da Parceria.

Kastrup e Paes analisam documento do **PNUD** que alerta sobre a necessidade de se considerar a solidariedade para se enfrentar os dilemas na segurança humana postas pelo Antropoceno, uma realidade que incentiva o debate sobre a construção de sistemas universais de saúde e afirma o SUS como um modelo capaz de inspirar reformas setoriais em outros países.

França e grupo de trabalho sobre **migração, refugiados e saúde global** destacam um projeto interdisciplinar cujo objetivo é produzir dados sobre a saúde sexual e reprodutiva enfrentados por mulheres e adolescentes que migraram, na América Central e do Sul. No Brasil, o grupo escolhido foi a de migrantes venezuelanas. **OBMigra** lançou novo relatório com atualização das migrações no Brasil para o mês de fevereiro. A estratégia da interiorização, que é um pilar da Operação Acolhida, tem como objetivo apoiar os venezuelanos após chegarem em Roraima a conseguirem emprego em outras cidades brasileiras.

Na área de **saúde das mulheres, crianças e adolescentes** ocorreu o lançamento de um novo relatório da **OMS** com estimativas globais sobre *infertilidade*, que afeta uma em cada seis pessoas no mundo. **Massari** também aponta que o **UNICEF** discutiu a insegurança nas escolas e universidades em locais de conflito armado e relembrou a *Declaração de Escolas Seguras*, endossada por 117 estados-membros desde 2015.

Nilson, Oliveira e Silva, Ell e Ubarana discutem os *determinantes comerciais da saúde*, tratando dos conceitos adotados pela OMS e sua revisão recente na literatura científica, particularmente nas agendas de **saúde e de segurança alimentar e nutricional**. Esses determinantes englobam as condições, ações e omissões dos atores comerciais que afetam a saúde, seja de forma benéfica ou maléfica. A partir disso, é fundamental incorporar a discussão da saúde planetária e articular as agendas intersetoriais globais e nacionais para que essa abordagem dos determinantes comerciais, agora de saúde e de segurança alimentar e nutricional, esteja também presente na transformação dos sistemas alimentares.

Sanglard e Gaspar destacam as parcerias com as quais a **UNESCO** estrutura todas suas ações de parcerias para a implementação das metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS 17) e suas interfaces com as áreas de competência da agência. Destacam alguns exemplos que demonstram a contribuição da Organização para o alcance dos demais ODS da Agenda 2030, particularmente nas parcerias construídas pela UNESCO para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que todas as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Na análise que faz sobre Instituições Financeiras Multilaterais, **Cazumbá** traz informações sobre o **FMI** e a adequação de recursos de seus mecanismos; as atualizações

econômicas regionais do **Banco Mundial** e a acreditação do **BID** como parceiro do Green Climate Fund.

O Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota foi designado como Representante Permanente do Brasil junto à **Organização Mundial do Comércio** e demais organizações econômicas sediadas em Genebra. De 24 a 28 de abril de 2023, a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** realizou a Trigésima Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual e discutiu o Relatório do sobre a Implementação da Agenda de Desenvolvimento. Para **Chamas**, o Relatório de Tecnologia e Inovação 2023 da **UNCTAD** chama a atenção para o aumento da desigualdade econômica provocada pelo desenvolvimento das tecnologias verdes, da inteligência artificial, da Internet das Coisas e dos veículos elétricos, cujos benefícios serão colhidos em boa parte pelos países desenvolvidos.

O grupo liderado por **Souza** monitorou 42 Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado, das quais 32 apresentaram manifestações relevantes. Três temas tiveram maior destaque durante o período: crise climática; guerras, conflitos e crises humanitárias; e doenças infecciosas.

No que concerne à crise climática, as OSC evidenciam a interdependência entre a saúde humana e o meio ambiente. Sobre os conflitos, destacam os efeitos sobre a saúde e sobre os serviços de saúde. O tema das doenças infecciosas ganhou destaque especial pela passagem do 24 de março, Dia Internacional da Tuberculose.

A força de trabalho em saúde foi objeto de várias manifestações das OSC, motivadas pela realização do 5º Fórum Global da OMS sobre Recursos Humanos para a Saúde, em Genebra, nos dias 3 a 5 de abril. Outros temas abordados incluíram a denúncia das iniquidades de saúde, em diferentes contextos, a busca pela igualdade gênero, a luta contra as doenças negligenciadas e a resistência microbiana, a imunização e a saúde mental. Observou-se ainda uma discussão maior do setor privado em relação a doenças infecciosas, vacinas e tecnologias de saúde.

Uma novidade digna de nota foi a menção, por algumas OSC, à descolonização da saúde pública que, embora não seja uma questão absolutamente nova, não tinha ainda sido registrada nesses informes.

Utilizando a constituição da OMS, em conexão com o Dia Mundial da Saúde, **De Negri Filho & De Negri** analisam os principais desafios à construção e solidificação da saúde pública global. A pobreza como desigualdade social, os sistemas de saúde e seus trabalhadores, a informação e as *fake news* e a austeridade fiscal e suas políticas econômicas de cortes em seguridade social são explorados como os desafios seculares que são; o informe culmina neste último aspecto, explorando o uso desequilibrado da austeridade como algoz de um sistema social diferencial, que poderia ser construído a partir de uma nova abordagem econômica que lidasse com as crises estruturais causadas e causadoras da instabilidade econômica que permeia e dita as políticas da equidade social, da saúde, da informação e do desenvolvimento. Com o artigo, os autores procuram dar sequência aos debates realizados no Seminário Internacional do CRIS de 05 de abril de 2023 sobre os conflitos entre a saúde das pessoas e a ordem econômica internacional, sob o enfoque dos direitos humanos.

Ungerer, no seu artigo sobre **Sul Global**, informa que a diretora do **UNOSSC**, esteve com o representante especial de coordenação da Presidência do G77 + China, para discutir as prioridades do Grupo, incluindo financiamento para cooperação Sul-Sul, vacinas, preparação para pandemias e mudança climática. Ainda na agenda, a esperada **21ª Reunião do Comitê de**

Alto Nível de Cooperação Sul-Sul que será realizada no final de maio; a *Cúpula de Ciência, Tecnologia e Inovação*, a ser realizada em setembro, em Havana; e a tão esperada *3ª Cúpula do Sul* em dezembro, a ser realizada em Uganda.

O **G77 e a China** destacaram a importância de um código de conduta para a integridade da informação em plataformas digitais e a necessidade de combater a desinformação e distinguir fato de ficção. O Grupo destacou o plano de ação de Madri sobre o Envelhecimento, que destaca os desafios de uma sociedade envelhecida, tais como seus direitos humanos e a promoção de seu bem-estar. E contribuíram para a reunião do ECOSOC sobre cooperação fiscal internacional que carece de inclusão e eficácia já que esta foi estabelecida em 1920 e não condiz com a situação mundial vigente.

Quanto ao **MNA**, o presidente do movimento declarou, no Dia Mundial da Saúde em 7 de abril, que seu país atribui grande importância à implementação do ODS 3 e que tem adotando uma ação consistente e orientada para resultados em nível nacional. Com o apoio da OMS, o Azerbaijão, tem demonstrado liderança global no combate à pandemia de Covid-19. Já o movimento Jovem do MNA organizou uma cúpula de inovação dos BRICS com o objetivo de apoiar e capacitar jovens empreendedores destes países e que somente nesta primeira edição recebeu mais de 40 projetos.

Os destaques do **Centro Sul** foram a publicação de um documento de pesquisa instigante, intitulado “De onde vem e para onde vai o dinheiro da saúde no mundo”; a coorganização de uma sessão no HRC52 sobre o direito dos camponeses e trabalhadores rurais; apoiaram as demandas dos países em desenvolvimento na Reunião Especial sobre Cooperação Internacional em assuntos tributários e foram firmes sobre a necessidade de acabar com o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba.

Ausente desde 2009, o Brasil voltou a ser convidado para reunião de cúpula do **G7**, informam **Burger, Esteves e grupo**. Guerra da Ucrânia, não-proliferação nuclear e mudanças climáticas devem ser os temas prioritários da agenda do encontro de Hiroshima. O **G20** inaugura o diálogo sobre um dos novos temas introduzidos pela presidência indiana: a redução de riscos de desastres. Encontros na agenda de desenvolvimento alcançaram consenso e avançaram na consolidação das prioridades do G20 neste ano, principalmente sobre a aceleração do progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A **OCDE** teve discussões voltadas à pauta da tecnologia e do mundo digital, em especial o tópico inteligência artificial. Outros destaques na produção da organização foram de temas variados, desde estudo sobre desigualdades e a pandemia de Covid-19 até a atualização de fevereiro de 2023 de seu índice de Preços ao Consumidor. Por fim, pequenas atualizações sobre a relação entre o Brasil e a OCDE.

Segundo **Hoirisch**, em 2020 a dinâmica de poder G7-BRICS se inverteu quando o PIB dos **BRICS** ultrapassou o do G7 em US\$PPC na participação do PIB global. Após ampliação, espera-se que até 2030 o BRICS contribua com mais de 50% do PIB global. O Grupo tem se movimentado como alternativa ao G7, ao criar seu Banco e o Arranjo Contingente de Reservas para prestar apoio a seus membros e países que tiveram experiências dolorosas com os programas de ajuste estrutural e medidas de austeridade do FMI. Esse motivo despertou interesse em outros países a entrar no grupo. A expansão do grupo e a criação de uma moeda de reserva internacional (R5) serão abordados na próxima Cúpula, mas China, Rússia e Brasil têm tentado desde já implantar mecanismos que excluam o dólar como forma de pagamento para reduzir a influência político-econômica dos EUA pelo mundo e driblar eventuais sanções de WA. Amorim, assessor especial

do presidente Lula para política exterior, viajou à Rússia para prospectar cenários visando uma negociação de paz no contexto da Guerra da Ucrânia. A visita de Lula à China foi adiada, mas trouxe a vantagem de ocorrer depois do encontro de Macron e von der Leyen com Xi, quando o cenário estiver mais claro quanto ao papel de Pequim numa possível intermediação Kiev-Moscou. Moscou declarou que aprecia os esforços de paz do Brasil e China e em 17/4, Lavrov está sendo esperado no BR. Na visita de Lula à China, há chances de o Brasil assinar um Mde para ingressar na ICR (Nova Rota da Seda), uma das exigências de Xi nas tratativas para se chegar à versão final do comunicado oficial.

No informe sobre diplomacia da saúde na **América Latina e Caribe**, os analistas **Tobar, Minayo e Silva** apresentam breve análise dos 100 dias do novo governo brasileiro e da retomada do país como um potencial líder da diplomacia latino-americana. Traz também o anúncio e preparativos para a *Cúpula Amazônica*; a pretensão de rever o texto do *Acordo UE – Mercosul* pelo governo Lula e proteger política nacional de inovação e tecnologia em saúde. Destaca-se, ademais, eventos importantes no âmbito da *ORAS-CONHU*, *SE-COMISCA*, *SELA* e *SEGIB*. Por fim, observasse com atenção a reta final das eleições presidenciais do Paraguai.

A **União Africana** lança diálogo para o financiamento da nutrição e segurança alimentar para a eliminação da desnutrição em todas as suas formas, rubricando acordo com a Nutrition International de redução da desnutrição em meninas adolescentes. **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** informam ainda que este ano marca o aniversário da Fundação para o Fortalecimento de Capacidades em África, criada para contribuir para o processo de desenvolvimento por meio do fortalecimento do capital humano, da criação de instituições e da partilha de conhecimentos. A Guiné Equatorial continua enfrentando a epidemia de Marburgo com mais vítimas mortais. O **CDC África** lança bolsas de estudo em Genômica e Bioinformática para a capacitação de profissionais de saúde pública em todo o continente. O Conselho de Ministros da **SADC** reuniu-se e deliberou sobre a industrialização para um crescimento econômico inclusivo e resiliente. Para conter o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, a SADC fortalece mecanismo de convergência de políticas e práticas regulatórias contra o fenómeno que grassa nessa região. A **CCARDESA** e seus parceiros realizaram treinamento sobre agricultura inteligente ao clima no Zimbábue. A **COMESA** e o Governo do Zimbábue assinaram acordo para um mercado transfronteiriço que propiciem renda para comerciantes essencialmente mulheres.

Os destaques de **Freire** para a quinzena na **Europa**, são a adesão da Finlândia à Otan, que duplica as fronteiras entre a Aliança Militar e a Rússia e a visita à China, feita pela presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen e pelo presidente francês, Emmanuel Macron. No dia mundial da tuberculose, o diretor-regional da **OMS Europa**, Hans Kluge, repercute relatório que atesta o aumento da mortalidade pela doença.

Marques mostra que as nações da **Ásia e Pacífico e da região árabe** se preparam para o High Level Political Forum (HLPF) que acontecerá em julho. Dos 41 países que apresentarão suas revisões (VNR) para implementação da Agenda 2030, 15 são dessas regiões. Este ano, os ODS em revisão (ODS 6 – Água Potável e Saneamento; ODS 7 – Energia Limpa e Acessível; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis; ODS 17 – Parceiros para os Objetivos) são estratégicos para as duas regiões que sofreram estagnação ou retrocessos com a pandemia da Covid-19, vivem a crise econômica e as consequências das mudanças climáticas. Segundo a analista, são áreas de oportunidades para os países de ambas as regiões para recuperação pós-Covid sustentável, para cooperação regional e inter-regional e para inclusão e igualdade de gênero. Em ambos os fóruns regionais preparatórios, a ausência de

dados e/ou falta de sistematização dos dados, dificultam a elaboração de políticas públicas e de planos de ação. No Tabuleiro da Geopolítica, a Cúpula para Democracia de Biden foi mais uma peça do jogo estratégico para garantir seus próprios interesses (dos EUA), principalmente contra Rússia e China. Mais do que a agenda em debate, a lista de convidados deixou claro as intenções da América.

A visita de Macron à **China** e as especulações sobre a capacidade francesa de liderar a Europa com alguma autonomia estratégica em relação a agenda estadunidense é o tema de **Lobato** neste informe da quinzena. O analista promete tratar da visita de Lula à China no seu próximo informe.

Galvão informa que nos **Estados Unidos da América**, de 3 a 9 de abril, foi comemorada a 28ª National Public Health Week - NPHW (Semana Nacional de Saúde Pública) e que a epidemia de *overdose* de opiáceos é uma das maiores crises de saúde pública do país.

Encerramos este fascículo com uma mensagem de esperança na integração sul-americana, com a retomada da UNASUL, pela história positiva na sua primeira fase, e pela importância que poderá ter uma 'Unasul Saúde' na melhoria da saúde da população da região.

Rio de Janeiro, Manginhos, 13 de abril de 2023

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(com Erica Kastrup)

Cem dias de política exterior no governo Lula e a saúde

Paulo M. Buss

Ao completar 100 dias de governo do presidente Lula, podemos afirmar, sem receio, que ‘o Brasil está de volta’ de inúmeras formas, inclusive na sua política exterior e na diplomacia da saúde. Desde o **discurso de posse**¹, confirmado pela **mensagem presidencial ao Congresso Nacional**², a saúde e a recuperação do SUS aparecem como prioridades do novo governo. Este último documento reafirma que a **área social** será reforçada para que os compromissos assumidos pelo Presidente sejam cumpridos: superar a fome, melhorar a qualidade da educação básica e fortalecer o Sistema Único de Saúde.

Na política exterior, a mensagem “o Brasil está de volta” soou forte nos discursos e declarações de Lula, da posse até aqui. Cumprindo tais compromissos, nos primeiros cem dias da presidência Lula III o Brasil reingressou na CELAC e na UNASUL; teve destacada participação no Comitê Executivo da OMS, onde apresentou inédita proposta de resolução sobre saúde dos povos indígenas e participa ativamente da elaboração de um tratado sobre pandemias e da reforma do Regulamento Sanitário Internacional; o presidente visitou a Argentina, o Uruguai, os Estados Unidos e a China; até o final de abril visitará Portugal e Espanha; foi convidado para participar da reunião do G7, em maio, em Hiroshima, depois de mais de 10 anos de ausência; prepara-se para assumir a presidência *pro tempore* do Mercosul, em junho, e participa da reunião CELAC-União Europeia, em julho; anuncia a Cúpula da Amazônia para agosto, quando também viaja para a África e participa de Cúpula da CPLP. Extraordinário desempenho. Saúde esteve e estará presente em todas estas iniciativas.

Relações Exteriores

Presidente Lula e ministro Mauro Vieira tiveram intensa agenda internacional

Contatos diplomáticos

Presidente Lula:

■ **16** reuniões de trabalho com chefes de Estado e governo

■ **14** telefonemas com chefes de Estado e governo

Ministro Mauro Vieira:

■ **65** encontros com 51 ministros das Relações Exteriores. Ou seja, em alguns casos, houve mais de uma reunião

■ **10** agendas de trabalho com ministros estrangeiros de outras áreas ou dirigentes de organismos internacionais

■ **5** encontros com chefes de Estado ou governo em que esteve representando o Brasil sozinho

Viagens internacionais do presidente Lula já realizadas e as previstas até o fim do ano

■ Janeiro

Argentina e Uruguai

■ Fevereiro

Estados Unidos

■ Março

Lula iria para a China, mas a viagem foi adiada para abril

■ Abril

China, Espanha e Portugal

■ Maio

Reunião do G7, no Japão

■ Junho/Julho

Reunião do Mercosul na Argentina

Encontro entre os países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e

Caribenhos (Celac) e da União Europeia

Reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Viagem à África

■ Agosto

Reunião do Brics na África do Sul

Brasil organiza em Belém reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

■ Setembro

Reunião do G20 na Índia e

Assembleia-Geral da ONU em Nova York

■ Novembro

COP nos Emirados Árabes Unidos

Fonte: Itamaraty e levantamento do Valor

¹ Ver: <https://lula.com.br/discurso-de-posse-lula-2023/>

² Ver: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/mensagem-presidencial-ao-congresso-nacional-2023/mcn-2023-digital-web-arte-final.pdf>

A ministra Nísia manifestou no seu discurso de posse que *“o Brasil está de volta. O Ministério da Saúde (MS) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) são os espaços estruturantes da governança da diplomacia da saúde no governo federal, onde é imprescindível, no campo político, coordenar as posições para a participação coerente do Brasil nos diversos espaços políticos globais, regionais e sub-regionais antes mencionados, e em muitos outros, nos quais a saúde está presente. Outra dimensão essencial na diplomacia da saúde é a cooperação internacional. No campo político, a orientação é recuperar o protagonismo do Brasil no espaço da saúde global e regional, valendo-se dos princípios da construção de soluções comuns, da solidariedade internacional e da equidade na saúde.”*

Na Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil participou como membro titular do Comitê Executivo em Genebra, de 30 de janeiro a 7 de fevereiro, onde propôs uma inédita resolução sobre *“Saúde dos Povos Indígenas”*, a ser examinada na Assembleia Mundial da Saúde (maio de 2023), na qual pede um plano mundial para a proteção e atenção à saúde destes povos que sofrem maiores taxas de morbimortalidade e têm a atenção à saúde mais prejudicadas. O Brasil apoiou também a priorização da agenda dos determinantes sociais da equidade na saúde, ao debater resolução específica sobre o tema, e deve anunciar, por ocasião da Assembleia, a instalação da Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde, proposta também contida no documento de transição de governo na área da saúde, que vem evoluindo para a criação de uma instância sobre ‘saúde e outras políticas’, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social / Comissão Nacional do Desenvolvimento Sustentável.

A Delegação Brasileira em Genebra (DELBRASGEN), apoiada pelo Ministério da Saúde e a Fiocruz (por meio do CRIS e do Grupo de Trabalho Fiocruz-USP) tem participado ativamente de dois processos-chave para a governança da saúde global em curso na OMS, quais sejam, o Tratado (ou outro instrumento) sobre Pandemias e a reforma do Regulamento Sanitário Internacional, sobre os quais tem sido produzidos informes fascículos quinzenais dos Cadernos³, aos quais remetemos o leitor, como também ao site do GT Fiocruz⁴.

Da visita à Argentina, o Ministério da Saúde trouxe importante acordo de cooperação em saúde firmado pelas ministras Nísia Trindade e Carla Vizzotti, que já se implementa em alguns de seus componentes. Na outra ponta das prioridades, a Ministra Nísia participou, no dia 9 de março de 2023, da IV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da CPLP, na qual foi aprovado o *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP, 2023-2027)*⁵. O PECS-CPLP representa um compromisso coletivo de cooperação horizontal e estruturante entre os Estados-Membros da CPLP no setor da saúde.

Diversos acordos bilaterais de cooperação em saúde já foram assinados, como o resultante da comissão mista Brasil-Angola. Na visita de Estado à China, de 11 a 15 de abril, estão sendo firmados Memorandos de Entendimento no campo das doenças infecto-parasitárias, entre a Fiocruz e a Academia Chinesa de Ciências. Muitos outros acordos já firmados ou em fase de negociação estão no radar, por meio da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AISA) do MS.

³ Ver os fascículos 1 a 5 de 2023 dos Cadernos em: <https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

⁴ Silva AP, Cá T, Mahoche M e Rosenberg F. A saúde global e diplomacia da saúde: O contributo africano. *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde 03/2023*, pp. 172-174, 2023. Acesso: <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-03-2023>

⁵ Ver: <https://saudeglobal.org>

O retorno à UNASUL

A última boa nova vem a ser a restauração da UNASUL. Valendo-se do decreto 11.475⁶, de 6 de abril de 2023, Lula promulgou o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, firmado pela República Federativa do Brasil, em Brasília, em 23 de maio de 2008, no seu segundo mandato. O Congresso Nacional havia aprovado o Tratado por meio do Decreto Legislativo 159, de 13/07/2011, mas, atendendo ao rito ainda não cumprido, o Governo brasileiro só depositou o instrumento de ratificação ao Tratado junto aos Estado-membros da União de Nações Sul-Americanas, agora em 6 de abril de 2023, entrando em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, em 6 de maio de 2023.

O retorno à UNASUL era um dos compromissos a ser cumprido dentro dos primeiros 100 dias de governo e o foi, 4 dias antes. A UNASUL está formalmente constituída pelos 12 países sul-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Sua criação invocou a história compartilhada e solidária das nações que a integram, multiétnicas, plurilíngues e multiculturais, e que lutaram pela emancipação e unidade sul-americanas, segundo o preâmbulo.

Está nas pretensões do Tratado Constitutivo da UNASUL construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe. Declara o Tratado que a integração e a união sul-americanas são necessárias para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e o bem-estar de seus povos, assim como para contribuir para resolver os problemas que ainda afetam a região, como a pobreza, a exclusão e a desigualdade social persistentes.

As nações signatárias entendem que a integração é um passo decisivo rumo ao fortalecimento do multilateralismo e à vigência do direito nas relações internacionais, para alcançar um mundo multipolar, equilibrado e justo, no qual prevaleça a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz em um mundo livre de armas nucleares e de destruição em massa.

Seus princípios basilares, estabelecidos no Tratado, incluem: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável. O Tratado ratifica que a plena vigência das instituições democráticas e o respeito irrestrito aos direitos humanos são condições essenciais para a construção de um futuro comum de paz e prosperidade econômica e social e o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Membros da UNASUL.

O artigo 3 do Tratado define os objetivos da UNASUL, entre os quais se encontra o *acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde*, ao lado de um conjunto amplo de objetivos de impressionante atualidade, que são efetivamente ‘determinantes socioeconômicos e ambientais da saúde’:

a) o fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da UNASUL no cenário internacional;

⁶ Ver: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.475-de-6-de-abril-de-2023-475785647>

b) o desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão para erradicar a pobreza e superar as desigualdades na região;

c) a erradicação do analfabetismo, o acesso universal a uma educação de qualidade e o reconhecimento regional de estudos e títulos;

d) a integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região;

e) o desenvolvimento de uma infraestrutura para a interconexão da região e de nossos povos de acordo com critérios de desenvolvimento social e econômico sustentáveis;

f) a integração financeira mediante a adoção de mecanismos compatíveis com as políticas econômicas e fiscais dos Estados Membros;

g) a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos ecossistemas, assim como a cooperação na prevenção das catástrofes e na luta contra as causas e os efeitos da mudança climática;

h) o desenvolvimento de mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, alcançando assim uma integração equitativa;

i) a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana;

j) o acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde;

k) a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e a harmonização de políticas;

l) a cooperação econômica e comercial para avançar e consolidar um processo inovador, dinâmico, transparente, equitativo e equilibrado que contemple um acesso efetivo, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico que supere as assimetrias mediante a complementação das economias dos países da América do Sul, assim como a promoção do bem-estar de todos os setores da população e a redução da pobreza;

m) a integração industrial e produtiva, com especial atenção às pequenas e médias empresas, cooperativas, redes e outras formas de organização produtiva;

n) a definição e implementação de políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios;

o) a promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, para o fortalecimento de suas identidades;

p) a participação cidadã, por meio de mecanismos de interação e diálogo entre a UNASUL e os diversos atores sociais na formulação de políticas de integração sul-americana;

q) a coordenação entre os organismos especializados dos Estados Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras ameaças, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a deminagem;

r) a promoção da cooperação entre as autoridades judiciais dos Estados Membros da UNASUL;

s) o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa;

t) a cooperação para o fortalecimento da segurança cidadã, e

u) a cooperação setorial como um mecanismo de aprofundamento da integração sul-americana, mediante o intercâmbio de informação, experiências e capacitação

Lula restitui aos brasileiros as esperanças contidas nos nobilíssimos estamentos estabelecidos no preâmbulo e nos objetivos do Tratado. Para não esquecer, princípios esgarçados pelos governos conservadores de Bolsonaro, Macri, Piñera e Duque, numa malfadada tarde de abril de 2019, em Santiago do Chile, quando liquidaram a UNASUL.

Certamente estarão com Lula nesta histórica reconstrução: Fernandez, da Argentina; Boric, do Chile; Arce, da Bolívia; Petro, da Colômbia; Maduro, da Venezuela; Santokhi, no Suriname; Ali, na Guiana; como também Benítez, do Paraguai; Lacalle, do Uruguai; Lasso, do Equador; e Boluarte, do Peru.

As bases para a institucionalidade da Unasul estão contidas no texto do Tratado. Entretanto, enquanto alguns países preferem um bloco com instituições, sede e uma infraestrutura, outros são favoráveis a um esquema mais simples, similar ao da Celac.

Desde seus primórdios, a saúde teve grande destaque, com a criação do **Conselho de Saúde da UNASUL**, e do **Instituto Sul-americano de Governo em Saúde (ISAGS)**^{7,8}. No artigo de Buss e Ferreira⁵, de 2010, descrevem-se os objetivos, a composição e a estrutura do Conselho, bem como é apresentada a *agenda sul-americana de saúde* com seus 5 componentes: 1) elaborar a Política Sul-americana de Vigilância e Controle de Eventos em Saúde; 2) desenvolver sistemas universais de saúde; 3) promover o acesso universal a medicamentos e outros insumos para a saúde e desenvolver o complexo produtivo da saúde na América do Sul; 4) promover a saúde e enfrentar de forma conjunta seus determinantes sociais; e 5) desenvolver recursos humanos em saúde. Poderíamos esperar algo mais atual?

A destruição da UNASUL, e a conseqüente desativação de ambas estruturas, trouxe imensos prejuízos para a saúde de todos e cada um dos sul-americanos, o que pode ser medido pelo mais que terrível impacto da pandemia de Covid-19 na região.

Mas a UNASUL sobreviveu nos corações e mentes dos sul-americanos. A saúde estará certamente presente nestes novos tempos, trazendo esperanças de uma cooperação estruturante que contribua para a construção de sistemas de saúde mais equitativos, para a cooperação técnico-científica em saúde, para a promoção da saúde, para o controle de doenças infecciosas de potencial pandêmico, entre tantos outros objetivos impostergáveis na região.

De outro lado, como escrevemos no artigo *“Diplomacia da saúde em um novo multilateralismo na América Latina”*⁹, no *Le Monde Diplomatique Brasil*, considerando a existência de um importante conjunto de organismos multilaterais regionais e sub-regionais que

⁷ Buss, PM e Tobar, S. Health Diplomacy in the Political Process of Integration in Latin America and the Caribbean. *The Oxford Research Encyclopedia of Public Health*. Published online: 26 April 2018 <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190632366.013.24>

⁸ Buss, PM; Ferreira, JR. Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul: As experiências da UNASUL Saúde e do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS)* 4 (1): 81-93, Mar. 2010, Acesso: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/712/1357>

⁹ Buss, PM; Alcázar, S; e Tobar, S. Diplomacia da saúde em um novo multilateralismo na América Latina. *Le Monde Diplomatique* online 08/11/2022. Acesso: <https://diplomatique.org.br/diplomacia-da-saude-em-um-novo-multilateralismo-na-america-latina/>

têm ativamente a saúde entre seus objetivos, há que pensar numa nova institucionalidade da governança da diplomacia na região.

Assim, reconhecendo-se a importância e experiência de organismos regionais do sistema interamericano – a CEPAL na esfera econômico-social e do desenvolvimento, e a OPAS na esfera da saúde – é lógico que elas sejam os *locus* políticos e técnicos a ancorar os processos de negociação e implementação da cooperação socio-sanitária. De outro lado, a harmonização de agendas de cooperação em saúde entre os diversos entes multilaterais sub-regionais – Celac, Mercosul, Organismo Andino de Saúde, Conselho Centro-americano de Ministros da Saúde (Comisca) e, agora, com uma Unasul Saúde recriada – seria extremamente benéfica para alcançar objetivos relevantes na cooperação para o desenvolvimento e a saúde. A realização de uma ampla reunião de consulta entre estas entidades, governos nacionais e sociedade civil, ancorada pela Cepal e OPAS, poderia ser um começo promissor.

Finalmente, não é menos importante sinalizar que a comunidade da saúde pública brasileira e os centros e profissionais envolvidos com a saúde global e a diplomacia da saúde da região, caso da Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG) estão prontas para colaborar na reconstrução da integração sul-americana em saúde.

Carta a um amigo imaginário

Santiago Alcázar

Meu caro,

Escrevo desde Córdoba, ainda recém-chegado. Havia pedido ao Paulo um tempo de afastamento das atividades do CRIS. Tenho que me instalar e vestir novas funções tão diferentes daquelas que foram, nos últimos quatro anos, segunda natureza.

Leio distraído as notícias. Uma, recentemente, despertou em mim indignações, justas ou injustas, mas legitimamente minhas. De que se trata?

Em fevereiro deste ano, o Secretário-Geral, Antônio Guterres, convidou os delegados junto à AGNU a se pronunciarem sobre a Cúpula do Futuro, que deverá realizar-se em setembro de 2024. Como vocês sabem, essa Cúpula foi ideia do Guterres logo após a sua reeleição, em seguimento ao celebrado relatório “A nossa Agenda Comum”, lançado em agosto de 2021¹⁰. O relatório e a Cúpula seriam como a marca do Zorro de Guterres, a sua marca indelével. O relatório, no entanto, é uma espécie de reinvenção da roda. A ideia por trás de Nossa Agenda Comum é acelerar a implementação dos acordos existentes, incluindo a Agenda 2030 e os seus ODS. A palavra chave no relatório é acelerar, mas é um pouco absurda uma vez que esses acordos são letra morta, ainda que conservados em formol. Toda resolução, toda declaração, todo texto consensualmente acordado os recorda por dever de ofício, mas estão mortos. Seria mais honesto que se fizesse menção à necessidade de ressuscitá-los, trazê-los de volta à vida. Acelerar a implementação de algo que está morto é um *non sense* que beira na cretinice. Indignação primeira.

Indignação segunda. Os delegados disseram que a prioridade este ano deveria ser a Cúpula sobre os ODS, programada para setembro do corrente ano. Qual é o problema? dirão alguns. Este ano, a Cúpula sobre os ODS. Ano que vem, a Cúpula do Futuro. Esquecem, talvez, que toda cúpula requer trabalhos preparativos e a do Futuro¹¹, ainda que seja no futuro, deverá reclamar arranjos presentes que a ela conduzam. E este ano, em setembro, coincidindo com a Cúpula sobre os ODS, haveria reunião ministerial sobre o assunto. Em grandes linhas objetam que se possa levar adiante duas reuniões, sobre os mesmos assuntos. Haveria desvio de atenção, falta de foco e coisas do gênero. Não deixam de ter razão. A que morto prestariam a suas homenagens? Haveria ordem de precedência, ou bastaria guiar-se pela antiguidade, os mortos há mais tempo primeiro e assim por diante?

Neste Domingo de Glória, veio-me a ideia de que talvez fosse mais apropriado, ao invés de acelerar implementações absurdas, esperar pela ressuscitação dos acordos mortos, como Lázaro, trazê-los de volta à vida, se é que a tiveram, ou dar-lhes vida, se é que esta as faltou. O que importa saber, contudo, é de que morreram esses acordos e o legista certamente não faria objeção à afirmação que todos morreram de causas naturais. Descaso, desatenção, descuido, desamor, enfim. Todas causas naturais que levam à morte e, dessas, o desamor talvez seja a primordial e a mais profunda. Talvez soe estranho que se associe o desamor ao descumprimento de acordos e compromissos. Os Estados concluem atos que dizem respeito aos seus interesses.

¹⁰ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/217/01/PDF/N2121701.pdf?OpenElement>

¹¹ https://journal.un.org/en/new-york/meeting/officials/59032230-d67a-46f1-397b-08dadd2da4ba/2023-02-14?utm_source=passblue%20list&utm_campaign=618c4aa6b3-rss_passblue&utm_medium=email&utm_term=0_4795f55662-618c4aa6b3-55039690

Perfeito. Nenhuma objeção. Mas que interesses são esses? Os que dizem respeito ao conjunto da população ou a classes específicas? Aos excluídos ou aos representantes de conglomerados? Quais são os interesses do Estado? Não são aqueles que dizem respeito ao bem comum, o de todos nós? Como podem nos privar da água, dos alimentos, do habitat, da saúde e da educação? De que serve todo o arcabouço de leis e normas, que apenas buscam orientar e disciplinar a ação, se falta o sopro que lhes dá vida?

O desenvolvimento é um direito fundamental. A Agenda 2030 e os ODS são o melhor mapa de caminho para alcançá-lo, como se depreende do consenso alcançado nos principais foros políticos. Em que pé estão? Mal. Qualquer um que considere o estado do mundo hoje entenderá que as inequidades parecem aumentar com impactos sobre a pobreza, a fome, a saúde, a educação, o emprego. O que caracteriza a nossa época é o estreitamento das oportunidades e a falta de acesso generalizado. Portas que se fecham, caminhos que levam a nada, exclusões, discriminações, raiva, ódio, polarização, absurda, uma vez que nega o essencial desenvolvimento da possibilidade do humano na diversidade. Terceira indignação.

Esse estado não é novo. Há muito as coisas vão mal. O que talvez seja novo é a intensidade. Descasos, desatenções, descuidos foram se acumulando, operando desfazimentos. Quanto custaria financiar todos os ODS e as metas da Agenda 2030? Um número, não importa qual. Quem financiaria? Não importa, dizem, uma vez que, de qualquer maneira, não haveria recursos suficientes para tanto. A pergunta, portanto, seria retórica e fica-se assim. O desenvolvimento não seria um direito universal, mas um direito reservado a alguns. A colonização não resultou em desenvolvimento. O Plano Marshall, que poderia ter sido estendido *urbi et orbi*, limitou-se à Europa Ocidental. A lógica parece repousar sobre a premissa segundo a qual os países industrializados, para continuarem nessa condição, precisariam do mercado de insumos, mão de obra barata e de consumidores oferecidos pelos países em desenvolvimento. Estes ficarão sempre dependentes daqueles. Poderão melhorar, mas nunca terão reservas de capital suficiente para se tornarem independentes. A China é o contra-argumento que deu certo que, como o Barão de Münchhausen, conseguiu levantar-se puxando para cima os cadarços de seus sapatos, sem a famosa cooperação estrangeira. A posição é incômoda, pois representa um revertério total de expectativas e desperta o ridículo, que se matasse, seria menos propenso a ser chamado. A Presidente da União Europeia, Ursula von der Leyen, por exemplo, não teve vergonha de fazer a seguinte ameaça a Beijing, na quinta-feira, dia 6 de abril: “Contamos que a China não irá fornecer equipamento militar à Rússia, pois isso prejudicaria significativamente a nossa relação”¹².

Não se sabe se as autoridades chinesas correram para debaixo da cama, mas não é improvável que a tenham ignorado, pelas infinitas dificuldades de tradução, com certeza.

O Presidente Emmanuel Macron não fez ameaça em seu encontro com Xi Jinping, mas pediu a este que convencesse a Rússia para agir de maneira razoável¹³, como um colegial que se dirige ao professor para reclamar de algum colega.

O que é vergonhoso é que autoridades europeias parecem cumprir à risca o roteiro passado pela Casa Branca, que não tem interesse no direito ao desenvolvimento, na Agenda 2030 e os ODS, no Acordo de Paris e em nada que seja estranho aos interesses de seu poderoso

¹² As palavras exatas da Presidente podem ser acessadas em <https://fr.euronews.com/my-europe/2023/04/06/fournitures-darmes-a-la-russie-ursula-von-der-leyen-met-en-garde-en-pekine>

¹³ <https://www.france24.com/fr/info-en-continu/20230406-ukraine-macron-appelle-xi-a-ramener-la-russie-a-la-raison>

empresariado. Na questão das explosões dos gasodutos Nord Stream 1 e 2, a Rússia apresentou um projeto de resolução ao Conselho de Segurança das Nações Unidas com o propósito de estabelecer uma comissão independente para investigar a sabotagem levada a efeito nesses gasodutos¹⁴. O projeto teve apenas os votos a favor do Brasil, China e Rússia. Todos os demais se abstiveram. Outros pedidos de investigação independente também foram frustrados. Quarta indignação.

Onde está a verdade? Onde não possa ser achada, claro. Não há interesse em procurá-la. Os interesses de Estado não precisam dela. Certo, mas e nós, que nos alimentamos de mentiras e bobagens, dependentes de nossos senhores que não nos deixam ser livres e pedimos direito ao desenvolvimento? Nem pensar!

Por isso, meu velho, não seja ingênuo. Não diga que o Putin não pode ficar com as terras da Ucrânia. Esse é o argumento dos que defendem a tese absurda que a guerra foi motivada por ambições imperiais e desmesuradas e somente serve para demonizá-lo ainda mais. Não é isso. Esses são os mesmos que antepõe tantas dificuldades para o direito ao desenvolvimento. Ação e reação, movimento reflexo ou o que seja, mas há uma causa anterior que não pode ser ignorada sob o risco de torná-lo irrelevante para o necessário exercício da paz. Peça a paz e diga que temos todos o direito ao desenvolvimento, à Agenda 2030 e às metas dos ODS, e às do Acordo de Paris, à água, alimentos, saúde e educação e a tudo que hoje nos privam, fechando as portas, impedindo o acesso, cortando caminhos. Queremos ser mais iguais nos acessos que hoje nos negam. Queremos mais atenção, mais cuidado, mais amor. Queremos viver! Queremos a vida!

¹⁴ <https://press.un.org/en/2023/sc15243.doc.htm>

Destaques da Agenda da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU relacionados ao Direito à Saúde, Saúde Global e Diplomacia em Saúde

Armando De Negri Filho

Neste informe quinzenal seguimos o processo de sistematização de uma leitura dos relatórios adotados na 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, concluída em 27 de março de 2023.

Tratamos de organizar alguns blocos com os relatórios adotados com o objetivo de facilitar e estimular a leitura em torno a temas de interesse para a saúde global e a diplomacia em saúde. Os temas tratados no CDH podem ser temas em processo de densificação na aplicação dos direitos já estabelecidos, com propostas de avanços em sua definição material ou podem ser fronteiras de novas dimensões de direitos ou de suas garantias, neste caso aumenta o potencial de incorporação de temas para a agenda da Assembleia Geral da ONU e de acordos gerais que inauguram novos processos, o que se constitui em uma importante virtude e função do CDH.

Um primeiro bloco identificado para este informe quinzenal foi aquele relacionado às políticas, sistemas e serviços que atendam às populações com perdas de capacidades por envelhecimento ou patologias e garantam seus direitos, os temas dos informes relacionados são:

Resumo da reunião multissetorial sobre os direitos humanos das pessoas idosas; Transformação dos serviços para pessoas com deficiência; Sistemas de apoio para garantir a inclusão comunitária de pessoas com deficiência, inclusive como meio de melhorar a construção após a pandemia de coronavírus.

Um segundo bloco integra iniciativas que apontam grupos de população e suas necessidades frente às ameaças ambientais e climáticas, com um olhar de igualdade frente ao exercício material do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Interessante a ênfase relacionada ao impacto da não garantia desses direitos para mulheres e meninas, populações em situação de vulnerabilidade e a ligação entre crise climática e direito à moradia. Também se destaca o tema ambiental na prevenção a futuras pandemias. Os temas dos informes relacionados são:

Rumo a uma transformação justa: crise climática e o direito à moradia; Mulheres, meninas e o direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável; Resumo do seminário de especialistas em direitos humanos e conservação ambiental na prevenção de futuras pandemias; Painel de discussão sobre o impacto adverso das alterações climáticas no pleno e efetivo gozo dos direitos humanos por pessoas em situações vulneráveis; Reforçar a cooperação técnica e o reforço das capacidades na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

Também vale o destaque sobre um tema complexo que reflete estigmas, discriminações e que refletem exclusões sociais importantes no campo da inacessibilidade de serviços com projeções no campo da saúde, em particular da saúde mental e dos elementos culturais e religiosos, se trata do informe sobre: Estudo sobre a situação das violações e abusos dos direitos humanos enraizados em práticas nocivas relacionadas a acusações de bruxaria e ataques rituais, bem como estigmatização.

Finalmente destacamos a importância do informe sobre a “Implementação dos princípios de limitação de finalidade, exclusão de dados e responsabilização demonstrada ou proativa no processamento de dados pessoais coletados por entidades públicas no contexto do Relatório da pandemia de COVID-19 da Relatora Especial sobre o direito à privacidade”.

Interessante destacar que os relatórios listados acima foram adotados sem votação, parece que se inscrevem em temas de aceitação moral geral embora frequentemente apontem questões de muito conflito com a ordem hegemônica internacional, mas ao mesmo tempo são vistos como temas cooptáveis por esta mesma hegemonia. Não ocorre assim com temas que questionam diretamente os núcleos vivos de conflito sobre o direito ao desenvolvimento, a estrutura financeira internacional, o sistema de dívidas, fluxo de capitais financeiros e medidas coercitivas unilaterais, todas votações que aprovaram por maioria do Sul Global relatórios contestados pelo Norte Global. Temas que problematizaremos no próximo informe quinzenal.

À seguir os sumários traduzidos e links dos relatórios referidos na introdução

1. Rumo a uma transformação justa: crise climática e o direito à moradia. Relatório do Relator Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito à não discriminação neste contexto, Balakrishnan Rajagopal.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/612/32/PDF/G2261232.pdf?OpenElement>

Resumo. A crise climática está ameaçando severamente o gozo do direito à moradia adequada em todo o mundo. Políticas de mitigação e adaptação climática e respostas equivocadas a eventos climáticos podem, às vezes, minar o direito à moradia adequada. Os grupos marginalizados e as suas casas estão particularmente em risco e expostos ao impacto das alterações climáticas e, por conseguinte, precisam de ser envolvidos nas respostas climáticas a todos os níveis. A habitação em si contribui significativamente para as alterações climáticas, através da construção de habitações, expansão urbana, impermeabilização dos solos, consumo de energia, utilização de água, poluentes, deflorestação, desertificação e perda de biodiversidade. É, por conseguinte, necessária uma intervenção atempada e bem concebida no sector da habitação. Tal inclui intensificar os esforços para melhorar a eficiência energética, tomar medidas para eletrificar os agregados familiares, incorporar a sustentabilidade nos códigos e normas de construção, utilizar métodos e materiais de construção hipocarbonicos, fazer uma utilização mais equitativa do parque habitacional existente e integrar as alterações climáticas e a resiliência climática no planeamento urbano. É imperativo alcançar uma transição justa para uma habitação em conformidade com os direitos, resiliente ao clima e neutra em carbono. A cooperação internacional, o apoio financeiro e os investimentos significativos são necessários para apoiar esta transição, incluindo a criação de um fundo para apoiar medidas de atenuação e adaptação às alterações climáticas no setor da habitação para os países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das alterações climáticas. Uma transição justa deve também implicar soluções internacionais e compensações por perdas e danos induzidos pelo clima no domínio da habitação. Os custos da transição no sector da habitação devem ser repartidos de forma equitativa entre e dentro dos países, e entre as autoridades públicas, os contribuintes, os proprietários e os inquilinos ou outros grupos afetados, a fim de garantir que ninguém seja deixado para trás.

2. Resumo da reunião multissetorial sobre os direitos humanos das pessoas idosas. Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/615/30/PDF/G2261530.pdf?OpenElement>

Resumo. Preparado de acordo com a resolução 48/3 do Conselho de Direitos Humanos, o presente relatório contém um resumo da reunião multissetorial sobre os direitos humanos das pessoas idosas que foi realizada em 29 e 30 de agosto de 2022. O relatório fornece recomendações aos Estados, ao Conselho de Direitos Humanos, aos mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ao sistema das Nações Unidas, ao Secretário-Geral, à sociedade civil e a outras partes interessadas sobre o fechamento das lacunas existentes de proteção dos direitos humanos que afetam negativamente a vida das pessoas idosas.

3. Transformação dos serviços para pessoas com deficiência. Relatório do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, Gerard Quinn. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/613/79/PDF/G2261379.pdf?OpenElement>

Resumo. No presente relatório, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos nos termos da Resolução 44/10 do Conselho, o Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência fornece uma visão geral das atividades realizadas em 2022, e apresenta um estudo temático sobre a reimaginação dos serviços no século XXI para efetivar o direito das pessoas com deficiência de viverem de forma independente e serem incluídas na comunidade. Em seu estudo, o Relator Especial descreve como os modelos tradicionais de serviço e apoio muitas vezes perpetuam a dependência e a falta de agência, concentrando-se nas deficiências e considerando as pessoas com deficiência como receptoras passivas de cuidados. Esta abordagem está em desacordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que se baseia na pessoalidade, autonomia e inclusão comunitária. Contra esse pano de fundo, ele argumenta que uma filosofia totalmente nova de serviço e apoio está emergindo e requer uma articulação mais clara na lei e na política. Ele elabora a ampla gama de ferramentas políticas à disposição dos Estados para fazê-lo, destacando os principais desafios políticos e apontando para o potencial do setor empresarial de ser um ator para a mudança. Em seguida, o Relator Especial fornece conclusões e recomendações sobre as maneiras pelas quais os diferentes atores devem promover a transformação dos serviços e do apoio às pessoas com deficiência.

4. Sistemas de apoio para garantir a inclusão comunitária de pessoas com deficiência, inclusive como meio de melhorar a construção após a pandemia de coronavírus (COVID-19) Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/614/72/PDF/G2261472.pdf?OpenElement>

Resumo. No presente relatório, apresentado de acordo com a resolução 49/12 do Conselho de Direitos Humanos, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos examina os principais elementos dos sistemas de apoio para garantir a inclusão comunitária de pessoas com deficiência, inclusive como forma de melhorar a vida após a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19). O relatório fornece uma estrutura conceitual para sistemas de apoio e cuidados sensíveis ao gênero e inclusivos para pessoas com deficiência, para permitir a plena inclusão de todas as pessoas com deficiência para viver de forma independente em suas comunidades.

5. Mulheres, meninas e o direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável Relatório do Relator Especial sobre a questão das obrigações de direitos humanos relacionadas ao gozo de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável, David R. Boyd.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/618/95/PDF/G2261895.pdf?OpenElement>

Resumo. A tripla crise planetária, combinada com a discriminação sistêmica baseada em gênero, normas patriarcais e desigualdade, está impondo danos distintos e desproporcionais a mulheres e meninas, ameaçar e violar os seus direitos humanos, incluindo o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Para alcançar a igualdade de gênero e a sustentabilidade ecológica, os Estados devem enfrentar a discriminação baseada em gênero e as injustiças ambientais com ações climáticas e ambientais urgentes, transformadoras de gênero e baseadas em direitos. No presente relatório, o Relator Especial descreve as obrigações do Estado, as responsabilidades das empresas e os benefícios potenciais de alcançar a igualdade de gênero e a sustentabilidade ecológica. Ele faz recomendações relacionadas ao desmantelamento da discriminação sistêmica, capacitando mulheres e meninas como líderes climáticas e ambientais e garantindo que mulheres e meninas possam desfrutar plenamente de seu direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável.

6. Resumo do seminário de especialistas em direitos humanos e conservação ambiental na prevenção de futuras pandemias. Relatório do Relator Especial sobre a questão das obrigações de direitos humanos relacionadas ao gozo de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/613/02/PDF/G2261302.pdf?OpenElement>

Resumo. O Relator Especial sobre a questão das obrigações de direitos humanos relativas ao gozo de um cofre, ambiente limpo, saudável e sustentável, David R. Boyd, apresenta o presente relatório de acordo com a resolução 46/7 do Conselho de Direitos Humanos. Aqui, o Relator Especial resume pontos-chave do seminário de especialistas que convocou em 24 e 25 de outubro de 2022. O seminário foi focado nas lições aprendidas com a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), desafios, boas práticas e oportunidades relacionadas aos direitos humanos, prevenção de pandemias e abordagem dos fatores ambientais que causam um aumento nas doenças zoonóticas. O relatório inclui recomendações para ações baseadas em direitos humanos para reduzir o risco de futuras pandemias.

7. Painel de discussão sobre o impacto adverso das alterações climáticas no pleno e efetivo gozo dos direitos humanos por pessoas em situações vulneráveis. Relatório do Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/614/80/PDF/G2261480.pdf?OpenElement>

Resumo. O presente relatório, apresentado nos termos da Resolução 47/24 do Conselho dos Direitos do Homem, contém um resumo do painel de discussão sobre o impacto adverso das alterações climáticas no pleno e efetivo gozo dos direitos humanos pelas pessoas em situação vulnerável situações, realizada em 28 de junho de 2022.

8. Reforçar a cooperação técnica e o reforço das capacidades na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19). Relatório de síntese do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/001/47/PDF/G2300147.pdf?OpenElement>

Resumo O presente relatório é submetido ao Conselho de Direitos Humanos nos termos da Resolução 46/13 do Conselho. Contém um resumo da reunião sobre o reforço da cooperação

técnica e do reforço das capacidades na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), realizada em 7 de março de 2022, durante a quadragésima nona sessão do Conselho.

9. Estudo sobre a situação das violações e abusos dos direitos humanos enraizados em práticas nocivas relacionadas a acusações de bruxaria e ataques rituais, bem como estigmatização. Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/007/84/PDF/G2300784.pdf?OpenElement>

Resumo. O presente relatório é apresentado de acordo com a resolução 47/8 do Conselho de Direitos Humanos sobre a eliminação de práticas nocivas relacionadas a acusações de bruxaria e ataques rituais. Nele, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos retrata a gravidade das violações dos direitos humanos e abusos enraizados em práticas nocivas relacionadas a acusações de bruxaria e ataques rituais. Também descreve os impactos adversos dos direitos humanos sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade e os fatores que afetam sua vulnerabilidade. O Instituto conclui que são necessários esforços adicionais, incluindo uma recolha de dados mais abrangente e uma investigação mais aprofundada, para desenvolver uma maior compreensão dos vários aspectos deste problema complexo. Recomenda uma série de acções, tais como o desenvolvimento de quadros abrangentes para a prevenção.

10. Implementação dos princípios de limitação de finalidade, exclusão de dados e responsabilização demonstrada ou proativa no processamento de dados pessoais coletados por entidades públicas no contexto do Relatório da pandemia de COVID-19 da Relatora Especial sobre o direito à privacidade, Ana Brian Nougrères. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/611/75/PDF/G2261175.pdf?OpenElement>

Resumo. O presente relatório foi elaborado de acordo com a resolução 46/16 do Conselho de Direitos Humanos. No contexto da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), foram coletados dados de milhões de pessoas em todos os países do mundo com um único propósito: combater a pandemia. Embora os princípios da finalidade e da limitação temporal (que exigem que os dados pessoais sejam apagados das bases de dados uma vez alcançada a finalidade) estejam incorporados nos regulamentos nacionais e internacionais sobre o tratamento de dados pessoais, surgiram as seguintes questões: O que acontecerá aos dados pessoais recolhidos a estes milhões de pessoas para efeitos de combate à pandemia de COVID-19? Eles serão excluídos? Eles serão anonimizados? Serão utilizados para outros fins que não aqueles para os quais foram recolhidos? A Relatora Especial sobre o direito à privacidade, Ana Brian Nougrères, prevê que a revisão que constitui a base deste relatório possa servir como um apelo aos Estados para que garantam a aplicação atempada dos princípios de limitação da finalidade, eliminação de dados e responsabilização demonstrada (também referida como responsabilidade proativa) no que diz respeito aos dados pessoais que foram recolhidos de milhões de pessoas no contexto da pandemia.

Em algum momento dos últimos 75 anos atingimos o completo bem-estar físico, mental e social?

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Os 75 anos da OMS

Em 75 anos da criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), muitos desafios e avanços foram concluídos, mas muitos outros persistem e virão à frente.

O [primeiro item do preâmbulo da Constituição de princípios da OMS](#) diz "A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade." Foi exatamente em 07 de abril de 1948 que a Constituição da OMS foi adotada, durante a primeira Assembleia Mundial da Saúde.

Nos últimos 75 anos a população global mudou, mas o conceito de saúde permaneceu o mesmo. O cenário do fim da década de 40 deu lugar ao que temos hoje. Uma miscelânea política, econômica e social que forja a nossa sociedade.

A realidade é que esta definição, infelizmente, de forma plena, ainda é apenas uma ambição. Não é um padrão alcançado e reiterado. Há ainda desafios mais velhos que a própria OMS, e há desafios a se esperar e a se preparar para o enfrentamento.

Seguimos em um mundo que continua enfrentando imensas desigualdades no acesso aos serviços de saúde, lacunas significativas nas defesas mundiais contra emergências de saúde e ameaças de produtos nocivos à saúde, além da crise climática.

Neste contexto, para além da cooperação global, o enfrentamento desses desafios exige que os países tomem medidas urgentes para proteger, apoiar e expandir a força de trabalho em saúde como uma prioridade estratégica. E essa foi uma das tônicas do [discurso](#) do Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom.

Dr Tedros reforçou a importância dos Investimentos em educação, habilidades e empregos decentes para a saúde precisam ser priorizados para atender à crescente demanda por saúde e evitar uma escassez projetada de 10 milhões de profissionais de saúde até 2030; principalmente em países de baixa e média renda.

Olhando para os próximos 75 anos e perto da virada do próximo século, um compromisso renovado com a equidade na saúde será a chave para enfrentar os futuros desafios da saúde. À sombra da pandemia de COVID-19, o roteiro da OMS para a recuperação inclui uma mudança urgente de paradigma para promover a saúde e o bem-estar e prevenir doenças, abordando suas causas profundas e criando as condições para que a saúde prospere. A OMS está instando os países a fornecer saúde, priorizando a atenção primária à saúde como base da cobertura universal de saúde.

A pandemia da COVID-19 mostrou que proteger a saúde é fundamental para nossas economias, sociedades, segurança e estabilidade. Aprendendo com a pior pandemia da história recente, a OMS está pronta para apoiar os países do mundo enquanto negociam um acordo pandêmico, a revisão do Regulamento Sanitário Internacional e outras iniciativas financeiras, de governança e operacionais para preparar o mundo para futuras pandemias.

Nos últimos cinco anos, a OMS investiu em ciência e saúde digital, criando uma Divisão de Ciência liderada pelo primeiro Cientista Chefe da Organização. Isso ocorreu em um momento

em que a ciência está sob ataque constante todos os dias. Os países devem proteger o público contra desinformação. O futuro da saúde depende de quão bem potencializamos a saúde por meio da ciência, pesquisa, inovação, dados, tecnologias digitais e parcerias.

O objetivo da cobertura universal de saúde permanece tão distante como sempre, mas um progresso notável foi feito durante a vida da OMS.

A OMS opera com um orçamento apertado. A organização encarregada de trazer cobertura universal de saúde para todos não tem nem um dólar para cada um dos oito bilhões de pessoas no mundo. Para 2023, [seu orçamento](#) é de apenas US\$ 7,5 bilhões. A maior economia do mundo, os Estados Unidos, contribuiu com apenas \$ 680.000 - aproximadamente 0,00000292% de seu PIB.

E nem todo financiamento dado à OMS é criado da mesma forma. Mais de 80% do orçamento da organização consiste em “contribuições voluntárias”, que os doadores destinam para serem gastos em iniciativas específicas como o combate ao HIV ou à malária. Isso deixa menos de um quinto do já pequeno orçamento da OMS para ser gasto com flexibilidade em sua missão principal de apoiar a saúde pública.

Essa falta de gerenciamento da OMS no direcionamento do financiamento tornou-se cada vez mais aguda. Isso devido ao surgimento de instituições de caridade privadas influentes, como a fundação Bill & Melinda Gates e Gavi. Juntos, eles respondem por 15% do orçamento da OMS, todo destinado a projetos específicos ditados pelas entidades filantrópicas. A natureza voluntária dessas contribuições também as torna imprevisíveis, criando sérios desafios orçamentários para algumas das responsabilidades mais essenciais da OMS.

Foram muitas as contribuições da Organização nos últimos 75 anos, mas é preciso mais. Mais compromisso em palavras cheias, metas bem traçadas e atitudes assertivas.

Assim, enxergamos que a definição de saúde nunca mudou, em parte porque nunca foi absolutamente alcançada, muito menos superada. O que a OMS definiu na sua constituição continua sendo uma meta ideal para cada indivíduo, profissional, formulador de políticas e outras partes interessadas nas estratégias de saúde.

A percepção da saúde é moldada por uma população – uma população que, ao longo de gerações, pode descobrir novos entendimentos e padrões de bem-estar, longevidade, qualidade de vida e outros parâmetros de saúde. O conceito, apesar de perene, é extremamente mutável. O que constitui a saúde de uma pessoa é uma combinação de fatores – positivos e negativos, alguns controlados e outros autodeterminados – e o conhecimento atual que determina o papel de cada um desses fatores na saúde.

O trabalho não está finalizado, e não foi construído para um dia ser. Desde 1948, a definição de saúde tem que ser vista como algo a ser continuamente buscado.

INB 5: prazos e ambições esperadas

Aconteceu de 03 a 06 de abril o quinto encontro do Órgão Intergovernamental de Negociações (INB, em inglês) para construção do instrumento/acordo pandêmico.

Uma das principais questões enfrentadas na elaboração do acordo pandêmico é como garantir que a abordagem *One Health* seja central. Foi instituída uma comissão quadripartite entre OMS, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Organização Mundial para a Saúde Animal

(WOAH) para discussão do tópico. Os líderes dos quatro órgãos pediram que a abordagem *One Health* sirva como um princípio orientador nos mecanismos globais, inclusive no novo instrumento pandêmico e no fundo pandêmico para fortalecer a prevenção, preparação e resposta pandêmica.

Recentes emergências internacionais de saúde, como a pandemia de COVID-19, mpox, surtos de ebola e ameaças contínuas de outras doenças zoonóticas, segurança alimentar, desafios de resistência antimicrobiana (AMR, em inglês), bem como a degradação do ecossistema e as mudanças climáticas, demonstram claramente a necessidade da resiliência de sistemas de saúde e ação global acelerada.

É instado que todos os países e as principais partes interessadas devam priorizar "Saúde Única" na agenda política internacional, fortalecendo suas próprias políticas, estratégias e planos nacionais para acelerar sua implementação. O fortalecimento e a manutenção da prevenção de pandemias e ameaças à saúde "na fonte", visando atividades e locais que aumentam o risco de transmissão zoonótica entre animais e humanos também devem estar entre os objetos de atenção e escopo do tratado.

Logo ao início da reunião, em seu discurso de abertura, Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor geral da OMS, reconheceu o quão curto são os prazos para discussão e formulação do tratado. Faltando apenas um ano até a Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2024, quando serão apresentados os esforços do trabalho, o projeto é ambicioso, mas é possível chegar a um consenso da negociação global.

Tedros observou que a própria Constituição da OMS, adotado em 1946, afirma não apenas que a saúde é um direito humano fundamental para todas as pessoas, mas também que a saúde de todas as pessoas é fundamental para alcançar a paz e a segurança e depende da completa cooperação de indivíduos e Estados. Este INB passa a ser um compromisso renovado com esse princípio, protegendo populações, comunidades e indivíduos de ameaças à saúde pública.

Covid-19, surto recente de Mpox e a nova declaração de surto do vírus Marburg são lembretes do porquê precisamos trabalhar coletivamente para fortalecer a prevenção, preparação e resposta a pandemias. Tedros ainda disse que "Proteger vidas e meios de subsistência não é caridade. Devemos ir além desse paradigma. E é disso que trata o seu importante trabalho com foco em consenso, inclusão e transparência. Enquanto vocês navegam na fase de negociação, peço que continuem ouvindo e apoiando uns aos outros".

E essa abertura foi um dos poucos momentos do INB5 abertos ao público. A participação restrita dos diversos stakeholders durante o grupo de redação do rascunho ("draft group") é alvo de muitas considerações. Neste INB5 apenas os primeiros minutos da abertura e o balanço final dos dias de discussão foram transmitidos para fora da sala com estados membros.

ONGs e ativistas internacionais escreveram uma [carta endereçada ao secretariado do INB](#), à embaixadora norte-americana responsável pelas discussões do INB, ao Secretário de Saúde e Serviços Humanos, Xavier Becerra, e ao Secretário de Estado Antony Blinken.

A carta surgiu da oposição da China e dos Estados Unidos a uma proposta da União Europeia (UE) de que "*todos os insumos e adições ao rascunho zero devem estar disponíveis para todas as partes interessadas*", feita durante a quarta reunião do Órgão Intergovernamental de

Negociação da OMS. A China insistiu que a versão corrigida do rascunho zero do tratado pandêmico deveria ser distribuída apenas para “participantes do grupo de redação”, e isso foi apoiado pelos EUA.

Apontaram os empecilhos, e sobretudo o alinhamento de EUA e China para impedir que o público veja os rascunhos do acordo pandêmico enquanto está sendo negociado pelos estados membros da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em trecho da carta, pontuaram que *"A tentativa de criar um véu de sigilo em torno das negociações substantivas e técnicas baseadas em texto sobre o tratado pandêmico da OMS estabelece um precedente perigoso para o estabelecimento de normas no nível multilateral"*.

Excluir o público mina a confiança no processo em um momento em que os ataques à OMS e ao acordo pandêmico estão aumentando, considerando ainda o momento amplo de desinformação a qual somos submetidos. Ressaltam que não há dúvidas da capacidade dos lobistas da indústria de obter acesso aos documentos do texto comercial, o que cria uma assimetria de informação e influência inadequada para o estabelecimento de normas de saúde pública. Os signatários da carta incluem Health Action International (HAI), Knowledge Ecology International (KEI), Oxfam America, People's Vaccine Alliance (PVA), Public Citizen e STOPAIDS.

Enquanto isso, a quinta reunião do INB foi concluída com um breve relatório público indicando que o prazo para envio de textos dos Estados membros foi estendido de 14 para 22 de abril.

O secretariado do INB comprometeu-se a enviar um relatório com o compilado das submissões aos estados um mês depois, até 22 de maio, com um relatório sobre o processo a ser apresentado à Assembleia Mundial da Saúde, que também começa em 21 de maio.

A próxima reunião do grupo de redação da INB é de 12 a 16 de junho, e a sexta reunião da INB está marcada para 17 a 21 de julho.

Concluindo o INB5, a copresidente Precious Matsoso agradeceu aos delegados por seu trabalho árduo e ressaltou que à medida que avanços sejam feitos, mais difícil o processo negociador ficará.

A crise do lixo: por que o ‘desperdício zero’ é mais que uma questão ambiental

Danielly Magalhães e Guto Galvão

O setor de resíduos contribui significativamente para a tripla crise planetária de mudança climática, perda da biodiversidade e poluição. O [Relatório de Síntese AR6 do IPCC](#) afirma que a gestão e redução de resíduos são essenciais para atingir a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C. A geração de resíduos está projetada para aumentar em 40% até 2050 e sua melhor gestão pode reduzir significativamente as emissões de metano e outros gases de efeito estufa.

A humanidade gera cerca de 2,24 bilhões de toneladas de resíduos sólidos municipais anualmente, dos quais apenas 55% são gerenciados em instalações controladas. Todos os anos, cerca de 931 milhões de toneladas de alimentos são perdidas ou desperdiçadas e até 14 milhões de toneladas de resíduos plásticos entram nos ecossistemas aquáticos.

Destacamos aqui algumas estatísticas preocupantes:

- A cada minuto, o equivalente a um caminhão de lixo de plástico é despejado no oceano.
- Se a perda e desperdício de alimentos fosse um país, seria a terceira maior fonte de emissões de gases de efeito estufa.
- Mais de 75% de todo o lixo eletrônico não é gerenciado com segurança.
- A extração de recursos é responsável por metade das emissões de carbono do mundo.
- A quantidade de resíduos sólidos municipais gerados globalmente pode aumentar de cerca de 2,24 bilhões de toneladas para 3,88 bilhões de toneladas até 2050.

Além dos plásticos, que abordamos no caderno passado, o e-lixo, ou lixo eletrônico, está se tornando um problema cada vez mais urgente no planeta. À medida que a tecnologia continua a avançar e as pessoas buscam constantemente novos aparelhos e dispositivos, os eletrônicos antigos se tornam obsoletos e são descartados em grandes quantidades. A eliminação imprópria de e-lixo pode levar a sérios problemas ambientais e de saúde, pois os materiais perigosos utilizados em dispositivos eletrônicos podem se infiltrar no solo e na água, poluindo o meio ambiente e prejudicando a fauna e a flora, incluindo seres humanos.

Para abordar esse problema, é necessária uma abordagem de economia circular, centrada na redução do desperdício e na reutilização de materiais, onde produtos e seus componentes são mantidos em uso pelo maior tempo possível, e quando chegam ao fim de sua vida útil, são reparados, reconicionados ou reciclados. Esse modelo pode reduzir significativamente a quantidade de resíduo produzido e evitar que materiais perigosos entrem no meio ambiente, e também pode criar novas oportunidades para o crescimento econômico, criação de empregos e inovação.

Os produtos devem ser projetados para serem duráveis e requerer menos materiais de baixo impacto. Ao optar por métodos de produção e transporte menos intensivos em recursos, os fabricantes podem limitar ainda mais a poluição e os resíduos. A publicidade e a gestão próxima da demanda também podem permitir o resíduo zero ao longo do ciclo de vida dos produtos.

Alcançar o resíduo zero requer ação em todos os níveis, com necessidade de investimento em infraestrutura de resíduos e a importância de abordar questões como e-lixo e a poluição por plásticos para atingir sustentabilidade.

Portanto, reduzir o desperdício não é apenas uma questão ambiental, mas também tem impactos econômicos e sociais significativos. Ao reduzir o desperdício, recursos valiosos, como matérias-primas, água e energia, podem ser economizados e os custos associados ao descarte de resíduos podem ser reduzidos. Isso pode ter um impacto positivo na economia e na geração de empregos em setores relacionados à reciclagem e reaproveitamento de materiais.

Os resíduos têm um impacto significativo na distribuição de recursos em todo o mundo, afetando os resultados sociais e de saúde de comunidades vulneráveis. Por exemplo, a eliminação de desperdícios de alimentos e outros recursos que poderiam ter sido utilizados para satisfazer as necessidades básicas de pessoas que vivem na pobreza e em situação de insegurança alimentar contribui para a sua marginalização. Além disso, a má gestão de resíduos tem impactos sociais e de saúde negativos, pois pode levar à poluição do ar e da água, aumentando os riscos de doenças. A abordagem de desperdício zero é necessária para abordar as questões ambientais, econômicas, sociais e de saúde relacionadas aos resíduos e garantir um futuro sustentável para o planeta e suas populações.

Iniciativas de desperdícios/resíduo zero podem promover uma gestão adequada de resíduos e minimizar e prevenir desperdícios, ajudando a enfrentar a tripla crise planetária, proteger o meio ambiente, melhorar a segurança alimentar e melhorar a saúde e o bem-estar humano.

30 de março - Dia Internacional do Desperdício/Resíduo Zero

Em 14 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma [resolução](#) em sua 77ª sessão para proclamar o dia 30 de março como o Dia Internacional do Desperdício/Resíduo zero, a ser observado anualmente. A Turquia, juntamente com outros 105 países, apresentou a resolução. Esta resolução segue outras resoluções focadas em resíduos, incluindo "[Fim da poluição por plásticos: rumo a um instrumento legalmente vinculativo internacional](#)", adotado na Assembleia Ambiental das Nações Unidas em 2 de março de 2022 - Lembrando que o tratado de plásticos tem vigência para iniciar em 2024.

O Dia Internacional de Desperdício/Resíduo Zero tem como objetivo promover padrões de consumo e produção sustentáveis, apoiar a mudança social em direção à circularidade e conscientizar sobre como iniciativas de desperdício zero contribuem para o avanço da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) que abordam todas as formas de resíduos, incluindo perda e desperdício de alimentos, extração de recursos naturais e lixo eletrônico; além do impacto nos ODS 14 (Vida na água) e o ODS 15 (Vida terrestre).

É importante que governos, comunidades, indústrias e outros envolvidos reconheçam cada vez mais o potencial das iniciativas de desperdício/resíduo zero para que melhorem a gestão de resíduos e os sistemas de recuperação, além de prover financiamento e políticas bem elaboradas. A [Estratégia Global para o Consumo e Produção Sustentáveis](#) pode orientar essa transição. Estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, os Estados-Membros e interessados, a estratégia defende a adoção de objetivos de consumo e produção sustentáveis em todos os setores até 2030.

A Resolução 77/161- Promover iniciativas de desperdício zero para avançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável

A [Resolução 77/161](#), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, contém diversas solicitações e recomendações relacionadas à promoção de iniciativas locais e nacionais de desperdício zero. Isso inclui a criação de um conselho consultivo de pessoas eminentes para promover as melhores práticas e histórias de sucesso, incentivando os estados membros e organizações a implementar iniciativas de desperdício zero, convidando o PNUMA a incluir uma seção dedicada a iniciativas de desperdício zero no Global Waste Management Outlook e a necessidade de se promover um encontro de alto-nível anual em 30 de março. A resolução também enfatiza que o custo da implementação dessas atividades deve ser coberto por contribuições voluntárias e solicita ao Secretário-Geral que informe os Estados membros sobre a implementação da resolução.

1ª. Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre o Papel do Resíduo Zero como uma Solução Transformadora para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A reunião ocorrida em 30 de Março foi a primeira discussão em Desperdício/resíduo zero desde sua concepção em resolução. O Presidente da Assembleia Geral da ONU, António Guterres, convocou a reunião de alto nível em Nova York para fornecer uma plataforma de troca de experiências e histórias de sucesso dos Estados Membros no desenvolvimento e implementação de soluções e tecnologias de gestão de resíduos sólidos. António Guterres focou seu discurso nos atores responsáveis nessa questão, pedindo que assumissem a responsabilidade e a devida liderança.

“Aqueles que produzem resíduos devem projetar produtos e serviços que sejam menos dependentes em recursos e materiais, gerenciar de forma inteligente todos os resíduos criados em todos os estágios do ciclo de vida de seus produtos e encontrar maneiras criativas de prolongar a vida útil dos produtos que vendem”. Acrescentou que as empresas também precisarão investir em sistemas de gerenciamento, recuperação e reciclagem de resíduos nas comunidades onde operam.

O chefe da ONU solicitou que países, cidades e governos locais desenvolvam e ampliem sistemas modernos de gestão de resíduos, bem como políticas que incentivem a reutilização e reciclagem de garrafas plásticas, e-lixo e outros itens.

Também chamou atenção ao papel dos indivíduos como consumidores, “Todos nós precisamos considerar as origens e impactos dos bens e produtos que compramos todos os dias e repensar como os descartamos”, precisamos encontrar oportunidades para reutilizar, reciclar, reaproveitar, reparar e recuperar os produtos que usamos. E precisamos pensar duas vezes antes de jogar esses itens no lixo.”

A primeira-dama da República da Turquia, Emine Erdoğan¹⁵, expressou gratidão aos 105 países que apoiaram a resolução sobre a introdução de políticas de desperdício zero. Os Estados

¹⁵ Na ocasião, Emine Erdoğan lançou seu livro "Zero Waste Management in Turkey: From Theory to Practice", que traça a jornada da Turquia para alcançar seus objetivos ambientais. O livro destaca o compromisso do governo em reduzir o desperdício e promover a reciclagem e como implementou políticas e iniciativas para atingir esses objetivos. Ela também mostra as histórias de sucesso de empresas e indivíduos que adotaram o estilo de vida lixo zero. Ela espera que o livro inspire outras pessoas a adotarem práticas sustentáveis e contribuam para um ambiente mais limpo e saudável. Toda a arrecadação da venda do livro será destinada a campanha "Let My home be your home"

Unidos não patrocinaram a resolução. Erdogan pediu que os países que mais contribuem com resíduos e questões ambientais assumam uma parcela maior de responsabilidade. Ela também criticou a prática de enviar lixo para países menos desenvolvidos e disse que não só polui o meio ambiente, mas também cria uma nova versão do colonialismo. A Turquia lançou seu projeto de desperdício zero em 2017 sob a liderança de Sua Excelência Emine Erdoğan, ela informou desde o início do projeto foram conservadas cerca de 650 milhões de toneladas de matéria-prima e eliminadas quatro milhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa por meio da reciclagem.

O diretor-geral da FAO, Qu Dongyu, observou que mais de 13% dos alimentos produzidos globalmente se perdem entre os estágios de produção e atacado da cadeia de suprimentos, “Precisamos abordar com urgência as ineficiências e desigualdades em nossos sistemas agroalimentares para torná-los mais eficientes, mais inclusivos, mais resilientes e mais sustentáveis”. O Sr. Qu sublinhou o compromisso da FAO de trabalhar com todos os parceiros para atingir a meta de desperdício zero por meio da transformação dos sistemas agroalimentares globais. O desperdício de alimento desperdiça também recursos valiosos, como água, terra e energia, mas também contribui para as emissões de gases de efeito estufa.

Os especialistas enfatizaram que a redução do desperdício de alimentos é um componente essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável e pediram uma ação coletiva para resolver esse problema. Assim, apresentaram uma série de recomendações para reduzir o desperdício alimentar, incluindo a necessidade de:

- Maior conscientização e educação sobre os impactos do desperdício de alimentos no meio ambiente e na sociedade.
- Políticas e regulamentos aprimorados para incentivar a redução do desperdício de alimentos e apoiar sistemas alimentares sustentáveis.
- Colaboração entre todas as partes interessadas, incluindo o governo, o setor privado, a sociedade civil e os indivíduos, para trabalhar em conjunto para reduzir o desperdício de alimentos.
- Inovações e tecnologias que podem ajudar a prevenir o desperdício de alimentos, como embalagens inteligentes e sistemas de monitoramento.
- Mudanças no comportamento do consumidor, como planejamento de refeições e armazenamento adequado de alimentos, para reduzir o desperdício de alimentos no nível doméstico.
- Os especialistas incentivaram os espectadores a tomarem medidas para reduzir o desperdício de alimentos e contribuir para um futuro mais sustentável.

A sessão de Alto nível está disponível na UNWebTV, em [parte 1](#) e [parte 2](#).

O que pode ser feito individualmente

Os consumidores também podem desempenhar um papel fundamental na promoção do desperdício zero, mudando hábitos e reutilizando e reparando produtos o máximo possível antes de descartá-los adequadamente.

O site <https://www.un.org/en/actnow/ten-actions> oferece dez ações práticas que indivíduos podem tomar para reduzir seu impacto no meio ambiente e apoiar o desenvolvimento sustentável. Essas ações incluem reduzir o consumo de água e energia; usar transporte público, bicicleta ou carona; reduzir o desperdício de alimentos; reciclar entre outros.

O site também incentiva as pessoas a conscientizar sobre essas ações e envolver outras pessoas para criar um impacto maior.

Por que o Desperdício Zero é mais que uma Questão Ambiental?

O desperdício zero é um tema que vai além das questões ambientais e está diretamente relacionado a aspectos sociais e econômicos. A redução do desperdício permite economizar recursos valiosos, como matérias-primas e energia, além de diminuir os custos associados ao descarte de resíduos. Essa abordagem pode ter um impacto positivo na economia e na criação de empregos em setores relacionados à reciclagem e reutilização de materiais.

O desperdício tem impactos significativos na distribuição global de recursos. Enquanto algumas regiões enfrentam escassez de recursos básicos, outras geram quantidades excessivas de resíduos que poluem o meio ambiente e prejudicam a saúde pública. Os impactos sociais do desperdício são especialmente sentidos por comunidades vulneráveis. O desperdício de alimentos e outros recursos poderia ser usado para atender às necessidades dessas comunidades, mas ao invés disso, são descartados. Um terço de todos os alimentos produzidos no mundo é desperdiçado, o que significa que alimentos que poderiam alimentar pessoas famintas são jogados fora.

A exportação de resíduos para países em desenvolvimento pode ter impactos negativos na saúde e no bem-estar de muitas comunidades. A exportação injusta de resíduos para África é uma grave questão ambiental e social que se arrasta há décadas. Muitos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, bem como alguns países asiáticos, têm exportado seus resíduos para países africanos, muitas vezes sob o disfarce de "doações" ou "ajuda".

Esta prática tem impactos negativos no ambiente e na saúde pública nos países de acolhimento. Grande parte dos resíduos não é descartada adequadamente, levando à poluição da água e do solo e à liberação de produtos químicos e gases nocivos. Além disso, o despejo de resíduos em países africanos ocorre frequentemente em áreas empobrecidas, expondo comunidades mais vulneráveis à toxinas e poluentes perigosos.

Tem havido esforços para abordar esta questão a nível internacional. A Convenção de Basileia, um tratado assinado por muitos países, incluindo os da Europa e da África, visa regular o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e evitar o despejo de resíduos nos países em desenvolvimento. No entanto, a aplicação do tratado tem sido desigual, e muitos países africanos continuam a receber resíduos ilegalmente.

Para abordar esta questão, é importante que os países desenvolvidos assumam a responsabilidade pelos seus próprios resíduos e invistam em sistemas de gestão de resíduos sustentáveis. Além disso, os países africanos devem ser capacitados para desenvolver a sua própria infraestrutura de gestão de resíduos, para responsabilizar os países exportadores pelo despejo ilegal de resíduos, para reforçarem os seus regulamentos e mecanismos de execução para impedir a importação de resíduos perigosos e melhorar as práticas de gestão de resíduos.

Portanto, é fundamental considerar os impactos sociais e econômicos do desperdício ao planejar estratégias para reduzir os resíduos e avançar em direção a um futuro com desperdício zero e justo.

A Política Ambiental nos 100 dias de governo Lula

A agenda ambiental se tornou uma prioridade para o novo governo de Lula no Brasil. A aliança com Marina Silva durante as eleições sinalizou um compromisso com questões ambientais apesar da pressão do setor agrícola. O governo de Lula tem como objetivo unir o crescimento econômico e a proteção ambiental. Durante a 27ª Conferência do Clima da ONU, [Lula, em seu discurso, reforçou](#) a importância de combater as mudanças climáticas e anunciou que o Brasil voltaria a ajudar a combater a fome e cooperar com países pobres. Lula também se reuniu com uma delegação do governo dos EUA para discutir acordos e investimentos para combater o desmatamento na Amazônia. [O grupo de transição para o meio ambiente delineou quatro áreas prioritárias de ação em seu primeiro relatório técnico](#), incluindo a recuperação da liderança internacional do Brasil em questões ambientais, a restauração do orçamento para o meio ambiente e a revogação de decretos que enfraqueceram políticas ambientais. Os ministros Fernando Haddad do Ministério da Fazenda e Marina Silva do Meio Ambiente e Mudança do Clima reforçaram as posições de Lula durante as eleições no Fórum Econômico Mundial de Davos em 2023 e lamentaram o estado atual da agenda ambiental do Brasil. O governo planeja reindustrializar o Brasil com base na transição ambiental, justiça social e integração regional e pretende sediar a COP30 em 2025 e a reunião do G-20 em 2024.

A ministra Marina Silva também declarou que o Ministério contará com cinco secretarias, incluindo uma que será criada do zero, denominada "Secretaria Extraordinária de Combate ao Desmatamento e do Ordenamento Florestal", as secretarias já existiam, apesar de que uma havia sido extinta no Governo Bolsonaro. Ainda assim, foram modificadas suas estruturas e competências. Os temas anunciados para as secretarias são: combate ao desmatamento, bioeconomia e recursos genéticos, biodiversidade e defesa dos direitos animais, desenvolvimento sustentável e populações tradicionais.

Transversalidade da pauta ambiental

A transversalidade norteou a agenda ambiental do novo governo Lula desde antes da posse, indicando a necessidade de inserção das preocupações ambientais em todo o conjunto das políticas públicas e não apenas no interior do Ministério do Meio Ambiente. Uma amostra dessa concepção é a criação de diferentes departamentos e secretarias em outras pastas ministeriais, como a Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal e a Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria no interior do Ministério do Desenvolvimento.

Restauração e Restruturação

Em determinação publicada no Diário Oficial da União, em 2 de janeiro de 2023, foi determinado um prazo de elaboração de uma proposta de reestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por parte do Ministério.

Algumas decisões importantes de reconfiguração da estrutura do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima foram estabelecidas no decreto assinado imediatamente após a posse de Lula da Silva. Entre elas, foi determinado o retorno da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, responsável pela política de recursos hídricos do país, para a pasta do Ministério, após ter sido transferida em 2019 para o Ministério do Desenvolvimento Regional, por uma medida provisória assinada pelo então presidente e pelo ministro da casa civil. A transferência havia sido criticada na época em razão do percebido esvaziamento da pasta ambiental, enquanto que a política hídrica ficava subordinada à uma entidade de política predominantemente econômica

Amazônia: Desmatamento, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Fundo Amazônia e Petróleo na Foz do Amazonas

Desde que assumiu o cargo, Marina Silva tem se concentrado em questões relacionadas à Amazônia, incluindo visitas a comunidades indígenas e seringueiros, bem como a criação da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Planejamento Territorial para reduzir o desmatamento como principal fonte de emissões de gases de efeito estufa no país. Em fevereiro de 2023, o desmatamento na Amazônia Legal atingiu um recorde histórico, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). No entanto, o aumento pode ter ocorrido nos meses anteriores, pois as observações por satélite são difíceis durante a estação chuvosa. No geral, houve uma redução de 22% no desmatamento total em janeiro e fevereiro de 2022 em comparação com o mesmo período em 2023.

De acordo com um relatório do Observatório do Clima, "[Nunca Mais: Quatro Anos de Desmonte sob Jair Bolsonaro](#)", a necropolítica do governo Bolsonaro levou a um aumento de 60% no desmatamento na Amazônia, o maior durante um mandato presidencial desde o início dos registros por satélite em 1988, e as maiores emissões de gases de efeito estufa dos últimos 19 anos. Além disso, as multas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foram reduzidas em 38%, e a violência contra territórios indígenas, trabalhadores rurais, comunidades tradicionais e ativistas e funcionários ambientais aumentou.

O relatório também destaca o desmonte das proteções ambientais legais, como o apoio ao "Pacote do Veneno" ainda em tramitação no Congresso e a redução das metas de preservação do clima do Brasil sob o Acordo de Paris, além de um congelamento de quatro anos no [Fundo Amazônia](#) e no Floresta+, totalizando quase R\$4 bilhões que deveriam ter sido investido em desenvolvimento sustentável e monitoramento ambiental. O novo governo de Lula enfrenta o desafio não apenas de avançar na agenda climática, mas também de rever as políticas ecocidas do governo anterior.

Como parte desses esforços, o novo governo propôs duas ações internacionais relacionadas à Amazônia: uma cúpula sobre a Amazônia com membros da [Organização do Tratado de Cooperação Amazônica \(OTCA\)](#) e a retomada do Fundo Amazônia. A primeira iniciativa já havia sido proposta durante a campanha de Lula, e sua primeira viagem internacional como presidente foi para a 7ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em Buenos Aires. Durante a cúpula, Lula reafirmou o anúncio feito na COP27 no Egito no ano passado de que convocará uma Cúpula de Países Amazônicos no primeiro semestre de 2023. A iniciativa reunirá os líderes dos nove países amazônicos para discutir maneiras de proteger a floresta tropical e apoiar o desenvolvimento.

No primeiro dia de janeiro, como parte das primeiras ações do governo do PT, o presidente Lula assinou o [Decreto Federal nº 11.368](#) que restabelece o Fundo Amazônia, o qual havia sido suspenso em 2020 pelo decreto federal do ex-presidente Bolsonaro. O decreto de Bolsonaro havia eliminado o Comitê Técnico e o Comitê Orientador, impedindo a transferência de recursos financeiros do Fundo para projetos, enquanto o novo decreto do presidente Lula restabelece as estruturas e atribuições dos comitês e retoma as funções do Fundo. A resposta internacional ao anúncio foi positiva, com a Noruega anunciando no dia 3 de janeiro que R\$ 3 bilhões já poderiam ser investidos pelo Brasil e o presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, prometendo que o país forneceria € 35 milhões para o fundo. Além disso, na nota conjunta divulgada pelo Itamaraty em 10 de fevereiro de 2023, após o encontro bilateral entre

Joe Biden e Lula, foi anunciada a intenção dos Estados Unidos também de contribuir com recursos para o Fundo Amazônia.

Em meados de março, a Ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Brasil, Marina Silva, falou sobre o conflito de interesses ao lidar com a região de Foz do Amazonas, uma área com potenciais reservas de petróleo. Apesar da pressão de ativistas ambientais, Silva não se opôs diretamente à exploração de petróleo na região, mas destacou os possíveis impactos. Esse conflito pode ter implicações, já que a Petrobras agora se tornou a única proprietária das áreas e solicitou permissão para perfurar na região, o que será analisado pelo órgão ambiental brasileiro, o IBAMA. O governo brasileiro tem enfatizado seu compromisso em preservar o território nacional.

Diplomacia ambiental Alemanha-Brasil

As relações entre Brasil e Alemanha se intensificaram a partir do estabelecimento do compromisso com a sustentabilidade na agenda política, sendo a renovação do Fundo Amazônia e a promoção de políticas de transição energética os principais temas discutidos durante a visita do chanceler alemão Olaf Scholz ao Brasil em janeiro de 2023. A Alemanha doou aproximadamente 170 milhões de reais ao Fundo Amazônia para subprojetos voltados ao combate ao desmatamento e à promoção da bioeconomia. Além disso, a urgência da Alemanha pela diversificação energética levou à reafirmação da Parceria Energética Brasil-Alemanha, com foco na produção de hidrogênio de baixo carbono para exportação e uso doméstico - Enquanto a nação latino-americana é abundante em energias renováveis, o país germânico vem sofrendo com a escassez de gás natural desde as sanções contra a Rússia (sua principal fornecedora, sendo vantajoso para a Alemanha fortalecer as relações com o Governo brasileiro para garantir uma diversidade de novas parcerias sobre fornecimento de energia para o futuro próximo.

Nova Diplomacia ambiental EUA-Brasil

Em janeiro de 2021, John Kerry tornou-se o Enviado Especial Presidencial dos Estados Unidos para o Clima, com o objetivo de restaurar a credibilidade do país em questões ambientais e tornar os EUA líderes na luta contra as mudanças climáticas. Kerry tem uma longa história de defesa de medidas para combater as mudanças climáticas e desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do Acordo de Paris em 2015. Durante sua visita ao Brasil em fevereiro de 2023, Kerry se encontrou com autoridades governamentais para discutir temas como desmatamento, fortalecimento de ações de adaptação e cooperação para o desenvolvimento sustentável. O governo dos EUA também está buscando contribuir para iniciativas brasileiras de proteção e recuperação de florestas, incentivar a bioeconomia e apoiar os povos indígenas.

Outras parcerias

Durante a COP 27 de clima foi anunciada uma [aliança trilateral entre o Brasil, a Indonésia e a República Democrática do Congo](#), países que possuem a maior extensão de florestas tropicais, a fim de fortalecer a conservação desses territórios. A cooperação pretende trabalhar na negociação de um novo mecanismo de financiamento para a sustentabilidade, que revigore a transferência de fundos para países em desenvolvimento com o objetivo de preservar os ambientes naturais. A aliança foi apelidada por alguns de "OPEP das florestas".

COP30 em Belém

Belém, no Pará, foi formalmente candidata pelo governo brasileiro para a eleição da cidade sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) que será realizada, em 2025, cujo resultado vai ser anunciado no fim da COP28, em 2023. A proposta já havia sido declarada por Lula da Silva em sua participação, na COP27.

Ministério dos Povos Indígenas

Pela primeira vez na história do Brasil, será criado o Ministério dos Povos Indígenas, que incluirá a Fundação Nacional do Índio (Funai). A ministra Sônia Guajajara anunciou que a Funai será renomeada como Fundação Nacional dos Povos Indígenas e que será liderada pela primeira deputada federal indígena, Joenia Wapichana. O ministério tem como objetivo proteger os direitos das comunidades indígenas e promover o desenvolvimento sustentável em seus territórios, sendo considerado um passo positivo para resolver problemas históricos enfrentados pelas comunidades indígenas incluindo a luta pelos direitos à terra e a proteção ambiental

Os povos indígenas no Brasil cuidam de aproximadamente 13% das terras do país, incluindo grandes áreas da floresta amazônica. No entanto, seus direitos a essas terras têm sido historicamente ameaçados pelo desmatamento, mineração e agronegócio, entre outros fatores. A criação de um Ministério dos Povos Indígenas é vista como um passo positivo na proteção de seus direitos e na promoção do desenvolvimento sustentável de seus territórios.

As informações acima é uma compilação do artigo de [Plácido et al, 2023](#), do artigo de [Palandi e Novaes, 2023](#), dentre outras fontes.

Segurança humana, solidariedade e os desafios dos sistemas de saúde no Antropoceno

Erica Kastrup e Rômulo Paes

Estamos enfrentando um paradoxo para o desenvolvimento. Apesar de as pessoas estarem vivendo mais, com mais saúde e riqueza, esses avanços não ampliaram a sensação de segurança, e isso já era verdade antes da pandemia de COVID-19. Esta é a constatação que faz Antonio Guterres, diretor geral da Organização das Nações Unidas, no prefácio do documento elaborado pelo PNUD chamado “*New threats to human security in the Anthropocene: Demanding greater solidarity*”¹⁶ e que sumariza a discussão abordada no texto.

Vivemos um momento de mudanças planetárias perigosas e sem precedentes. As atuais concentrações atmosféricas de dióxido de carbono são maiores do que em qualquer momento em pelo menos 2 milhões de anos, e o aumento da poluição do ar, água e terra causam cerca de 9 milhões de mortes prematuras por ano, ao mesmo tempo em que espera-se que as atuais taxas de crescimento dupliquem nas próximas duas décadas ampliando o problema. É com base no novo contexto, que vem sendo chamado Antropoceno¹⁷ – a era dos humanos, que o PNUD busca atualizar o conceito de segurança humana, abordando questões fundamentais sobre a interdependência entre as pessoas e o planeta, num documento que foi produzido no processo de preparação para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2021-2022.

O conceito de segurança humana vem sendo proposto pelo PNUD desde 1994, quando o Programa lançou o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano inspirado nas ideias do economista indiano Amartya Sen sobre o papel das liberdades individuais no desenvolvimento. Essa ideia foi atualizada em 2003 em um relatório elaborado pelo próprio Sen e por sua colega japonesa Sadako Ogata para a Comissão de Segurança das Nações Unidas intitulado “*Human Security Now: protecting and empowering people*”, que propunha inverter a lógica de se pensar na segurança dos Estados Nacionais para se focar na segurança das pessoas. Em 2022, o documento do PNUD pretende jogar luz sobre como as relações entre as pessoas e planeta vem afetando a segurança humana.

As métricas do desenvolvimento adotadas pela comunidade internacional, focadas majoritariamente em crescimento econômico e com pouca atenção ao desenvolvimento humano equitativo, apesar dos esforços do PNUD por incentivar o debate nesse sentido, produziram grandes iniquidades e degradação ambiental. As consequências estão claramente expostas na crise climática e na pandemia de Covid-19. Reconhecer que nossos padrões de desenvolvimento ampliaram as vulnerabilidades humanas, nos estimula a revisitar o conceito de segurança humana e entender o que isso implica no presente.

Fome, mudança climática, migrações forçadas, conflitos, violência contra mulheres e populações LGBT e desigualdades sociais e econômicas são questões prementes na terceira década do século XXI e conformam um contexto de crises sistêmicas que demandam novos olhares. Nesse sentido, o relatório busca responder à pergunta: o que explica o surpreendente paradoxo entre melhorias nas conquistas de bem-estar e declínios na percepção de segurança das pessoas? E explora como a nova geração de ameaças interativas, atuando no contexto do

¹⁶ Documento disponível em: <https://hs.hdr.undp.org/pdf/srhs2022.pdf>

¹⁷ Este termo é utilizado para designar uma nova era geológica na qual os seres humanos se tornaram os principais responsáveis por mudanças no planeta terra, alterando radicalmente os sistemas naturais da biosfera

Antropoceno, afeta a segurança humana e o que fazer a respeito. Conclui que é necessário mais solidariedade.

O documento está organizado em duas partes, a primeira, mais conceitual, explora as relações entre segurança e solidariedade, e busca responder como e porque é necessário ampliar a segurança humana por meio de maior solidariedade no Antropoceno. Desde uma perspectiva liberal, o documento delimita o conceito de segurança humana como a sensação percebida pelo indivíduo, relacionada às suas crenças, medos, desejos, limitações e vulnerabilidades.

O percurso intelectual do argumento propõe reconhecer que juntamente com uma tendência ascendente contínua nas conquistas de bem-estar em todas as regiões do mundo, uma nova geração das inseguranças humanas vem emergindo como um subproduto de como o desenvolvimento foi sendo perseguido. Assim, no contexto Antropoceno, as novas ameaças à segurança humana emergem ligadas à própria ação humana e, em sua maioria, são oriundas de atividades que até agora significaram melhorias no bem-estar. A nova geração de ameaças decorrentes deste paradoxo são globais, sistêmicas e interligadas, e demandam soluções intersetoriais e multidimensionais que superem o olhar fragmentado sob as políticas públicas. Demandam, ademais, reconhecer que é preciso se afastar de ações que impulsionam desequilíbrios planetários na busca de noções estreitas de desenvolvimento e segurança.

Por exemplo, para atender às nossas necessidades de energia, continuamos a depender principalmente de combustíveis fósseis, o que resulta em emissões de gases de efeito estufa que estão impulsionando a mudança climática e, por outro lado, o aumento do uso de energia renovável e baterias está levando a um aumento da extração de minerais que sabemos ser limitados e para os quais temos poucos substitutos no momento, além do mais, tal extração muitas vezes ameaça a biodiversidade e incorre em violações dos direitos humanos. Outros exemplos são políticas de segurança alimentar que podem aumentar as pressões planetárias por meio do desmatamento e monoculturas, resultando em perda de biodiversidade e pressão sobre a mudança climática; ou as políticas de segurança nacional que podem gerar uma corrida armamentista, desviando recursos das necessidades humanas.

Para que se possa considerar os trade-offs nas opções políticas, o documento defende o conceito de agência, conforme definido por Amartya Sen: “alguém que age e provoca mudanças e cujas realizações podem ser julgadas em termos de seus próprios valores e objetivos, mesmo se avaliados por critérios externos”. Essa perspectiva, liberal, implica reconhecer que são as pessoas os condutores dos perigos planetários e são elas que devem ser os agentes responsáveis pelo que é preciso para resolver, e considera que as práticas definidas partem do conjunto de valores próprios dos indivíduos. Numa perspectiva da tomada de decisão política, significa pensar sob qual conjunto de crenças e valores as decisões são tomadas. Neste sentido, incentiva a participação e o diálogo entre as partes envolvidas, sem desconsiderar os desafios inerentes a este processo.

O contexto de incertezas e ameaças à segurança humana postas pelo Antropoceno induz maiores exigências à capacidade das sociedades de ampliar e reavaliar o que significa desenvolvimento e segurança, e torna especialmente importante o papel da solidariedade. Os desafios existenciais são reais, então, como encontrar formas mais responsáveis e colaborativas de convivência no planeta? O documento segmenta a nova geração de ameaças postas pelo Antropoceno em quatro pilares: conflitos violentos, iniquidades, ameaças digitais e ameaças à

saúde. Estas dimensões são exploradas na segunda parte do relatório, que se propõe a ensaiar a aplicação dos conceitos discutidos.

Para este informe, selecionamos as reflexões e recomendações que se referem à saúde.

O contexto do Antropoceno evidencia a relação entre biodiversidade e saúde humana. Por exemplo, o surto de Ebola na África Ocidental resultou da transmissão de vírus de animais selvagens para humanos que ocorreu em um contexto que combinava desmatamento e grande densidade populacional. A perda de florestas em Bangladesh reduziu drasticamente o habitat de morcegos frugívoros, o que aumentou as chances de transmissão de vírus entre morcegos e humanos. O desmatamento da floresta amazônica aumentou a transmissão da malária no Brasil: um aumento de 10% no desmatamento levou a um aumento de 3,3% na incidência de malária. A exposição humana à poluição do ar vem aumentando o risco de doenças cardiovasculares e respiratórias, disfunções reprodutivas e do sistema nervoso central e incidência de câncer, aumentando a mortalidade e reduzindo a expectativa de vida.

Globalmente, estima-se que 80% das águas residuais dos municípios e indústrias são lançadas no meio ambiente sem qualquer tratamento, com efeitos prejudiciais na saúde humana e nos ecossistemas. Metais pesados produzidos pelas indústrias e descartados em corpos hídricos sem processamento ou tratamento estão expondo seres humanos e animais à doenças. Por exemplo, peixes comumente consumidos em Bangladesh tinham vários níveis de metais pesados, sugerindo uma ligação entre o consumo desses peixes contaminados e câncer. A poluição plástica contribuiu para a contaminação do solo, o que pode reduzir a segurança dos alimentos para os seres humanos e muitos outros organismos que dependem do solo. Os seres humanos também estão expostos a microplásticos por ingestão, inalação e absorção dérmica, o que pode causar várias complicações de saúde. Os microplásticos também podem conter vetores de microorganismos e produtos químicos tóxicos que causam problemas de saúde e a alta exposição à poluição por microplásticos pode afetar o sistema nervoso central sistema e o sistema reprodutivo.

São diversas as novas ameaças à saúde postas pela relação saúde-ambiente no Antropoceno, e como os sistemas de saúde devem se preparar para lidar com esta nova realidade? É o que discute o capítulo 6 do documento.

Nos últimos 50 anos, os sistemas de saúde vem sendo pressionados pela inversão da carga global de doenças. As doenças crônicas não transmissíveis, que exigem cuidados contínuos e prolongados, vem sendo responsáveis por uma parcela cada vez maior dos problemas de saúde e mortalidade. Sistemas de saúde que forneciam bons resultados no combate às doenças transmissíveis, na saúde materna e infantil tentam se adaptar para esta nova realidade. Ainda assim, e embora a necessidade esteja se intensificando, os cuidados de saúde permanecem inacessíveis para muitas pessoas ao redor do mundo, e quase metade da população mundial carece de cobertura completa de serviços essenciais de saúde.

A progresso em direção à meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de mais 1 bilhão de pessoas se beneficiando da universalização a cobertura de saúde até 2023 estava ameaçada antes mesmo da Pandemia de Covid-19, e o gasto direto com saúde é catastrófico para os pobres e um fardo cada vez mais substancial para as famílias de classe média. Os determinantes sociais da saúde, que moldam a distribuição e a prevalência das doenças não transmissíveis, assim como a mortalidade associada são amplamente negligenciados.

A lacuna entre as ameaças à saúde e a capacidade dos sistemas de saúde para abordá-los posta um desafio crítico para a segurança humana nos tempos atuais. As ameaças postas pelo antropoceno prometem se ampliar, ampliando igualmente a pressão nos sistemas de atenção à saúde. Ao mesmo tempo, os sistemas de saúde estão entre os espaços mais promissores para o avanço de estratégias de segurança humana, combinando proteção, empoderamento e solidariedade. Este quadro torna mais relevante e urgente o debate sobre sistemas de saúde baseados na universalidade. A pandemia alocou este debate em uma dimensão ética ao revelar as diversas vulnerabilidades às quais as populações estão expostas em situações de crise sanitárias e os efeitos das desigualdades entre os países e no interior deles.

Neste cenário, o debate sobre sistemas de saúde baseados em equidade ganha crescente relevância, à medida em que ter garantia de atendimento em caso de necessidades em saúde tem impacto direto na segurança humana. Nesse sentido, o documento reconhece que a saúde universal é uma estratégia que promove a segurança humana por meio de proteção, empoderamento e solidariedade e se vincula ao consenso internacional expresso na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e ao compromisso de não deixar ninguém para trás.

A partir dessa constatação, o relatório apresenta o Índice de Universalidade na Saúde (IUS), que, com o objetivo de avançar sobre o conceito de Cobertura Universal em Saúde (CUS) baseada somente na dimensão do acesso serviços, incorpora medidas e cobertura, generosidade e equidade assim definidos:

- Cobertura: índice de cobertura efetiva da CUS, que avalia o desempenho do sistema de saúde em relação às necessidades de saúde da população de cada país;

- Generosidade: Gastos governamentais com saúde como porcentagem do PIB, o que significa esforços públicos e compromisso com uma educação abrangente e acessível serviços para todos

- Equidade: Gastos com saúde privada como uma porcentagem do gasto total em saúde, o que indica a segmentação da atenção à saúde. Um grande setor privado sugere alta segmentação na saúde e desigualdade entre grupos mais ricos e mais pobres no acesso atendimento de qualidade. Essa medida inclui gastos diretos, que na maioria dos países representam a maior parte dos gastos privados com saúde

A aplicação do índice indica que a generosidade, ou seja, o compromisso do setor público com a provisão de saúde é o maior empecilho para a universalização. E indica, por exemplo, que enquanto o Uruguai marca quase igualmente bem em todas as dimensões, cobertura (0,69), generosidade (0,72) e equidade (0,70), os Estados Unidos são caracterizados por grandes diferenças nas pontuações entre os quesitos, especialmente entre cobertura (0,86) e equidade (0,46). Entre as regiões em desenvolvimento, a América Latina e o Caribe se destacam com altos valores de IUS, apesar fragilidades persistentes nos sistemas de saúde.

Segundo o PNUD, o índice tem como objetivo fornecer uma visão globalmente comparável, uma medida de nível macro do universalismo da saúde. Esta medida pode ser complementada com análises mais granulares que capturem fatores contextualmente relevantes que moldam as dimensões do universalismo dentro dos países. Por exemplo, uma contribuição importante para esse efeito seria desenvolver contas satélites nacionais de saúde para avaliar os efeitos de gastos e resultados em saúde.

À despeito dos problemas que podem decorrer do uso de métricas quantitativas para medir o desempenho dos sistemas de saúde, o ponto forte esforço do PNUD é avançar no debate sobre a dimensão da solidariedade e da justiça social. Como lembra o documento, no passado, grandes crises de saúde impulsionaram mudanças nos sistemas de saúde. No século XXI, a Covid 19 foi a sétima epidemia a ameaçar o mundo, depois da SARS, H1N1, gripe aviária MERS, Ebola e Zika.

Associadas às múltiplas crises e ameaças postas nos contexto do Antropoceno, e à realidade revelada pela pandemia de Covid-19 e suas consequências nas diversas dimensões da segurança humana, torna-se urgente repensar os modelos de sistemas de saúde à luz da solidariedade, da equidade e da justiça social. E nesse exercício, é preciso lembrar que o Antropoceno implica uma atenção sistemática, permanente e universal à solidariedade – não como caridade opcional ou algo que subjuga o indivíduo aos interesses de um coletivo, mas como um chamado para buscar a segurança humana através dos “olhos da humanidade”. Este é o principal e mais importante alerta do documento.

Neste sentido, afirmamos o Sistema Único de Saúde do Brasil como um modelo capaz de inspirar necessárias reformas nos sistemas de saúde no Antropoceno.

Brasil e Organização Internacional do Trabalho (OIT) definem temas prioritários para novo programa de Cooperação Sul-Sul

René Mendes

O Governo do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizaram, no último dia 4 de abril, jornada estratégica de diálogos sociais tripartites com o objetivo de identificar e definir os temas prioritários para a nova fase do Programa de Parceria Brasil - OIT para Promoção da Cooperação Sul-Sul 2023-2027. A **erradicação do trabalho infantil e escravo, segurança e saúde no trabalho, equidade de gênero, de raça, geracional e promoção da igualdade no mundo do trabalho e proteção social** estão entre as áreas de atuação previstas para o próximo ciclo da Parceria¹⁸.

A oficina de planejamento reuniu representantes do Escritório da OIT Brasil, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de outras áreas políticas, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e dos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), da Previdência Social (MPS), dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), dos trabalhadores representados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) Nacional, dos empregadores representados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Segundo divulgado pelo Escritório da OIT no Brasil, a primeira fase do Programa foi implementada entre 2009 e 2023 e colaborou para o desenvolvimento de diversos países com importantes resultados, tais como:

- Contribuiu para a criação do primeiro sistema de seguridade social para servidores públicos em Timor-Leste;
- Contribuiu para o fortalecimento da inspeção do trabalho no Peru, possibilitando a formalização de milhares de trabalhadoras e trabalhadores;
- Contribuiu para o fortalecimento do combate ao trabalho infantil e forçado em diversos países da África e da América Latina e o Caribe.

Na mesa de abertura, a diretora-adjunta da ABC, embaixadora Maria Luiza Ribeiro Lopes, e o diretor do Escritório da OIT para o Brasil, Vinícius Pinheiro, destacaram os avanços e importância do Programa de Parceria Brasil - OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul, estabelecido em 2009.

"Após quase 15 anos de vigência do Programa de Parceria Brasil - OIT e aporte brasileiro de US\$ 26 milhões de dólares, foram alcançados resultados expressivos com importantes avanços no aprimoramento de marcos legais e de políticas públicas dos países parceiros, bem como no fortalecimento de espaços de diálogo entre atores governamentais e não governamentais", ressaltou a embaixadora Luiza Lopes.

"O Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil - OIT representa um compromisso com a colaboração entre países em desenvolvimento, dentro do contexto da Agenda do Trabalho Decente, com base em seus quatro eixos estratégicos: o **respeito aos princípios e direitos fundamentais do trabalho**, a **criação de mais e melhores empregos para homens e mulheres**, a **extensão da proteção social** e o **diálogo social**.", disse Pinheiro.

¹⁸ https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_875439/lang--pt/index.htm

Pinheiro destacou ainda o fato importante de que o debate em torno das prioridades para o programa de Cooperação Sul-Sul e Trilateral OIT-Brasil esteja acontecendo, no momento em que a OIT, sob a liderança do diretor-geral Gilbert F. Houngbo, está construindo uma Coalizão Global pela Justiça Social, na qual o Brasil poderá ter um papel de destaque. A Coalizão atuará como uma plataforma para elevar o debate político sobre justiça social e para enfrentar os desafios que atualmente afetam o mundo do trabalho.

Em seguida, o foco das atenções voltou-se para as palestras sobre o trabalho da OIT e a Cooperação Sul-Sul, apresentada por Anita Amorim, chefe da Unidade de Associações Emergentes e Especiais do Departamento de Parcerias da OIT em Genebra, e sobre o Programa de Cooperação Sul-Sul do Brasil, apresentado por Cecília Malaguti do Prado, responsável da área de Cooperação Sul-Sul Trilateral do Organismos Internacionais da ABC, e por Fernanda Barreto, coordenadora do Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil - OIT.

Os participantes se reuniram para identificar, de forma colaborativa, as prioridades de ação da Cooperação Sul-Sul divididos em quatro mesas temáticas: i) erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado, ii) segurança e saúde no trabalho e inspeção do trabalho; iii) equidade de gênero, de raça, geracional e promoção da igualdade no mundo do trabalho e iv) emprego e proteção social.

Como resultado, os eixos de atuação da nova fase da parceria foram revistos e as áreas de interesse definidas, tanto do que o Brasil compartilhará com países parceiros como temas sobre os quais as instituições brasileiras têm interesse em ampliar seu conhecimento. O resultado conjunto da oficina será sistematizado e subsidiará a elaboração do documento do novo Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil - OIT, que será compartilhado com todas as instituições participantes e assinado durante a Reunião Anual Brasil - OIT, a ser realizada em junho de 2023 na sede da OIT em Genebra, durante a 111ª Conferência Internacional do Trabalho.

O novo Programa de Parceria Brasil - OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul contribui para o atingimento pelo Brasil e pelos países parceiros dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030: **ODS 8 – “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”**¹⁹ e **ODS-17 “Parcerias e Meios de Implementação”**²⁰.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

¹⁹ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>

²⁰ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/17>

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Finanças

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

As parcerias multissetoriais

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

Retomada dos compromissos internacionais do Brasil: MPT e OIT

Com o objetivo de fortalecer a parceria e a cooperação técnica entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, e o diretor do Escritório da OIT para o Brasil, Vinícius

Pinheiro, assinaram no último dia 30 de março, um Memorando de Entendimento (MdE) para promover o trabalho decente no país²¹.

“O memorando consolida essa parceria que ocorre há muitos anos e vai permitir que atividades, projetos e programas sejam desenvolvidos em prol da sociedade. Com esse documento, as instituições poderão ter segurança jurídica para realizar a destinação de recursos frutos de descumprimento da legislação trabalhista”, disse Pereira.

Por meio do Memorando, o MPT e o Escritório da OIT para o Brasil vão continuar desenvolvendo iniciativas de cooperação para a **promoção dos princípios e direitos fundamentais do trabalho**, como **ações para o combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil**, e para a **promoção da igualdade e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho**.

"Com o novo memorando poderemos ampliar o escopo das ações conjuntas para a **promoção do trabalho decente e da justiça social** com foco nas pessoas, principalmente naquelas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica", disse Pinheiro.

O acordo prevê ainda a gestão, a execução e monitoramento de projetos de **promoção do trabalho decente para todas as pessoas** com vistas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da **Agenda 2030 da ONU**, com especial atenção ao **ODS 8 – “Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico”**²².

No tocante ao compartilhamento de conhecimentos, o acordo prevê a sistematização de boas práticas do MPT e o intercâmbio em fóruns nacionais e internacionais.

Participaram da reunião de assinatura a vice-procuradora-Geral do Trabalho, Maria Aparecida Gugel, o secretário e a secretária-Adjunta de Cooperação Internacional Trabalhista, respectivamente Augusto Meirinho e Sofia Vilela, a secretária de Planejamento e Gestão Estratégica, Ludmila Reis Brito Lopes, e as procuradoras do Trabalho, Christiane Nogueira e Tatiana Bivar Simonetti, e a oficial Técnica em Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho para América Latina e Caribe da OIT, Thaís Dumê Faria.

O Memorando visa garantir segurança jurídica na destinação, pelo MPT, de recursos de condenações ou de multas de descumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) para iniciativas conjuntas de promoção do trabalho decente.

Conceito de Trabalho Decente (Digno) segundo a OIT²³

Formalizado pela OIT em 1999, o [conceito de trabalho decente](#) significa promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

²¹ https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_874317/lang--pt/index.htm

²² <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>

²³ <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>

Retomada dos compromissos de combate ao trabalho escravo

Na mesma linha de retomada de compromissos internacionais, este primeiro trimestre de 2023 presenciou a retomada, com vigor, das medidas de combate às formas de trabalho análogas à escravidão, um dos objetos da **Meta 8.7 dos ODS**: “Tomar medidas imediatas e eficazes para **erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas**, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.”

Segundo o “**VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável - Brasil**”²⁴²⁵ (2022), em relação à meta 8.7, “o país retrocedeu ainda mais no combate ao trabalho forçado, análogo à escravidão e infantil. Entre 2019 e 2021, o governo federal reduziu em 95% a execução de verbas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)”.(p.49)

No entanto, no último dia 5 de abril, a nova Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) noticiou a divulgação da atualização da lista de empregadores flagrados utilizando mão de obra análoga à escravidão, que agora contém 289 nomes na assim chamada “lista suja”²⁶.

A atualização incluiu 132 novos empregadores, entre pessoas físicas e jurídicas, e excluiu 17 nomes, podendo ser consultada no link https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf.

Para o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, é de suma importância dar publicidade à lista de empresas que usam trabalho análogo à escravidão. “Aqueles que forem flagrados fazendo uso de mão de obra análoga à de escravo, devem ser devidamente responsabilizados”, frisou.

Marinho salientou, porém, que o Ministério tem buscado um entendimento nacional de conscientização dos empregadores voltado à erradicação do trabalho análogo ao de escravo. “Somente este ano já foram mais de mil resgates de trabalhadores nessa condição, nos três primeiros meses do ano. Vamos produzir um entendimento para que esses casos voltem a cair e possamos erradicar o trabalho análogo ao de escravo no Brasil”, afirmou.

A atualização de abril/2023 inclui decisões que não cabem mais recurso de casos de trabalho escravo identificados pela Inspeção do Trabalho entre os anos de 2018 e 2022 nos estados da Bahia (7), Ceará (1), Distrito Federal (2), Goiás (15), Maranhão (8), Minas Gerais (35), Mato Grosso do Sul (6), Mato Grosso (5), Pará (11), Pernambuco (2), Piauí (13), Paraná (8), Rio Grande do Norte (1), Rondônia (1), Roraima (1), Rio Grande do Sul (6), Santa Catarina (7), São Paulo (2) e Tocantins (1).

²⁴ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2022/>

²⁵ https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf

²⁶ <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/trabalho/2023/abril/ministerio-do-trabalho-e-emprego-divulga-atualizacao-da-lista-de-empregadores-flagrados-utilizando-mao-de-obra-analoga-a-de-escravo>

A inclusão de empregadores flagrados na situação ilegal é prevista na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11/05/2016 e ocorre desde 2003, sendo atualizada semestralmente pelo MTE com a finalidade de dar transparência aos atos administrativos que decorrem das ações fiscais de combate ao trabalho escravo e só ocorre quando da conclusão do processo administrativo que julgou o auto específico de trabalho escravo. A inserção no Cadastro permanece por 2 anos, sendo retirada da lista após esse período, conforme art. 3ª da Portaria Interministerial. Nessa atualização foram excluídos 17 nomes que completaram esse tempo de publicação.

No curso de ação fiscal da Inspeção do Trabalho em que são encontrados trabalhadores em condição análoga à escravidão, são lavrados autos de infração para cada irregularidade trabalhista encontrada, que demonstram a existência de graves violações de direitos, e ainda, o auto de infração específico com a caracterização da submissão de trabalhadores a essas condições. Cada auto de infração gera um processo administrativo. Durante o processamento dos autos de infração são assegurados aos autuados garantias processuais constitucionais, como o contraditório e a ampla defesa em duas instâncias administrativas.

As ações fiscais são executadas por auditores fiscais do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego em todo país, com a participação de integrantes da Defensoria Pública da União, dos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, entre outras forças policiais.

Vale lembrar que em 2020 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a criação e a manutenção do Cadastro de Empregadores, confirmando o entendimento de que a publicação do Cadastro não é sanção, mas sim o exercício de transparência ativa que deve ser exercido pela Administração, em consonância ao princípio constitucional da publicidade dos atos do poder público²⁷. Em nível infraconstitucional, encontra embasamento legal na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que prevê expressamente o direito de acesso à informação, sendo um dever dos órgãos públicos promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral.

Segundo o ministro do Trabalho, **a erradicação das formas modernas de escravidão é uma prioridade do governo, ressaltado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8.7 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).**

Cabe lembrar que o Ministério Público do Trabalho e a OIT, em parceria ampliada com outros atores sociais, monitora através do seu “sistema Smartlab”²⁸ os vários indicadores relacionados com o ‘guarda-chuva’ do ‘trabalho decente’ (digno), dedicando um ‘Observatório’ específico para o tema da **“Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas”**, de abrangência nacional e com estudos de fluxos e georreferenciamento com o mapa do Brasil²⁹.

Encerrando este breve artigo, cabe ressaltar que os avanços alcançados pelo Brasil nestes primeiros três meses de novo Governo, no que se refere à reinserção do país no cenário internacional, também no referente ao atingimento de Objetivos Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) relacionados ao mundo do trabalho, antecipam um potencial auspicioso, não

²⁷ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451765&ori=1>

²⁸ <https://smartlabbr.org/>

²⁹ <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo>

apenas para o emprego e qualidade de vida da classe trabalhadora de nosso país, mas, também, com reflexos positivos para a comunidade internacional. Este momento auspicioso coincide ou reforça, também, os novos movimentos que estão sendo feitos pela Organização Internacional do Trabalho – sob nova direção -, e de seu Escritório no Brasil, também sob nova direção. Esperançar é o verbo mais apropriado para ser conjugado neste momento!

Migrações, refúgio e saúde global

*Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,
Júlia Moraes, Marina Sujkowski,
e Deisy de Freitas Lima Ventura.*

Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres e Adolescentes Migrantes Venezuelanas no Brasil³⁰

Redressing Gendered Health Inequalities of Displaced Women and Girls in contexts of Protracted Crisis in Central and South America (ReGHID) se trata de um projeto interdisciplinar e multicêntrico, dentre o qual fazem parte organizações e instituições de ensino do Reino Unido, El Salvador, Honduras, Colômbia e Brasil. A sua coordenação geral é realizada pela Universidade de Southampton. No Brasil, a pesquisa é gerenciada pela Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Federal do Maranhão. Este projeto possui o intuito de colaborar com o desenvolvimento de novos conhecimentos e evidências sobre os obstáculos voltados aos direitos à saúde sexual e reprodutiva enfrentados por mulheres e adolescentes, inseridas no complexo cenário de deslocamento forçado de longa duração, na América Central e do Sul. Sendo assim, este estudo consegue analisar a relevância da saúde sexual e reprodutiva como objeto central para o desenvolvimento internacional, conseguindo analisar questões sobre as responsabilidades dos Estados frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Lembrando que a Venezuela ainda atravessa uma crise humanitária sem precedentes, notavelmente demarcada pela insegurança alimentar e acesso à saúde de maneira precária, motivo pelo qual mais de 7 milhões de venezuelanos partiram de maneira forçada de seu país em direção a melhores condições de vida desde o ano de 2016. Esta conjuntura de fatores toca a todos de modo geral, porém seus efeitos são totalmente diferentes quando se trata de homens e mulheres, principalmente quando são consideradas as suas responsabilidades voltadas ao cuidado. Quando se fala, por exemplo, no caso de gestantes, as quais, conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, foram essencialmente prejudicadas pela crise alimentar na Venezuela, com muitos casos de grávidas sendo afetadas pela desnutrição e crescimento da mortalidade materna e infantil no país.

Logo, essa crise humanitária, atinge a saúde sexual e reprodutiva, gerando o aumento de infecções sexualmente transmissíveis, como HIV, maiores taxas de mortalidade materna, maior risco de gravidez não planejada e indesejada e, por consequência deste cenário, maiores casos de abortos de risco, falta de acesso a pré-natal e acompanhamento puerperal. Além dos obstáculos existentes na tentativa de se obter métodos contraceptivos, os estoques estão diminuindo cerca de 90% desde o ano de 2005, na Venezuela. Em meio a estas condições, não nos assusta que, desde o ano de 2016, aproximadamente metade da população migrante Venezuela se trata de mulheres e meninas, que se deslocam de maneira forçada, principalmente, para países próximos, tornando o Brasil um destino muito procurado.

Até o mês de janeiro de 2023, o Brasil acolheu, no total, aproximadamente 414.000 refugiados e migrantes vindos da Venezuela. Em Roraima e no Amazonas, o crescimento populacional depois da chegada dos migrantes fez uma grande pressão nos serviços públicos regionais, que acabaram se sentindo sobrecarregados, essencialmente, no âmbito da saúde. A Operação Acolhida é uma proposta do governo federal, envolvendo as Forças Armadas, outros

³⁰https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2023/03/REGHID_sumario_executivo_9mar23.pdf

setores e serviços governamentais, assim como organizações não-governamentais e internacionais, que realizam suporte aos governos regionais no acolhimento de migrantes e incentivam a ordem e o controle nas regiões de fronteira e também nas cidades mais prejudicadas. A Operação foi pensada para fornecer auxílio humanitário, por meio do provimento de abrigo, alimentação e serviços de saúde, tal como a reorganização voluntária interna a refugiados venezuelanos em Roraima.

Mesmo existindo um marco normativo amplamente reconhecido como progressivo, a primeira resposta aos movimentos venezuelanos no Brasil foi de caráter restritivo, com diversas denúncias de deportações coletivas. As várias respostas migratórias criadas de maneira temporária, mesmo realizando uma tentativa com um princípio positivo, não foram suficientes para solucionar o problema da irregularidade de forma geral, e existiram ao mesmo tempo com uma certa negação em reconhecer a condição de refugiados aos venezuelanos, algo que mudou de direção somente por volta de 2019. É importante salientar que a regularização migratória sofreu uma pausa entre o ano de 2020 e 2021, quando o Brasil acabou fechando a fronteira do país com a Venezuela por conta da pandemia do covid-19, impossibilitando a circulação regular de novos migrantes venezuelanos ao país. Em resposta a esta situação, a jornada migratória irregular acabou aumentando, porém de maneira dificultosa, cara e perigosa, especialmente para mulheres e meninas, com crescimento dos riscos e vulnerabilidades voltados à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos correspondentes.

Cabe destacar que mesmo depois da abertura das fronteiras, os obstáculos relacionados às barreiras de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva continuaram nítidos em razão de fatores sociais, culturais, institucionais e de gênero. O projeto ReGHID leva em consideração como o desenvolvimento do processo e da condição migratória podem sim ser determinantes sociais da saúde, com desfechos diferentes a partir do gênero. Neste sentido, mulheres e meninas venezuelanas, muito embora migrem à procura de segurança e proteção, acabam correndo mais riscos de diversas fontes, em virtude da sua condição de mulher migrante.

O perfil das mulheres entrevistadas é, em sua maioria, jovem (entre 24 e 35 anos), com ensino médio completo e 66% autodeclaradas pardas. 61% afirmam ter um companheiro e a maioria com alta fecundidade. A maioria é solicitante de refúgio, ao passo que 91% tiveram acesso ao CPF e 72% ao Cartão SUS, sendo que 13% das entrevistadas estavam em situação irregular.

Tanto nas pesquisas qualitativas quanto nos relatos coletados, os principais motivadores para a emigração são dificuldades para se alimentar (54%), dificuldades para acessar assistência à saúde (37,8%), violência e insegurança (27,3%) e busca por trabalho (23,2%), que refletem o cenário crítico da Venezuela.

Quanto ao deslocamento até o Brasil, quase a totalidade atravessou a fronteira através de Pacaraima, em Roraima, e a maioria veio acompanhada de familiares (87%). Quase 8% das mulheres chegaram ao país grávidas, e muitas relatam o alto perigo de violência sexual no percurso durante a pandemia de covid-19, devido à presença de “trocheros” que realizavam o traslado ao Brasil por caminhos irregulares e muitas vezes exigiam favores sexuais como pagamento. Já no Brasil, algumas das principais dificuldades enfrentadas envolvem o desconhecimento do idioma, falta de abrigo ou abrigos em péssimas condições, demora para obter documentação e obstáculos para acessar serviços de saúde, especialmente às que se encontram em situação irregular.

Sobre a saúde sexual e reprodutiva das mulheres entrevistadas, a maioria relata situações de vulnerabilidade favorecidas pelas condições de risco do deslocamento, envolvendo estupro, agressões, assédio e outras ameaças à saúde, ainda mais ampliadas pela pobreza, exclusão social e diferenças culturais. Suas demandas vão além do acesso a preservativos, tratamento de ISTs e pré-natal, envolvendo também a necessidade de informações sobre saúde sexual, métodos contraceptivos e planejamento familiar.

As mulheres relatam maior acesso a métodos contraceptivos no Brasil em comparação com a Venezuela. 63% das entrevistadas sexualmente ativas afirmam que seus parceiros não utilizaram preservativo nos últimos 12 meses, e apenas metade (53%) relatou usar algum método contraceptivo, a maioria sendo anticoncepcional injetável. As entrevistadas destacaram que conseguiram acessar o exame preventivo por meio do SUS, bem como testes de rastreamento de ISTs. 70% auto avaliou sua saúde como muito boa ou boa, embora o uso do sistema de saúde seja maior que o dobro do realizado por brasileiras da mesma idade e região. Mulheres vítimas de violência no deslocamento tem uma pior autoavaliação de saúde.

O estudo também aponta para as principais barreiras e facilitadores de acesso à saúde para mulheres venezuelanas no Brasil. A Operação Acolhida é um destaque, sendo que seu estabelecimento foi essencial para a atenção sanitária e social dos migrantes, especialmente para reduzir a sobrecarga sofrida pelo sistema de saúde local com o aumento populacional. As entrevistadas relatam ter conseguido acessar consultas médicas, mas também apontam que o serviço deixou a desejar em alguns momentos - comentam sobre a falta de exames clínicos mais detalhados e maior ênfase na atenção integral. Na maternidade pública de Boa Vista, que registra o maior número de partos do país e possui a única UTI Neonatal de Roraima, os profissionais de saúde relatam um número alto de mulheres em final de gestação sem consulta de pré-natal, assim como de casos de HIV, hepatite B e C, sífilis e tuberculose.

Embora muitas mulheres entrevistadas tenham feito comentários positivos sobre o acesso a serviços de saúde públicos, gratuitos e universais, são muitas as barreiras que dificultam o acesso das migrantes em suas experiências cotidianas. Alguns dos fatores levantados são longas distâncias e dificuldade de transporte, alto custo com alimentação, pobreza, discriminação, diferença de idioma e problemas de comunicação com os profissionais da saúde, em especial a falta de informações sobre o cartão SUS.

OBMigra publica relatório mensal de fevereiro³¹

O Observatório das Migrações Internacionais publicou o relatório mensal de fevereiro, com dados sobre vistos, emprego, solicitações de refúgio, etc.

Primeiro, quanto à solicitação de vistos de entrada, o país viu a continuidade da tendência de aumento. Houve um grande aumento frente ao mesmo período do ano anterior e frente ao mês de janeiro. As solicitações para vistos de turismo foi a mais observada, depois trabalho, estudo e acolhida humanitária, respectivamente. Angolanos, chineses e indianos foram as nacionalidades que mais receberam os vistos. Verifica-se também um grande número de afegãos beneficiados.

³¹ <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais/2-sem-categoria/401699-ano-4-numero-2-fevereiro-2023>

Na fronteira brasileira, notamos menos movimentação em fevereiro que em janeiro. Com baixa de 20%, foram 2.6 milhões de pessoas que cruzaram as fronteiras, principalmente argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios.

Por outro lado, houve aumento nas solicitações de residência. Boa Vista, São Paulo e Manaus, todas capitais, são as cidades que obtiveram mais registros de solicitações. Mas entre as principais nacionalidades a demandarem este tipo de visto, seguem os venezuelanos (muito à frente), depois bolivianos, colombianos, haitianos, argentinos e paraguaios.

Sobre o refúgio, venezuelanos e cubanos lideram as principais solicitações, com angolanos logo após e um crescente aumento de indianos. Os solicitantes estão concentrados na faixa de 15 a 40 anos, mas havendo grande número de solicitantes menores de 15 anos. A tendência de alta dos últimos meses foi mantida.

Já os dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral indicam uma reversão na tendência de queda de autorizações de residência para fins laborais verificada nos últimos meses. Chineses e filipinos foram as duas principais nacionalidades a receberem este tipo de autorização, contribuindo para que a média retornasse a 2 mil. Outras nacionalidades contempladas foram britânicos, indianos e americanos. Houve melhora nos índices de recebimento de trabalhadores qualificados também.

Houve também recuperação na criação de vagas para trabalhadores migrantes, mas seguiu abaixo da média de 2022. Venezuelanos, paraguaios e argentinos mostraram crescimento. Haitianos seguem em preocupante tendência de queda. Marfinenses, pela primeira vez, aparecem entre os 10 primeiros

Além disso, o relatório inaugurou os dados das transferências pessoais para o Brasil, através das estatísticas do Banco Central. O saldo das transferências de divisas para o Brasil tem sido positivo desde 2019, embora tenha experimentado recuo em seu crescimento desde junho de 2022. Os recursos que ingressam possuem maior parte da origem no norte global, principalmente Estados Unidos, Portugal e Reino Unido. Por outro lado, entre os principais receptores também constam países do Norte como Portugal, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Mas, verifica-se também países como Bolívia, China, Haiti e Peru.

Estratégia de realocação venezuelana no Brasil

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Brasil já beneficiou mais de 100 mil pessoas, desde que foi lançada a estratégia, há cinco anos. Ela visa realocar voluntariamente refugiados e migrantes venezuelanos do estado fronteiriço de Roraima para outras cidades brasileiras. Esse número representa quase um quarto dos 425 mil venezuelanos que vivem no Brasil, sendo que mulheres e crianças representam cerca de 80% dos beneficiados.³²

Uma pesquisa realizada em 2021 com 2.000 venezuelanos que fizeram parte da iniciativa constatou que eles tiveram melhor acesso a empregos formais, moradia e programas

³²<https://www.unhcr.org/news/press/2023/4/642c2fa14/5-years-brazil-relocation-strategy-benefits-100000-venezuelans.html>

de educação após serem realocados. Além disso, este mesmo estudo mostrou que oito em cada dez adultos encontraram emprego ou iniciaram seus próprios negócios.³³

A estratégia, conhecida como “interiorização”, foi lançada em 2018 como parte da Operação Acolhida, uma resposta humanitária do governo brasileiro à chegada de refugiados e migrantes venezuelanos. Ele oferece uma linha de vida e promove a integração, ajudando a encontrar novas oportunidades de trabalho ou a se reunir com familiares e amigos em outras partes do país.³⁴

Antes de seguirem para outras cidades, os venezuelanos que se voluntariam para a estratégia de realocação recebem a devida documentação, incluindo carteira de trabalho nacional e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). E, também, são devidamente vacinados de acordo com o calendário nacional de imunização.³⁵

A estratégia de realocação e a Operação Acolhida contam com o apoio da Plataforma de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), co-liderada pelo ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, e a Organização Internacional para Migrações (OIM), com a participação de 55 organizações da sociedade civil e outras agências da ONU no Brasil.³⁶

³³ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/4/642c2fa14/5-years-brazil-relocation-strategy-benefits-100000-venezuelans.html>

³⁴ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/4/642c2fa14/5-years-brazil-relocation-strategy-benefits-100000-venezuelans.html>

³⁵ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/4/642c2fa14/5-years-brazil-relocation-strategy-benefits-100000-venezuelans.html>

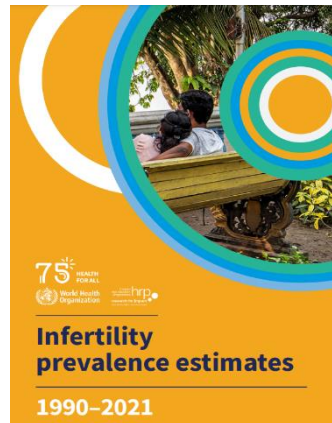
³⁶ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/4/642c2fa14/5-years-brazil-relocation-strategy-benefits-100000-venezuelans.html>

**Saúde de Mulheres e Crianças:
estimativas globais sobre a infertilidade e a educação sob ataque**

*Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho*

Organização Mundial da Saúde - Relatório: Prevalência Estimada de Infertilidade (1990-2021)

A infertilidade é uma doença do sistema reprodutor masculino ou feminino definida pela incapacidade de conseguir uma gravidez após 12 meses ou mais de relações sexuais regulares desprotegidas.



Causas da infertilidade

A infertilidade pode ser causada por diferentes fatores, tanto no sistema reprodutor masculino quanto no feminino. No entanto, às vezes não é possível explicar sua causa.

Nas mulheres, a infertilidade pode ser causada por:

- distúrbios tubários, como obstrução das trompas de falópio, podendo ter como causa primária infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) não tratadas, complicações de aborto inseguro, sepsis pós-parto ou cirurgia abdominal/pélvica;
- distúrbios uterinos que podem ser de natureza inflamatória (como a endometriose), de natureza congênita (como o útero septado) ou de natureza benigna (como os miomas);
- distúrbios dos ovários, como síndrome do ovário policístico e outros distúrbios foliculares;
- distúrbios do sistema endócrino causando desequilíbrio de hormônios reprodutivos.

Nos homens, a infertilidade pode ser causada por:

- obstrução do trato reprodutivo que causam disfuncionalidades na ejeção do sêmen (geralmente causados por lesões ou infecções do trato genital);
- distúrbios hormonais que levam a anormalidades nos hormônios como a testosterona;
- falha testicular em produzir esperma, por exemplo devido a varicoceles ou tratamentos médicos (como a quimioterapia);
- função e qualidade anormais do esperma. Condições ou situações que causam forma anormal (morfologia) e movimento (motilidade) do esperma afetam negativamente a fertilidade. Por exemplo, o uso de esteroides anabolizantes pode causar parâmetros anormais do sêmen.

Fatores de estilo de vida, como tabagismo, ingestão excessiva de álcool e obesidade, podem afetar a fertilidade. Além disso, a exposição a poluentes e toxinas ambientais pode ser diretamente tóxica para os gametas (óvulos e espermatozoides), resultando em sua diminuição em número e baixa qualidade.

A importância relativa dessas causas de infertilidade pode diferir de país para país, por exemplo, devido a diferenças na prevalência de antecedentes de ISTs ou a diferentes realidades e exposições das populações estudadas.

Direitos Reprodutivos

Todo ser humano tem direito ao mais alto padrão atingível de saúde física e mental. Indivíduos e casais têm o direito de decidir o número, tempo e espaçamento de seus filhos. A infertilidade pode negar a realização desses direitos humanos essenciais. Abordar a infertilidade é, portanto, uma parte importante da realização do direito dos indivíduos e casais de fundar uma família.

Uma grande variedade de pessoas, incluindo casais heterossexuais, parceiros do mesmo sexo, idosos, indivíduos que não estão em relações sexuais e aqueles com certas condições médicas, como alguns casais sorodiscordantes para HIV e sobreviventes de câncer, podem precisar de serviços de saúde para controle da fertilidade e também infertilidade. Desigualdades e disparidades no acesso a estes serviços afetam negativamente os mais pobres, solteiros, com menor grau de instrução, desempregados e outras populações marginalizadas.

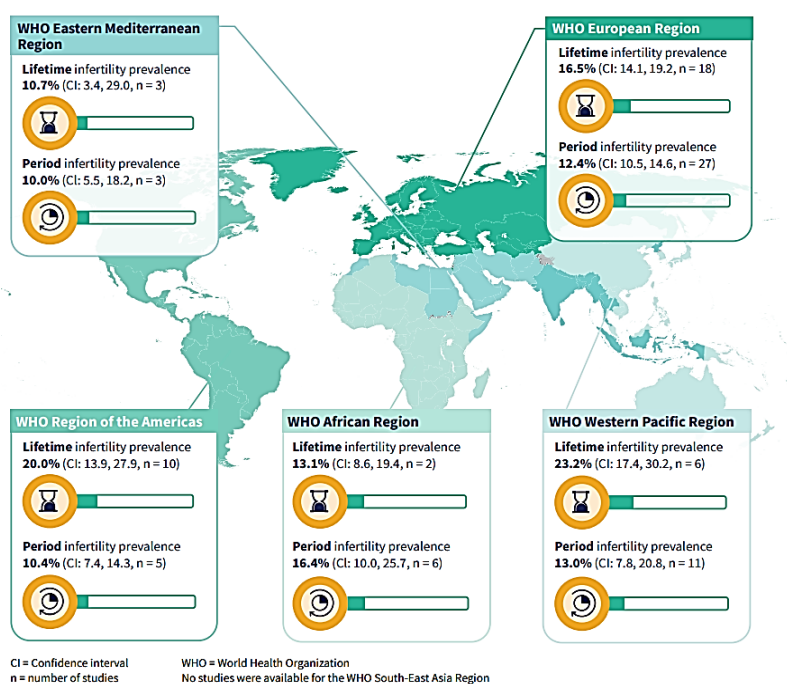
Abordar a infertilidade também pode mitigar a desigualdade de gênero. Embora homens e mulheres possam experimentar infertilidade, as mulheres em um relacionamento com um homem são muitas vezes percebidas como sofrendo de infertilidade, independentemente de serem inférteis ou não. A infertilidade tem impactos sociais negativos significativos na vida de casais inférteis e particularmente das mulheres, que frequentemente vivenciam violência, divórcio, estigma social, estresse emocional, depressão, ansiedade e baixa autoestima.

Estimativas regionais de prevalência de infertilidade

Existe alguma variação na prevalência de infertilidade entre as regiões, mas lacunas de dados e intervalos de confiança sobrepostos significam que as diferenças regionais identificadas nesta análise podem não ser significativas ou mesmo conclusivas. Algumas regiões tiveram poucos estudos com estimativas de prevalência relevantes, e nenhum estudo foi identificado na Região do Sudeste Asiático.

Os dados disponíveis indicam que a prevalência de infertilidade estimada ao longo da vida é maior na região do Pacífico Ocidental (23,2%) e a mais baixa na Região do Mediterrâneo Oriental da (10,7%). A prevalência estimada de infertilidade no período é mais alta na Região Africana (16,4%) e menor no Mediterrâneo Oriental (10,0%). O relatório aponta ainda que os intervalos de confiança para essas estimativas se sobrepõem, sugerindo que as diferenças observadas podem não ser substanciais ou conclusivas.

Figura - Estimativas regionais de prevalência de infertilidade



Fonte: WHO, 2023.

Prevalência de infertilidade ao longo da vida (*lifetime infertility prevalence*) - definida como a proporção da população que já experimentou infertilidade ao longo de sua vida.

Prevalência de infertilidade do período (*period infertility prevalence*) - definida como a proporção de uma população com infertilidade em um determinado ponto ou intervalo no tempo, que pode ser atual ou passado.

Desafios para as Políticas Públicas

Disponibilidade, acesso e qualidade das intervenções para tratar a infertilidade continuam sendo um desafio na maioria dos países. O diagnóstico e o tratamento da infertilidade muitas vezes não são priorizados pelas políticas nacionais e nas estratégias de saúde reprodutiva e raramente são cobertos pelo financiamento da saúde pública. Além disso, a falta de pessoal treinado, de equipamento e infraestrutura necessários, e o alto custo dos medicamentos para o tratamento, são grandes barreiras mesmo para os países que estão atendendo ativamente às necessidades das pessoas com infertilidade.

Embora as tecnologias de reprodução assistida estejam disponíveis há mais de três décadas, com mais de 5 milhões de crianças nascidas em todo o mundo, essas tecnologias ainda estão indisponíveis e inacessíveis em muitas partes do mundo, particularmente em países de baixa e média renda.

As políticas governamentais são essenciais para mitigar as muitas desigualdades no acesso a cuidados para infertilidade que sejam seguros e eficazes. É importante que elas reconheçam que a infertilidade é uma doença que muitas vezes pode ser evitada, reduzindo assim a necessidade de tratamentos caros e pouco acessíveis. Cabe a elas incorporar conscientização sobre infertilidade em programas nacionais que abranjam educação sexual, estilos de vida saudáveis para reduzir riscos comportamentais, incluindo prevenção, diagnóstico e tratamento precoce de ISTs, prevenção de complicações do aborto inseguro, sepse pós-parto

e cirurgia abdominal/pélvica. Também é importante considerar as toxinas ambientais associadas à infertilidade.

As leis e políticas são essenciais para garantir o acesso universal sem discriminação ao tratamento da infertilidade e para proteger e promover os direitos humanos de todas as partes envolvidas. Uma vez implementadas as políticas de fertilidade devem ser monitoradas e a qualidade dos serviços deve ser continuamente melhorada.

Compreender a magnitude da infertilidade é fundamental para o desenvolvimento de intervenções apropriadas, para monitorar o acesso a cuidados de fertilidade de qualidade e para mitigar os fatores de risco e as consequências da infertilidade.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Para acessar a notícia e o *fact sheet* sobre infertilidade da OMS, [clique aqui](#) e [clique aqui](#). Para outras informações sobre infertilidade, acesse o Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz ([clique aqui](#)).

UNICEF - Crianças sob Ataque e a Declaração de Escolas Seguras

Os ataques às crianças continuam inabaláveis. A natureza prolongada dos conflitos atuais está afetando o futuro de gerações inteiras de crianças uma vez que as partes em conflito desrespeitam sua proteção. Sem acesso à educação, uma geração de crianças vivendo em conflitos crescerá sem as habilidades necessárias para contribuir com seus países e economias, agravando a situação já desesperadora de milhões de crianças e suas famílias.

O direito da criança à educação não pode ser salvaguardado em zonas de conflito sem que a própria educação seja protegida. A educação pode salvar vidas. Fora da escola, as crianças são alvos fáceis de abuso, exploração e recrutamento por forças e grupos armados. A escola fornece um espaço seguro onde as crianças podem ser protegidas de ameaças e crises. É também um passo crítico para quebrar o ciclo da crise e reduzir a probabilidade de conflitos futuros.

A [Declaração de Escolas Seguras](#)

Em 2015, os governos da Noruega e da Argentina lideraram um processo entre os Estados Membros das Nações Unidas (ONU) para desenvolver a Declaração de Escolas Seguras, um acordo político intergovernamental dedicado à proteção da educação em conflitos armados.

A Declaração descreve um conjunto de compromissos para fortalecer a proteção da educação contra ataques e restringir o uso de escolas e universidades para fins militares. Procura garantir a continuidade da educação segura durante o conflito armado. A Declaração foi aberta para os países endossá-la na Primeira Conferência Internacional sobre Escolas Seguras em Oslo, Noruega, em maio de 2015.

Em março de 2017 a Argentina sediou a Segunda Conferência Internacional sobre Escolas Seguras, ampliando o desenvolvimento de uma comunidade global dedicada a proteger a educação em conflitos armados. Em maio de 2019 a Espanha sediou a Terceira Conferência Internacional sobre Escolas Seguras e, em outubro de 2021, a Nigéria sediou a Quarta Conferência.

Até o momento, 117 estados em todo o mundo aderiram a este acordo político internacional.

Os determinantes comerciais da saúde: o que são e como articular com os sistemas alimentares a nos organismos internacionais e dos governos nacionais

*Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell
Juliana Ubarana*

No final de março 2023, a revista The Lancet publicou uma edição especial sobre os determinantes comerciais da saúde, destacando que atores comerciais podem contribuir positivamente para a saúde e para a sociedade, por meio da provisão de produtos e serviços, mas que, dentre esses atores, há um grupo substancial que contribui para impactos evitáveis de suas ações, como adoecimento, dano ambiental e geração e perpetuação de desigualdades. Essa publicação reforça a importância do tema na agenda da saúde global e a necessidade de incorporar efetivamente a discussão dos determinantes comerciais da saúde por organismos internacionais e governos nacionais.

Contudo, verifica-se que essa discussão ainda está concentrada na saúde, enquanto é fundamental ampliar a discussão dos determinantes comerciais com outros setores, como agricultura, comércio, trabalho, educação e economia, entre outros, particularmente no âmbito dos sistemas alimentares, para uma atuação intersetorial sinérgica e articulada para potencializar seus benefícios e reduzir os riscos associados a eles. Essa desarticulação acontece inclusive na abordagem do tema dentro dos organismos das Nações Unidas, visto que a discussão dos determinantes comerciais é limitada à OMS, ainda que tenha relação direta com as agendas da FAO, OMC, Unicef e outras.

O conceito de determinantes comerciais da saúde

Voltando aos artigos do The Lancet, é muito importante que tragam a necessidade de priorização dos determinantes comerciais da saúde no contexto epidemiológico e ambiental da atualidade, causadas em grande parte pelas atividades do setor privado. O primeiro artigo do suplemento, que aborda a contextualização e definição dos determinantes comerciais da saúde, mostra claramente que o *Big Four* (as indústrias de quatro setores: tabaco, alimentos ultraprocessados, combustíveis fósseis e álcool), são responsáveis mais de um terço das mortes globais (19 milhões de mortes, em 2019) e por grande carga econômica pela morte prematura e adoecimentos aos países. Essas indústrias constituem um sistema considerado patológico pelos autores, em que causam danos crescentes à saúde humana e planetária e externalizam os custos dessas consequências às sociedades por meio de sua influência nas políticas nacionais e globais. 37

Em termos da definição colocada, é importante resgatar o primeiro conceito trabalhado por Ilona Kickbush 38, de “estratégias e abordagens utilizadas pelo setor privado para promover produtos e escolhas que são prejudiciais à saúde” e que foi retomado no âmbito da 9ª

³⁷ Gilmore, Anna B et al. Defining and conceptualising the commercial determinants of health.(2023). The Lancet, Volume 0, Issue 0 [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(23\)00013-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(23)00013-2/fulltext)

³⁸ Kickbusch, I. Na área de saúde, a abordagem dos fatores determinantes, de natureza comercial, é de importância fundamental para os países emergentes. *Editorial Ciênc. saúde coletiva* 20 (4). Abr. 2015. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015204.19962014>

Conferência de Promoção da Saúde 39, realizada em Xangai em 2016, e adotado pela OMS. Além disso, Kickbush destaca que os determinantes comerciais são influenciados por três dinâmicas: forças motoras (*drivers*); canais (*channels*) e resultados/impactos (*outcomes*) e que foram gerados pela internacionalização do mercado e do capital, pelo crescimento da demanda e pela expansão do alcance das corporações, com impactos no meio ambiente, nos consumidores e na saúde 40,. A influência corporativa se dá com maior amplitude e profundidade à medida em que se expande e alcança mais pessoas e proporciona a oferta de mais opções de consumo, utilizando-se de mecanismos como o marketing, a cadeia de suprimentos, o lobby e a cidadania corporativa.

Na revisão mais recente dessa definição, buscou-se uma manter a conceituação abrangente, porém direta, para os determinantes comerciais da saúde: são o conjunto de sistemas, práticas e caminhos pelos quais os atores comerciais afetam a saúde e a equidade. Alguns pontos relevantes devem ser considerados, nesse sentido: primeiro, são abordados todos os atores comerciais, reconhecendo o poder das corporações, mas ao mesmo tempo o papel dos pequenos e médios negócios. Além disso, a complexidade dessa questão é resultante da complexidade dos sistemas políticos, econômicos e sociais nos quais se inserem, contemplando uma abordagem neutra (reconhecendo o potencial de contribuições positivas e negativas desses determinantes) e o foco ampliado considerando a saúde humana e planetária e sua relação direta com a equidade nas sociedades.

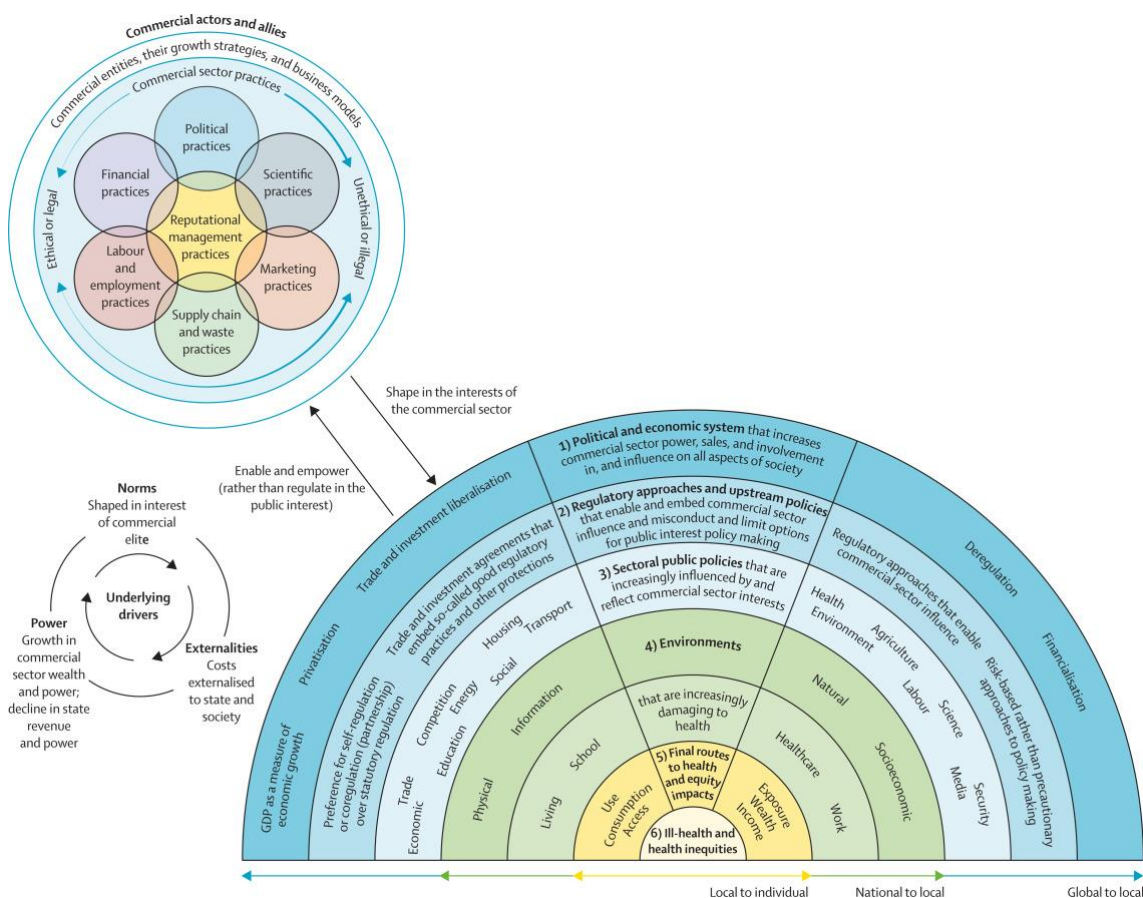
Numa representação gráfica do modelo dos determinantes comerciais da saúde (Figura 1). Estão as influências do local ao individual, do nacional ao local e do global para o local para o adoecimento e para as iniquidades de saúde, bem como suas forças motoras básicas (*underlying drivers*) e as principais práticas comerciais. Por exemplo, dentro das forças motoras, as normas são moldadas pelos interesses da elite comercial, o poder representa o aumento da riqueza e a influência política dos atores comerciais, particularmente das corporações, e as externalidades representam como os custos dos impactos das ações das corporações que são transferidos aos Estados e às sociedades. Enquanto isso, é importante também destacar as práticas dos atores comerciais e seus aliados sobre os sistemas políticos, econômicos e sociais: práticas políticas que buscam tratamento preferencial ou formas de impedir, moldar ou fragilizar políticas públicas (por exemplo, a contestação judicial de medidas regulatórias e fiscais e a promoção de estratégias de autorregulamentação para atrasar, enfraquecer e evitar o desenvolvimento de políticas públicas efetivas); práticas científicas: produção de evidências e uso da ciência para alterar produtos ou assegurar resultados benéficos aos interesses das indústrias; práticas de marketing: promoção de vendas de produtos e serviços; práticas de cadeias de suprimento e descarte, envolvendo a criação, distribuição, revenda e manejo de descartes relacionados aos produtos ou serviços; práticas laborais e de emprego, relacionadas ao gerenciamento de pessoas empregadas direta ou indiretamente na cadeia de suprimentos; práticas financeiras, para apoiar a maximização de ganhos pelas organizações (redução e evasão fiscal, estratégias e preços, estratégias de crédito e débito); e práticas de manejo de reputação, como esforços para moldar a legitimidade e credibilidade, redução de riscos e reforço à imagem

³⁹ 9th Global Conference on Health Promotion 2016. <https://www.who.int/news/item/21-11-2016-9th-global-conference-on-health-promotion-global-leaders-agree-to-promote-health-in-order-to-achieve-sustainable-development-goals>

⁴⁰ Kickbusch, I, Allen, L, and Franz, C. The commercial determinants of health. *Lancet Glob Health*. 2016 4:e895-e896. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(16\)30217-0](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(16)30217-0)

corporativa (incluindo os riscos de diferentes formas de *corporate washing*: *blue, green, social, health, pink* etc.)

Figura 1. Modelo dos determinantes comerciais da saúde



Fonte: Defining and conceptualising the commercial determinants of health. Gilmore, Anna B et al. (2023) The Lancet, Volume 0, Issue 0. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)00013-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)00013-2)

Em outro artigo do suplemento, são analisados aspectos dos diferentes atores comerciais, indo além dos commodities não-saudáveis e das corporações transnacionais, tendo em vista que há grande diversidade de atores dentro dos atores comerciais, com distintas práticas, portfólios, recursos, organização e transparência, que determinam se, como e em até que medida cada ator influencia a saúde. Pequenos negócios podem, nesse sentido, favorecer as economias locais, preservar aspectos culturais de produtos e serviços e garantir diversidade em mercados que tendem à homogeneidade com a globalização. A partir dessa diferenciação, pode-se tomar decisões mais orientadas sobre o engajamento ou não com atores comerciais, bem como manejar e mitigar conflitos de interesses, monitorar as relações público-privadas e aumentar a pesquisa sobre o tema 41.

Recomendações da OMS

Em um factsheet na sua página da internet, a OMS coloca os determinantes comerciais como parte dos determinantes sociais da saúde, englobando condições, ações e omissões dos

⁴¹ Lacy-Nichols, J et al. Conceptualising commercial entities in public health: beyond unhealthy commodities and transnational corporations. (2023) The Lancet, Volume 0, Issue 0. [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(23\)00012-0.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(23)00012-0.pdf)

atores comerciais que afetam a saúde, que podem ter impactos benéficos ou maléficos à saúde. A partir dessa lógica, reconhece-se que as atividades comerciais modelam positiva e negativamente os ambientes físicos e sociais em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem e, assim como os determinantes sociais, devem ser considerados para prevenir doenças, promover vidas saudáveis e equidade social 42.

Além da possível geração e perpetuação de iniquidades dentro das sociedades, os determinantes comerciais também impactam desproporcionalmente países e populações, na medida em que a riqueza das corporações se concentra nos países mais ricos, enquanto as regiões mais pobres são mais afetadas à carga negativa das atividades comerciais, como pelo menor acesso a produtos e serviços que promovam a saúde, por direitos trabalhistas mais frágeis, por impactos ambientais mais severos e pela regulação mais fraca para a proteção contra a exploração pelas corporações.

Por outro lado, as atividades do setor privado poderiam também ser benéficas, como na disponibilidade de medicamentos e tecnologias de saúde, na reformulação de produtos que podem gerar danos à saúde, na garantia de direitos sociais de trabalhadores e trabalhadoras e em compromissos reais com evitar fabricar, financiar ou promover produtos e serviços danosos à saúde.

Diante desse cenário, a OMS destaca a crescente influência do setor privado nas políticas de saúde e na agenda regulatória, que acentua o desenvolvimento dos determinantes comerciais da saúde diante de um cenário de mudanças na governança global de muitas agendas, com maior participação de atores não-estatais e consequentes assimetrias de influência e poder. Nesse novo cenário, o setor privado influencia diretamente o ambiente político e de conhecimentos, bem como molda as preferências das populações, para o bem e para o mal.

A OMS reconhece, entre as formas diretas de influenciar as agendas, as atividades de lobby, de doações partidárias e a captura de agências regulatórias para alinhar decisões aos interesses comerciais e limitar ou fragilizar a regulação de seus produtos e serviços. Reconhece, ainda, formas mais sutis de atuação, como o financiamento e o direcionamento de recursos para a educação médica e para a pesquisa, além do financiamento e captura de entidades da própria sociedade civil para favorecer os interesses comerciais das corporações.

Como recomendações para evitar as consequências negativas dos determinantes comerciais, a OMS coloca a realização de parcerias com a sociedade civil, a adoção das estratégias *best-buy* (políticas mais custo-efetivas), gerenciando conflitos de interesses e criando espaços seguros para discussões com as indústrias. Além disso, reitera que são necessárias mais pesquisas sobre as dimensões de equidade dos determinantes comerciais, principalmente sobre as maneiras de melhor compreender e manejar conflitos de interesses, incluindo aspectos de transparência e responsabilização (*accountability*) e formas de evitar corrupção e de promover engajamentos vantajosos com o setor privado, compreendendo os potenciais benefícios e riscos nessas iniciativas.

Após esse documento, foi também elaborada uma ferramenta de abordagem na prevenção e gestão de conflitos de interesse no desenvolvimento de políticas e implementação de programas de nutrição a nível do país, que foi proposta para consideração por Estados Membros em sua interação com indivíduos e organizações não-governamentais, entidades do

⁴² <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/commercial-determinants-of-health>

setor privado, fundações filantrópicas e instituições acadêmicas, na prevenção e gestão de conflitos de interesse na área de nutrição.

Nesse sentido, vale a pena relembrar que as Nações Unidas e suas agências têm feitos sucessivos chamamentos à participação do setor privado como parceiro estratégico na Agenda 2030 e, em particular, nos compromissos de nutrição, segurança alimentar e nutricional e sistemas alimentares, sem o escrutínio preconizado pela OMS em relação aos determinantes comerciais. Como resultado, há uma série de críticas, exploradas em diversos informes anteriores nestes cadernos, abordando riscos de captura corporativa de agências e de distorção da governança global das agendas para favorecer interesses privados, bem como os riscos de *blue-washing* nesse envolvimento em nível global e replicando isso na forma de *social*, *green*-, *pink*- e *health-washing* nos países.

Vale destacar que há iniciativas importantes pela OMS, no campo da nutrição, como no relatório técnico “*Addressing and managing conflicts of interest in the planning and delivery of nutrition programmes at country level*”, de 2016, que traz uma série de recomendações para a interação público-privada. O documento destaca que é dever dos estados membros garantir que não haja influência indevida, percebida ou efetiva, sobre interesses públicos nas tomadas de decisões e em todos os momentos de formulação, implementação e monitoramento de políticas, bem como a influência indireta na forma de patrocínios e lobby, de forma a manter a integridade e confiabilidade pública dos processos. Para tanto, é fundamental identificar e mitigar conflitos de interesses financeiros e não-financeiros e conhecer a influência e consequências dos interesses divergentes entre atores da sociedade e mesmo dentro dos governos, em diferentes setores. Além disso, o documento identifica a importância do monitoramento independente dessas relações pela sociedade civil, além dos mecanismos necessários ao poder público. Por fim, o documento reforça que o estabelecimento de parcerias entre governos e o setor privado devem ser baseadas em regras transparentes para mitigar conflitos de interesses, clara governança dos processos decisórios e prioridade aos interesses públicos de saúde e nutrição. Por exemplo, o Código Internacional de Substitutos do Leite Materno configura exemplo claro de como compromissos internacionais podem proteger os interesses públicos de saúde 43.

A importante atuação da Organização Pan Americana de Saúde (Opas)

Na região das Américas, a Opas tem exercido grande protagonismo na discussão dos determinantes comerciais da saúde. Para tanto adotou um modelo simplificado que considera questões gerais que influenciam esses determinantes, como políticas públicas, fiscais e regulatórias para reduzir o consumo de produtos não-saudáveis, o monitoramento e avaliação dos impactos da dimensão comercial na saúde, os conflitos de interesses corporativos e suas práticas, os negócios sustentáveis e promotores da saúde e a publicidade, comunicação, redes sociais e interesses comerciais.

Além disso, no Brasil, coordenou a elaboração do “Marco de Referência sobre a Dimensão Comercial dos Determinantes Sociais da Saúde na Agenda de Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis”, publicado em 2020⁴⁴. O documento foi importante porque agregou a experiência nacional de gestores de saúde, pesquisadores e da sociedade civil a partir de experiências e exemplos no Brasil e como ocorre nacionalmente a influência das

⁴³https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/206554/9789241510530_eng.pdf?sequence=1

⁴⁴ <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52975>

políticas corporativas em favor de produtos não-saudáveis, as práticas corporativas prejudiciais à saúde e a necessidade de fortalecimento e expansão de políticas fiscais e regulatórias para reduzir o consumo de produtos não-saudáveis. O Brasil tem exemplos importantes nesse sentido, como a agenda de redução do tabagismo a partir da Convenção Quadro Global, que motivou a criação da Conicq (Comissão Nacional para a Implementação da Convenção Quadro) e a formulação e implementação de uma forte estrutura regulatória e fiscal para reduzir o tabagismo, que inclui sobretaxação de produtos de tabaco, proibição de patrocínios, proibição da publicidade de produtos, proibição do fumo em ambientes fechados e publicação de mensagens de alerta nos maços de cigarro, entre outras, que levaram a grande redução na prevalência de tabagismo no país.

O Marco de Referência traz uma proposta de abordagem dos determinantes comerciais da saúde, considerando princípios como o compromisso com a equidade e justiça social, a proteção e promoção da saúde e o cuidado com o meio ambiente, a transparência, ética e princípios democráticos, o respeito aos direitos humanos e constitucionais e a valorização da participação e colaboração social. Para tanto, recomenda a atuação nos eixos de atuação: governança (fortalecer a governança para a defesa dos interesses de saúde pública), modelos de negócios sustentáveis e promotores da saúde (buscar a adoção de modelos de negócios que respeitem as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, promovam a saúde, respeitem os direitos humanos e não causem danos à saúde e ao meio ambiente), produção de evidência e disseminação de conhecimento (incentivar a produção de evidências e a disseminação de conhecimento para abordar a dimensão comercial no enfrentamento das DCNTs), advocacy (desenvolver estratégias de informação, incidência política, comunicação para promover a consciência crítica e abordar as práticas corporativas ou de interesses comerciais) e empoderamento e cooperação com atores estratégicos para a defesa dos interesses de saúde pública (fortalecer a cooperação com atores internacionais, nacionais, estaduais e municipais para atuar sobre a Dimensão Comercial dos Determinantes Sociais da Saúde).

Em sua conclusão, o documento destaca a importância de considerar os determinantes comerciais no campo das políticas públicas de saúde e meio ambiente, e fomentar o engajamento dos diferentes atores, como na articulação com as políticas públicas e programas nacionais, a exemplo da Política Nacional de Promoção da Saúde, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNTs no Brasil (2011-2022), Programa de Redução da Morbimortalidade no Trânsito, Política Nacional de Controle do Tabaco, e promover o debate com atores e instituições do âmbito local, tais como estados, municípios e sociedade civil.

Os determinantes comerciais e os sistemas alimentares

Como pode ser observado, de modo geral, são destacados os impactos das atividades comerciais sobre as doenças crônicas não-transmissíveis, tendo em vista sua relação com fatores de risco como alimentação inadequada, tabagismo e consumo de álcool, mas também são reconhecidos os impactos da relação entre meio ambiente e saúde humana e animal, inclusive articulando-se com o *One Health*, como nas consequências do desmatamento, da poluição do ar, dos solos e das águas e da resistência antimicrobiana (como impacto de modelos de produção agropecuária).

Mesmo na literatura científica, a abordagem dos determinantes comerciais está muito ligada às DCNTs e, no campo da nutrição, principalmente à obesidade, associando os determinantes comerciais da obesidade aos hábitos alimentares. É marcante, nesse contexto, a

influência das práticas das indústrias de alimentos ultraprocessados e de bebidas, que atuam do nível internacional e nacional ao local nas esferas das políticas e da regulação (interferindo com decisores e legisladores, agências regulatórias, partidos políticos, instituições de pesquisa e ONGs), do processamento e do desenho de produtos (promovendo o ultraprocessamento dos alimentos e promovendo a mercados globalizados) e da publicidade e modelagem de preferências (influenciando normas culturais e sociais, patrocinando eventos comunitários, esportivos e culturais e preferências individuais, principalmente de crianças e adolescentes) 45.

Particularmente no campo da alimentação e nutrição, há grande quantidade de exemplos dos possíveis impactos negativos dos determinantes comerciais, tais como a promoção de substitutos do leite materno, os alimentos ultraprocessados, as bebidas adoçadas e a publicidade de alimentos (principalmente para crianças e adolescentes), cujas relações com desfechos como doenças cardiovasculares, diabetes e certos tipos de câncer, além da hipertensão e da obesidade, são abundantes. Todavia, na abordagem dessas questões, as recomendações limitam-se aos ambientes alimentares, sem considerar todo o conjunto de fatores no contexto mais abrangente dos sistemas alimentares e as transformações necessárias nos modos de produção, processamento e distribuição de alimentos para garantir alimentos saudáveis e produzidos com sustentabilidade, inclusão e equidade.

Um dos poucos exemplos dessa abordagem ampliada ocorreu no relatório da Comissão The Lancet sobre Sindemia Global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, que destaca o equilíbrio de poder entre os atores nos mecanismos de governança e sua influência sobre leis e regulações, incentivos e desincentivos econômicos, assim como normas e expectativas da sociedade. Exemplos dos desequilíbrios que estão associados à sindemia global envolvem os subsídios ao monocultivo de commodities de interesse comercial em vez de sistemas agrícolas mais diversificados e sustentáveis, o investimento em estradas é priorizado em detrimento do transporte coletivo e do deslocamento ativo e o patrocínio, promoção e publicidade de alimentos direcionados a criança e adolescente, que devem ser restringidos 46.

Tratando-se dos sistemas agroalimentares modernos, se poderia cunhar outra abordagem dos determinantes comerciais para também incorporar a segurança alimentar e nutricional, incluindo todos os aspectos ligados à concentração de terra e recursos, à monocultura e criação intensiva, ao uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, ao foco na produtividade e ao comércio globalizado e a necessidade de ter base no direito humano à alimentação adequada e saudável. Nessa lógica, os sistemas alimentares hegemônicos têm uma atuação patológica sobre a saúde humana e planetária e à segurança alimentar e nutricional na medida em que não possuem compromisso com a eliminação da fome, com a redução da insegurança alimentar e nutricional ou com a garantia de dietas saudáveis, e exportam os custos de seus impactos negativos para os governos e sociedades.

No Brasil, considerando as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, é fundamental incorporar essa relação entre os determinantes comerciais da saúde e os sistemas alimentares com vistas a desincentivar o consumo de alimentos ultraprocessados e estimular a produção e consumo de alimentos frescos e minimamente processados,

Chavez-Ugalde, Y, Jago, R, Toumpakari, Z, et al. Conceptualizing the commercial determinants of dietary behaviors associated with obesity: A systematic review using principles from critical interpretative synthesis. *Obes Sci Pract.* 2021; 7 (4): 473– 486. <https://doi.org/10.1002/osp4.507>

Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR, et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *Lancet.* 2019 Feb 23;393(10173):791–846.

reconhecendo o caráter contra hegemônico que essas transformações representam e preservar os interesses de saúde pública das interferências dos interesses comerciais das corporações que representam os sistemas alimentares hegemônicos.

Essa abordagem também está refletida na importância crucial dos pequenos agricultores, em particular dos agricultores familiares, na diversificação da produção de grãos, frutas e verduras, assim como na pecuária 47. Além dos exemplos já mais conhecidos da produção da agricultura familiar associada a compras públicas (inclusive para a alimentação escolar) e à oferta de vegetais diversificados e adequados a cada região, mesmo na produção de carnes animais há evidências de que os pequenos produtores ampliam a diversidade de produtos e outros impactos sobre a saúde humana, animal e ambiental. Esses modelos estão associados à maior diversidade genética que contribui para a resiliência ecológica e a redução da transmissão de doenças, e que, com o devido apoio à produção podem contribuir para reduzir problemas como a resistência antimicrobiana, condições insalubres de trabalho, riscos de zoonoses e doenças transmitidas por alimentos 48.

Um outro exemplo da tentativa de trazer a agenda dos determinantes comerciais para dentro das políticas de alimentação e nutrição aconteceu entre 2018 e 2019. Primeiramente, a OPAS apoiou a avaliação da aplicabilidade de uma ferramenta de prevenção e gestão de conflitos de interesse no desenvolvimento de políticas e implementação de programas de nutrição na Região das Américas, tendo o Brasil como um dos países a testar sua aplicação e avaliar a possibilidade de sua adoção pelo Ministério da Saúde, particularmente nos potenciais conflitos de interesses para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Como resultado desse processo, ainda que reconhecendo a necessidade de aprimoramentos na ferramenta simplificada, foi sugerida a elaboração e aprovação de uma portaria interna no Ministério da Saúde que incluísse a criação de uma comissão deliberativa para gestão de conflitos de interesse em alimentação, nutrição, atividade física e promoção da saúde; a utilização de instrumento de abordagem e gestão de conflito de interesses proposto pela Organização Pan-Americana de Saúde para definição das parcerias do Ministério da Saúde com pessoas físicas, instituições, consultorias, fundações, sociedades científicas e indústrias de alimentos e bebidas; a necessidade de aprovação de parcerias do Ministério da Saúde com setor produtivo e sociedade civil e acadêmica relacionados à alimentação e nutrição pela área técnica; e a obrigatoriedade de registro e publicização de atas de todas as reuniões com setor produtivo e sociedade civil e acadêmica relacionados à alimentação, nutrição, atividade física e promoção da saúde. Contudo, a estratégia foi descontinuada com as mudanças na gestão do Ministério que se seguiram.

Ainda no Brasil, o momento é oportuno para aproveitar a reconstrução da governança e da prioridade política da segurança alimentar e nutricional, com sua câmara interministerial (Caisan) e conselho nacional de participação social (Consea), para impulsionar essas articulações intersetoriais, trazendo a discussão dos determinantes comerciais da saúde e da segurança alimentar e nutricional para orientar as políticas nacionais, visando a abordagem de direitos e o objetivo de promover a saúde humana e planetária.

Relatório Final da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-read_article.php?articleId=1516.

Walter Willett et al. Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems (2019). *The Lancet*. 393(10170): 447-492. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31788-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31788-4).

Levando essa discussão para o nível global, é fundamental que a discussão dos determinantes comerciais da saúde articule-se com a agenda de sistemas alimentares, principalmente pela FAO e os grandes compromissos globais com a agenda (Década de Ação sobre a Nutrição, Cúpula de Sistemas Alimentares e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Nesse sentido, é particularmente relevante garantir sistemas de governança que garantam os interesses coletivos e que sejam protegidos das influências e interesses comerciais das corporações e fortalecer e ampliar fóruns de participação das representações da sociedade civil, como o Conselho de Segurança Alimentar (CSA).

Em outro artigo do suplemento do *The Lancet*, que aborda as perspectivas futuras para os determinantes comerciais da saúde, destaca-se que a solução para os problemas atuais não está em nenhum dos extremos de, por um lado atacar o capitalismo ou, por outro, de livremente estabelecer parcerias com as corporações. As soluções não são únicas, mas as evidências apontam que é necessário transformar os sistemas hegemônicos por meio de múltiplas frentes e promover o bem-estar humano e planetário, incluindo modelos econômicos progressivos, estruturas internacionais, regulação governamental, mecanismos de *compliance* para as corporações, negócios regenerativos e modelos que incorporem metas ambientais, sociais e de saúde, bem como mobilização estratégica da sociedade civil. 49

A partir da discussão dos determinantes comerciais da saúde, desde seus conceitos até sua relação com as agendas de saúde e de segurança alimentar e nutricional é fundamental incorporar a discussão da saúde planetária e articular as agendas intersetoriais globais e nacionais para que essa abordagem dos determinantes comerciais, agora de saúde e de segurança alimentar e nutricional, na transformação dos sistemas alimentares.

Perspectivas dos primeiros 100 dias de governo

Além do tema principal deste informe, o momento também é propício para analisar as perspectivas da agenda de segurança alimentar e nutricional com a mudança de governo e, conseqüentemente, da condução internacional da pauta. Os primeiros 100 dias de governo estão diretamente ligados à busca de reconstrução das agendas que foram interrompidas, fragilizadas ou distorcidas nos últimos 6 anos na agenda de SAN, tendo em vista o abandono da cooperação sul-sul, a fragilização do multilateralismo e dos compromissos globais com temas sociais ambientais e da predominância dos interesses do agronegócio nas agendas intersetoriais, inclusive com a negação do problema da fome no país. Em consequência, a participação brasileira nos fóruns relacionados à agenda e aos compromissos de SAN foi muito comprometida, incluindo a Cúpula das Nações Unidas para Sistemas Alimentares e suas coalizões, assim como na continuidade das atividades da Década de Ação sobre a Nutrição, particularmente com a inatividade das duas redes de ação coordenadas pelo Brasil (guias alimentares baseados em alimentos e redução do consumo de sódio), fazendo com o que o país perdesse muito de seu protagonismo e liderança nas agendas de SAN.

No campo da reorganização da agenda, destacam-se os processos de cooperação sul-sul com países da CPLP para a melhoria da governança de políticas de segurança alimentar e nutricional, iniciando-se pela retomada do projeto com Moçambique, via Agência Brasileira de Cooperação, em que a Fiocruz é partícipe junto com o Ministério da Saúde e que terá uma missão ainda em abril de 2023. Dentre as expectativas para a CPLP, além da continuidade das

Friel, S et al. (2023). Commercial determinants of health: future directions (2023). *The Lancet*. 0(0). [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)00011-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)00011-9).

atividades em Moçambique, há possibilidade de uma aprovação de um curso de formação em SAN a ser realizada pela Fiocruz Brasília, para os demais países do bloco também.

No campo da segurança alimentar e nutricional, há ainda expectativa de retomada das agendas técnicas e políticas no âmbito do Mercosul, na Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional (Cisan) e da priorização das medidas para alcance dos compromissos como os ODS, bem como das colaborações nacionais e regionais com a Opas, OMS, PMA e FAO e a possibilidade da Fiocruz apoiar mais efetivamente a atuação da Assessoria Internacional em Saúde do Ministério da Saúde nas agendas temáticas.

Contudo, vale destacar que, em grande parte, os primeiros 100 dias de governo ainda foram dedicados à reorganização e reestruturação interna das agendas de SAN, diante do desmonte político e institucional dos anos anteriores, sendo necessário, portanto, usar o momento oportuno para implementar ações efetivas no campo da saúde global para a segurança alimentar e nutricional. Para tanto, serão fundamentais a cooperação para aprimorar políticas nacionais, o apoio ao intercâmbio de experiências, a colaboração com políticas de outros países e o fortalecimento dos compromissos internacionais para impulsionar as políticas nacionais que promovam a garantia dos direitos humanos (incluindo o da alimentação adequada e saudável) e sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes.

UNESCO: O ODS 17 e a construção das parcerias

Gisele Sanglard e Fabiane Gaspar



O objetivo do desenvolvimento sustentável 17 (ODS 17) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) tem como finalidade reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Para tal, são quatro os grandes eixos de atuação: (1) finanças ou a forma de mobilizar recursos internos e externos; (2) tecnologia ou a forma de melhorar as relações norte-sul, sul-sul, triangular etc.; (3) capacitação de pessoal; e (4) comércio ou conseguir um sistema de comércio multilateral universal. Das questões consideradas sistêmicas, para esta ODS, a coerência de políticas e institucional; as parcerias multissetoriais e; dados, monitoramento e prestação de contas, gostaríamos de destacar as metas 17.16 e 17.17 das parcerias multissetoriais:

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias⁵⁰

As parcerias são incentivadas pela UNESCO em diversos segmentos de sua atuação seja no programa UNITWIN⁵¹, ou das Cátedras de caráter acadêmico, seja nas ações mais propositivas.

⁵⁰ Link disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/17>. Acessado em 10 abr 2023

⁵¹ Abreviação para *University Twinning and Networking Programme* que visa promover o treinamento em pesquisa e o desenvolvimento de programas nas áreas de competência da UNESCO.

As cátedras da Unesco, vinculam-se direta ou indiretamente, às reflexões sobre as ODS da Agenda 2030 – podem se propor a refletir sobre as Desigualdades, sobre as Migrações, sobre a Sustentabilidade dos Oceanos ou sobre Educação e Cidade – para nos ater as últimas cátedras aprovadas no Brasil. As cátedras têm por objetivo criar parcerias institucionais com outras instituições de ensino e pesquisa, para ajudarem a responder aos temas aos quais elas se propõem.

No informe anterior⁵², já chamamos atenção para algumas das parcerias – com Rotary Internacional e aplicada localmente pelos clubes; ou com organismos chilenos atuando na Guatemala. Nos dois exemplos apresentados naquele boletim, tivemos situações diferentes: no primeiro, uma organização internacional que capilariza as ações; o segundo, dois organismos nacionais que, por intermédio de um organismo internacional, atuam em um outro país.

Outro exemplo é com relação ao uso de recursos hídricos e migrações populacionais. O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2023 – Parcerias e cooperação para água – Fatos, Dados e Exemplos de Ação, elaborado pela UNESCO, menciona o exemplo da ação da Organização Internacional para as Migrações (OIM) no acesso à água potável e ao saneamento na região de Gedo, na Somália. Neste caso, o objetivo é garantir a sustentabilidade hídrica através do estabelecimento de vários comitês de usuários de água que possuem e gerenciam a infraestrutura e os serviços hídricos. Esses comitês têm os membros eleitos pela comunidade e exercem diversas funções a fim de garantir sua sustentabilidade no longo prazo⁵³.

Um papel de destaque é dado às mulheres. A OIM incentiva as mulheres a se envolverem ao máximo em todas as etapas do desenvolvimento do programa, por exemplo, indicando onde perfurar poços para se instalar a infraestrutura de saneamento. Além disso, a OIM envolveu o programa Voluntários de Promoção da Higiene e Engajamento Comunitário (*Hygiene Promotion and Community Engagement Volunteers*), “em que 80% dos [voluntários] são mulheres, que estão ativamente envolvidos em campanhas de massa e na comunicação de riscos e engajamento da comunidade, promovendo assim uma grande transformação na atitude e no acesso a esses tipos de papéis”.

Este processo é bem valorizado pelos organismos internacionais pois afeta diretamente a saúde das populações. O documento da UNESCO chama atenção que “pandemia da COVID-19 expôs lacunas nesses serviços básicos, mas também chamou atenção para a necessidade de um maior apoio aos serviços de WASH em todos os contextos”.

Outro tipo de parceria interessante para as ações da UNESCO são as chamadas parcerias público comunitárias (*Community-Public Partnerships* – CPP, na sigla em inglês) que têm sido usadas para a resolução de conflitos relacionados à água, notadamente na África Subsaariana. Nesse exemplo, a participação dos conselhos comunitários junto às empresas privadas gestoras de fornecimento de água foi fundamental para mediação de conflitos tarifários sobre água.

Os principais parceiros da UNESCO estão comissões nacionais, os Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia, da Cultura, da Comunicação e da Tecnologia da Informação, as agências especializadas da ONU, universidades, conselhos de imprensa, as redes relacionadas

⁵² Páginas de 87-89 do Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde n. 4/2023 disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-04-2023>

⁵³ Caixa 3 do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2023 – Parcerias e cooperação para água – Fatos, Dados e Exemplos de Ação disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384659_por/PDF/384659por.pdf.multi . Acessado em 10 abr 2023.

às áreas de competência da UNESCO, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, organizações para a juventude e organizações de mídia. Importa salientar que a ação da Unesco baseada na formação de parcerias tem por finalidade construir meios para cumprir os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, isto é, acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que todas as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

BID e a Parceria com o Green Climate Fund

O **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** renovou sua acreditação como parceiro do **Green Climate Fund (GCF)**. A acreditação permite que o **BID** continue canalizando recursos do **GCF** para a **América Latina e o Caribe (ALC)**.

A Diretoria do **GCF** credenciou o **BID** pela primeira vez em 2015 para ajudar a canalizar seus recursos para projetos na região. Desde então, o **GCF** e o **BID** aprovaram oito programas no valor de US\$1,8 bilhão (US\$762 milhões em financiamento do **GCF** e US\$964 milhões em cofinanciamento esperado). A recém-aprovada Bioeconomia da Amazônia e a Mobilidade Elétrica para cidades sustentáveis em programas da **ALC** demonstraram a vantagem competitiva do **BID** na estruturação de programas sofisticados com alto potencial de impacto transformacional e mobilização de recursos adicionais.

O **GCF** é o maior fundo climático do mundo e é guiado pelos princípios e disposições da **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)**. O **GCF** procura garantir que as decisões de investimento sigam uma abordagem de transformação que promova a inovação climática e reduza os riscos de investimento para atrair mais financiamento. Para alinhar as finanças com o desenvolvimento sustentável, também procura avaliar os riscos climáticos e garantir que as oportunidades sejam consideradas nas decisões de investimento.

De acordo com o **BID**, o Banco continuará a alavancar esses recursos para planejar, preparar e executar projetos financiados pelo **GCF** para apoiar os países em desenvolvimento no cumprimento de suas ambições de Contribuições Nacionalmente Determinadas (**NDC**) em direção a economias neutras em carbono e resilientes ao clima.

Atualizações Econômicas Regionais do Banco Mundial

O **Banco Mundial (BM)** lançou às vésperas das Reuniões Anuais entre o Banco e o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** relatórios sobre as atualizações econômicas regionais.

Como era de se esperar, apesar da resiliência das regiões, os documentos retratam a desaceleração do crescimento econômico e a contínua incerteza que paira sobre o setor.

Na **ALC**, o aumento do estresse da dívida, da inflação persistente e da incerteza decorrente da invasão russa da Ucrânia mostrou a relativa resistência da região. A renda e o emprego se recuperaram em grande parte da pandemia, a pobreza recuou e os mercados permanecem cautelosamente otimistas em relação ao futuro próximo. No entanto, devido ao aumento da incerteza global, incluindo uma recente onda de falências bancárias nos EUA e na Europa, o fortalecimento da resiliência, tanto na frente da saúde quanto na macroeconômica, será primordial. Continuam pendentes progressos tanto na cobertura vacinal como na preparação do sistema de saúde, enquanto a institucionalidade da política macroeconômica em alguns países está a ser questionada.

Na **África**, foi percebido que o crescimento em toda a África Subsaariana continua lento, arrastado pela incerteza na economia global, o baixo desempenho das maiores economias do continente, a alta inflação e uma forte desaceleração do crescimento do investimento – e é insuficiente para reduzir a pobreza extrema.

O crescimento econômico na **África Subsaariana** desacelerou para 3,6% em 2022, de 4,1% em 2021, mas pode ficar ainda pior. O fraco crescimento do investimento e a instabilidade macroeconômica pesam sobre a atividade econômica. A inflação permanece persistentemente alta e acima da meta, apesar do aumento precoce e considerável da taxa de juros. Em meio a condições financeiras globais desfavoráveis e altos níveis de dívida, os formuladores de políticas africanas devem apostar em seu espaço político doméstico para restaurar a estabilidade macroeconômica, aprofundar as reformas estruturais para promover o crescimento inclusivo e implementar políticas que aproveitem a riqueza de recursos da região durante a transição de baixo carbono. Essa riqueza natural possui um potencial econômico inexplorado significativo para enfrentar os desafios fiscais e impulsionar a transformação econômica. A transição de baixo carbono é irreversível e será intensiva nos minerais necessários para a transição para a energia limpa, muitos dos quais são abundantes em toda a África.

No **Oriente Médio e Norte da África (MENA)**, a alta inflação e o aumento dos preços dos alimentos representam um desafio para as economias da região onde o crescimento deve desacelerar no próximo ano para 3%, depois de crescer 5,8% em 2022. Os exportadores de petróleo, que se beneficiaram de um ganho inesperado em 2022, serão os que mais desacelerarão, mas uma grande lacuna permanece entre os países de alta renda e o resto da região. O relatório se concentrou especificamente no impacto da inflação dos preços dos alimentos na insegurança alimentar. A inflação de alimentos de dois dígitos está pesando fortemente sobre as economias em desenvolvimento da região, com os pobres sendo os mais atingidos pelos aumentos dos preços dos alimentos.

No **Leste Asiático e Pacífico**, a atividade econômica no desenvolvimento da região se recuperou dos recentes choques e está crescendo. No entanto, a produção permanece abaixo dos níveis pré-pandêmicos em muitos países e a inflação permanece acima da meta em alguns países. O crescimento de curto prazo dependerá da dinâmica do crescimento global e dos preços das *commodities* e do aperto financeiro, que provavelmente continuará diante da alta inflação nos EUA. Tomando uma visão de longo prazo, o crescimento da região tem sido mais rápido e mais estável do que em grande parte do resto do mundo. O resultado foi um declínio notável da pobreza e, na última década, também um declínio da desigualdade. Mas, de acordo com o documento, seria um erro deixar que essas conquistas obscurecessem vulnerabilidades, passadas, presentes e futuras. O documento propõe que a região deve implementar reformas estruturais, macrofinanceiras e relacionadas com o clima para resolver os problemas de abrandamento crescimento da produtividade e cicatrizes da pandemia, mesmo quando enfrenta os grandes desafios da globalização, envelhecimento e mudanças climáticas.

A perspectiva do sul da **Ásia** é moldada por boas e más notícias na economia global. Os preços mais baixos das *commodities*, uma forte recuperação no setor de serviços e a redução das interrupções nas cadeias de valor estão ajudando a recuperação do sul da Ásia, mas o aumento das taxas de juros e a incerteza nos mercados financeiros estão pressionando para baixo as economias da região. Os países do sul da Ásia, especialmente aqueles com grande dívida externa, enfrentam compensações difíceis à medida que respondem a essas pressões. As perspectivas de crescimento enfraqueceram, com grandes riscos negativos na maioria dos países, dado o espaço fiscal limitado e o esgotamento das reservas internacionais. No futuro, o relatório argumenta que serão necessários amplos programas de reforma, incluindo uma perspectiva fiscal sustentável, para colocar o sul da Ásia em um caminho de crescimento mais robusto e inclusivo. A desigualdade de oportunidades, que é maior no sul da Ásia do que em outras regiões do mundo, é injusta e ineficiente. A redução da desigualdade de oportunidades

e o aumento da mobilidade econômica ajudarão a alargar a base tributária dos países e a aumentar o apoio da população às reformas críticas.

Em 2022, o crescimento econômico desacelerou acentuadamente na **Europa** e na **Ásia Central**, com a continuidade da guerra da Rússia contra a Ucrânia, o aumento da inflação e o forte aperto da política monetária e das condições de financiamento atingiram o consumo privado, o investimento e o comércio. O aumento acentuado dos preços dos alimentos e da energia impulsionou a inflação para um ritmo não visto em 20 anos. O fardo da inflação foi distribuído de forma desigual entre as famílias. As famílias mais pobres enfrentaram uma inflação mais de 2 pontos percentuais superior à inflação enfrentada pelas famílias mais ricas, com esta diferença a exceder 5 pontos percentuais em alguns países. As taxas de pobreza e desigualdade derivadas das taxas de inflação específicas das famílias diferem daquelas baseadas na abordagem padrão do índice de preços ao consumidor (IPC). Essas diferenças têm implicações políticas importantes, porque muitos programas usam ajustes de inflação baseados em IPC, que não capturam com precisão as mudanças no custo de vida das populações-alvo. De acordo com o relatório, projeta-se que o crescimento da produção na região permaneça pouco alterado em 2023, porém, melhor do que o projetado em janeiro de 2023, refletindo em grande parte as atualizações do ritmo de expansão na Polônia, Rússia e Turquia.

FMI e a Adequação de Recursos de seus Mecanismos

O **FMI** revisou a adequação dos recursos do *Poverty Reduction and Growth Trust* (PRGT), *Resilience and Sustainability Trust* (RST) e *Debt Relief Trusts*, incluindo o *Catastrophe Coninment and Relief Trust* (CCRT). O PRGT é o principal veículo do Fundo para a prestação de serviços concessionais empréstimos (atualmente a taxas de juro zero) a países de baixos rendimentos. O RST oferece financiamento de longo prazo acessível para pessoas de baixa renda e países vulneráveis de renda média, bem como pequenos estados, para apoiar reformas destinadas a reduzir os riscos para a estabilidade futura da balança de pagamentos mudanças climáticas e pandemias. A CCRT concede subvenções para a redução da dívida dos mais pobres e vulneráveis atingidos por catástrofes naturais ou desastres de saúde pública, desembolsando 690 milhões DES (Direitos Especiais de Saque) em 31 países durante a pandemia, que deixou seu saldo de caixa quase esgotado.

As finanças do PRGT estavam sob pressão devido ao aumento pela procura de empréstimos PRGT e taxas de juros acentuadamente mais elevadas do que anteriormente previstas. Desde a pandemia, o **FMI** apoiou mais de 50 países de baixa renda com mais de 17 bilhões de DES (cerca de US\$ 24 bilhões) em empréstimos sem juros. O PRGT enfrenta um déficit de 1,2 milhão de DES (cerca de US\$ 1,6 bilhão) em promessas de recursos de subsídios e 3,5 bilhões de DES (cerca de US\$ 4,7 bilhões) para recursos de empréstimos para concluir a primeira etapa estratégica de financiamento de 2021. Nestas circunstâncias, uma estratégia multifacetada foi a de tornar o PRGT mais íntegro através de um impulso concertado para mobilizar contribuições de base alargada para preencher as lacunas nos recursos de subvenções e empréstimos à curto prazo, juntamente com novas medidas durante o período global de 2024/25, sendo assim uma base sustentável para produzir resultados suficientes apoio aos países mais vulneráveis a longo prazo.

Fontes:

<https://www.iadb.org/en/news/idb-renews-accreditation-green-climate-fund-partner>

<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/2753abaa-2ee6-45c8-8f13-de35550f1ff6/content>

<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/9fb2e192-d542-4cb9-a4c7-5a0dc71f6306>

<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/3e01009b-10b4-4589-a32f-d84b42b80327/content>

<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/ed5cd255-c172-4e22-928d-ca0b39ec7813>

<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/bb5e9db7-c19c-4c8d-b999-8092f8464f12/content>

<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/9b01cf36-cdbe-425a-b5cb-40527fe4bacb>

https://www.worldbank.org/en/topic/development/publication/world-bank-regional-economic-updates?intcid=ecr_hp_sidekick3_en_ext

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/04/07/pr23112-2023-review-of-resource-adequacy-of-the-poverty-reduction-growth-trust>

Documentos lançados

O novo relatório do **BID** intitulado *Unlocking Circular Economy Finance in Latin America and the Caribbean: The Catalyst for a Positive Change* recomenda que a **ALC** acelere a transição para uma economia circular reformulando as leis e fazendo parcerias mais estreitas com o setor privado para financiar projetos com um modelo circular.

O relatório analisa as políticas públicas e os instrumentos financeiros para a circularidade em sete países e define formas de avançar para uma economia circular e disponibilizar mais financiamento para empresas e projetos na região. A análise mostra que os países estão no caminho certo para a circularidade e que uma ação combinada com diferentes atores será fundamental para atingir as metas climáticas.

Ao aplicar uma economia circular, as instituições financeiras podem avaliar modelos de produção e consumo e encontrar novas maneiras de minimizar o desperdício e a poluição. Mas a lacuna entre os investimentos atuais e aqueles necessários para apoiar a transição crucial para modelos circulares de produção e consumo ainda é enorme. O setor financeiro e as agências governamentais desempenham um papel fundamental no estímulo à transição circular por meio de instrumentos e políticas financeiras inovadoras.

O relatório insta os países a atualizar e adaptar suas leis ambientais, adicionando legislação sobre economias circulares. Também recomenda a criação de sistemas de classificação, definições e métricas para ajudar os países e investidores a entender quais atividades seguem os princípios da economia circular.

Fontes:

<https://www.iadb.org/en/news/new-study-urges-action-promote-latin-americas-circular-economy>

<https://idbinvest.org/en/publications/unlocking-circular-economy-finance-latin-america-and-caribbean-catalyst-positive>

Projetos

O **BID** aprovou um empréstimo de **US\$ 150 milhões** para melhorar a integração social e as condições de moradia na Argentina. O programa beneficiará mais de 8.000 famílias vulneráveis dentro e ao redor de bairros de baixa renda.

A iniciativa visa fortalecer a gestão institucional de questões como os assentamentos informais, ajudando a prevenir seu crescimento e a formação de novos.

O **BM** anunciou uma doação de **US\$ 10 milhões** para apoiar a Palestina na melhoria da qualidade, eficiência e resiliência dos serviços de saúde pública. Apesar dos esforços para melhorar o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde nos territórios palestinos, ainda há muito a fazer para melhorar a utilização dos cuidados de saúde primários na Cisjordânia. O acesso a cuidados confiáveis para doenças crônicas, particularmente para cânceres, é um dos fatores mais substanciais da carga de doenças em Gaza. O Projeto de Eficiência e Resiliência do Sistema de Saúde ajudará a enfrentar esses desafios.

O **FMI** aprovou um acordo financeiro para a Ucrânia no valor de **US\$ 15,6 bilhões** ao longo dos quatro anos até 2027. O acordo sob o nosso Mecanismo de Fundo Estendido (EFF) faz parte de um pacote financeiro internacional de **US\$ 115 bilhões**, para o mesmo período de quatro anos, que se destina a apoiar as políticas das autoridades para estabilizar a economia à medida que a guerra continua e consolidar reformas mais expansivas para acelerar a recuperação uma vez que a guerra termine.

Fontes:

<https://www.iadb.org/en/news/argentina-improve-housing-vulnerable-families-idb-support>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/04/06/world-bank-approves-us-10-million-grant-to-improve-the-efficiency-and-resilience-of-the-palestinian-health-sector>

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/04/05/cf-amid-war-ukraine-is-maintaining-macroeconomic-stability-and-embarking-on-reforms>

Durante os cem dias do governo Lula, o destaque foi a discussão sobre o apoio estratégico à Amazônia realizada na Reunião Anual do BID. No encontro, representantes de países amazônicos e de países membros não regionais do BID discutiram os atuais desafios que a região amazônica enfrenta e a capacidade única do Grupo BID de responder a eles de maneira oportuna e coordenada.

Os países amazônicos reafirmaram seu forte compromisso de conter o desmatamento e identificar métodos sustentáveis para proteger a floresta, proporcionando oportunidades econômicas reais para as comunidades locais.

Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil e Governadora do BID, esteve presente neste encontro e falou sobre a importância de uma economia verde nos dias de hoje:

“Não há economia sem planeta; não há economia sem vida. Não vale a pena a economia se ela não está promovendo a vida. Na Colômbia, criamos um fundo e alocamos 80% do imposto sobre o carbono e 600 bilhões de pesos, o equivalente a US\$ 150 milhões, anualmente, pelos próximos 20 anos para alimentar esse fundo e sustentar os acordos sociais que vamos fazer na

Amazônia. Devemos conseguir gerar uma economia que regenere a selva e, ao mesmo tempo, gere estabilidade populacional nesse arco de desmatamento amazônico”.

Ainda na reunião, os países amazônicos anunciaram sua intenção de sediar a Cúpula da Amazônia este ano. O encontro representa uma oportunidade para reafirmar a ação coletiva, aumentar a ambição, definir prioridades e fornecer diretrizes estratégicas no mais alto nível.

Fonte:

<https://www.iadb.org/en/news/idb-reinforce-strategic-support-amazon-region>

Propriedade Intelectual e Mudança Tecnológica: Informe OMC, OMPI e UNCTAD

Claudia Chamas

OMC: Designação do Representante Permanente do Brasil junto à OMC; pressão da Índia e África do Sul para aprovação do IP Waiver

1. Nota do Itamaraty informa que o Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, atual Cônsul-Geral do Brasil em Tóquio, foi designado como Representante Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra. De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a designação será submetida à apreciação do Senado Federal (MRE, 2023).

2. Em cenário polarizado sobre a suspensão dos direitos de propriedade intelectual para diagnósticos e terapias relacionados à Covid, a Índia, África do Sul e outros países em desenvolvimento estão em campanha pela aprovação da medida na OMC. Segundo Piyush Goyal, Ministro de Comércio e Indústria da Índia, os países do Sul Global estão contribuindo com mais da metade do crescimento econômico mundial com o comércio Sul-Sul atingindo US\$ 5,3 trilhões em 2021. O Sr. Goyal está empenhado em aumentar os esforços na OMC e disse que há necessidade de melhorar o fornecimento global de medicamentos essenciais: "Uma vacina na Índia é produzida por US\$ 1,5, enquanto em muitas partes do mundo pagam de US\$ 38 a US\$ 40 pelo mesmo produto. A Índia e outros países, reivindicam decisão rápida par ao IP waiver (The Pharma Letter, 2023).

OMPI: Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual

De 24 a 28 de abril de 2023, a [Organização Mundial da Propriedade Intelectual \(OMPI\)](#) realizou a [Trigésima Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual](#) (CDIP). Do programa, vale destacar o [Relatório](#) do Diretor Geral sobre a Implementação da Agenda de Desenvolvimento, que fornece visão geral da implementação da Agenda do Desenvolvimento e sua integração em todos os programas da Organização, e seus principais pontos (OMPI, 2023):

1. Desde sua adoção, a Agenda do Desenvolvimento tem servido como guia para que a Organização garanta que as considerações de desenvolvimento façam parte de seu trabalho. Como resultado, o desenvolvimento se tornou pedra angular para a OMPI. Palavras e intenções precisam ser traduzidas em ações, orientadas pelos Estados Membros. O atual Plano Estratégico de Médio Prazo 2022 - 2026 da OMPI fortaleceu a DA ao colocar um foco no desenvolvimento e na criação de impacto real de colaboração com os Estados Membros.

2. As informações contidas no [Banco de Dados](#) sobre Flexibilidades, criado em junho de 2013, continuaram a ser divulgadas, conforme apresentado no documento CDIP/20/5. O Banco de Dados permite pesquisar a implementação de flexibilidades nas leis nacionais de propriedade intelectual em jurisdições selecionadas. Estados-Membros devem fornecer à Secretaria, por meio de comunicação oficial, a(s) atualização(ões) de suas disposições nacionais relacionadas com as flexibilidades incluídas no Banco de Dados. A atualização notificada é imediatamente incluída no Banco de Dados em novo campo denominado "Atualizações pelos Estados Membros". Em 2022, nenhuma atualização foi apresentada pelos Estados Membros.

3. Como promotora de um serviço global de proteção internacional de invenções por meio do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), a OMPI apoiou a divulgação internacional das informações técnicas relacionadas às inovações por intermédio do banco de dados gratuito PATENTSCOPE. Em média, mais de 5.000 novos pedidos PCT (contendo a

divulgação da invenção) ficaram disponíveis no PATENSCOPE a cada semana. Para facilitar o acesso e o uso do banco de dados, 13 webinars relacionados com o PATENSCOPE foram entregues e assistidos por mais de 4.000 participantes.

UNCTAD: Lançamento do Relatório de Tecnologia e Inovação 2023

O Lançamento do Relatório de Tecnologia e Inovação 2023 da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) chama a atenção para o aumento da desigualdade econômica provocada pelo desenvolvimento das tecnologias verdes, da inteligência artificial, da Internet das Coisas e dos veículos elétricos, cujos benefícios serão colhidos em boa parte pelos países desenvolvidos (Figura 1). A UNCTAD convoca os governos e a comunidade internacional para ação política coerente para permitir que os países em desenvolvimento se beneficiem de tecnologias verdes, articulando comércio, propriedade intelectual e mudança climática (UNCTAD, 2023).

Rebeca Grynspan, Secretária-Geral da UNCTAD, enfatiza:

"Estamos no início de uma revolução tecnológica baseada em tecnologias verdes. (...) Esta nova onda de mudanças tecnológicas terá impacto formidável sobre a economia global". Os países em desenvolvimento devem capturar mais do valor que está sendo criado nesta revolução tecnológica para fazer crescer suas economias. (...) Perder esta onda tecnológica devido à insuficiente atenção política ou à falta de investimento direcionado na construção de capacidades teria implicações negativas duradouras"⁵⁴ (UNCTAD, 2023).

Seguem alguns destaques do Relatório:

1. As tecnologias usadas para produzir bens e serviços com pegadas de carbono menores proporcionam oportunidades econômicas crescentes, mas muitos países em desenvolvimento podem perdê-las a menos que haja medidas (políticas industriais, de inovação e energéticas) que evitem a lacuna tecnológica e impulsionem trajetória de desenvolvimento em direção a economias mais diversificadas, produtivas e competitivas.

2. A UNCTAD estima que as 17 tecnologias de fronteira cobertas no Relatório podem criar um mercado de mais de US\$ 9,5 trilhões até 2030 - cerca de três vezes o tamanho atual da economia indiana.

3. Até agora, as economias desenvolvidas aproveitam a maioria das oportunidades. O total das exportações de tecnologias verdes dos países desenvolvidos saltou de cerca de US\$ 60 bilhões em 2018 para mais de US\$ 156 bilhões em 2021. No mesmo período, as exportações dos países em desenvolvimento aumentaram de US\$ 57 bilhões para apenas cerca de US\$ 75 bilhões. Em três anos, a participação dos países em desenvolvimento nas exportações globais caiu de mais de 48% para menos de 33%.

4. O relatório inclui um "índice de prontidão tecnológica de fronteira" que mostra que muito poucos países em desenvolvimento têm as capacidades necessárias para tirar proveito das tecnologias de fronteira. O índice classifica 166 países com base em TIC, habilidades, pesquisa e desenvolvimento, capacidade industrial e indicadores financeiros. É dominado pelas

⁵⁴ No original, em inglês: "“We are at the beginning of a technological revolution based on green technologies (...) This new wave of technological change will have a formidable impact on the global economy. Developing countries must capture more of the value being created in this technological revolution to grow their economies (...) Missing this technological wave because of insufficient policy attention or lack of targeted investment in building capacities would have long-lasting negative implications.”"

economias de alta renda, notadamente os Estados Unidos, Suécia, Cingapura, Suíça e Holanda. Várias economias na Ásia fizeram mudanças políticas para melhorar seu desempenho. A Índia continua sendo o país com maior super desempenho.

5. O índice mostra que os países da América Latina, Caribe e África subsaariana são os menos preparados para aproveitar as tecnologias de fronteira e podem perder as oportunidades tecnológicas atuais.

6. À medida que os países em desenvolvimento respondem às crises interligadas urgentes de hoje, eles precisam tomar medidas estratégicas e de longo prazo para construir inovação e capacidades tecnológicas, estimulando crescimento econômico sustentável e aumentando sua resiliência a crises futuras. Deve haver priorização dos investimentos em setores mais verdes e mais complexos, além de habilidades técnicas, infra-estrutura de TIC, e conectividade entre pequenas e grandes empresas e entre regiões urbanas e rurais.

7. O sucesso das políticas internas dos países em desenvolvimento depende da cooperação global por meio do comércio internacional, com reformas nas regras comerciais existentes.



Referências

MRE. Designação do Representante Permanente do Brasil junto à OMC. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/designacao-do-representante-permanente-do-brasil-junto-a-omc Acesso em: 10 de abril de 2023.

OMPI. Director General's report on the implementation of the Development Agenda. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/mdocs/en/cdip_30/cdip_30_2.pdf Acesso em: 10 de abril de 2023.

The Pharma Letter. India and South Africa renew push for extending TRIPS waiver beyond Covid vaccines. Disponível em: <https://www.thepharmaletter.com/article/india-and-south-africa-renew-push-for-extending-trips-waiver-beyond-covid-vaccines> Acesso em: 10 de abril de 2023.

UNCTAD. UNCTAD calls for coherent policy action to enable developing countries to benefit from green technologies. Disponível em: <https://unctad.org/press-material/unctad-calls-coherent-policy-action-enable-developing-countries-benefit-green> Acesso em: 10 de abril de 2023.

**Da onipresente crise climática à descolonização da saúde pública:
os relatos das OSC sobre um mundo em crise**

***Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires,
Marciglei Brito Moraes, Maria Christina Silva Carneiro Nobre,
Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e
Luis Eugênio de Souza***

Introdução

Durante a última quinzena, foram monitoradas 42 Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado, das quais 32 apresentaram manifestações relevantes. Três temas tiveram maior destaque durante o período: crise climática; guerras, conflitos e crises humanitárias; e doenças infecciosas.

No contexto atual, a crise climática tem sido uma das questões mais prementes para as OSC. No Brasil, os crimes relacionados ao garimpo ilegal têm se mostrado especialmente alarmantes, devido aos danos ambientais e sociais que têm gerado. Em outros contextos, a situação de países como Kiribati, que está sendo evacuado devido às adversidades climáticas, demonstra a urgência de se adotar soluções estruturais para mitigar os graves impactos sobre a vida e o bem-estar das pessoas. As OSC têm alertado que as relações entre a saúde e a crise climática são diretas e profundas, e que com as mudanças climáticas aumentando a incidência de doenças infecciosas, secas e outros eventos climáticos extremos. A qualidade de vida da população mundial está sendo severamente afetada.

As guerras, os conflitos e as crises humanitárias são questões críticas para a saúde, não apenas pela violência direta, mas também pelos seus efeitos indiretos sobre os sistemas de saúde e vida cotidiana. Países como Ucrânia, Síria, Somália, Congo e Iêmen estão em situação de extrema violência e instabilidade civil, o que resulta em deslocamento forçado, falta de acesso a serviços de saúde e água potável, desnutrição, surtos de doenças infecciosas e outras consequências negativas. Além disso, os conflitos armados destroem infraestruturas e equipamentos de saúde, tornando ainda mais difícil para as pessoas obterem cuidados de saúde. As OSC têm criticado a desigualdade da atenção que sido dada aos diferentes conflitos: a guerra na Ucrânia tem mobilizado muito mais capital simbólico e econômico do que conflitos que ocorrem em outros países.

No que tange às doenças infecciosas, as OSC destacaram, entre outros temas, a passagem do Dia Internacional da Tuberculose (24 de março), as maiores dificuldades das mulheres de acesso aos serviços de prevenção, detecção e tratamento da tuberculose; a necessidade de incorporação de novas ferramentas, como as tecnologias digitais, no combate à tuberculose, juntamente com novas abordagens em pesquisa e desenvolvimento. Foram também abordadas questões relativas a falta de capacidade de produção de medicamentos para HIV/aids dos países de baixa renda; detecção de surtos de doenças infecciosas, riscos de câncer associados ao HPV em pessoas trans e com diversidade de gênero, surto do Marburg na Tanzânia e surto de cólera em Malawi.

Além desses três destaques, muitas OSC se manifestaram sobre a força de trabalho em saúde, motivadas pela realização do 5º Fórum Global da OMS sobre Recursos Humanos para a

Saúde, em Genebra, nos dias 3 a 5 de abril. Mencionaram também a descolonização da saúde pública como um compromisso importante, lembrando a necessidade de se reconhecer e reparar as consequências históricas das práticas coloniais para que não se repitam. A busca pela igualdade gênero, tocando pautas sensíveis às mulheres transsexuais, foi discutida pelas OSC em diversas temáticas. Foram também mencionadas as iniquidades em saúde, a promoção em saúde, a luta contra as doenças negligenciadas e a resistência microbiana, a imunização e a saúde mental. Observou-se ainda uma discussão maior do setor privado em relação a doenças infecciosas, vacinas e tecnologias de saúde.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crise climática

MSF⁵⁵ está fornecendo [suporte pediátrico](#) em Kiribati após a partida do último pediatra especialista do país. Situado no Pacífico Central, Kiribati é o primeiro país a ser evacuado pelo avanço do nível do mar. O país tem uma das taxas de mortalidade infantil mais altas do mundo e enfrenta um aumento de casos de desnutrição aguda grave em meninos e meninas e uma deterioração geral da saúde das crianças do país relacionado ao impacto crescente da crise climática.

Oxfam Brasil⁵⁶ foi uma das promotoras do curso “[Racismo Ambiental, Justiça Climática e a Comunicação nos Territórios à Margem](#)” realizado em São Paulo no início do mês de abril. Este teve como objetivo aprofundar pautas socioambientais por meio de práticas e estratégias do jornalismo e da comunicação não hegemônica, presentes nos territórios à margem dos direitos.

Greenpeace⁵⁷ divulgou eventos que realizou em todo o Brasil em comemoração ao [Dia Internacional das Florestas e ao Dia Mundial da Água](#). Suas atividades foram desde recolhimento de lixo em rios, debates em museus, divulgação de pesquisas científicas sobre a qualidade da água do mar, até a ações de reflorestamento.

Ariene Susuí, do povo Wapichana de Roraima, faz um relato ao Greenpeace sobre como [a extração do ouro gera devastação, doenças e contaminação dos rios](#). Ela reflete que lutar contra um sistema bilionário é uma luta desigual, mas que precisa ser travada. Relata que milhares de vidas são perdidas nesse genocídio provocado pelo mercado do ouro e termina questionando “quantas gramas de ouro valem uma vida indígena?”

A International Federation of Environmental Health⁵⁸ e o Center for Strategic and International Studies (CSIS) apresentaram o [sexto informe de avaliação do IPCC](#), publicado em 20 de março de 2023, o qual baseia seu conteúdo nos informes de Avaliação dos três grupos de trabalho: GT1 - As Bases da Ciência Física; GT2 - Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade; GT3 - Mitigação das Alterações Climáticas e os três relatórios especiais: Aquecimento Global de 1.5°C, Alterações Climáticas na Terra, Oceano e Criosfera em Mudança Climática.

O Conselho Internacional de Ciências (ISC)⁵⁹ finalizou uma revisão do marco de [prevenção de desastres da ONU \(2015-2030\)](#), afirmando que a falta de planejamento e investimento a longo

⁵⁵ <https://www.msf.es/>

⁵⁶ <https://www.oxfam.org.br/>

⁵⁷ <https://www.greenpeace.org/brasil/>

⁵⁸ <https://www.ifeh.org/>

⁵⁹ <https://council.science/>

prazo tem dificultado o alcance das metas dos ODS 2030. O informe é uma contribuição ao processo de revisão da metade do período.

Manifestação da CARE International⁶⁰ destaca que [a seca na Somália](#) já matou, segundo as Nações Unidas, 43 mil pessoas. Nos últimos dois anos, comunidades em toda a Somália perderam tudo e não sabem de onde virá a próxima refeição. A CARE tem emitido alertas por mais de um ano sobre a seca iminente. Apoiadores locais afirmam que quando a crise começou, havia esperança de que a comunidade global entrasse em ação para impedir que a história se repetisse. No entanto, depois de dois anos a resposta da Somália ainda é subfinanciada. A CARE afirma que Somália precisa de mais. O artigo destaca ainda que, diante da resposta lenta da sociedade civil, é importante refletir sobre o fato do conflito na Ucrânia ter chamado a atenção do mundo em poucos meses, inclusive com ajuda humanitária, o que não está ocorrendo com a Somália.

A Progressive International⁶¹ informou que [ativistas climáticos e trabalhadores do transporte público](#) na Alemanha fizeram conjuntamente uma greve em 30 cidades, exigindo melhorias socioecológicas na infraestrutura de transporte público e nas condições de trabalho.

O Consortium of Universities for Global Health⁶² divulgou a realização do evento: Saúde global em uma encruzilhada: [Equidade, Mudança Climática e Ameaças Microbianas](#), que ocorrerá entre 14-16 de abril em Washington DC.

Consortium of Universities for Global Health divulgou também a coleção especial: “Nos Anais da Saúde Global: [Plásticos e Saúde Humana](#).”

O Consortium of Universities for Global Health divulgou ainda cursos oferecidos em parceria entre McGill e o Pegasus Institute para estudantes que estão interessados em como [a migração, o conflito e o meio ambiente moldam a saúde humana](#).

Neste período, a ActionAid⁶³ [destacou a passagem do Ciclone Freddy](#), que afetou mais de 1,5 milhões de pessoas em Moçambique, Malawi e Zimbábue. A organização enviou equipes aos locais e está apoiando a resposta ao desastre. Ainda, destaca que a crise climática está tornando tempestades tropicais, como o ciclone Freddy, mais intensas e aumentando cada vez mais os riscos para comunidades vulneráveis, comumente posicionadas na linha da frente dos impactos das mudanças climáticas. Como de costume, ActionAid pontua que frequentemente que mais impactadas pelo aquecimento do planeta são as que menos contribuíram para que isto ocorresse, ao contrário do que ocorre com as “nações altamente poluidoras do norte global”, reforça.

Guerras, conflitos e crises humanitárias

A Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI)⁶⁴, a Agência de Segurança Sanitária do Reino Unido, o Instituto Nacional de Saúde da Somália e o Centro de Saúde Pública da Ucrânia publicaram um [artigo](#) intitulado “Crises sindêmicas de saúde: o crescente papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública na formulação de uma resposta coordenada”, onde se examinam crises sindêmicas exemplificados pela Ucrânia e

⁶⁰ <https://www.care-international.org/>

⁶¹ <https://progressive.international/>

⁶² <https://www.cugh.org/>

⁶³ <https://actionaid.org.br/>

⁶⁴ <https://www.ianphi.org/>

Somália, países que vivenciam crises agudas sobrepostas de guerra, COVID-19, instabilidade econômica e ambiental.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)⁶⁵ e os Médicos Internacionais para a Prevenção da Guerra Nuclear (IPPNW)⁶⁶ lançaram nota conjunta, alertando para as ameaças de [uso de armas nucleares ou químicas](#) na guerra na Ucrânia. As duas entidades exigiram que todos os combatentes excluam imediata e explicitamente o uso de armas de destruição em massa na Ucrânia.

De acordo com a CARE International, doze anos depois do início do conflito na Síria, em março de 2011, o terremoto de 6 de fevereiro acentuou a [crise humanitária](#) no país. Relatórios do governo aponta que 175.000 edifícios desabaram ou foram fortemente danificados, e o desastre gerou mais de 116 toneladas de escombros em toda a região. A situação na Síria já havia sido descrita como uma das piores crises humanitárias do século, mesmo antes dos terremotos. Nos últimos anos, mais de 300.000 civis morreram, 6,8 milhões de pessoas foram deslocadas internamente e outros 5,4 milhões de sírios foram forçados a fugir para Turquia, Jordânia, Líbano, Iraque e Egito. Mais de dois terços da população do país precisam de assistência humanitária e, no norte da Síria, um surto de cólera colocou mais de um milhão de pessoas em risco ainda maior. A CARE International, com outros parceiros no noroeste da Síria, oferece sessões regulares de apoio psicossocial para mulheres e crianças que perderam suas casas nos terremotos.

A escalada do [conflito na República Democrática do Congo](#) deixa os sobreviventes traumatizados e em extrema necessidade. Desde março de 2022, mais de 600.000 pessoas fugiram de suas casas e buscaram refúgio em centros coletivos, como acampamentos improvisados. Os ocupantes desses centros são em sua maioria mulheres. Entre dezembro de 2022 a fevereiro de 2023, a CARE na RDC, trabalhando com agências humanitárias locais, alcançou 12.855 deslocados internos e, à medida que o conflito continua, o número de pessoas necessitadas continua a aumentar diariamente.

As [intervenção da CARE para fornecer água e saneamento](#) melhoram a qualidade de vida no sudoeste do Iêmen. Desde o lançamento de um projeto em 2019, a CARE reabilitou 18 sistemas de água e oito sistemas de esgoto em cinco distritos de Taiz, uma das 14 províncias onde a organização trabalha. Durante décadas, a região tem enfrentado dificuldades de abastecimento de água, além do conflito em curso no país.

Descolonização da saúde pública

Na sessão de abertura da Global Public Health Week, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) contou com a participação do diretor da OPAS, Jarbas Barbosa, que falou da importância de fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde de todos os países. Em seguida, o presidente da Federação, Luis Eugenio Souza, coordenou um debate sobre a [descolonização da saúde pública](#), com a participação de Fernanda Lopes, diretora de Programa do Fundo Baobá para Equidade Racial, e Emma Rawson, primeira vice-presidente indígena da Federação.

O Greenpeace publicou os primeiros apontamentos críticos sobre o [acordo entre União Europeia e Mercosul](#). De acordo com a ONG, as relações de colonialidade se aprofundarão, com

⁶⁵ <https://www.wfpha.org/>

⁶⁶ <https://www.ippnw.org/>

o Mercosul se mantendo como região meramente agroexportadora, perdendo capacidade competitiva no setor automobilístico, por exemplo, e importando agrotóxicos com menor taxação.

A CARE destacou os compromissos assumidos com a descolonização e o antirracismo, a partir da assinatura do “Pledge for Change”, um conjunto de [compromissos para criar parcerias equitativas](#), mais estreitas com organizações locais e nacionais para transferir mais poder, capacidade de decisão e dinheiro. As maiores organizações humanitárias e de desenvolvimento do mundo ressaltam que ser liderados localmente e conectados globalmente implica mudar a forma como as parcerias são estabelecidas.

Gênero e saúde

A Progressive International denunciou que as medidas anti-gangues do governo de El Salvador estão ameaçando os direitos humanos e afetando principalmente [mulheres, crianças e pessoas da comunidade LGBTQ+](#). De acordo com relatórios de organizações de direitos humanos, como Human Rights Watch e a ONG salvadorenha Cristosal, dezenas de milhares de pessoas têm sido detidas sem o devido processo, resultando em prisões arbitrárias e detenções de pessoas inocentes. Há também denúncias de violações generalizadas dos direitos humanos em todo o país, como a superlotação grave nas prisões e as mortes sob custódia.

As [mulheres transgênero](#) que solicitam asilo na Grécia precisam acessar a serviços de saúde sexual e reprodutiva que respondem a suas necessidades sem discriminação. Ante essa demanda, desde 2016, Médicos Sem Fronteiras (MSF) opera um Centro de Atenção Diurna em Atenas que oferece um pacote de serviços multidisciplinares centrados em saúde sexual e reprodutiva (incluindo a atenção a sobreviventes de violência sexual e de gênero), doenças não transmissíveis, saúde mental, assim como promoção de saúde e para apoio socio-legal.

A International Hospital Federation⁶⁷ divulgou vídeos sob título [Perspectivas do Dia Internacional da Mulher 2023 da comunidade IHF](#).

A Progressive International publicou o manifesto fundacional da [Internacional Feminista](#), que apresenta os principais aspectos da identidade da organização e os delineamentos estratégicos para construir uma rede internacional de ativismo feminista, promovendo debates e ações fundamentais para uma transformação civilizatória.

Mortalidade infantil

A IANPHI e vários Institutos Nacionais de Saúde Pública participaram da 8ª [reunião](#) da rede CHAMPS - rede global que gera, coleta, analisa e compartilha dados para reduzir a mortalidade infantil nas regiões onde ela é mais alta - este mês em Adis Abeba, Etiópia. No encontro, discutiu-se a importância de ter um modelo de vigilância em países com altas taxas de mortalidade infantil, que colete dados sobre as causas de mortes e, assim, permita elaborar medidas de prevenção, especialmente para mulheres grávidas e bebês.

Doenças infecciosas e negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi)⁶⁸ celebrou o compromisso renovado do Fundo de Tecnologia Inovadora em Saúde Global do Japão (Fundo GHIT) para [pacientes afetados por eumicetoma](#), uma das doenças tropicais mais negligenciadas do mundo. O Fundo GHIT

⁶⁷ <https://ihf-fih.org/>

⁶⁸ <https://dndi.org/>

concedeu à DNDi uma doação de EUR 2 milhões para o período 2023-2025 em apoio ao registro do tratamento fosravuconazol, e ao acesso dos pacientes no Sudão, onde a doença é endêmica.

A Loteria do Código Postal Holandês fez uma [doação de 1 milhão de euros](#) à DNDi para apoiar o programa Innovation for Children, que desenvolve novos e melhores tratamentos para crianças afetadas por doenças tropicais negligenciadas (DTN).

A STOPAIDS⁶⁹ reagiu à notícia de que a Medicines Patent Pool (MPP) [assinou sublicenças com Aurobindo, Cipla e Viatris para produzir versões genéricas do medicamento preventivo de HIV de longa duração CAB-LA](#) da ViiV Healthcare. Embora seja considerado um passo positivo, a organização alerta que vários países com capacidade de produção foram excluídos do acordo, especialmente na América Latina. Como as versões genéricas podem demorar a estar disponíveis, a ViiV manterá o monopólio do CAB-LA por um tempo. A STOPAIDS solicitou que a ViiV expanda a produção e se comprometa a fornecer o CAB-LA em países de baixa e média renda a um preço próximo ao do PrEP oral.

A Women in Global Health⁷⁰ publicou [notícia sobre o dia da tuberculose \(TB\)](#), comemorado em 24 de março, em que alertam para a necessidade de incluir as mulheres no centro das ações para o enfrentamento da TB, uma vez que elas têm maior dificuldade para prevenir, detectar e tratar a doença, devido às desigualdades de gênero. Lembram que as mulheres são a maioria da força de trabalho na saúde, inclusive na Atenção Primária, nível fundamental para as ações de prevenção, detecção e cuidado da TB, embora ainda sejam subrepresentadas nos espaços de tomadas de decisão. Finalizam com um apelo para “maiores esforços e compromissos mais fortes para promover a paridade de gênero na tomada de decisões em todo o setor de saúde”.

Vacinas e direitos de propriedade intelectual

A People's Vaccine⁷¹ tem acompanhado a discussão na Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos (USITC) sobre o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS, em inglês), através do [Twitter](#). [Lori Wallach](#), por exemplo, afirmou que durante a pandemia de COVID-19 não houve, de fato, uma renúncia real aos direitos de propriedade intelectual (conhecida como "TRIPS waiver"). E que está sendo discutido se o governo dos Estados Unidos permitirá a suspensão das limitações nas exportações de medicamentos genéricos e testes produzidos em países em desenvolvimento, para venda exclusiva em outros países em desenvolvimento a preços mais acessíveis.

Saúde bucal e saúde mental

O Consortium of Universities for Global Health divulgou a iniciativa da Escola de Odontologia de Harvard que reúne acadêmicos, profissionais de saúde, saúde pública e líderes empresariais que defendem a [integração da saúde bucal e da atenção primária](#).

A World Federation of Occupational Therapist⁷² anunciou que a Associação de Terapeutas Ocupacionais de Malta está organizando uma Conferência de Saúde Mental intitulada [“Recuperação da Saúde Mental”: parceria para a mudança](#), que começa em 21 de abril.

⁶⁹ <https://stopaids.org.uk/>

⁷⁰ <https://womeningh.org/>

⁷¹ <https://peoplesvaccine.org/>

⁷² <https://www.wfot.org/>

A World Federation for Mental Health⁷³ declara que o tema para o dia da Saúde Mental Global 2023 será “[Saúde Mental é um direito universal humano](#)”. Esse título vem para reforçar a obrigatoriedade e responsabilidade dos países do mundo todo em promover acesso a serviços de saúde mental.

Força de trabalho em saúde

A International Federation of Medical Students' Associations⁷⁴ realizou uma sessão *online* no twitter para discutir a [Força de Trabalho em Saúde](#), convidando seus associados a participar do 5º Fórum de Recursos Humanos para a Saúde da OMS, realizado em Genebra, de 3 a 5 de abril.

A World Medical Association⁷⁵ informou que organizações médicas e de direitos humanos internacionais enviaram uma [carta](#) às autoridades na Turquia, solicitando o fim da perseguição dos líderes da Associação Médica da Turquia em um momento em que os médicos são necessários para atender às vítimas do terremoto na Turquia e Síria.

O Conselho Internacional de Enfermeiros e a World Medical Association (WMA) comentaram em comunicado de imprensa os achados do relatório da Aliança Mundial das Profissões de Saúde (WHPA) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), que revela a extensão dos [danos físicos e psicológicos causados aos profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19](#). O relatório reúne evidências do impacto da pandemia dos cinco membros da WHPA e conclui que é necessário um maior envolvimento dos profissionais de saúde nos esforços de reconstrução dos sistemas de saúde após a pandemia. A comunicação destaca que os sistemas de saúde em que esses profissionais trabalhavam falharam em protegê-los. O relatório afirma que os profissionais de saúde temiam por sua segurança pessoal durante a pandemia devido à falta de equipamentos de proteção e à ausência de qualquer suporte sistemático e segurança, deixando muitos se sentindo desvalorizados.

Para [celebrar os profissionais de saúde](#), a Women in Global Health lembrou que as “mulheres constituem a esmagadora maioria dos profissionais de saúde no mundo”, sofrendo desafios de gênero, remuneração desigual e injusta e ambientes de trabalho inseguros, com limitadas possibilidades de progresso na carreira. No entanto, destaca a transformação que muitas trabalhadoras tem feito em suas comunidades ao relembrar a premiação [Heroínas da Saúde do WGH](#).

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN)⁷⁶ lançou uma série de cartazes para celebrar a passagem do [Dia Internacional dos Enfermeiros \(IND\)](#) com o tema “Os Nossos Enfermeiros. Nosso futuro”. O dia é comemorado em 12 de maio. A campanha deste ano define o que a enfermagem precisa agora e no futuro para enfrentar os desafios e melhorar a saúde global para todos.

A World Organization of National Colleges Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA)⁷⁷ anunciaram a realização das sessões

⁷³ <https://wfmh.global/>

⁷⁴ <https://ifmsa.org/>

⁷⁵ <https://www.wma.net/>

⁷⁶ <https://www.icn.ch/>

⁷⁷ <https://www.globalfamilydoctor.com/>

paralelas ao 5º Fórum Global da OMS sobre Recursos Humanos para a Saúde, destacando a discussão sobre o acesso equitativo aos [cuidados de saúde em áreas remotas](#).

Promoção da saúde

A ACT Promoção da Saúde⁷⁸ lançou uma nota técnica defendendo uma [maior tributação de produtos nocivos à saúde](#), como tabaco, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados no Brasil. A organização recomenda que a reforma tributária elimine subsídios fiscais e institua tributos específicos sobre esses produtos, destinando os recursos arrecadados ao Sistema Único de Saúde. A nota técnica também recomenda a adoção de estímulos fiscais para aumentar a oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis e a criação de tributos sobre produtos que causam danos ao meio ambiente.

A International Hospital Federation⁷⁹ disponibiliza um guia de [alimentação sustentável](#), salientando que a alimentação tem um papel essencial em nossas vidas, incluindo nutrição e significado cultural, além do impacto na economia local e global.

Mais de 70 organizações da sociedade civil, entre elas a Oxfam Brasil, redigiram o [Manifesto pela Reforma Tributária 3S: Saudável, Solidária e Sustentável](#). O manifesto convoca parlamentares e integrantes do governo federal a considerarem a reforma tributária como oportunidade para proteger o meio ambiente, a saúde pública e como importante mecanismo de redução das desigualdades brasileiras.

Preparação e resposta a emergências

A IANPHI, em [colaboração](#) com a Agência Nacional de Segurança Sanitária da Guiné e a Rede de Epidemiologia de Campo e Programas de Treinamento de Laboratório na África, está apoiando a preparação e resposta a emergências de saúde pública na República da Guiné, onde novos equipamentos de videoconferência facilitarão as comunicações entre a agência de segurança sanitária e os distritos sanitários do país.

Inovações em Saúde

O Consortium of Universities for Global Health anunciou os vencedores da competição de vídeos que apresentam importantes [problemas de saúde global e inovações](#).

A International Hospital Federation divulgou a Conferência e Exposição Global de Saúde a ser realizada de 17 à 21 de abril 2023, em Chicago, reunindo líderes de pensamento disruptores e agentes de mudança que representam todos os setores globais de [informações e tecnologias em saúde](#).

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE DE INTERESSE PRIVADO

Crise climática

A Fundação Rockefeller⁸⁰ declarou que a [mudança climática](#) é uma ameaça para o planeta que demanda uma atuação urgente. A saúde deve estar no centro da discussão, assim como a prioridade dos mais vulneráveis. Também destacou o [apoio financeiro](#) a comunidades afetadas, visando construir sistemas locais resilientes de cuidado às pessoas. Mencionou o [relatório](#) do Painel Intergovernamental em Mudança Climática e o incentivo ao uso de energias

⁷⁸ <https://actbr.org.br/>

⁷⁹ <https://ihf-fih.org/>

⁸⁰ <https://www.rockefellerfoundation.org/>

limpas que, ao mesmo tempo, permitam a inclusão de bilhões de pessoas que não tem acesso à energia. De igual forma, deu ênfase à preocupante onda de [calor](#) mundial que coloca a Índia nos limites da sobrevivência.

A Fundação Wellcome Trust⁸¹ destacou um [relatório](#) da BBC que clama por uma resposta urgente à crise climática. Também divulgou uma [nota](#), alertando que a saúde deveria estar no [centro](#) da discussão sobre ação climática, considerando ainda a forma desigual que afeta diferentes comunidades, com as vulneráveis ficando mais expostas a [doenças](#) como a malária e dengue. Chamou atenção também para a necessidade de [dados](#) mais precisos sobre o clima e a saúde.

A GAVI, The Vaccine Alliance,⁸² disponibilizou artigo em que analisa como o [aquecimento global pode significar um risco maior de disseminação de bactérias](#). A mudança climática possibilita que mosquitos transmissores de doenças invadam novos habitats – agora os dados mostram que a água mais quente significa uma maior disseminação de bactérias marinhas patogênicas. Também faz um alerta sobre as [cinco ligações principais entre as alterações climáticas e a saúde](#) e a necessidade de ação urgente.

Doenças infecciosas

Na passagem do dia mundial da [tuberculose](#), o Global Fund⁸³ registrou sua atuação no combate à doença ao redor do mundo. Sinalizou [fatores](#) como a mudança climática, a [guerra](#) e as iniquidades que afetam regiões inteiras e agravam a situação das pessoas com TB. Esta situação exige [uma resposta integral](#) e a incorporação de novas [ferramentas](#) como as [tecnologias digitais](#), que permitiriam [acesso equitativo](#) a medidas de prevenção, tratamento e cuidado, especialmente para a população de [países](#) de média e baixa renda. De igual forma, destacou a necessidade da atuação de [empresas privadas](#) na conscientização, detecção e tratamento para seus trabalhadores, famílias e comunidade, assim como a necessidade de [sistemas de saúde](#) fortes e resilientes para fazer frente a esta epidemia.

A Fundação Rockefeller publicou uma [nota](#) sobre o surto de cólera em Malawi, destacando fatores como a desinformação e os eventos climáticos extremos, que pioram a situação no país.

A Fundação Wellcome Trust, no dia da [tuberculose](#), destacou a necessidade de novas abordagens em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Sobre o [cólera](#), destacou fatores que estão determinando uma alta morbidade e mortalidade como a piora das condições climáticas, o limitado acesso a cuidado básico da saúde e a falta de vacina oral contra a doença. Sobre a luta contra a [malária](#), destacou o avanço no desenvolvimento de drogas e vacinas, assim como a provisão de redes com inseticidas nas áreas mais afetadas.

A Bill and Melinda Gates Foundation⁸⁴ publicou artigo em que ressalta seu investimento em Pesquisa e Desenvolvimento para [combater a tuberculose](#). Neste artigo, Puneet Dewan, médico epidemiologista especializado em TB, ressalta que há progressivo desenvolvimento de ferramentas para diagnóstico, drogas para tratamento e até uma nova vacina que poderia substituir a única existente que já tem mais de 100 anos de sua criação e é pouco potente.

⁸¹ <https://wellcome.org/>

⁸² <https://www.gavi.org/>

⁸³ <https://www.theglobalfund.org/en/>

⁸⁴ <https://www.gatesfoundation.org/>

A GAVI, The Vaccine Alliance alertou para o alto risco [de surto do Marburg na Tanzânia](#). Também publicou artigo sobre os vírus em águas residuais que podem auxiliar a detectar surtos de [febre tifóide](#). Divulgou ainda artigos sobre o maior risco de alguns [tipos de câncer ligados ao HPV](#) afetarem pessoas trans e com diversidade de gênero; sobre o uso de algoritmos para detectar mais precocemente a [tuberculose infantil](#); sobre a ocorrência de um [surto de hepatite](#) em crianças no Reino Unido; e sobre [a importância das vacinas orais contra cólera](#) no contexto do surto na Etiópia.

A GAVI, The Vaccine Alliance, comunicou que [95% das mães de Bangladesh em tratamento para HIV dão à luz bebês HIV negativos](#). Desde 2013, Bangladesh oferece tratamento gratuito para mães HIV positivas em seu programa de Prevenção da Transmissão de Mãe para Filho.

Vacinas

A Bill and Melinda Gates Foundation publicou artigo sobre os [benefícios da imunização materna](#), dizendo que ela é uma ação de valor três em um: confere proteção à mãe, diminui o risco de aborto e ainda protege o bebê nos meses posteriores.

A GAVI, The Vaccine Alliance, disponibilizou relatório sobre a [aceleração da distribuição da vacina COVID 19](#) e a remoção de obstáculos para aumentar os níveis de cobertura. Publicou também artigos em que reporta a dificuldade de [vacinação no Himalaia](#), o esforço de [imunização](#) da Índia, o impacto extraordinário que as vacinas de rotina tiveram na contenção do [rotavírus](#) e uma excelente iniciativa no Paquistão, de contar histórias para comunidades mais carentes, com o que se promove [a imunização](#).

A GAVI, The Vaccine Alliance divulgou artigo sobre [as vacinas COVID-19 de última geração](#) e como os cientistas estão lançando uma série de abordagens criativas para combater infecções.

Covid - 19

A GAVI, The Vaccine Alliance alerta que a [Omicron](#) continua sendo uma ameaça à saúde pública. Discute também [novos caminhos para sair da pandemia](#), ante o declínio da imunidade das vacinas e o decréscimo na aceitação pública para estas. E questiona se o resfriado comum pode [dar imunidade às crianças contra o COVID](#). Disponibiliza ainda artigos sobre a [prevenção da COVID](#), com dois novos estudos sugerem que os diabetes e os medicamentos antivirais existentes poderiam ser reaproveitados para prevenir a doença, e sobre

Doenças negligenciadas

A GAVI, The Vaccine Alliance, alerta que as [doenças tropicais negligenciadas](#) da pele (lepra, sarna) são estigmatizadas e podem afetar a qualidade de vida de um indivíduo.

Doenças crônicas

A NCD Alliance⁸⁵ publicou [notícia](#) sobre a Semana Global de Ação sobre DANTs, que terá como tema “Vencer a Lacuna de Cuidados” e terá como objetivo “catalisar soluções justas e eficazes para apoiar cada pessoa, cada família e cada comunidade afetada pelas DANTs no acesso aos cuidados e tratamentos”. O evento precederá a segunda Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cobertura Universal da Saúde, e será “uma oportunidade para a sociedade

⁸⁵ <https://ncdalliance.org/>

civil e as pessoas que vivem com DANTs para coletivamente conchamar os tomadores de decisão a cumprir seus compromissos e garantir que todos tenham acesso à saúde, independentemente de sua capacidade de pagamento, até 2030”.

A NCD Alliance lançou um [guia da sociedade civil para o avanço das políticas de prevenção da DANT](#). A publicação visa apoiar ações de advocacy nacionais.

Resistência microbiana

A GAVI, The Vaccine Alliance, disponibilizou artigo em que noticia a existência da [Candida Auris, um fungo mortal](#), bastante resistente a medicamentos e que se espalha nos hospitais dos Estados Unidos. Também publicou artigo em que apresenta [os desafios da resistência microbiana](#) e as formas de combatê-la. Lembra que se trata de uma ameaça crescente à saúde global, agravada pelo uso excessivo de antibióticos, pela má gestão de resíduos e pelas mudanças climáticas.

Igualdade de gênero

A Fundação Rockefeller publicou um [relatório](#) que incentiva a falar contra a desigualdade, acreditar naquelas pessoas com ensinamentos valiosos, superar barreiras, reconhecer as contribuições das mulheres e abordar os impactos do gênero, como formas para avançar na discussão sobre a temática e na construção de uma cultura de igualdade.

No Dia da Visibilidade Trans, a Fundação Rockefeller destacou o trabalho de pessoas [trans](#) como conselheiros em comunidades da Índia em favor da vacinação contra a COVID-19, e a importância de preservar [espaços](#) de participação.

GAVI, The Vaccine Alliance alerta nesse artigo que as [pessoas trans são negligenciadas pelos programas de imunização](#) e essa situação precisa mudar. A discriminação e a marginalização de qualquer tipo constituem uma ameaça multifacetada à saúde pública.

Saúde mental

A Fundação Wellcome destacou uma publicação que sinaliza a falta de [envolvimento](#) de pessoas beneficiárias de pesquisas em saúde mental nas próprias iniciativas de pesquisa, como característica que deveria mudar. De igual forma se destacou o desenvolvimento de um [aplicativo móvel](#) que permite entender melhor e tratar a esquizofrenia. Também foi destacada outra [pesquisa](#) com cannabidiol que poderia oferecer benefícios para o tratamento da psicose.

Em publicações do mês da consciência sobre o estresse, a Mental Health Foundation⁸⁶ fez uma série de publicações, definindo [o que é estresse](#) como “resposta do nosso corpo à pressão, que nos faz produzir hormônios que ativam resposta de “luta ou fuga” e podem afetar o bem-estar” e propõe em artigo [como lidar ou reduzir o estresse](#).

A Mental Health Foundation divulga o artigo refletindo sobre as descobertas do [relatório Casey e suas implicações para a saúde mental](#). Esse relatório contém registros de abordagens policiais e entrevistas com os membros do Serviço Metropolitano da Polícia de Londres e evidenciou problemáticas atuais na corporação de ordem interseccional. Através de análise crítica e estatística do relatório, a Fundação pontua que a discriminação racial, de gênero, de orientação sexual, religiosa e capacitista é majoritariamente presente na polícia

⁸⁶ <https://www.mentalhealth.org.uk/>

londrina. A Fundação se preocupa com a saúde mental das populações vítimas da inquisição discriminatória policial.

Saúde global

A GAVI, The Vaccine Alliance, repercute artigo de Shyam Bishen, membro do Comitê Executivo do Fórum Econômico Mundial, sobre as [oito tendências que moldam a saúde global no momento](#).

Desinformação

A GAVI, The Vaccine Alliance, divulga artigo sobre o livro que discute como [a desinformação age como um vírus e a necessidade de implantação de uma vacina cognitiva](#).

Financiamento de pesquisa

A Wellcome Trust lançou uma [chamada](#) para pesquisas que permitam entender melhor os impactos da crise climática na saúde. Outro fundo de [financiamento](#) foi lançado especificamente para pesquisas sobre uso, efetividade e implementação da vacina oral contra o cólera. E outro [financiamento](#) para marcadores de ansiedade e depressão para garantir um tratamento apropriado e oportuno. A Fundação Wellcome Trust destacou a importância de reverter a tendência de maiores chances de financiamento para pesquisadores brancos e os [esforços](#) por financiar pesquisas lideradas por pesquisadores negros.

Determinantes comerciais de saúde

The Lancet publicou uma série de três artigos sobre determinantes comerciais da saúde: [People, profits, and health](#). Segundo [a NCD Alliance](#), a série, considerada pioneira, lança uma luz forte sobre o impacto de algumas práticas comerciais sobre a saúde humana e planetária e apela para uma ação urgente para combater os determinantes comerciais que estão impulsionando a epidemia global de DCN, a pobreza e a destruição ambiental e social.

Força de trabalho em saúde

O Global Fund lançou a [Monrovia Call](#) no Simpósio de Trabalhadores Comunitários de Saúde na Libéria, com o objetivo de fortalecer os programas de assistência comunitária e de atenção primária a saúde. Destacou também o suporte dado a mais de dois milhões de [trabalhadores comunitários](#) de saúde que estão na linha de frente da luta contra epidemias em áreas rurais.

Alimentação saudável e sustentável

A Fundação Rockefeller divulgou suas ações de [apoio](#) para incrementar o acesso à alimentação nutritiva e sustentável, destacando a importância de valorizar a produção localmente para a [alimentação escolares](#) em cidades na África, o que poderia [beneficiar](#) produtores locais e diminuir o custo de importação. Deu ênfase também ao trabalho feito com a elaboração de uma “Tabela Periódica de Alimentos” que visa incentivar o consumo de alimentos diversos e a construção de sistemas alimentares sustentáveis. De igual forma, destacou a importância da [agricultura](#) regenerativa, que enriquece o solo, permite utilizar melhor os recursos naturais e valorizar as culturas ancestrais com práticas [agrícolas](#) indígenas, que permitem estabelecer uma conexão com o planeta. Mencionou também, sobre o [relatório](#) “Definindo o caminho para fome zero em um mundo equitativo” do Conselho de Chicago em Assuntos Globais, que mostra como podemos conseguir um mundo livre de fome. No período,

também foi lançado o prêmio “[World Food Prize](#)” para reconhecer o esforço global de pessoas que atuam na segurança alimentar.

Inovação

A GAVI, The Vaccine Alliance, publicou artigo que discute como os anticorpos de camelos e tubarões podem [combater patógenos que afetam nosso sistema imunológico](#). Os cientistas esperam aproveitá-los como tratamentos para doenças que vão de câncer a Covid e rastrear células do corpo.

EVENTOS

A International Hospital Federation divulga o [46º Congresso Hospitalar Mundial](#) a ser realizado em Lisboa de 25 à 27 de outubro.

A World Federation of Occupational Therapist divulga a [Conferência Anual e Expo 2023 da AOTA](#) a ser realizada de 20 à 23 de abril em Kansas City, Missouri, Estados Unidos.

A International Federation of Social Workers (IFSW) está com [inscrições abertas](#) para a Conferência Mundial de Serviço Social que será realizada no Panamá em 2024, com o tema Respeitando a Diversidade Através da Ação Social Conjunta.

No dia 5 de abril, o Center for Strategic and International Studies realizou o [Fórum de Segurança Global 2023: Defesa Transatlântica](#).

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a realização da 13ª reunião do Grupo de Trabalho Aberto sobre o Envelhecimento da ONU. Nesta oportunidade, Ovide Mercredi, ex-chefe da Assembleia das Primeiras Nações no Canadá, e Kamal Khera, ministro canadense dos idosos, discutiram a necessidade crítica de um [direito à saúde para todos](#).

A International Alliance of Patients' Organizations (IAPO) anuncia as inscrições para o [10º Congresso Global de Pacientes \(GPC 2023\)](#) - "Parcerias inovadoras de pacientes no coração do avanço da saúde global", um evento híbrido que será realizado de 19 a 20 de maio de 2023 em Genebra, Suíça, antecedendo a 76ª Assembleia Mundial de Saúde.

COMENTÁRIOS FINAIS

No âmbito tanto das Organizações de Interesse Público quanto das de Interesse Privado, a crise ambiental foi o tema mais abordado, evidenciando a interdependência entre a saúde humana e o meio ambiente. Referências foram feitas à questão da seca na Somália, ao garimpo ilegal de ouro no Brasil e à passagem de um ciclone no sudeste da África. As guerras, os conflitos e as crises humanitárias também foram destacadas como questões críticas para a saúde, em especial das populações da Ucrânia, Síria, Somália, Congo e Iêmen.

A questão de gênero foi, mais uma vez, evidenciando especialmente as desigualdades e discriminações que mulheres trans e pessoas LGBTQIA+ enfrentam no acesso aos serviços de saúde e na prevenção de doenças.

A força de trabalho em saúde foi celebrada e tratada de diversas maneiras, destacando a necessária liberdade de agência, a igualdade de gênero e a reparação de danos (causados pela pandemia, por exemplo) como assuntos a serem discutidos e devidamente tratados na categoria. Vale registrar que neste período, de 3 a 5 de abril, realizou-se em Genebra, o 5º Fórum da OMS sobre Recursos Humanos para a Saúde.

A pauta climática continuou se mostrando um tema crucial na Saúde Global, uma vez que até mesmo os informes das OSC com focos mais restritos estão discutindo os impactos ambientais. A crise climática afeta a saúde humana de várias maneiras e as OSC têm destacado continuamente que as relações entre a saúde e a crise climática são diretas e indiretas, mas sempre profundas, e que a situação atual exige uma abordagem holística e integrada.

Uma novidade digna de nota foi a menção, por algumas OSC, à descolonização da saúde pública. Embora não seja uma questão absolutamente nova, é interessante que a sociedade civil com atuação na arena global da saúde comece a discuti-la de forma mais consistente.

Por fim, vale registrar que as múltiplas menções à covid-19 perderam centralidade, passando a compor manifestações relativas a temas bastante diversos como as guerras, a crise climática, a força de trabalho em saúde, os direitos de propriedade intelectual, etc.

Em resumo, o relatório de informes de saúde analisado neste texto identificou uma série de temáticas importantes e interconectadas, que devem ser lidas como um panorama quinzenal das OSC aqui representadas e suas contribuições para a grande discussão de saúde global.

Dia Mundial da Saúde 2023: Os desafios para uma saúde realmente pública e os passos para transformar nossa realidade

**Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho**

Setenta e três anos nos separam desde a instituição e primeira celebração do Dia Mundial da Saúde, proposto pela Organização Mundial da Saúde em 1948 e celebrado oficialmente dois anos depois. E mesmo após 7 décadas, nossos desafios parecem continuar os mesmos: há um obstáculo sistêmico contra o pleno desenvolvimento da saúde, contra a saúde idealizada como estado de bem estar físico, mental e social e contra um projeto de Estado capaz de levar isso a frente.

A Constituição da OMS declara:

"A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e **não apenas a ausência de doença ou enfermidade.**

O gozo do mais alto padrão de saúde atingível é um dos **direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, crença política, condição econômica ou social.**

A saúde de todos os povos **é fundamental para alcançar a paz e a segurança** e depende da mais plena cooperação dos indivíduos e dos Estados.

A conquista de qualquer Estado na promoção e proteção da saúde é de **valor para todos.**

O desenvolvimento desigual em diferentes países na promoção da saúde e controle de doenças, especialmente doenças transmissíveis, é um perigo comum.

O desenvolvimento saudável da criança é de fundamental importância; a capacidade de viver harmoniosamente em um ambiente total em mudança é essencial para tal desenvolvimento.

A extensão a todos os povos dos benefícios do conhecimento médico, psicológico e afins é essencial para a plena obtenção da saúde.

A opinião informada e a cooperação ativa por parte do público são de extrema importância para a melhoria da saúde das pessoas.

Os governos têm uma responsabilidade pela saúde de seus povos, que só pode ser cumprida com o fornecimento de medidas sociais e de saúde adequadas."

Os objetivos claros, infelizmente, não traçam o caminho. Baseados em publicações e acontecimentos recentes, dedicamos esse Informe à análise dos desafios que devemos enfrentar em ordem para atingir a saúde como idealização de justiça global.

Em primeiro lugar, há a desigualdade social, a pobreza como realidade sócio-econômica de quase metade da população mundial, sobrevivendo com menos de 5 dólares americanos por dia. A pobreza por si só se mostra como um problema de saúde - a determinação social da saúde - e é também um catalisador para diversos problemas, desde proteções sociais como saneamento básico e higiene para proteção viral (distanciamento social e higienização das mãos só é possível para quem tem casa e água corrente) a saúde mental e o sofrimento psíquico causado pela pobreza. A desigualdade social também cria um ciclo vicioso que - ao ser alimentado por um sistema econômico desigual - torna impossível o direito ao desenvolvimento.

Essa anulação da possibilidade de direito econômico também faz refém aos trabalhadores da saúde que, além de lutarem por pisos salariais dignos, tem frente a si o desafio de tornarem minimamente funcional um sistema de saúde cronicamente insuficiente, o que vem causando uma série de problemas, como visto nos últimos informes. A ideia de máxima extração de lucro - mesmo se pelo preço de um sistema que condena os mais pobres à falta de acesso - provém da idealização da saúde como mercadoria, como mercado passível de lucro, não como um direito fundamental; ideia que ameaça a concretização da saúde como direito humano dentro do neoliberalismo.

O negacionismo também vem se apresentando como um perigoso desafio ao pleno desenvolvimento da saúde. A manipulação da realidade pelas fake news - ou a construção da realidade própria a partir do desejo da validação dessa “realidade”, num exercício de meta corroboração - causou um boom de anti vaxxers - anti vacinas - que vem se mostrando extremamente perigoso. Há também o uso político da desinformação como ferramenta para controlar ou frear tentativas de criar novos meios sociais.

Por fim, nosso sistema econômico causador de crises financeiras vem adotando desde os anos noventa a Austeridade como forma de controle de dívidas - Bretton Woods 2, o Consenso de Washington, as políticas de recuperação econômica do FMI - métodos visivelmente ineficazes, excludentes amparados pelo neoliberalismo. Este posicionamento oficial das instituições financeiras internacionais anula a possibilidade de repensar a economia como forma de promoção da justiça social - a determinação comercial, econômica e financeira da saúde.

“A economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos a uma brutal concentração de renda, desemprego e miséria” - Professora Maria da Conceição Tavares.

A Pobreza: O Custo que a Pobreza gera na Saúde. <https://peoples-health-dispatch.ghost.io/>

No boletim quarenta e sete do People 's Health Dispatch, o custo gerado pela pobreza na saúde é exposto. A cólera, doença da pobreza, marcada pela falta de saneamento básico e possibilidade de higiene, tem surtos crescentes ao redor do mundo - em países empobrecidos, obviamente - e a resposta dos países do norte global é nula, uma vez que os casos ocorrem longe de suas fronteiras. Na Austrália, novas discussões sobre o sistema de saúde primário e de proteção social e suas possíveis e necessárias reformas trouxeram para a pauta a necessidade pungente de “priorizar o envolvimento da comunidade” em especial dos aborígenes, trazendo as perspectivas e necessidades locais para o centro da discussão sobre como melhor prover e administrar de forma mais equitativa a saúde primária no país.

Nossos irmãos Chilenos estão a um passo da transformação, com a possibilidade de enterrar os seguros privados de saúde com a falência - econômica, já que moralmente a iniciativa sempre esteve morta - das ISAPREs, Instituições de Saúde Previsional. A injustiça sistêmica mantida pelas ISAPREs vem sendo denunciada há anos, fazendo evidente a relação direta entre pobreza e falta de acesso à saúde e o controle hegemônico do lucro.

“Os beneficiários reclamam há décadas de aumentos abusivos e unilaterais de preços, e os tribunais têm decidido predominantemente a favor do povo, cobrando os custos da indústria. Mas, em vez de se traduzir em melhor saúde e proteção financeira para as pessoas, isso fez com que os custos dos litígios fossem incorporados à estrutura de custos do negócio de seguros de saúde e passassem a fazer parte dos preços dos planos. Todo um mercado de trabalho foi criado para advogados que representam pessoas afetadas pelo comportamento das seguradoras de

saúde. Segundo artigo de Daniel Matamala: “são mais de dois milhões de decisões, que representam mais de 90% dos casos julgados pelos Tribunais de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal. E dois milhões de vezes, as ISAPREs fizeram papel de bobo: como as decisões valem formalmente para um só reclamante, continuam aplicando os aumentos ilegais para os demais afiliados.”

O campo da pesquisa e desenvolvimento também é afetado pela pobreza, sendo a tuberculose e seus tratamentos a pauta do Boletim. “Doença intimamente ligada às más condições de vida. Quando novos tratamentos para tuberculose são descobertos, os preços inflacionados pelas patentes podem mantê-los fora do alcance de muitos.”

Muitas iniciativas ao redor do sul global estão tentando mudar isso - e valem a leitura, em especial a [corajosa ação indiana](#) frente a titânica comercial Janssen - porém, de forma mais geral, nos interessa aqui destacar o que é chamado de “determinantes comerciais da saúde” e como as regras do comércio internacional - no qual há vencedores e vencidos - afetam a saúde do sul global. [Yes, we can stop patents getting in the way of TB treatment : Peoples Dispatch](#) A discussão primária desses determinantes se focou nas indústria que afetam diretamente à saúde - enfoque estranho por si só, já que qualquer indústria que produza sob os pilares do neoliberalismo *afeta diretamente* a saúde, o meio ambiente, a determinação social - como bebidas alcoólicas e tabaco, porém, atualmente “(...) as abordagens atuais para administrar conflitos de interesse são inadequadas para lidar com a complexa gama de interesses comerciais e quase-comerciais agora envolvidos na governança da saúde pública. Embora a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco vise excluir a indústria do tabaco da formulação de políticas, tal mecanismo igualmente abrangente não existe para outros setores da indústria. Em vez disso, os governos e instituições se envolvem regularmente com entidades comerciais e quase-comerciais no desenvolvimento e implementação de políticas públicas, levantando desafios e perguntas sobre se - e até que ponto - os poderosos interesses econômicos estão sendo priorizados sobre a saúde global e o interesse público. Estruturas diferentes são necessárias para diferenciar entre atores comerciais e analisar a extensão e a natureza de seus efeitos na saúde e os riscos ou benefícios potenciais do engajamento”, como ressalta a série de textos sobre o tema no site do [Lancet](#) há a emergente necessidade de avaliar a monetização da saúde dentro das indústrias, dentro da propriedade intelectual e como essa monetização se deu com a nova relação entre Estado e Mercado. [Commercial determinants of health \(thelancet.com\)](#)

Sistemas de saúde: uma ode à vida humana e não à maximização de lucro

Dentro de um sistema desigual e desenhado para a saturação crônica e desassistência sistemática, o descontentamento de profissionais vem crescendo exponencialmente. Profissionais extremamente fatigados, desmoralizados e lutando contra uma máquina de fazer dinheiro às custas da saúde daqueles que não podem pagar por um atendimento humanizado vem se organizando em greves, demissões em massa e sindicatos, não unicamente para defender seus próprios direitos, mas para demandar um novo jeito de se fazer saúde. Alinhado com isso, no dia 23 de Março, foi formalizada a [declaração sobre a força de trabalho de saúde e cuidados](#) para trabalhadores da saúde europeus. [Bucharest Declaration on health and care workforce. High-level Regional Meeting on Health and Care Workforce in Europe: time to act, 22–23 March 2023, Bucharest, Romania \(who.int\)](#)

“Levamos em conta o relatório do Escritório Regional da OMS “Saúde e profissionais de saúde na Europa: hora de agir” que identifica os principais desafios da força de trabalho enfrentados pelos sistemas nacionais de saúde, incluindo escassez, distribuição desigual,

incompatibilidades no mix de habilidades, insuficiências no desenvolvimento de habilidades para atender a evolução de necessidades de saúde e cuidados e novas tecnologias digitais e outras. A força de trabalho também está envelhecendo e os mercados estão mudando, com mobilidade e migração de trabalhadores cada vez mais complexas. Alguns países estão achando cada vez mais difícil atrair e reter jovens na força de trabalho de saúde e assistência.”

Um passo imperativo para a reestruturação da saúde é a ressignificação da mesma como direito humano fundamental e não como mercadoria passível de lucro, como um “pequeno capital”.

A Internacional Progressista reforça isso no artigo “[Toda saúde é Pública](#)”, publicação de 2021 que reflete sobre o lugar da saúde como lucro dentro da pandemia de COVID-19 [Toda Saúde é Pública | Progressive International](#):

“Hoje, o direito universal à saúde não é impedido pela escassez de recursos ou falta de tecnologia. Ao contrário, a riqueza do mundo - bem investida - poderia acabar com a pandemia antes do fim do ano. Ao invés disso, somos impedidos por um outro mito: de que há uma ligação entre a saúde pública e a saúde da economia. Assumir essa ligação é dizer que ela dita que todas as políticas públicas estão subordinadas ao grande Deus do crescimento econômico - mesmo que custe nossas vidas. O conceito de saúde particular surge desse segundo mito, que torna os nossos corpos uma commodity, e um mercado essencial para os provedores de serviços de saúde. Exatamente assim, os sistemas públicos de saúde ao redor do mundo estão estruturados cuidadosamente para servir à motivação do lucro. Sem surpresas, seus resultados não são iguais e são insuficientes, deixando as comunidades pobres e marginalizadas sem recursos para ter um provedor de saúde particular. Refletindo sobre a evidência dos impactos da pandemia do coronavírus na saúde, e o impacto das políticas públicas, a dimensão de raça, gênero e classe no impacto do vírus é inegável. A realidade nua e crua da fragilidade dos sistemas de saúde pública e da economia no Norte Global fica evidente quando se lida com a crise social. Os países que têm tido sucesso, como o Vietnã, Cuba e a Nova Zelândia - enxergaram a saúde pública como riqueza econômica. Novamente, nós voltamos à premissa básica. A Saúde, em todas as suas dimensões, é um bem público.”

Negacionismo e uso da informação: o ataque organizado contra um novo mundo possível

Igualmente à saúde, o direito à informação foi monetizado. Não necessariamente da mesma forma, mas há a formação de um mercado para ambos: a mercadorização, na realidade. As *fake news* vêm desde 2016 influenciando diretamente os resultados políticos do globo, com especial papel na pandemia do coronavírus, com um crescimento exponencial de grupos anti vacinas. Na era da pós-verdade, isto não é necessariamente novo. Nem é novo o uso político da informação para barrar novos projetos de mundo - o famoso Fantasma do Comunismo nunca foi embora e ainda serve como ameaça constante e validação do neoliberalismo - como foi o caso do fechamento político arbitrário do centro “El Lugar de la Memoria, la Tolerancia y la Inclusión Social (LUM)” no último dia 28. Administrado pela Asociación Nacional de Familiares de Secuestrados, Detenidos y Desaparecidos del Perú (Anfasep) o centro peruano funciona como uma manutenção da Memória política, relembrando o conflito interno armado no país e suas vítimas, assim como serve de sede para atividades culturais e sociais. [Em entrevista dada no dia 31 a presidenta Lidia Flores](#) ressalta o fechamento arbitrário e lembra as ameaças sofridas durante os anos de funcionamento do LUM e o papel da presidenta peruana Dina Boluarte na manutenção da violência, desaparecimentos e assassinatos como arma de controle

político. [En el LUM existen nuestras memorias, no se puede cerrar», Lidia Flores, presidenta de Anfasep - Wayka](#)

Casos como esse nos fazem lembrar do lado de quem a máquina de narrativa midiática está e como é essencial a ressignificação de narrativas hegemônicas, com modos de propagar informação verdadeira e capaz de informar para e sobre os direitos não cumpridos.

Sistema econômico: a austeridade como meio e fim.

Às vésperas da reunião do Fundo Monetário Internacional com o Banco Mundial (10 a 16 de Abril), é imperativo discutir fortemente as políticas econômicas promovidas pelas instituições econômicas internacionais e novas possibilidades capazes de causar a mudança socioeconômica necessária para a manutenção da vida digna. Desde os anos 90 a austeridade tem sido apresentada, vendida e empurrada como a solução máxima para a crise de dívidas, porém, já é bastante óbvio que cortes, redução de gastos e confiança demasiada em capital externo não são a resposta necessária. A crise econômica causada pelo COVID-19 não veio sozinha, está acompanhada pela crise climática, pela crise da saúde e pelos respingos da eterna crise financeira de 2008, e uma nova onda de políticas de austeridade é esperada - políticas essas que são ainda mais cruéis no cenário pós pandêmico. Austeridade só para a seguridade social, já que o capital para a indústria privada sempre está lá, marcado pelas práticas do Consenso de Washington e pelo estímulo financeiro descontrolado que se provou inútil vez após vez, fragilizando economias do sul global e agravando a má distribuição de capital. [O informe de Ortiz e Cummins](#), publicado em 2021, provoca a necessidade de mudanças e ressalta como a austeridade não é a única opção de recuperação econômica, é somente a mais interessante para o norte global.

[Spotlight 2021 web 3 3 stepsTpPreventAGlobalDebtAndAusterityPandemic.pdf \(2030spotlight.org\)](#)

“#EndAusterity é uma campanha global para acabar com as medidas de austeridade que tenham impactos sociais negativos. Em 2020, [mais de 500 organizações e acadêmicos de 87 países apelaram ao FMI](#) e aos ministérios da finanças para abandonar imediatamente as políticas de austeridade, e, em vez disso, apoiar políticas que promovem a justiça de gênero, reduzem a desigualdade e colocam as pessoas e o planeta primeiro. [statement-against-IMF-austerity-English-2.pdf \(brettonwoodsproject.org\)](#) Essas organizações, preocupadas com a capacidade dos governos de cumprir os direitos humanos e promover progresso em direção aos ODS, estão alarmadas com o retorno da austeridade à agenda política. A pandemia revelou as repercussões mortais de investimentos sistematicamente fracos em saúde, educação e proteção social e seus impactos sobre as populações marginalizadas, incluindo mulheres, idosos, e minorias étnicas, trabalhadores informais e famílias de baixa renda. Esta crise também está atingindo a classe média ampliando as lacunas cada vez maiores entre os ricos e os pobres. Em vez de cortar gastos, os governos devem estar focados na criação de espaço fiscal para promover uma economia inclusiva e recuperação socioeconômica sustentável.

Os cortes de austeridade não são inevitáveis; há financiamentos alternativos, mesmo nos países mais pobres. Há uma ampla variedade de opções para expandir o espaço fiscal e gerar recursos para a recuperação socioeconômica pós-pandêmica”.

A [campanha](#) traz os objetivos de recuperar o que é público para as pessoas e para o planeta, promovendo e construindo esse futuro através de alternativas políticas, estratégias diferentes da “austeridade desigual” para lidar com as crises econômicas da modernidade, idealizando políticas capazes de enfrentar os desafios seculares que cerceiam nossa economia

e nossos povos: “Fazemos campanha por um sistema econômico baseado em direitos, centrado no cuidado e que trabalha para as pessoas e para o planeta.” [End Austerity Campaign for People & Planet | End Austerity Collective](#)

A publicação recente de Leila Oulhaj e Daniela Berdeja vai nessa mesma direção e dado seu valor teórico de exemplificar como a austeridade é inimiga da saúde como direito e da vida como manifesto político, a reproduzimos traduzida em sua íntegra:

“A Volta do FMI à América Latina: Austeridade em tempos de múltiplas crises. 5 de Abril de 2023.

[El regreso del FMI a América Latina: austeridad en tiempos de crisis múltiples – LATINDADD](#)

Como todos os anos, as “reuniões de primavera” do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial são organizadas em abril (de 10 a 16) em Washington. Esta é uma oportunidade para avançarmos para uma reforma profunda da governação do Fundo e da arquitetura financeira internacional de forma a responder aos desafios e necessidades das populações e do planeta. Essa reforma é urgente, inclusive para a região latino-americana.

Se durante uma década o Fundo Monetário Internacional (FMI) praticamente não teve mais programas com os países da América Latina, as recentes crises, em particular a sanitária e a económica, materializaram o seu regresso. Isso representa um risco adicional para as condições de vida dos mais pobres e vulneráveis na medida em que esse retorno resulta na imposição de medidas de austeridade.

A deterioração das condições de vida em um contexto de múltiplas crises

A América Latina e o Caribe são uma das regiões mais desiguais do mundo. Os 10% mais ricos da população respondem por 55% da renda nacional e 77% da riqueza familiar total. Estima-se que 13,1% da população (82 milhões) viva na pobreza extrema e 32,1% (201 milhões de pessoas) na pobreza, afetando mais crianças e adolescentes, assim como mulheres de 20 a 59 anos. Em 2022, esses níveis permanecem mais elevados do que antes da pandemia de Covid-19, o que representa um retrocesso de 25 anos para a região.

A crise sanitária colocou em evidência as vulnerabilidades e as condições de vida de grande parte da população, incluindo a falta de acesso universal a serviços de saúde de qualidade, a importância do cuidado e do trabalho feminino (inclusive no setor informal) e suas consequências, como a ausência de proteção social. Tudo isso em um contexto de crise política: em 2019, as mobilizações no Equador, Colômbia e Chile já mostraram que as sociedades chegaram “ao limite de sua existência”. Da mesma forma, o atual conflito político no Peru, caracterizado pela ausência de garantias de direitos humanos, transcende qualquer consideração econômica. Os efeitos sobre a democracia são materializados por uma queda significativa na aprovação do governo: na “ausência de solução para os problemas, metade da população está disposta a aceitar condições antidemocráticas para resolvê-los”.

Ao mesmo tempo, a população sofre as consequências da crise climática, incluindo a perda de vidas humanas e meios de subsistência, como o acesso a alimentos, sempre que um evento climático extremo atinge a região. Além disso, a recuperação de grupos vulneráveis após um choque é mais lenta e desigual. Furacões, secas prolongadas, tempestades, inundações ou mesmo geadas são cada vez mais frequentes e “afetam a produção de alimentos em toda a região e danificam as infraestruturas”. Como aponta Carola Mejía (2023), a região é uma das

mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas sem ser fortemente responsável por esta crise.

Outra dimensão da crise na região é o aumento dos níveis de dívida pública. Em 2021, o serviço da dívida representou 91% do total da despesa social (educação, saúde e proteção social). Esta situação leva os países a priorizar o pagamento da dívida e “continuar investindo nos setores extrativos, atrasando a transição energética para modelos de baixo carbono e gerando conflitos territoriais e impactos socioeconômicos ambientais negativos».

As previsões de crescimento econômico não são otimistas, comprometendo o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De fato, a situação atual “pode representar um retrocesso de uma década ou mais no esforço para reduzir a pobreza e a fome na região e dificultar os esforços para reduzir as desigualdades”.

Este contexto sublinha a urgência de ir ao encontro das necessidades das populações de forma a tornar mais dignas as suas condições de vida. No entanto, se nos primeiros anos do novo século os países se beneficiaram de iniciativas de alívio da dívida e depois optaram por diferentes fontes de financiamento que os afastaram dos créditos e condicionalidades do FMI, a pandemia viu o retorno do Fundo. Isso significa implementar mais medidas de austeridade em resposta à dívida crescente, o que prejudica a capacidade dos Estados de lidar com crises e reduz o ímpeto necessário para recuperar o terreno perdido nas áreas econômica, social e climática.

A relação entre o FMI e a América Latina: a história de um ciclo repetido em tempos de crise.

Nas décadas de 1980 e 1990, as condicionalidades do FMI consistiam em programas de ajuste estrutural voltados para a redução do gasto público (afetando os serviços públicos, sua acessibilidade e sua qualidade); reduzir os programas de proteção social para mulheres, crianças, idosos e outras pessoas vulneráveis; privatizar; desvalorizar a moeda; aumentar as taxas de juros; e liberalizar o comércio.

Apesar das consequências negativas da implementação de políticas de ajuste estrutural após a crise da dívida na América Latina, os governos hoje optam por recorrer novamente ao FMI. Nesse contexto, múltiplas crises apresentam aos governos uma escolha injusta: financiar a realização dos ODS ou implementar medidas de austeridade para garantir a sustentabilidade da dívida. É esta última solução que é preferida, muitas vezes em paralelo com as recomendações do FMI. Essa situação é particularmente crítica para os países de renda média, como os da América Latina, porque eles não têm acesso a crédito concessional e são excluídos das iniciativas de alívio da dívida, apresentando desafios ainda maiores.

Condicionalidades, sobrecargas e governança

A volta do FMI significa a implementação de mais medidas de austeridade em resposta ao endividamento crescente, o que mina a capacidade dos Estados de enfrentar crises e reduz o ímpeto necessário para recuperar o terreno perdido em termos econômicos, sociais e climáticos. Adicionalmente, a presença do FMI traduz-se também em comissões adicionais, afetando sobretudo a capacidade financeira dos países mais endividados. Mas o tema central é, de fato, a governança desta instituição e, em geral, a arquitetura financeira internacional.

Condicionalidades implicam austeridade

Se hoje o FMI já não fala em políticas de ajustamento estrutural, a realidade dos programas não mudou muito e continua a ser acompanhada de “condicionalidades”. Um estudo

recente mostrou que 80% da população da região viverá sob medidas de austeridade em 2023. Essas medidas de austeridade não se justificam quando a crise da saúde evidenciou a inadequação dos serviços públicos às necessidades da população, e menos ainda quando são somadas a uma crise no custo de vida e aos efeitos de eventos climáticos extremos. São as mulheres, acima de tudo, que suportam o peso dessas medidas de austeridade: elas perdem desproporcionalmente o acesso a serviços e oportunidades de trabalho decente e assumem uma carga crescente de trabalho não remunerado.

As lições aprendidas com a presença do FMI na região – que resultou em uma década de recuperação – precisam ser colocadas em perspectiva. Um risco adicional neste cenário está ligado a um possível aumento da agitação social que enfraqueceria ainda mais a capacidade de reação dos governos.

A política de sobrecarga precisa ser revisada

Os empréstimos do FMI também afetam os países mais endividados, impondo-lhes custos adicionais (ou sobretaxas), o que representa custos mais elevados para os países que mais precisam deles e reduz significativamente seus recursos para atender às necessidades das populações em um contexto de aumento das taxas de juros.

Apesar dos repetidos apelos de governos, acadêmicos, especialistas independentes da ONU e organizações da sociedade civil para suspender ou eliminar as sobretaxas do FMI, nenhum progresso foi feito em direção a uma solução rápida para os problemas e as distorções financeiras causadas por essas sobretaxas. Embora não haja acordo entre os principais acionistas do FMI para iniciar uma revisão formal da política (qualquer reforma significativa no FMI requer 85% dos votos, implicando um poder de veto de facto dos estados-Estados), "a possibilidade de uma discussão aprofundada está aberta e ainda seria possível considerar tal revisão".

A governança dentro do FMI e da arquitetura financeira é um negócio inacabado

A governança dentro do FMI e a arquitetura financeira internacional devem estar no centro da agenda política e econômica. Três anos após o início da pandemia, os resultados são insuficientes. O FMI e outras instituições financeiras internacionais são dominadas pelos credores, que acabam colhendo os maiores benefícios da emissão de dívida. Em sua relação com o clima, a dívida gera um ciclo repetitivo: quanto maior a vulnerabilidade climática, mais cara a dívida, e quanto maior o peso da dívida, menor a capacidade de investir na ação climática. Além disso, para financiar a resposta aos eventos climáticos, os governos estão aumentando seus empréstimos.

É por isso que LATINDADD lançou uma campanha regional para aumentar a conscientização sobre a urgência de lidar com a crise climática e convocar o mundo político a tomar ações mais decisivas, rápidas e eficazes. Existem alternativas e recursos suficientes, basta um maior compromisso político e uma governança baseada na participação democrática de todos os países do mundo.

Recomendações para a reforma do FMI (e não só)

O FMI é uma instituição que pesa fortemente na arquitetura financeira internacional e que há mais de quatro décadas defende medidas de austeridade sem que estas políticas tenham demonstrado uma redução das desigualdades ou uma maior capacidade de resposta aos desafios da época. Num contexto de múltiplas crises e crescentes desigualdades, o FMI deve

transformar-se numa instituição ao serviço das pessoas e do planeta, assente numa reforma da sua governação.

Além dessas medidas, também é necessária uma reforma da arquitetura financeira internacional para garantir que ela responda ao bem-estar das pessoas e do planeta, garantindo financiamento equitativo e canalizando recursos diante da necessidade de priorizar a agenda climática e a agenda 2030. Para isso, o paradigma generalizado de austeridade deve ser mudado. Existem alternativas políticas viáveis que podem continuar impulsionando a recuperação sem cortes orçamentários. Em 2023, estas questões estarão presentes em diferentes espaços, por exemplo, após as reuniões de primavera do FMI e do Banco Mundial, haverá a Cúpula de Paris para um novo pacto financeiro global (22-23 de junho), as reuniões anuais do FMI e o Banco Mundial em Marrakech (9 a 15 de outubro) e a COP 28 em Dubai (30 de novembro a 12 de dezembro). No nível regional, estão sendo organizadas a cúpula fiscal da América Latina e do Caribe na Colômbia (27 a 28 de julho) e a cúpula de presidentes da Amazônia.”

Diplomacia da Saúde no Sul Global UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC entre 29 de março a 10 de abril de 2023



A Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib e o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta discutiram as prioridades do G-77 e da China, incluindo financiamento para cooperação Sul-Sul, vacinas, preparação para pandemias e mudança climática.



Em reunião com a Embaixadora da China, Hongbo Wang, a Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib, afirmou que espera continuar e expandir a colaboração com o governo da China na promoção da cooperação Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento sustentável.

Dima Al Khatib agradeceu ao governo da China por seu apoio de longa data ao Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e destacou o sucesso da série de seminários de 2022 sobre Cooperação Sul-Sul no comércio eletrônico transfronteiriço para erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável.



O UNOSSC está preparando a 21ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul que será realizada de 30 de maio a 2 de junho de 2023.

Esta sessão está programada para revisar o progresso alcançado na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (BAPA), a Estratégia Novas Direções para a cooperação Sul-Sul, o documento final de Nairóbi da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul e o documento final de Buenos Aires da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40).

A discussão temática da 21ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, se concentrará em “Acelerar a recuperação da pandemia da doença do coronavírus (Covid-19) e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Cooperação Sul-Sul e triangular”.

No dia 1º de maio, haverá a reunião para organizar a 21ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, eleger a mesa e adotar a agenda.

Mais sobre esta reunião, [clique aqui](#).

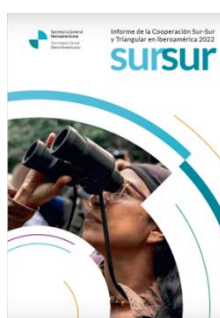


29 de março de 2023 - Ideias Sul-Sul – Reduzir as Emissões de Carbono para o Desenvolvimento Econômico do Sul Global

Este artigo explora o tema da redução de emissões de carbono e descreve as características das emissões totais de dióxido de carbono, intensidade das emissões de dióxido de carbono e emissões per capita de dióxido de carbono no mundo, nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos países não pertencentes à OCDE e nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Os BRICS são atualmente responsáveis por mais de 40% das emissões mundiais de dióxido de carbono. Portanto, é essencial estudar as questões de redução de emissões de dióxido de carbono dos países do sul no processo de desenvolvimento econômico.

Para ler o documento, [clique aqui](#).



Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2022

No âmbito da XXVIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado de Governo realizada em Santo Domingo, República Dominicana, foi apresentada a 14ª edição do Informe sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América, que analisa 1.168 iniciativas de Cooperação Sul-Sul.

Para ler o informe, [clique aqui](#)

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba, pela primeira vez.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁸⁷, Nairóbi (UNEP)⁸⁸, Paris (UNESCO)⁸⁹, Roma (FAO/IFAD)⁹⁰, Viena (UNIDO)⁹¹ e Washington ((G-24)⁹².

⁸⁷ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁸⁸ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁸⁹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁹⁰ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁹¹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁹² G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Destaques do G-77 entre 29 de março a 10 de abril de 2023

Neste período, o G-77 e a China participaram de 3 reuniões da AGNU.

New York 29 de março de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Primeiro Vice-Ministro de Relações Exteriores e Representante Permanente da República de Cuba, Sr Gerardo Penãlver Portal, em nome do G-77 e da China, durante o briefing informal da Sra Melissa Fleming, Subsecretária de Comunicação Global, aos membros do Comitê de informação



O G-77 e a China agradecem a Subsecretária-Geral, Sra. Melissa Fleming, por ter organizado esta reunião para atualizar os membros do Comitê sobre as recentes atividades do Departamento de Comunicação Global e, em particular, sobre o código de conduta para a integridade da informação em plataformas digitais, incluindo o próximo resumo de política do Secretário-Geral sobre o assunto.

É importante combater a desinformação e reconhecer fontes confiáveis de informação e distinguir o fato da ficção, como a iniciativa "Verified"⁹³ e outras campanhas de alfabetização digital.

Deve-se fortalecer as medidas tomadas pelo Departamento de Comunicação Global (DGC) com base no princípio do multilinguismo, diversidade, precisão, objetividade, disseminação oportuna de informações e aumentar seus esforços para atingir, especialmente nos países em desenvolvimento.

Neste sentido, o DCG deve continuar a contribuir para aumentar a conscientização da comunidade internacional e iniciar programas para analisar a natureza da exclusão digital e discutir estratégias para reduzir esta exclusão digital. Uma maneira de aumentar sua cobertura é produzir conteúdo multilíngue e multimídia, e direcionado às necessidades do público-alvo, como desenvolvimento sustentável, preenchendo a lacuna existente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O DGC deve promover esforços, para apoiar soluções baseadas na natureza e adaptação às mudanças climáticas e medidas para facilitar uma transição rápida para um desenvolvimento sustentável, resiliente e de alta qualidade, especialmente dos países em desenvolvimento. E deve intensificar seus esforços para aumentar a conscientização sobre os sucessos e desafios enfrentados pelas operações de manutenção da paz em estreita cooperação com o Departamento de Operações de Paz, o Departamento de Apoio Operacional e o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz e os Estados Membros.

O Departamento deve garantir que todas as notícias de última hora e alertas de notícias sejam precisos, imparciais e livres de preconceitos, evitando abordagens editoriais na publicação de notícias nas plataformas de mídia da ONU.

Em relação ao próximo resumo de política do Secretário-Geral sobre a integridade da informação em plataformas digitais, o Grupo aprecia o trabalho contínuo do Departamento no

"Verified" é uma iniciativa criada em 2020, pela ONU, no início da pandemia do Covid-19, para fornecer informações confiáveis, conselhos que salvam vidas e histórias do melhor da humanidade.

desenvolvimento de um código de conduta global para promover a integridade nas informações públicas.

O G-77 e a China destacam a análise documental das ameaças à integridade da informação em todo o mundo e dos esforços regulatórios aplicáveis ocorridos nos níveis nacional e regional e como o DGC intensificou discussões sobre a integridade da informação, com grupos de reflexão, academia, instituições de mídia e o Sistema da ONU.

O Grupo toma nota com interesse da ideia de elaborar resumos de políticas (*Policy Briefs*) específicos e acredita que esses documentos são importantes, para o processo preparatório para a Cúpula de 2024, lembrando que os Estados Membros ainda devem tomar a decisão final sobre os caminhos da Cúpula e seus resultados. Enquanto que todos devem considerar os caminhos propostos pela equipe do Secretário-Geral, os Estados-Membros devem ter espaço e tempo não só para decidir sobre estas vias propostas, mas também para identificar outras, se necessário.

É com esse espírito que o G-77 e a China destacam os resumos de políticas específicos sobre integridade da informação em plataformas digitais.

New York 31 de março de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Primeiro Vice-Ministro de Relações Exteriores e Representante Permanente da República de Cuba, Sr Gerardo Penãlver Portal, em nome do G-77 e da China, na reunião extraordinária de 2023 sobre Cooperação Internacional em assuntos tributários, Painel 1

O Grupo acredita que, para que haja avanços significativos nas questões tributárias, é preciso discutir nas Nações Unidas e deliberações intergovernamentais sobre como abordar as lacunas neste tema, respeitando ao mesmo tempo o espaço político dos países membros em sua busca pelo crescimento econômico. É preocupante o fato de ainda não haver um fórum inclusivo global único para cooperação tributária internacional em nível intergovernamental. O G-77 e a China insistem na necessidade de ter plataformas inclusivas e eficazes para elaborar e discutir regras e normas tributárias internacionais na ONU.

Por esta razão, o G-77 e a China felicitam a decisão de iniciar discussões intergovernamentais, sobre formas de fortalecer a inclusão e a eficácia da cooperação tributária internacional, incluindo a possibilidade de desenvolver uma estrutura ou instrumento de cooperação tributária internacional que seja acordado por meio de um processo intergovernamental da ONU, considerando os acordos internacionais e multilaterais existentes. E o Grupo aguarda o relatório do Secretário-Geral, que delineará os próximos passos, como o estabelecimento de um comitê intergovernamental aberto *ad hoc*, liderado pelos Estados Membros, para recomendar ações que fortaleçam a inclusão e a eficácia da cooperação internacional fiscal, tendo plenamente em conta as diferentes necessidades e capacidades de todos os países.

Estes passos contribuirão, não somente para fortalecer a cooperação internacional tributária, mas também permitirão que todos, inclusive os países em desenvolvimento, tenham voz igual em todas as questões tributárias.

Naturalmente, é necessário que haja ênfase apropriada em um ambiente global favorável e uma parceria global para o desenvolvimento, equilibrada com a maior destaque na mobilização de recursos internos. A este respeito, o G-77 e a China deixam claro que é

contraproducente destacar a importância da mobilização de recursos internos nos países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, não enfrentar as áreas que impedem a sua capacidade de captar os recursos necessários.

Concluindo, destaca-se que a tributação eficaz é fundamental na mobilização de recursos domésticos para a implementação dos ODS e o avanço econômico geral dos países em desenvolvimento. É necessário continuar destacando a dimensão internacional da tributação, incluindo a necessidade de fortalecer a cooperação internacional tributária, e iniciar discussões intergovernamentais de acordo com a [resolução A/Res/77/244](#) sobre formas de fortalecer a inclusão e eficácia de cooperação fiscal internacional.

No final desta reunião, houve um apoio esmagador dos delegados presentes para a [resolução A/Res/77/244](#) da UNGA refletindo o desconforto geral com a atual arquitetura de cooperação fiscal internacional que carece de inclusão e eficácia. O desconforto dos Estados-Membros é agravado pelo fato de as regras existentes que regem o sistema fiscal internacional terem sido estabelecidas na década de 1920 e agora são bastante ineficazes.

New York 03 de abril de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Pedro Luis Pedrosa Cuesta, Representante especial e Coordenador da Presidência do G-77 em Cuba, durante a 13ª sessão do grupo de trabalho aberto sobre envelhecimento.

O 3º Comitê é responsável pelas questões sociais, humanitárias, culturais e de direitos humanos.

O Grupo destacou o [Plano de Ação Internacional de Madri \(MIPAA\)](#)⁹⁴ sobre o Envelhecimento de 2002, que oferece um roteiro para enfrentar os desafios de uma sociedade envelhecida, além de destacar os direitos humanos dos idosos e a promoção de seu bem-estar. O G-77 e a China consideram que os Estados Membros devem tomar medidas legislativas e políticas alinhadas com o MIPAA para promover a segurança social, econômica e emocional dos idosos.

O Grupo destaca também a necessidade de maior cooperação internacional para apoiar os países em desenvolvimento em seus esforços para implementar o Plano de Ação de Madri, com o compartilhamento de melhores práticas, troca de conhecimento e experiência e assistência financeira e técnica quando necessário.

Como reflexo desse compromisso, o Grupo apresenta a resolução anual sobre o "Seguimento da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento" no 3º Comitê. O propósito desta resolução torna-se ainda mais relevante no atual contexto internacional, uma vez que os idosos continuam enfrentando crescentes desigualdades e discriminações. Destacando a necessidade urgente de ação sobre as questões do envelhecimento, o Grupo procura garantir que os idosos não sejam deixados para trás na busca do desenvolvimento sustentável e da justiça social. Por meio desta resolução, o Grupo exorta os Estados Membros a

⁹⁴ O Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento e a Declaração Política adotada na Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em abril de 2002 reconhece os idosos como contribuintes para o desenvolvimento de suas sociedades e que compromete os governos a incluir o envelhecimento em todas as políticas de desenvolvimento social e econômico, abrangendo programas de redução da pobreza. O MIPAA é o momento em que o mundo aborda o desafio fundamental de “construir uma sociedade para todas as idades”.

redobrar seus esforços para enfrentar os desafios enfrentados pelos idosos, inclusive por meio da implementação do MIPAA, e a tomar medidas concretas para promover sua inclusão social, segurança econômica, e acesso a serviços essenciais.

O Grupo reitera a importância de aumentar e fortalecer a cooperação internacional, a solidariedade e o apoio aos esforços globais para uma implementação inclusiva da Agenda 2030 e de mobilizar todos os recursos necessários para esse fim, de acordo com os planos e estratégias nacionais.

É de extrema importância reconhecer os desafios que os idosos enfrentam no gozo dos seus direitos humanos, nas mais diferentes áreas. Os Estados Membros devem garantir a plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para os idosos, inclusive adotando progressivamente medidas para abordar as lacunas de proteção e combater a discriminação por idade, negligência, abuso e violência, e oferecer proteção social, acesso à alimentação adequada, nutrição, serviços de saúde, emprego, capacidade jurídica e acesso à justiça.

Não se pode esquecer da necessidade urgente de garantir o direito de todos os idosos ao gozo do mais alto padrão alcançável de saúde física e mental. Nesse sentido, é essencial facilitar o desenvolvimento de sistemas de saúde robustos e cobertura universal de saúde, principalmente nos países em desenvolvimento, que continuam a lidar com o impacto e os desafios de longo alcance da pandemia do Covid-19. A esse respeito, o Grupo reconhece que a pandemia do Covid-19 teve um impacto desproporcional nas pessoas idosas, em particular nas mulheres idosas, e que a resposta e a recuperação da pandemia devem promover e respeitar sua dignidade, bem-estar e direitos humanos, bem como abordar todas as formas de violência, discriminação, estigmatização, exclusão, desigualdades, abandono, isolamento social e solidão. É mais do que tempo de intensificar os esforços de identificar o envelhecimento como uma oportunidade e reconhecer o contributo essencial que os idosos continuam às suas sociedades e à implementação da Agenda 2030.

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)

O Embaixador Pedro Luis Pedrosa Cuesta, em nome do G-77 e da China, teve o prazer de receber o Dr. Sultán Ahmed Al Jaber, Enviado Especial para Mudanças Climáticas dos Emirados Árabes Unidos. Discutiram os preparativos da UNFCCC COP28 que será realizada em Dubai em dezembro de 2023.



4 de abril de 2023 - O Embaixador Pedro Luis Pedrosa Cuesta foi nomeado para o cargo de Representante Especial para coordenar a Presidência do G-77 e da China, enquanto o Primeiro Vice-Ministro Gerardo Peñalver será o novo representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas.



4 de abril de 2023 - O Embaixador Pedro Luis recebeu a visita de cortesia de Dima Al-Khatib, nova diretora do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (ver UNOSSC acima). Ainda na agenda foram discutidos os principais eventos que o G-77 espera em 2023, tais como a 21ª Reunião do Comitê de Alto Nível

de Cooperação Sul-Sul (HLCSSC) que vai ser realizado de 30 de maio a 2 de junho; a Cúpula de Ciência, Tecnologia e Inovação de Havana, a ser realizada em setembro; e a 3ª Cúpula do Sul em dezembro, a ser realizada em Uganda, lembrando que a 2ª Cúpula do Sul foi realizada em 2005 no Catar.



5 de abril de 2023 – Reunião entre o Vice-Ministro da Cultura de Cuba com o Subdiretor Geral de Cultura da UNESCO, para discutir os preparativos para a Reunião de Ministros da Cultura do G-77 + China, que acontecerá em Havana no dia 4 de maio de 2023 com o título de “Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável”.

O objetivo é promover a cooperação Sul-Sul para fortalecer a cultura.



Encontro de Ministros da Cultura do G-77 and China: “Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável”

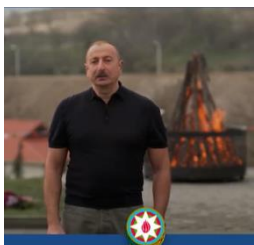
Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. Em 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do Movimento dos Não Alinhados entre 30 março e 10 de abril de 2023



Por ocasião do Dia Mundial da Saúde em 7 de abril, que este ano comemora os 75 anos da OMS, o Presidente do Azerbaijão e presidente pró tempore do MNA, Ilham Aliyev, declarou que seu país atribui grande importância à implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e Bem estar) e está adotando uma ação consistente e orientada para resultados em nível nacional. Com o apoio da OMS, o Azerbaijão, como presidente do MNA tem demonstrado liderança global no combate à pandemia de Covid-19. Agradecemos muito o trabalho do Dr. Tedros Adhanom, Diretor Geral da OMS, garantindo que o Azerbaijão continuará sua forte cooperação com a OMS.

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



28 a 30 de março - Os capítulos nacionais da África do Sul e do Zimbábue da NAMYO organizaram a Cúpula jovem de inovação do BRICS. Com o objetivo de criar um espaço orientado para jovens dos países BRICS que capacitará e apoiará jovens empreendedores e inovadores. Os representantes discutiram como vincular o investimento à inovação voltada para os jovens com a participação de mais de 100 jovens delegados que aproveitaram para divulgar informações sobre o Movimento Jovem dos Não Alinhados. Foram apresentados mais de 40 projetos.



4 de abril - Dia Internacional da Conscientização sobre as Minas e Assistência na Ação Contra as Minas. Neste dia presta-se homenagem às vítimas de minas terrestres e antipessoais em sua luta para reintegração na sociedade. Dia de promover a paz e a solidariedade para eliminar a ameaça das minas terrestres.



5 de abril marca o Dia Internacional da Consciência e NAMYO honra o valor da consciência humana e convida todos a ajudar a criar uma cultura de paz com amor e consciência baseada nos costumes e circunstâncias pertinentes.



7 de abril - Por ocasião do Dia Mundial da Saúde, no dia 7 de abril, o movimento jovem dos Não Alinhados ressaltou que as mulheres constituem a maioria da força de trabalho nos setores de saúde e serviços sociais.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul



Nos dias **28 e 29 de março de 2023**, o Centro Sul participou da oficina de trabalho virtual, organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e a Comissão Europeia para discutir a resistência antimicrobiana.

Levando em consideração que o surgimento e a disseminação de genes e patógenos resistentes entre humanos, animais e o meio ambiente é uma ameaça global.

Os países em desenvolvimento enfrentam uma carga desproporcional de resistência antimicrobiana. O Centro Sul manteve discussões com Organizações da Sociedade Civil sobre ações para enfrentar o desenvolvimento e disseminação da resistência antimicrobiana no meio ambiente.

Para saber mais, [clique aqui](#).



29 de março de 2023 – O Centro Sul publicou o documento de pesquisa produzido por Germán Velásquez, Consultor especial de saúde do Centro, intitulado “De onde vem e para onde vai o dinheiro da saúde no mundo”

Este documento destaca que, em tese, a OMS é a agência coordenadora da saúde global, apesar de grandes atores privados e públicos reivindicarem a relevância e o papel central dessa agência da ONU.

Mas na prática, paradoxalmente, o dinheiro para a saúde, ao invés de ir para a OMS, vai em grande parte para outras instituições, ou mesmo novas instituições ou mecanismos são criados para onde novos fundos são canalizados (GAVI, Global Fund, Act-A, CEPI, COVAX, etc.). Estas instituições ou mecanismos são, na maioria das vezes, parcerias público-privadas onde a indústria farmacêutica está presente.

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento é importante, mas representa apenas 1% do que os países em desenvolvimento gastam em saúde. O que realmente é gasto para promover a saúde global e para onde vai esse dinheiro é o assunto deste artigo.

Uma das perguntas que se deve fazer após a experiência com o Covid-19 é como se pode preservar o interesse público global criando bens públicos comuns e protegendo os direitos humanos na prevenção, preparação e resposta a pandemias presentes e futuras.

Para ler o documento na íntegra, [clique aqui](#).



No **dia 5 de abril de 2023**, o Centro Sul coorganizou o evento paralelo na 52ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos (HRC52) sobre os direitos dos camponeses e trabalhadores rurais, com foco nos muitos desafios enfrentados pelos camponeses e como a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses (UNDROP) pode apoiar os direitos humanos, reduzir as desigualdades e lutar contra a atual confluência de crises.

Este evento teve o objetivo de sensibilizar sobre as contribuições dos camponeses e demais trabalhadores do meio rural para enfrentar as múltiplas crises atuais e discutir medidas que podem ser adotadas em nível nacional e regional para respeitar, proteger e cumprir os direitos dos camponeses. Também buscou incentivar uma maior colaboração para a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e

trabalhadores rurais (UNDROP) e destacar a iniciativa de criar um novo procedimento especial da ONU sobre o assunto. [Leia o informe completo.](#)



16 de março de 2023 - O Centro Sul apoiou fortemente as demandas dos países em desenvolvimento por um Órgão e Convenção Fiscal da ONU na Reunião Especial do ECOSOC da ONU sobre Cooperação Internacional em Assuntos Tributários.

Na verdade, o Centro Sul atendeu ao chamado do Secretário Geral sobre a [resolução A/Res/77/244](#) da AGNU, liderada pelo Grupo Africano e apoiada por muitos outros países e teceu alguns comentários.

Como já explicado, esta resolução marca um passo histórico para o fortalecimento da cooperação tributária internacional na ONU e para um Órgão Tributário da ONU. Ambas são demandas antigas de muitos países e, particularmente, do mundo em desenvolvimento, articuladas por meio do G-77 e da China (**ver acima, a declaração do G-77 e da China, que também se manifestaram nesta reunião**).

A resolução afirma a importância de iniciar discussões intergovernamentais na ONU sobre formas de fortalecer a inclusão e a eficácia da cooperação tributária internacional por meio da avaliação de outras opções, incluindo a possibilidade de desenvolver uma estrutura ou instrumento de cooperação tributária internacional que seja desenvolvido e acordados por meio de um processo intergovernamental das Nações Unidas, levando em consideração os acordos internacionais e multilaterais existentes.

O Centro Sul destaca as limitações da governança fiscal internacional existente considerando que há uma infinidade de fóruns fiscais internacionais além de outros órgãos que têm mandatos e associações sobrepostos, levando à duplicação de esforços e padrões concorrentes. Por exemplo, o Quadro Inclusivo da OCDE, o Fórum Global sobre Troca de Informações e o Comitê Tributário da ONU trabalham nas mesmas questões.

Atualmente, não existe um fórum único onde as normas tributárias internacionais sejam negociadas que seja genuinamente universal e intergovernamental. Tanto o Quadro Inclusivo da OCDE quanto o Fórum Global carecem de base legal. Não há nenhum tratado, convenção ou acordo internacional subjacente entre Estados soberanos, conseqüentemente, seu funcionamento permanece aleatório e arbitrário.

Assim, ao contrário da percepção popular, o Quadro Inclusivo da OCDE e o Fórum Global não são fóruns intergovernamentais de lei, mas apenas de fatos. Além disso, eles não são universais, apesar de gozarem de ampla participação, inclusive de muitos países em desenvolvimento.

Estes foram os [comentários adicionais do Centro Sul a este chamado do Secretário Geral](#).



Março de 2023 - O Centro Sul fez uma declaração e contribuição ao Relatório do Secretário-Geral sobre a aplicação da Resolução [A/RES/77/7](#) da Assembleia Geral da ONU sobre a "Necessidade de acabar com o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba". Este item foi incluído na agenda provisória da 78ª sessão da AGNU.

Deve-se recordar que a AGNU aprovou por maioria esmagadora a resolução "Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba" em 3 de novembro de 2022.

A declaração afirma que é o 30º ano consecutivo da adoção de uma resolução sobre o embargo dos Estados Unidos contra a República de Cuba que tem suas raízes na Guerra Fria.

A resolução [A/RES/77/7](#) reiterou e refletiu sobre o conteúdo de resoluções, relatórios e declarações anteriores adotadas pela ONU e outros fóruns e organizações intergovernamentais rejeitando o uso de medidas coercitivas unilaterais como "sanções comerciais na forma de embargos e interrupção de fluxos financeiros e de investimento entre países emissores e receptores. Os efeitos combinados da crise energética e ambiental global e o impacto cumulativo de três anos da pandemia do Covid-19 agravaram as consequências do embargo dos Estados Unidos contra Cuba.

Mais ainda, a reinserção arbitrária e injustificada de Cuba na Lista de "Estados patrocinadores do Terrorismo" em 11 de janeiro de 2021 pela administração Trump, poucos dias antes de terminar seu mandato, reforça as consequências negativas do embargo e intensifica as dificuldades de Cuba, em muitas áreas, como:

1. participar do comércio internacional e realizar operações financeiras e o medo de outras partes, que se abstêm de operar em transações financeiras com entidades e cidadãos cubanos e de organizar atividades comerciais e de investimento para evitar possíveis medidas punitivas dos Estados Unidos;

2. há o efeito coercitivo e intimidatório afeta todas as áreas da economia cubana e em consequência desta medida, numerosos bancos suspenderam as suas operações com o país, como transferências para aquisição de alimentos, medicamentos, peças de reposição e bens para a população;

3. Além disso, dezenas de missões diplomáticas cubanas ao redor do mundo perderam suas relações com os bancos que tradicionalmente lhes prestam serviços, por medo de represálias do governo dos Estados Unidos.

Como consequência da inclusão na referida Lista, as pessoas que visitaram Cuba depois de 1º de março de 2011 não podem acessar o programa de isenção de vistos por meio do sistema eletrônico de autorização de viagem (ESTA) dos Estados Unidos, o que ameaça o turismo cubano, um dos pilares dos principais de Cuba.

Vale lembrar que Cuba havia sido excluída da referida lista em 29 de maio de 2015 durante o governo de Barack Obama.

A declaração continua e reafirma que a manutenção do bloqueio financeiro e comercial dos Estados Unidos contra Cuba, por mais de 60 anos e sua inclusão na lista de Estados patrocinadores do terrorismo são incompatíveis com um sistema internacional baseado no

direito e uma expressão contundente do exercício do poder político e econômico em clara violação dos direitos humanos, incluindo o Direito ao Desenvolvimento.

Os efeitos negativos dessas medidas são tão óbvios quanto inadmissíveis à luz da Carta das Nações Unidas e dos princípios do direito internacional. Apesar disso, Cuba continua demonstrando sua vocação solidária por meio da Cooperação Sul-Sul e sua capacidade de contribuir para a solução de problemas globais como o acesso a tratamentos médicos e vacinas no cenário crítico da pandemia.

Para ler a declaração completa, [clique aqui](#).

G7, G20 e OCDE: o Brasil ganha mais espaço nesses grupos de países

*Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

G7

A notícia da quinzena é a volta do Brasil como convidado a participar da cúpula do G7, que se dará entre os dias 19 e 21 de maio, em Hiroshima. O país não participava de uma reunião do grupo desde 2009, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com a chancelaria brasileira, o país participou também nos 4 anos anteriores. Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) não houve qualquer convite. O convite desde ano foi formalizado através de um telefonema, no último dia 06 de abril, entre o primeiro ministro japonês Fumio Kishida e Lula. Segundo a embaixada japonesa no Brasil, Kishida avalia que Lula pode ter "papel ativo" na reunião do G7 por ter "muita experiência"⁹⁵. Dentre os temas que serão discutidos encontram-se: segurança alimentar; não proliferação de armas nucleares; economia global; mudanças climáticas e desenvolvimento global. Lula, que cancelou visita à China no último mês devido a uma pneumonia, se recupera e remarcou a visita para o próximo dia 11 de abril. Há a previsão de assinatura de 20 acordos entre Brasil e China⁹⁶ e de atuar como um facilitador da paz diante da guerra da Ucrânia.

O tema da Ucrânia ganhou novos contornos com a decisão da Rússia em transportar armas nucleares para a Bielorrússia. O debate sobre a questão nuclear terminou limitado pelo recurso, por membros do G7 à construção de novas usinas nucleares (Inglaterra e França)⁹⁷. Em terceiro lugar, contudo o Japão pretende avançar com o debate da transição energética antes da próxima COP 28, que se dará em novembro deste ano em Dubai. O país, líder em matéria de clima, pretende expandir as alianças em prol da descarbonização⁹⁸. Para elaborar a agenda de Hiroshima, os ministros do clima, energia e meio ambiente do G7 se reunirão em Sapporo nos dias 15 e 16 de abril. No entanto, na contramão da agenda climática, de acordo com a Reuters, o G7 pode estar discutindo investimentos em gás natural, necessidade que seria decorrente da invasão russa⁹⁹. O investimento no combustível fóssil poderia comprometer a meta de limitar em 1,5°C o aumento da temperatura do planeta. No entanto, se trata de uma possível minuta para a declaração do encontro dos ministros do clima, que ainda não foi fechada. Enfim, para o mês de abril, espera-se mais reuniões ministeriais e seus respectivos fechamentos de minutas das declarações a serem feitas na cúpula.

⁹⁵ Lula é convidado a participar da cúpula do G7; entenda o que é o grupo e o que deve ser discutido. GLOBO. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/08/lula-e-convidado-a-participar-da-cupula-do-g7-entenda-o-que-e-o-grupo-e-o-que-deve-ser-discutido.ghtml>>. Acesso em 09/04/2023.

⁹⁶ Brasil volta a ser convidado para reunião de cúpula do G7. JORNAL ESTADO DE MINAS. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2023/04/05/internas_economia,1478182/brasil-volta-a-ser-convidado-para-reuniao-de-cupula-do-g7.shtml>. Acesso em: 09/04/2023.

⁹⁷ G7 likely to back nuclear power amid energy security concerns. JAPAN TIMES. 2023. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2023/04/08/national/politics-diplomacy/g7-nuclear-energy-promotion>>. Acesso em: 09/04/2023.

⁹⁸ Japan's G7 agenda emerges in face of geopolitical gale. ARAB NEWS. 2023. Disponível em: <<https://www.arabnews.com/node/2283561>>. Acesso em: 09/04/2023.

⁹⁹ G7 may ignore climate warnings and call for new gas investments. CLIMATE CHANGE NEWS. 2023. Disponível em: <<https://www.climatechangenews.com/2023/04/06/g7-may-ignore-climate-warnings-and-call-for-new-gas-investments/>>. Acesso em: 09/04/2023.

G20

Progresso na implementação dos ODS e a Redução de Riscos de Desastres (RRD) são destaques no G20

A quinzena do G20 foi marcada por encontros em torno da agenda de desastres e de desenvolvimento, a começar pela primeira reunião do Grupo de Trabalho para Redução do Risco de Desastres (DRRWG, na sua sigla em inglês) que aconteceu entre os dias 30 de março e primeiro de abril¹⁰⁰. O momento consolidou não só um importante passo dado pela presidência indiana no bloco, a qual trouxe como uma das novidades da sua gestão a ênfase nessa temática, mas também um chamado à ação para os membros na construção de melhores caminhos e colaborações futuras.

O evento teve como intuito discutir o progresso na implementação do Marco de Sendai para Redução de Riscos de Desastres (2015), que terá sua revisão intermediária ainda neste ano, e contou com a participação de mais de 80 delegados, distribuídos entre países do G20, países convidados e organizações internacionais. Os debates concentraram-se em cinco áreas destacadas como prioritárias pela presidência: a cobertura global dos sistemas de alerta precoce; um maior compromisso em tornar o setor de infraestrutura resiliente a desastres; o fortalecimento de estruturas financeiras nacionais; e o fortalecimento e adequação dos sistemas de resposta a desastres a partir de uma abordagem baseada em ecossistemas na redução de riscos. Além disso, à margem da reunião principal, foram planejados dois eventos paralelos com especialistas do setor para discutir a evolução do cenário de risco de desastres e a resiliência de infraestrutura e suas implicações para as nações do G20¹⁰¹.

Imagem 1: Primeiro encontro do Grupo de Trabalho de Redução de Riscos de Desastres do G20



Fonte: G20, 2023.

¹⁰⁰ G20 India Presidency's First Disaster Risk Reduction Working Group Meeting to be held in Gandhinagar from March 30 to April 1, 2023. **G20**. 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/mar-23/drrwg/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

¹⁰¹ Disaster Resilient Infrastructure: Insights for G20. **UN News**. 31 mar. 2023. Disponível em: <https://media.un.org/en/asset/k14/k140u5wgse>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Tais prioridades mencionadas guiarão as discussões do GT ao longo de todo o ano e foram escolhidas diante de alguns fatores como a redução de custos para os países, uma maior eficiência de tempo de resposta e a geração de menores externalidades para o meio ambiente. Por exemplo, no que tange a questão da infraestrutura, torná-la resiliente aos desastres pode ajudar na redução de custos ao prevenir ou minimizar danos à infraestrutura e reduzir posteriormente a necessidade de reparos ou reconstruções. Já em relação aos sistemas de alerta precoce, de acordo com os dados disponibilizados pela Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNDRR) na plataforma *Sendai Monitor*, em 2021 apenas 23 dos 195 países relataram ter sistemas de alerta para riscos diversos. Uma vez que esses instrumentos de aviso prévio são cruciais ao permitirem a evacuação de pessoas e a adoção de medidas antecipadas, investir em uma cobertura total desses sistemas é essencial. Ainda, sobre a adoção de abordagens de ecossistema, como optar pela restauração de zonas úmidas ao invés de investir na construção de diques e barragens que alteram os padrões naturais de fluxo de água e prejudicam os ecossistemas aquáticos, economias também podem ser geradas no processo ao passo em que são mais sustentáveis¹⁰².

Os países do G20 têm um alto nível de exposição ao risco de desastres, com uma perda média combinada estimada em US\$218 bilhões por ano ou 9% do investimento médio anual em infraestrutura¹⁰³. No entanto, até então essa problemática não tinha sido abordada pelo grupo de forma abrangente e sustentada. É importante mencionar que a Índia possui um histórico positivo ao lidar com a gestão de desastres e tem se mostrado um importante ator nessa agenda¹⁰⁴. O país está sujeito a uma ampla gama de desastres em seu território, como terremotos e inundações, e ao longo dos anos desenvolveu muitas iniciativas a nível local e internacional para reduzir o risco, como a criação do *Coalition for Disaster Resilient Infrastructure* em 2019, além de fornecer assistência e cooperação técnica para países vizinhos. Como resultado dessa experiência e em consonância com o tema escolhido pela gestão ao presidir o bloco, “Um mundo, Uma família, Um futuro”, o país pretende enfatizar a importância da responsabilidade compartilhada e da solidariedade na abordagem de desastres.

Dando prosseguimento a esses acontecimentos, outros eventos concluídos com sucesso no período analisado foram os encontros dos Sherpas do G20, entre os dias 30 de março e 2 de abril, e do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento (DWG), nos dias 6 a 9 de abril. O segundo encontro dos sherpas, termo utilizado para se referir aos representantes oficiais dos chefes de Estado e chefes de governo do G20, contou com discussões detalhadas sobre o trabalho que está sendo conduzido nos 13 Grupos de Trabalho e espera-se que tais deliberações formem a base para a declaração dos líderes na Cúpula do G20 que acontecerá em setembro, em Nova Délhi¹⁰⁵.

¹⁰² New working group on disaster risk reduction in G20 is timely. **The Times of India**. 22 mar. 2023. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/blogs/voices/new-working-group-on-disaster-risk-reduction-in-g20-is-timely/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

¹⁰³ Disaster Risk Reduction. **G20**. Disponível em: <https://www.g20.org/en/workstreams/sherpa-track/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

¹⁰⁴ G20 offers unique opportunity to find ways to address disaster risk, says PK Mishra. **The Indian Express**. 31 mar. 2023, Disponível em: <https://indianexpress.com/article/cities/ahmedabad/g20-offers-unique-opportunity-to-find-ways-to-address-disaster-risk-says-pk-mishra-8529283/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

¹⁰⁵ Second G20 Sherpas Meeting in Kumarakom, Kerala (March 30 to April 2, 2023). **G20**. 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/mar-23/sherpa-second/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

Dentre os temas discutidos, houve ênfase na necessidade da transformação tecnológica e da infraestrutura digital pública, a aceleração do progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o crescimento acelerado, inclusivo e resiliente; bem como o desenvolvimento sustentável e o financiamento climático. Os delegados também destacaram a questão do empoderamento das mulheres e o papel das mesmas para o desenvolvimento. Essas prioridades refletem as necessidades do Sul Global, articuladas por 125 países que participaram da primeira cúpula da Voz do Sul Global, organizada pelo primeiro-ministro Shri Narendra Modi, em janeiro de 2023¹⁰⁶.

Ainda, como destaque positivo do encontro houve uma apresentação detalhada de Avinash Persaud, enviado da primeira-ministra Mia Mottley de Barbados, sobre medidas para remodelar o atual sistema financeiro internacional com base na criação de um novo fundo financeiro, um mecanismo de apoio para países atingidos por desastres naturais e um novo imposto internacional sobre emissões para apoiar a transição energética verde. O plano intitulado “*Bridgetown Initiative*” conta com sete passos que, se implementados, podem gerar US\$2 trilhões de dólares anuais para o desenvolvimento e solucionar questões latentes para o G20, como o alívio da dívida e o financiamento acessível de longo prazo para países em maior vulnerabilidade. Há expectativa de apresentar a iniciativa para os países na Cúpula em setembro¹⁰⁷.

Por fim, em relação ao encontro de desenvolvimento, consensos foram alcançados em diversos tópicos, como a necessidade de esforços coletivos para contribuir com a implementação da Agenda 2030 e dos ODS e o importante papel dos dados como um facilitador para o desenvolvimento sustentável¹⁰⁸. No discurso de abertura proferido pelo secretário das Relações Exteriores da Índia, Shri Dammu Ravi, as múltiplas crises globais foram apontadas pelo seu potencial de aprofundar as desigualdades, os riscos ambientais e climáticos, e gerar impasses para o progresso no desenvolvimento. Com base nos dados apresentados, estima-se que até o fim do ano, o aumento da inflação somado aos conflitos geopolíticos e a resultante insegurança alimentar e energética levarão 676 milhões de pessoas à pobreza extrema. Em razão desse cenário, há uma necessidade premente e urgente de tomar medidas para apoiar os países em desenvolvimento, sobretudo com um financiamento acessível necessário, transferência de tecnologia e capacitação para acelerar o progresso nos ODS¹⁰⁹.

Sobre este último ponto, devido a sua natureza transversal e integrada, a implementação dos ODS aparece como uma das maiores prioridades da presidência indiana no G20 e uma saída para a superação dos desafios enfrentados. Desse modo e, levando em consideração a lacuna de financiamento existente de US\$500 bilhões para os países em desenvolvimento na implementação dos mesmos, uma das propostas do GT neste ano é justamente impulsionar um Plano de Ação para acelerar o cumprimento dessas metas. De igual maneira, o impulsionamento do conceito de *Lifestyle for Environment* (LiFe) e o aproveitamento

¹⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁷ G20 Sherpa Meet: Call for new green transition fund, emission tax. **The Economic Times**. 04 abr. 2023. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/policy/g20-sherpa-meet-call-for-new-green-transition-fund-emission-tax/articleshow/99222953.cms>. Acesso em: 09 abr. 2023.

¹⁰⁸ The 2nd Meeting of G20 Development Working Group under Indian Presidency concludes successfully at Kumarakom, Kerala. **G20**. 9 abr. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/april-23/2ndg20k/>. Acesso em: 9 abr. 2023,

¹⁰⁹ Remarks by Shri Dammu Ravi, Secretary (ER), Ministry of External Affairs at the 2nd DWG Meeting. **G20**. 6 abr. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/speeches/april-2023/second-dwg/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

de dados em diversos setores, como a agricultura e a saúde, são primordiais para alcançar esses objetivos e materializar a visão da presidência indiana sobre um novo modelo de desenvolvimento.

OCDE

O desenvolvimento da inteligência artificial para a OCDE: benefícios e/ou riscos?

Na esteira do debate promovido pela “Conferência Internacional sobre IA em Trabalho, Inovação, Produtividade e Habilidades”¹¹⁰, evento promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre os dias 27 e 30 de março de 2023, variadas publicações relativas à temática de tecnologia foram publicadas pela organização. O “Handbook on Measuring Digital Platform Employment and Work”, por exemplo, é produto de uma parceria entre um estudo da Comissão Europeia, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a OCDE¹¹¹. O manual busca entender e avaliar o papel dos Escritórios Nacionais de Estatística com a crescente demanda política por melhores medições e estatísticas sobre emprego e trabalho em plataformas digitais, observando a necessidade de maiores adaptações e atualizações para questões como definições estatísticas e fontes de dados oficiais e não oficiais para melhor atender e, sob tal perspectiva, recomenda conceitos gerais, medições e iniciativas para os estatísticos e organizações de pesquisa relacionados.

Há, no entanto, um tema que apresenta uma especial preocupação para a organização e é presente em múltiplos documentos lançados durante a quinzena: o tópico inteligência artificial (IA). A seguir, são apontados alguns desses materiais.

O artigo “Not lost in translation: the implications of machine translation technologies for language professionals and for broader society”¹¹², por exemplo, busca discutir as implicações dos recentes avanços em inteligência artificial para trabalhadores do conhecimento, focando em possíveis complementaridades e substituições entre ferramentas de tradução automática e profissionais da linguagem. É entendido que, enquanto o surgimento de tais ferramentas possam aumentar o bem-estar social por meio de oportunidades aprimoradas de comunicação, também são gerados riscos devido à persistências de baixos níveis de precisão e qualidade de tradução.

Já o artigo “The impact of AI on the workplace: main findings from the OECD AI surveys of employers and workers”¹¹³ lança luz sobre os principais destaques encontrados ao fim da pesquisa de opinião elaborada pela OCDE para empregadores e trabalhadores nos setores de manufatura e finanças de sete países no que tange questões sobre a inteligência artificial e o campo do trabalho. Os resultados da pesquisa sugerem que tanto os trabalhadores, quanto seus

¹¹⁰ International Conference on AI in Work, Innovation, Productivity and Skills. **OCDE**. Disponível em: <https://www.oecd-events.org/ai-wips-2023/>. Acesso em: 07 abr 2023.

¹¹¹ OCDE; OIT; UNIÃO EUROPEIA. **Handbook on Measuring Digital Platform Employment and Work**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/0ddcac3b-en>. Acesso em: 07 abr 2023.

¹¹² BORGONOVI, Francesca; HERVÉ, Justine; SEITZ, Helke. Not lost in translation: The implications of machine translation technologies for language professionals and for broader society. **OECD Social, Employment and Migration Working Papers**, Paris, nº 291, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e1d1d170-en>. Acesso em: 07 abr 2023.

¹¹³ LANE, Marguerita. WILLIAMS, Morgan; BROECKE, Stjin. The impact of AI on the workplace: Main findings from the OECD AI surveys of employers and workers. **OECD Social, Employment and Migration Working Papers**, Paris, nº 288, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/ea0a0fe1-en>. Acesso em: 07 abr 2023.

empregadores possuem percepções geralmente muito positivas sobre o impacto da IA no desempenho e nas condições de trabalho. Porém, há também preocupações sobre riscos de perda de empregos devido aos avanços tecnológicos e espaço para maiores melhorias para alcançar maiores índices de confiança sobre o tema. Outro exemplo de pesquisa na área é o texto “The impact of AI on the workplace: Evidence from OECD case studies of AI implementation”¹¹⁴ que, a partir de uma análise sobre cerca de cem estudos de caso nos setores de manufatura e finanças de oito países da OCDE, pondera sobre os efeitos significativos da inteligência artificial nos locais de trabalho e no futuro do trabalho, afetando não somente o que entendemos como empregos, produtividade e bem-estar do trabalhador atualmente, como também repercutindo em mudanças e reorganizações nas empresas, nos trabalhadores e nas organizações representantes dos trabalhadores.

Ainda refletindo sobre o tema, o estudo “Is Education Losing the Race with Technology?”¹¹⁵ apresenta questões e reflexões sobre os impactos do avanço da inteligência artificial no campo da educação, mais especificamente sobre a alfabetização e o numeramento. O documento faz parte de um projeto mais abrangente sobre avaliação da IA e segue uma avaliação feita ainda em 2016 na Pesquisa de Habilidades de Adultas (PIACC) pela OCDE, agora com dados mais atualizados. Ao se comparar os resultados da pesquisa, foi-se observado que a IA poderia potencialmente superar grandes parcelas da população no PIACC, com projeções de que sua capacidade se desenvolveria ainda mais até 2026. Isso, no entanto, pode gerar implicações relevantes para o emprego e a educação. Diante disso, o texto culmina na recomendação da OCDE de que os sistemas educacionais fortaleçam as habilidades básicas dos estudantes e trabalhadores e ensine-os a trabalhar em conjunto com a inteligência.

No que tange às atualizações relevantes derivadas da OCDE sobre as discussões mais diretamente conectadas ao tema da saúde, destaca-se a publicação de dois estudos. O primeiro deles é o artigo “Socio-economic and ethnic health inequalities in Covid-19 outcomes across OECD countries”¹¹⁶ que, através de evidências, chama a atenção sobre como certos grupos populacionais (como os que vivem em áreas carentes, migrantes e minorias étnicas) foram mais vulnerabilizados e afetados desproporcionalmente pela pandemia Covid-19, com maiores riscos de se adoecer e morrer pelo vírus do que outros grupos. Além disso, é observado que tais parcelas vulnerabilizadas também enfrentam impactos indiretos significativos na saúde devido à pandemia, tanto em matéria de saúde mental, quanto na interrupção dos cuidados de rotina. Dessa forma, o estudo busca reunir e mapear as intervenções políticas adotadas pelos países da OCDE para ajudar a enfrentar tais impactos desproporcionais sobre nichos populacionais vulnerabilizados.

O outro destaque, apesar de não ser tão diretamente relacionado à matéria da saúde, faz parte de sua discussão sob o aspecto da empregabilidade. Nesse sentido, o policy brief

¹¹⁴ MILANEZ, Anna, The impact of AI on the workplace: Evidence from OECD case studies of AI implementation. **OECD Social, Employment and Migration Working Papers**, Paris, nº. 289. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/2247ce58-en>. Acesso em: 07 abr 2023.

¹¹⁵ OCDE. **Is Education Losing the Race with Technology?: AI's Progress in Maths and Reading**, Educational Research and Innovation. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/73105f99-en>. Acesso em: 07 abr 2023.

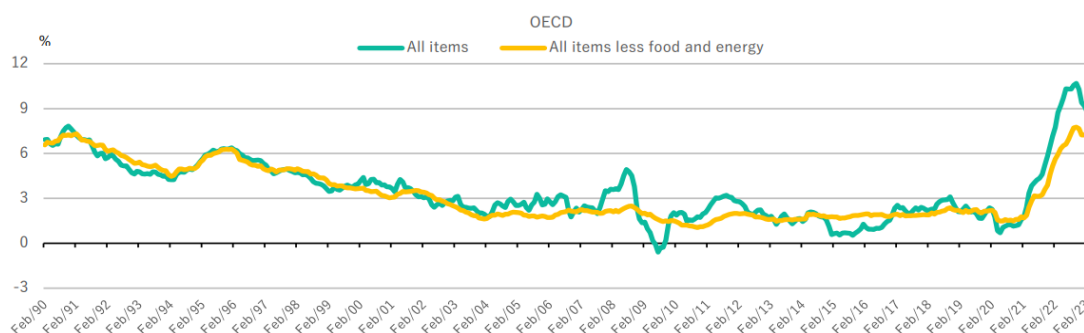
¹¹⁶ BERCHET, Caroline. BIJHOLT, José; ANDO, Mariko. Socio-economic and ethnic health inequalities in COVID-19 outcomes across OECD countries. **OECD Health Working Papers**, Paris, nº 153. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/6c2a96c9-en>. Acesso em: 07 abr 2023.

“Supporting persons with disabilities in entrepreneurship”¹¹⁷ é interessante de ser destacado aqui por explorar o potencial das políticas de empreendedorismo para apoiar a maior participação de Pessoas com Deficiência (PcD) no mercado de trabalho em um contexto econômico pós-crise da pandemia de Covid-19. E, com isso em mente, o documento se preocupa em fornecer uma visão geral da pertinência de tais medidas políticas, uma breve escala e natureza das atividades de trabalho autônomo por PcD e sugere também possíveis ações relacionadas para os governos.

Paralelamente aos assuntos tratados previamente no informe, a organização intergovernamental ainda disponibilizou em francês e inglês a publicação “Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries 2023”¹¹⁸. Parte de uma iniciativa de décadas que mapeia anualmente os fluxos financeiros internacionais voltados aos países em desenvolvimento, a versão mais atualizada do projeto fornece dados abrangentes sobre o volume, origem e tipos de ajuda e outros fluxos de recursos para cerca de cento e cinquenta países (Brasil incluso) em desenvolvimento. Os dados mostram os recebimentos de assistência oficial ao desenvolvimento de cada país, bem como outros fundos oficiais e privados de membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, agências multilaterais e outros provedores relevantes.

Durante o período, a organização também divulgou a atualização referente ao mês de fevereiro de 2023 de seu estudo e acompanhamento da inflação mundial, o Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)¹¹⁹. O resultado de suas medições expõem uma queda para 8,8% no segundo mês do ano, com mais da metade dos países-membros do bloco registrando menores índices de inflação entre janeiro e fevereiro de 2023.

Figura 1: Inflação na OCDE acompanhada pelo Índice desde os anos de 1990 até sua versão mais atual: todos os itens e todos os itens salvo alimentos e energia



Fonte: OCDE, 2023.

Por fim, no que diz respeito às progressões da adesão brasileira ao grupo internacional durante o período desta quinzena, destaca-se a presença em reuniões parlamentares na sede

¹¹⁷ OCDE. Supporting persons with disabilities in entrepreneurship: Ensuring inclusion in a post COVID-19 economy. **OECD SME and Entrepreneurship Papers**, Paris, nº 37, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/1ea0d982-en>. Acesso em: 07 abr 2023.

¹¹⁸ OCDE. **Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries 2023**: Disbursements, Commitments, Country Indicators. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/12757fab-en-fr>. Acesso em: 07 abr 2023.

¹¹⁹ Consumer Prices, OECD - Updated: 4 April 2023. **OCDE**. 04 abr 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-4-april-2023.htm> Acesso em: 07 abr 2023.

da OCDE de uma delegação de deputados brasileiros, parte do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-OCDE¹²⁰. Para o deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), presidente de tal grupo e participante de tal delegação, a agenda da organização está alinhada com a da presidência brasileira, entendendo como um processo natural do Brasil o ingresso do país no bloco e que no momento certo será retomado na agenda governamental como assunto de prioridade. Além disso, outro ponto de destaque foi o lançamento da brochura “O Novo Sistema de Preços de Transferência”, produto parte de uma colaboração entre a Receita Federal Brasileira e a OCDE para o desenvolvimento e implementação do novo sistema de preços de transferência do Brasil¹²¹.

¹²⁰ PELIZ, Ana Carolina. Agenda da OCDE e de Lula estão alinhadas e ingresso do Brasil é caminho natural, avalia deputado. **RFI**. 04 abr 2023. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20230404-agenda-da-ocde-e-de-lula-est%C3%A3o-alinhadas-e-ingresso-do-brasil-%C3%A9-caminho-natural-avalia-deputado>. Acesso em: 07 abr 2023.

¹²¹ Receita Federal e OCDE reforçam apoio ao novo sistema de preços de transferência. **MINISTÉRIO DA FAZENDA**. 05 abr 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/receita-federal-e-ocde-reforcam-apoio-ao-novo-sistema-de-precos-de-transferencia>. Acesso em: 07 abr 2023.

BRICS ultrapassa G7 no PIB, Brasil poderá aderir à ICR e a China não reage aos apelos do Ocidente para emparedar a Rússia

Claudia Horisch

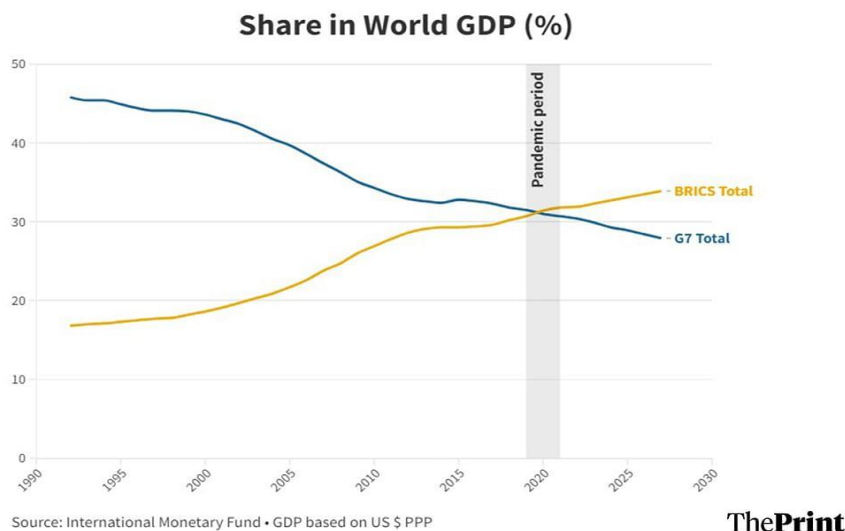
BRICS contribui mais para o PIB mundial do que o G7 e tudo indica que contribuam com mais de 50% do PIB global até 2030

Tem havido um declínio constante na participação do G7 no PIB global e um aumento constante nos PIBs dos países do BRICS ao se analisar dados do FMI desde 1992. As medidas do PIB foram tomadas em dólares americanos à paridade do poder de compra (US\$ PPC), o que permite uma comparação entre os países.

Em 2019, as contribuições dos dois grupos tornaram-se quase iguais, com o G7 contribuindo com 31,5% e os BRICS com 30,7% para o PIB global.

Dentro dos BRICS, a cisão destaca o domínio da China (ela própria responsável por 17,6% do PIB global em 2019), seguida pela Índia em um distante segundo lugar (7%). Rússia (3,1%), Brasil (2,4%) e África do Sul (0,6%) juntos representaram apenas 6,1% do PIB mundial.

Mas foi em 2020 que a dinâmica de poder G7-BRICS se inverteu quando os BRICS (31,4%) ultrapassaram o G7 (30%) (gráfico a seguir). Considerando a ampliação do bloco, espera-se que os BRICS contribuam com mais de 50% do PIB global até 2030.¹²²



Países do BRICS movimentam-se como alternativa ao G7: desafiaram o FMI ao criarem um Banco e discutirão expansão na Cúpula, em agosto

Em 2014, com 50 bilhões de dólares de capital inicial, os países do BRICS lançaram o Novo Banco de Desenvolvimento, atualmente comandado pela ex-presidente Dilma Rousseff, como uma alternativa ao BM e ao FMI. Além disso, criaram o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) para prestar apoio a membros com dificuldades de equilibrar sua balança de pagamentos.

¹²² [Led by China, India, the 5 BRICS nations now contribute more to world GDP than industrialised G7 \(theprint.in\)](https://theprint.in)

Tais promessas eram atraentes não só para os próprios países do BRICS, mas também para outras economias em desenvolvimento e emergentes que no passado haviam tido experiências dolorosas com os programas de ajuste estrutural e medidas de austeridade do FMI. Esta foi uma das razões pelas quais muitos países demonstraram interesse em ingressar no grupo.

O Banco do Brics segue aberto a novos membros. Em 2021, ações da instituição foram adquiridas por Egito, EAU, Uruguai e Bangladesh. No entanto, foram muito inferiores aos 10 bilhões de dólares de investimento inicial feitos pelos membros fundadores do banco.

O interesse nos BRICS é grande, somente a chanceler da África do Sul, Naledi Pandor, recebeu cartas de 12 países interessados. Arábia Saudita, EAU, Egito, Argélia, Argentina, México e Nigéria são alguns destes.

Na próxima cúpula dos BRICS que acontecerá nos dias 22 a 24 de agosto em Johannesburg serão definidos os critérios de admissão no grupo.

BRICS cada vez mais perto de criar moeda própria para tentar se livrar do dólar

Em uma recente visita a Angola, o chanceler russo, Sergei Lavrov, **afirmou que vai levar a discussão da emissão de uma moeda de reserva internacional baseada em uma cesta com as divisas do grupo à próxima cúpula do BRICS, marcada para agosto, na África do Sul**¹²³. Essa moeda servirá para diminuir a dependência econômica do dólar americano que deixa os países a mercê das políticas americanas, prejudicando as relações comerciais entre as nações.

Economias importantes como Arábia Saudita, Egito e Bangladesh já adquiriram participação no Novo Banco de Desenvolvimento, financiador do BRICS. Outros países como Irã, Argélia, Argentina e Turquia também têm expressado interesse em se juntar ao grupo.

A proposta de emissão de uma moeda própria entre os membros dos BRICS remonta a julho de 2022. Antes de uma moeda ser criada, **é necessário um extenso processo burocrático, dividido em três etapas**: primeiro, a criação de uma zona de livre comércio; segundo, uma união aduaneira; terceiro, a união, com mercado comum, parlamento comum, conselho de ministros.

O BRICS ainda não tem uma estrutura histórica do processo de integração regional. Alguns países BRICS tem procurado desdolarizar suas transações. Exemplo disso é que recentemente, o presidente Xi e o presidente Putin decidiram promover o Yuan como moeda de liquidação entre a Rússia e as economias emergentes da América Latina, Ásia e África. O Brasil seguiu um exemplo parecido e fechou nesta semana um acordo comercial com a China que prevê que os pagamentos entre as nações sejam realizados com Real e Yuan, sem a necessidade do dólar.

Com o conflito na Ucrânia e a tentativa de excluir a Rússia do sistema financeiro internacional, esse processo de construção de um sistema monetário alternativo à dominância do dólar aumentou. Mas a **criação de uma alternativa financeira à dominação do dólar não virá sem forte oposição dos EUA que farão de tudo para minar qualquer proposta de uma moeda comum, seja para o BRICS ou para o Mercosul**. Isso porque trata-se de um processo político de destruição e criação de novas institucionalidades.

¹²³ <https://sputniknewsbrasil.com.br/20230125/mre-russo-brics-debatera-criacao-de-moeda-comum-na-proxima-cupula-na-africa-do-sul-27182082.html>

Celso Amorim encontra Putin para tratar de negociação de paz na Ucrânia



Atual assessor especial do presidente Lula, Emb. Celso Amorim - Reuters

O ex-chanceler Celso Amorim, assessor especial do governo Lula para política externa, realizou uma viagem discreta à Rússia e à França na última semana para prospectar cenários para uma negociação de paz no contexto da Guerra da Ucrânia.¹²⁴

Durante as tratativas, Amorim falou sobre o conflito na Ucrânia e, por iniciativa russa, de alguns temas da agenda bilateral, como o comércio de fertilizantes. Durante a viagem, foi confirmada a vinda a BSB do chanceler russo, Serguei Lavrov, no próximo dia 17/04.

A viagem teve como objetivo estimar a receptividade russa à proposta de mediação de paz para a guerra. Segundo Amorim, "Eles dizem que apreciam tanto os esforços do Brasil quanto os da China" que apresentou um plano para a paz que foi esnobado pelo Ocidente. O presidente russo foi cordial, mas não deu indicativos de que um acordo de paz, ou mesmo um cessar-fogo, possa ocorrer em breve. Para Amorim, mesmo que "Não haja solução imediata para acabar com a guerra (...), é preciso preparar um quadro para quando a vontade política se materializar. Quando ficar claro para um lado ou para o outro que o custo da guerra é maior que o de eventuais concessões, aí sim as ideias para a paz poderão fluir."

Adiamento da visita de Lula à China trouxe uma vantagem: ocorrerá depois do encontro de Xi com Macron e Ursula von der Leyen



Para diplomatas brasileiros, o adiamento da visita de Lula devido a problemas de saúde acabou trazendo uma vantagem, já que ela agora ocorrerá depois do encontro que Xi terá esta semana com o presidente da França, Emmanuel Macron¹²⁵, e a presidente da Comissão

¹²⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-missao-discreta-amorim-vai-a-moscou-e-a-paris-tratar-de-guerra-na-ucrania/>

¹²⁵ A França é uma das grandes aliadas do PM Volodymyr Zelensky no conflito.

Europeia, Ursula von der Leyen. Ambos irão a Pequim numa tentativa de convencer o governo chinês a assumir uma posição mais assertiva na pressão sobre a Rússia.

Macron disse à Xi que sabe que pode contar com ele “para trazer a Rússia à razão e todos à mesa de negociações”. Von der Leyen cobrou dos chineses “o uso de sua influência sobre a Rússia” e alertou que um apoio chinês à investida de Putin poderia “prejudicar significativamente o seu relacionamento”. Xi e Macron tem aproveitado a oportunidade para assinar acordos comerciais.

Os resultados da viagem têm sido modestos e a imprensa diz que Xi se sente incomodado com a pressão dos dois visitantes. A China não parece preocupada em reagir aos apelos e às ameaças do Ocidente para colocar a Rússia contra a parede. Pequim continua a insistir na sua proposta para a paz na Ucrânia, que pede o fim da assistência militar americana e europeia a Kiev mas evita demandar a desocupação imediata de territórios invadidos por forças russas. Observadores tem reportado que Xi não tem a intenção de alienar Putin, um de seus aliados mais próximos.

Quando Lula se reunir com Xi, o panorama estará mais claro, não só sobre uma possível distensão entre China e Europa, mas sobretudo em relação ao papel de Pequim numa possível intermediação entre Kiev e Moscou.

Em sua passagem por Xangai, Lula participará da cerimônia de posse de Dilma Rousseff como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento.

Brasil não assina declaração de bloco liderado por Biden contra a Rússia

O governo brasileiro decidiu não assinar a declaração divulgada em 30/3 pelo bloco que participou da Cúpula pela Democracia (Summit for Democracy), uma camarilha ideológica anti-China, com mais de 70 assinaturas de países liderados pelo governo de Joe Biden.

A Cúpula, formada por EUA, Costa Rica, Holanda, Coreia do Sul e Zâmbia, chegou à sua segunda edição neste ano e pautou a guerra na Ucrânia. O evento foi realizado na Costa Rica, entre 28 e 30 de março.

Na Declaração do bloco, publicada ao final das discussões, os países exigem que a Rússia retire imediatamente, completamente e incondicionalmente todas as suas forças militares do território ucraniano. “Apoiamos fortemente a responsabilização pelos crimes mais graves sob o direito internacional cometidos no território da Ucrânia por meio de investigações e processos apropriados, justos e independentes em nível nacional ou internacional, e para garantir justiça para todas as vítimas e a prevenção de crimes futuros”.

Na América do Sul, assinaram a declaração a Argentina, o Peru, o Chile e o Equador.

O entendimento do Brasil, no entanto, é de que a guerra da Ucrânia deve ser tratada em foros específicos para o tema, como a Organização das Nações Unidas. O governo de Lula chegou a votar a favor de uma resolução da Assembleia Geral da ONU que repudiava a invasão russa.

Lula também tem advogado pela criação de um “G20 da paz”, para abordar objetivamente o conflito.

O Brasil tenha sido representado no evento por diplomatas, o presidente da República declinou de sua participação em vídeo. O governo brasileiro preferiu enviar uma carta ao grupo,

em que manifesta compromisso com a democracia e menciona ações domésticas nos primeiros meses de mandato de Lula. Além disso, defende a atuação de instituições sólidas para a cooperação internacional e diz que contribuirá com o debate sobre a guerra em “foros multilaterais”, norteados “pelo direito internacional e pelos direitos humanos”.¹²⁶

Do BRICS, a Índia assinou o documento, mas manifestou discordância com o trecho sobre a Rússia.

Brasil pode aderir à Iniciativa Cinturão e Rota?



Há grandes chances do presidente Lula assinar um MdE para o ingresso do Brasil na ICR, as conversas correm em sigilo. A Iniciativa conta com 140 países e cerca de 20 deles estão na AL. Esse foi um dos principais pontos colocados à mesa pelo governo chinês nas tratativas diplomáticas para chegar à versão final do comunicado oficial que sairá do encontro entre Lula e Xi Jinping, com uma síntese de todos os acordos acertados entre os dois governos. O documento já estava pronto antes de Lula adiar sua visita por questões de saúde.

A nova data da viagem de Lula está programada para 11 de abril e o encontro com Xi deve acontecer entre os dias 13 e 14.

A aproximação do Brasil com a China vai contra a expectativa dos EUA de isolar o país asiático, principalmente na AL, região que estabelece cada vez mais parcerias com os chineses.

O contexto geopolítico atualmente delicado com uma polarização entre EUA e China explica a discricão em torno da adesão do Brasil à ICR.

Como Brasil e China pretendem fechar negócios sem usar o US\$?



¹²⁶ <https://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-nao-assina-declaracao-de-bloco-liderado-por-biden-contra-a-russia/>

Brasil e China deram mais um passo para aprofundar sua cooperação comercial ao criar uma Câmara de compensação¹²⁷ que permite o fechamento de negócios e a concessão de empréstimos entre os dois países sem que o dólar americano tenha que ser usado para viabilizar a transação internacional.

A vantagem desse mecanismo é cortar os custos de transação por não passar pelo dólar e excluir uma possível influência americana nos negócios entre os dois países.

Tanto a China quanto a Rússia tentam implantar mecanismos de negócios que excluam o dólar como forma de pagamento, para reduzir a influência econômica e política americana pelo mundo e driblar eventuais sanções de Washington.

Lula mantém sua sugestão de formar um grupo de países “G20” não alinhados ao conflito

O presidente brasileiro disse que “não concorda com a invasão da Rússia à Ucrânia”, que o presidente russo não pode manter ganhos territoriais obtidos durante a guerra e que houve um erro de avaliação por parte de potências ocidentais.

No seu entendimento, talvez nem se discuta a Crimeia, mas o que a Rússia invadiu em 2022, terá que ser repensado. Para ele, Putin não pode ficar com partes da Ucrânia e Zelensky não pode querer tudo de volta. Lula defende a “integridade territorial de cada nação”. Segundo ele, “o mundo desenvolvido, sobretudo a União Europeia e os Estados Unidos, não poderiam ter aceitado entrar na guerra da forma como entrou, com rapidez, sem antes gastar muito tempo tentando negociar”.

O presidente defende a formação de um grupo de países não diretamente alinhados no conflito, a fim de estabelecer uma espécie de G20 para conduzir as negociações de paz¹²⁸.

¹²⁷ O ICBC (Banco Industrial e Comercial da China, na sigla em inglês), é o banco que operará a Clearing House no Brasil para permitir que empresários brasileiros e chineses possam fazer transações comerciais e empréstimos em yuan, e não apenas em dólar, como acontece hoje entre os dois países. Como se trata de uma grande instituição financeira chinesa, o banco seria capaz de garantir aos empresários brasileiros a conversão imediata de seus ganhos em real, caso eles decidam fechar negócios em yuan.

¹²⁸ <https://www.cartacapital.com.br/politica/talvez-nem-se-discuta-a-crimea-mas-putin-nao-pode-ficar-com-areas-da-ucrania-diz-lula/>

Brasil: a retomada da liderança na diplomacia latino-americana

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito

Introdução

Após mais de 100 dias de governo, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, vem dando importantes sinais de que a sua declaração: “o Brasil está de volta”, não se encerraria na retórica; e tem avançado na direção de se tornar um “big player” global. O país vem retomando as suas linhas tradicionais de política externa, como parceiro comprometido com o diálogo e com a integração regional.

A primeira viagem internacional do presidente brasileiro foi à Argentina para participar da VII Cúpula da CELAC. Uma visita importante que marcou o retorno do Brasil a este Bloco, colocou a cooperação regional novamente na agenda de política externa brasileira e ofereceu indícios importantes para a retomada do diálogo sobre a integração Latino-Americana e Caribenha¹²⁹.

Por outro lado, com relação à promissora retomada das relações mais amistosas com os Estados Unidos, o parco apoio do Governo Biden ao Fundo Amazônia (50 milhões de dólares), tem gerado algumas frustrações neste relacionamento.

No momento, o presidente Lula empreenderá uma importante missão à China em busca de uma série de acordos que facilitem um salto tecnológico, a reindustrialização¹³⁰, a redução da dependência do dólar para o comércio e talvez uma ousada aposta na construção de um Grupo¹³¹ (provavelmente o grupo inclui Índia, China e Indonésia) que medie pela paz entre a Rússia e a Ucrânia, junto com seu homólogo Xi Jinping¹³².

O governo Lula, no campo das relações internacionais, procura manter uma política que melhor resguarde seus interesses. A manutenção do princípio de não-alinhamento, característico da política externa brasileira, permite que o país tenha canais abertos com todos os Estados do globo, independentemente do regime que esteja no poder. Neste sentido, pode-se afirmar a intenção da construção de diferentes pontes para avançar em áreas prioritárias como a agenda climática, o combate à desigualdade, e a mediação da paz e da democracia¹³³.

¹²⁹ Na VII Cúpula da CELAC, Lula apontou: “a integração regional e a consolidação de uma região pacífica, baseada em relações marcadas pelo diálogo e pela cooperação”, destacou que “a estratégia de desenvolvimento deve caminhar passo a passo com a redução das desigualdades”. <https://www.telam.com.ar/notas/202301/618134-lula-celac-integracion-paz.html>

¹³⁰ Um dos objetivos a serem alcançados são os acordos comerciais e a reativação de um fundo binacional, que promove a industrialização, por meio da transferência de tecnologia da China, devido ao boom de commodities que priorizou o tecido produtivo do Brasil nas últimas décadas.

¹³¹ <https://www.telam.com.ar/notas/202302/620850-moscu-lula-brasil-paz-ucrania-conflicto.html>

¹³² O ex-chanceler Celso Amorim foi recebido há dias pelo presidente russo Vladimir Putin e seu chanceler Serguei Lavrov em Moscou com o objetivo de, segundo suas palavras: “promover a paz e o diálogo entre o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky e Putin”. Também anunciou a visita de Lavrov a Brasília, em meados de abril, após a viagem de Lula à China. <https://revistaeste.com/mundo/a-viagem-discreta-de-celso-amorim-a-russia/>

¹³³ No sentido da construção da democracia Brasil tem impulsionado uma missão a Venezuela visando recompor o relacionamento com este país que estava frizado no anterior governo Bolsonaro.

A visita de Lula à China acontecerá em um cenário onde, em nível global, há uma disputa sobre quem será o principal provedor de 5G e onde a presença da Huawei é vista como uma grande ameaça por Washington.

A China olha com interesse para as reservas de lítio da Argentina, Bolívia e Chile, onde estão localizadas 80% dessas reservas do planeta, elemento essencial a nível mundial e na substituição do combustível fóssil. O presidente Lula tem em sua agenda o anúncio da empresa de veículos elétricos BYD, que será lançada no lugar da fábrica da Ford na Bahia, e na primeira etapa do projeto está o processamento de lítio brasileiro.¹³⁴

No novo cenário de guerra fria entre China e Estados Unidos, tecnologias renováveis, transporte, logística, semicondutores para cadeias produtivas globais são alguns dos temas que se posicionam na Agenda de Lula.

A redução da dependência do dólar como moeda de troca comercial é um importante sinal político. Lula já havia declarado com o presidente Fernández, da Argentina, a intenção de criar uma moeda de troca comercial no MERCOSUL. Agora, com a China, propõe-se mudar as regras do jogo para o comércio global, onde a des-dolarização teria forte impacto. Só para dar uma indicação, o senador republicano pelo estado da Flórida, Marco Rubio¹³⁵ (de origem cubana e anticomunista) afirmou que se os países da região pararem de usar o dólar como moeda de troca, Washington perderá um de seus instrumentos mais eficientes de submissão e punição, ou seja, as sanções. *“Esses países (China e Brasil) estão criando uma economia paralela completamente independente dos EUA. Em apenas cinco anos não poderemos ditar nada a ninguém com sanções. Até então, haverá tantos países negociando seu dinheiro no lugar do dólar que simplesmente não poderemos penalizá-los a todos.”*

Neste cenário, uma luz no sentido da integração sul-americana parece tomar força. O Presidente Lula publicou um decreto que promulga o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro o Brasil se retirou do bloco e tentou a criação do PROSUL como um bloco alternativo.

Após algum tempo, o empoeiramento do MERCOSUL parece ter gerado grande impacto o anúncio dos Presidentes Lula e Alberto Fernández da criação de uma moeda comum para as transações comerciais do bloco, mas tem sido rejeitada pelo Presidente Lacalle Pou de Uruguai¹³⁶.

No entanto, a retomada do Acordo entre União Europeia e o bloco¹³⁷ tem ganhado nova força. A UE e o bloco do Mercosul concluíram as negociações em 2019, mas o acordo está

¹³⁴ A fábrica da Ford na Bahia foi abandonada durante o governo de Jair Bolsonaro. <https://www.uol.com.br/carros/colunas/jorge-moraes/2023/03/03/gigante-chinesa-entra-em-acordo-e-assumira-fabrica-fechada-da-ford-na-bahia.htm>

¹³⁵ <https://www.criptonoticias.com/regulacion/marco-rubio-sanciones-eeuu-desapareceran-5-anos-no-usaran-dolar/>

¹³⁶ O presidente Luis Lacalle Pou, em entrevista ao canal de TV do jornal argentino La Nación, disse que a ideia de uma moeda comum no Mercosul era "louca".

¹³⁷ Johan Forssell, ministro do Comércio da Suécia, país que exerce a presidência rotativa da UE, expressou sua esperança de que o processo possa ser concluído nos próximos meses.

"Acho que há apoio real para seguir nessa direção", disse ele em entrevista coletiva. "Claro que existe preocupações, detalhes e aspectos técnicos, mas acho que estamos indo na direção certa."

A União Europeia acredita que a derrota de Jair Bolsonaro contra Luiz Inácio Lula nas eleições presidenciais brasileiras em outubro criou uma janela de oportunidade.

parado devido a uma série de preocupações, principalmente da França, sobre o desmatamento na Amazônia e o grau de comprometimento do Brasil para agir contra as mudanças climáticas.

A Comissão Europeia propôs ao Mercosul que aceite compromissos claros de sustentabilidade, sobre os quais o vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, disse que já estava consultando os membros e legisladores da UE e os países do MERCOSUL. A guerra de Ucrânia acelera a necessidade para os países europeus do Acordo com o MERCOSUL para ter parceiros confiáveis e fugir da dependência de países como Rússia.

A futura presidência pro tempore de Brasil do G-20 abre uma janela de oportunidades na diplomacia. Nesse sentido, o Brasil convidou Paraguai e Uruguai a participarem da presidência do país do G20. A Argentina, outro sócio do Mercosul, já é integrante do grupo¹³⁸.

Visando a normalização e a retomada de projetos com os vizinhos sul-americanos, foi oficializado o regresso de Brasil a UNASUL em meio às agendas dos 100 dias da nova gestão. O Decreto N^o 11.475 do dia 6 de abril, ratifica o tratado que entrará em vigor para a República Federativa de Brasil, em 6 de maio de 2023. Em grande sintonia, na Argentina, o Presidente Fernández¹³⁹ também tem impulsionado maior integração entre os países de América do Sul e o Mercosul. Em 6 de abril, o chanceler Argentino confirmou: *“Por decisão soberana, a Argentina retorna à UNASUL como Estado-membro para promover sua revitalização institucional e construir uma região cada vez mais integrada”*, disse Cafiero por meio de sua conta no Twitter.

Uma outra ponte que está se construindo com os países vizinhos da América do Sul é a Cúpula Amazônica¹⁴⁰. Buscando realizar importantes gestos políticos em prol das questões ambientais e das mudanças climáticas, o novo governo do presidente Lula sediará a Cúpula, no mês de agosto, na cidade de Belém¹⁴¹. No âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, a cúpula promete reunir presidentes da Bolívia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além da participação do próprio Brasil. Também é proposta a participação dos demais observadores do tratado. Nesse sentido, recentemente foi convidado o presidente francês Emmanuel Macron, visto que a Guiana Francesa abriga uma parte do bioma amazônico.

Simon Coveney, ministro do comércio da Irlanda, que, como a França, está preocupado com o aumento das importações de carne bovina, disse que seus colegas acreditam que um acordo final pode ser finalizado este ano.

¹³⁸ *“Com o objetivo de promover uma visão mais representativa dos países em desenvolvimento, particularmente dos parceiros do Mercosul, nos fóruns internacionais, o Brasil convidou o Paraguai e o Uruguai a participar do G20 durante a presidência brasileira em 2024”*, de acordo com informações do Itamaraty em seu website oficial.

O Grupo 20 não possui secretaria permanente e seus integrantes devem rotacionar a presidência e, neste caso, o Brasil assumirá a presidência, que se inicia em 1^o de dezembro deste ano com duração até 30 de novembro de 2024; e neste contexto, convidou o Paraguai e o Uruguai para fazer parte dos próximos trabalhos. O G20 é um grupo econômico internacional, formado por 20 presidentes e chefes de bancos centrais, do qual Paraguai e Uruguai não fazem parte.

¹³⁹ Na visita ao Presidente Boric de Chile, o Presidente de Argentina Alberto Fernández advogou por o retorno da *“...UNASUL, que sirva al desenvolvimento económico dos povos”* *““*. <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2023/04/05/1091454/presidente-argentina-golpe-estado-unasur.html>

¹⁴⁰ A Cúpula da Amazônia vai ser organizada pela OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), organismo que teve seu papel esvaziado nos últimos anos.

¹⁴¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cupula-amazonica-vai-ocorrer-em-agosto-em-belem-e-pode-receber-macron/>

As negociações sobre a Cúpula Amazônica estão avançadas, o presidente brasileiro tem conversado com o Presidente Petro (Colômbia), Luís Arce (Bolívia), Guillermo Lasso (Equador), além do presidente do Conselho de Ministros do Peru, Luís Alberto Otárola Penaranda; e o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodrigues¹⁴².

A futura Cúpula da Amazônia tratará de temas comuns à área ambiental e de direitos humanos. Algumas questões que sem dúvida estarão em pauta são os índios Yanomami; crimes trans-fronteiriços e assassinatos de representantes de povos indígenas.

Como podemos constatar, nestes 100 primeiros dias do novo governo Lula já foram dados passos importantes na direção do diálogo regional e inter-regional, com impactos importantes na busca buscando pela sustentabilidade, nos processos de construção da paz, somando esforços e tendo um forte protagonismo em nível global.

Cúpula Amazônica em agosto de 2023^{143 144}

Na primeira quinzena de agosto de 2023, o governo brasileiro pretende sediar, em Belém, uma cúpula de presidentes dos países amazônicos. A reunião deverá discutir temas comuns na área ambiental e de direitos humanos.

O presidente colombiano, Gustavo Petro, vinha insistindo para que o evento ocorresse na Amazônia daquele país. No entanto, após negociação entre diplomatas brasileiros e colombianos, ficou definido que a cúpula acontecerá no estado do Pará, no Brasil.

São esperados todos os chefes de Estado de membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela — além do próprio Brasil.

Com a Venezuela, por exemplo, o Brasil pretende tratar da situação do povo yanomami. Com Peru e Colômbia, do crime transfronteiriço, que ganhou visibilidade com os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

O presidente da França também será convidado para a cúpula. A Guiana Francesa, além de abrigar parte da Amazônia, constitui a principal fronteira do país europeu com qualquer outro território.

O embaixador Everton Vieira Vargas acredita que a cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Belém, será uma importante oportunidade para a cidade aumentar a sua capacidade para sediar a COP-30, em 2025. “É uma oportunidade para a cidade dar um impulso nas obras e projetos para preparar a cidade para esse grande evento”.

Pretende-se levar as conclusões da cúpula para a Assembleia Geral das Nações Unidas, que ocorre em setembro.

¹⁴²<https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2023/01/04/lula-articula-inedita-cupula-da-amazonia-para-esse-semester.ghtml>

¹⁴³<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cupula-amazonica-vai-ocorrer-em-agosto-em-belem-e-pode-receber-macron/>

¹⁴⁴<https://www.belemnegocios.com/post/cupula-da-amazonia-belem-vai-receber-evento-teste-para-a-cop-30>

Acordo UE – Mercosul: governo Lula quer rever o texto e proteger política nacional de inovação e tecnologia em saúde¹⁴⁵

O governo Lula quer rever o texto assinado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que poderia ameaçar o abastecimento local de remédios e produtos médicos ao SUS (Sistema Único de Saúde), e garantir que a indústria nacional possa ser fortalecida. O tratado¹⁴⁶ faz parte do entendimento entre o Mercosul e a União Europeia, assinado entre os dois blocos em 2019. O processo vive um impasse e o acordo jamais entrou em vigor. Mas fontes dentro do governo revelam que, na pressa para fechar o entendimento, Brasília cedeu em pontos considerados como estratégicos para a indústria nacional de remédios.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já indicou que quer fechado o acordo comercial com a Europa até meados de 2023. Mas a lista de impasses é ainda importante.

Um deles é a abertura ao mercado de compras governamentais, permitindo que empresas europeias possam competir de igual para igual em licitações públicas no Brasil. Pequenas e médias empresas nacionais teriam uma margem de vantagem. Mas ainda assim, em uma escala insuficiente. Durante as negociações, exceções foram criadas em alguns setores para proteger as empresas brasileiras. Mas, a constatação do atual governo é de que tais mecanismos não são suficientes.

Na avaliação interna do governo, se efetivado, o acordo colocaria em risco políticas públicas necessárias ao SUS.

Após a guerra por respiradores, vacinas, testes e outros remédios durante a pandemia da covid-19, governos em todo o mundo abriram um intenso debate sobre as políticas de abastecimentos para seus respectivos setores de saúde e hospitais. A constatação de dezenas de países foi de que, sem uma indústria nacional, sociedades inteiras ficaram dependentes e vulneráveis ao abastecimento externo.

Nesta semana, o governo Lula anunciou a retomada de mecanismos que tinham sido criados em 2008 para construir uma política nacional de abastecimento de remédios e inovação, conhecido como Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

O mecanismo foi fechado por Bolsonaro. Agora, Lula colocou como objetivo que 70% dos medicamentos, equipamentos e vacinas que abasteçam o SUS até 2033 seriam produzidos no país.

Reduzir o déficit comercial de remédios foi sempre um objetivo, nos dois primeiros mandatos de Lula como presidente. Hoje, porém, o Brasil importa 90% de todo o insumo para remédios e vacinas. No total, o déficit comercial do setor da Saúde é de US\$ 20 bilhões. A única área da economia que soma um déficit ainda maior é de eletrônicos.

Agora, membros do governo Lula estimam que o risco com o novo acordo com a UE é de que o tratado acabe com a política nacional de inovação e tecnologia em saúde e com o novo marco para inovação.

¹⁴⁵ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/04/04/acordo-de-bolsonaro-ameaca-sus-e-autonomia-em-remedios-denuncia-governo.htm>

¹⁴⁶ O texto e outros documentos do Acordo podem ser acessados aqui: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-uniao-europeia>

Dentro do novo governo, o temor é de que os europeus encontrem vasta facilidade para ficar com contratos em enormes licitações abertas nos próximos anos. Existem elementos específicos no acordo que garantem períodos de transição e permitem que algumas das aberturas ocorram apenas em oito ou quinze anos. Mas na avaliação do atual governo, isso não pode ser chamado de "flexibilidade". O entendimento seria apenas para dar tempo para reverter a política brasileira e acabar com os instrumentos de fortalecimento do SUS, seja pela produção local ou pela inovação.

Alguns chegam a alertar que, para preservar a política industrial no setor de remédios, a única solução seria retirar o Ministério da Saúde por completo do acordo e desobrigá-lo a abrir contratos sempre para todas as empresas europeias. Mas, segundo fontes, vários dos negociadores que atuaram no acordo em 2019 formavam parte da equipe do então ministro da Economia, Paulo Guedes. E continuam hoje no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

ORAS- CONHU: Webinar “Visibilizando a emergência sanitária da doença renal crônica: Políticas e intervenções no nível da atenção primária”¹⁴⁷

A Secretária executiva do ORAS-CONHU, María Calle Dávila, destacou o papel do ORAS CONHU na elaboração de documentos técnicos e construção de políticas que permitam o controle, diagnóstico e prevenção de doenças não transmissíveis, como sobrepeso, obesidade e a doença renal crônica. E admitiu que é prioritário a implementação de políticas preventivas e promocionais das doenças associadas a questões renais crônicas, como a hipertensão e o diabetes, e que os Estados assegurem um diagnóstico oportuno pois esse representa uma grande economia para os sistemas de saúde.

Sobre as práticas do ORAS-CONHU, Dávila assegurou que a organização tem trabalhado no desenvolvimento de eixos temáticos sobre as doenças de alta prevalência identificadas como prioridades da saúde pública devido ao alto nível de mortalidade, altos custos que dificultam a sustentabilidade e a qualidade no acompanhamento e que geram complicações, sequelas e incapacidades na população andina.

A secretária finalizou lembrando que 10% da população pode ter a doença renal crônica em algum momento de sua vida e que pequena parte conseguirá alcançar uma sobrevida que a permitirá recorrer aos tratamentos de diálise e outros serviços e reafirmou o grande desafio para países em desenvolvimento em lidar os efeitos epidemiológicos clínicos e socioeconômicos das doenças não transmissíveis.

O evento também contou com a participação de especialistas da OPAS/OMS, Pedro Orduñez, que ressaltou a implementação do programa HEARTS nas Américas que está baseado em ações para prevenir e controlar a hipertensão arterial como uma das intervenções efetivas contra a doença renal crônica. No entanto, traçou um cenário pessimista para a região andina sobre o cumprimento da meta de redução de 30% da mortalidade cardiovascular até 2030 no marco das ODS. Ainda completou que 30% da população não sabe que vive com a hipertensão e por isso não buscam e nem seguem em tratamento.

¹⁴⁷<https://www.orasconhu.org/es/ejecucion-de-programas-integrales-permitiran-reducir-el-riesgo-de-enfermedades-cardiovasculares-y>

Médicos e pesquisadores, como Fabian Ortiz e Santos Depine, destacaram a importância da detecção precoce e a abordagem da atenção primária contra a doença e que existe uma grande desigualdade no alcance de tratamentos disponíveis nos estados da região.

ORAS- CONHU: Reunião de autoridades nacionais de saúde abordou a vigilância genômica, tratado pandêmico e a situação dos adolescentes¹⁴⁸

Foi realizada a segunda reunião de autoridades nacionais de saúde do ano de 2023 contando com a presença de autoridades e representantes de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. O objetivo da reunião foi debater temas relevantes, como vigilância genômica, tratado pandêmico e situação dos adolescentes, para que os Ministérios da Saúde dos países andinos possam estar preparados.

A secretária executiva do convênio, Maria del Carmen Dávila, apresentou a proposta de um Tratado Pandêmico como um instrumento da OMS que permite melhorar a articulação para prevenção, preparação e resposta frente a futuras pandemias por parte dos sistemas de saúde dos governos andinos e mundiais. Dávila comentou que a iniciativa ajudará que os sistemas de saúde tenham condições básicas para enfrentar novas pandemias, através da coordenação e interseccionalidade a partir dos princípios de solidariedade, equidade, transparência que não foram levados em consideração na pandemia de Covid 19.

A ORAS-CONHU também informou que o Tratado Pandêmico busca garantir que os países possuam planos adequados de preparação e vigilância de saúde, tal como estabelece o Regulamento Sanitário Internacional. Além disso, o Tratado exigirá que os governos demonstrem dados contínuos em tempo real, aceitem verificação externa, atuem seguindo as orientações da OMS em todas as questões no momento de um surto e permitam o monitoramento e inspeção independente das ações dos países e que se cumpram as medidas corretivas. Como as principais vantagens, a organização destaca: um acesso mais equitativo as medidas contra pandemias, garantias que os dirigentes nacionais tenham voz nos foros do tratado.

Sobre a vigilância genômica, foram discutidas as conclusões da primeira oficina de intercambio para o diagnóstico do estado inicial de procedimentos de vigilância genômica da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A secretária geral da ORAS-CONHU afirmou que nessa reunião foram apresentadas as experiências dos países no tema de Vigilância Genômica na pandemia e foi realizado um inventário das capacidades técnicas e humanas existentes nos países que fazem parte do projeto. Na ocasião também foi debatido as vantagens e desvantagens da tecnologia e metodologia usadas para vigilância genômica para cada país e foi apresentada a distribuição das variantes de preocupação na região e a continuidade das informações mediante a estudos retrospectivos.

Sobre a situação dos adolescentes na região andina, foram apresentados indicadores desfavoráveis para o desenvolvimento dos adolescentes nos países andinos como incremento do sobrepeso e obesidade, o incremento da porcentagem de gravidez em adolescentes de 15 a 19 anos, a transmissão do HIV em adolescentes e jovens e a prevalência de transtornos mentais. A Secretária Geral, Calle Dávila argumentou a necessidade de investir na população adolescente

¹⁴⁸<https://www.orasconhu.org/es/reunion-de-autoridades-nacionales-de-salud-abordo-la-vigilancia-genomica-tratado-pandemico-y>

e informou que ações são necessárias para garantir os direitos a todos e todas as adolescentes, a conclusão da educação secundária, a geração de emprego digno e decente e a paz e segurança.

Sistema de Integração Centro-americana (SICA)

A presidência pró tempore da Nicarágua no Sistema de Integração Centro-americana (SICA) vai outorgar o status de país observador a Rússia. Segundo, Werner Torres, secretário pro tempore, afirmou que “como parte da sua política exterior para o ano de 2023, a Rússia anunciou que priorizará o apoio aos países latino-americanos especialmente aqueles que estejam “baixo pressão dos EUA e seus aliados”¹⁴⁹.

SE-COMISCA: Primeira Reunião Interamericana sobre a implementação da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DADIN)¹⁵⁰

A SE-COMISCA na presença da Dra. Alejandra Navarro, secretaria executiva, apresentou o funcionamento da SE-COMISCA e o COMISCA e advertiu sobre a existência de 63 povos indígenas na região SICA e como se podem realizar iniciativas para o Conselho sobre este tema.

A reunião interamericana incluiu mais de 20 países das Américas que expuseram sua situação e diretrizes sobre a inclusão desses povos. No evento, houve espaço para analisar políticas públicas para a implementação da DADIN com um painel que contou com apresentações de representantes brasileiros, Sonia Guajajara; hondurenhos, José Carlos Cardona; panamenhos, Ismael Jaén; equatorianos, Samia Marmol, entre outros países.

Finalmente, foram realizadas análises sobre a estrutura de criação de um mecanismo de acompanhamento da implementação da DADIN. Também, se refletiu sobre as diretrizes para a construção da saúde intercultural na região das Américas em um contexto pós-pandêmicos e de ferramentas para a sua construção.

SE-COMISCA desenvolve primeira visita de avaliação MEPCI e higiene das mãos¹⁵¹

No período de 27 a 31 de março de 2023, no marco da execução do Acordo Cooperativo de Saúde Global, em coordenação com o Ministério da Saúde e Seguro Social da Costa Rica, SE-COMISCA e a Oficina Regional para América Central do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC- EUA), foi realizada uma visita a estabelecimentos de Saúde do país para execução do Marco de Avaliação de Prevenção e Controle de Infecções al Nível (MEPCI) e a Estratégia Multimodal de Higiene das Mãos.

A visita teve os seguintes objetivos: avaliar o atual estado das atividades e recursos de Prevenção e Controle a Infecções (PCI) a nível hospitalar identificando seu “nível de PCI” segundo a metodologia da OPAS/OMS, elaborar um plano de ação através da identificação de brechas e propostas de melhorias, apoiar e capacitar o pessoal de saúde em atividades relacionadas a PCI que incluem: aspectos gerais, prevenção, resposta e vigilância, além de identificar pontos focais nos países e revisar a conformidade de seus comitês de infecções associadas a atenção de saúde (IAAS)

¹⁴⁹ <https://ultimahora.sv/sica-abre-las-puertas-a-rusia/>

¹⁵⁰ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-la-primera-reunion-interamericana-sobre-la-implementacion-de-la-dadin_1_131795.html

¹⁵¹ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-desarrolla-primera-visita-de-evaluacion-mepci-e-higiene-de-manos_1_131840.html

A meta do programa das ações conjuntas SE-COMISCA, CDC e dos Ministérios de Saúde é fortalecer uma comunidade de prática de PCI na região centro-americana e República Dominicana, a fim de reduzir as infecções a nível intra-hospitalar nos pacientes, familiares de pacientes e pessoal de saúde.

Dos países da região SICA, Costa Rica é o quarto país no qual o Acordo Cooperativo de Saúde Global realiza as avaliações e implementa ações a favor dos programas de PCI nacionais. A atividade foi apoiada financeiramente pelos EUA.

SELA: Curso de Avaliação de Desastres CEPAL-SELA¹⁵²

O Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe foi o anfitrião do Curso de “Metodologias para a Avaliação de Desastres” realizado pela CEPAL e dirigido a servidores públicos da Venezuela.

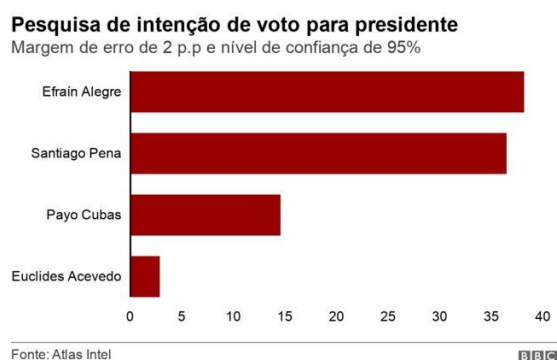
O secretário permanente da SELA, Clarems Endara, classificou o curso como um “aporte concreto, produto da estratégia que se pode alcançar entre os organismos internacionais” e ressaltou a importância de esforços conjuntos de integração entre os países e organismos especializados para produzir produtos e capacitações que cumprem os objetivos de desenvolvimento sustentáveis.

A capacitação foi dirigida a funcionários da República Bolivariana da Venezuela vinculados a gestão de riscos de desastres com o propósito de promover melhorias na gestão de risco com enfoque de coordenação multissetorial, a fim de avaliar os efeitos dos desastres nos setores sociais, infraestruturais e produtivos, como também potencializar a proteção e a recuperação das pessoas e bens afetados.

O curso é parte da agenda de trabalho mantida em conjunto pela SELA e CEPAL para consecução do Programa de Trabalho 2022-2026 que tem como objetivo promover soluções integrais para a redução de impacto dos desastres de origem natural nas regiões mais vulneráveis da América Latina e Caribe.

Paraguai: eleições presidenciais

O Paraguai entra em reta final das eleições presidenciais que acontecerão no final de abril. Na corrida eleitoral se apresentam 4 principais candidatos com intenções de voto. No entanto, há possibilidade de empate e viradas nos últimos minutos¹⁵³.



¹⁵² <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/88340/curso-de-evaluacion-de-desastres-es-un-aporte-concreto-de-la-asociacion-estrategica-con-la-cepal>

¹⁵³ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/04/eleicao-no-paraguai-pesquisas-eleitorais-indicam- virada-na-reta-final-da-campanha.ghtml>

O favorito nas pesquisas de opinião é Efraín Alegre, candidato do Partido Liberal, e veterano na busca pela cadeira presidencial, terceira vez que compete pelo cargo mais alto do Executivo paraguaio. Em sua coalizão, conta com a aliança da Frente Guasú da qual participa Fernando Lugo, ex-presidente paraguaio. Em sua agenda de política externa busca rever as relações Taiwan-China, se aproximar do governo Lula, mas também reequilibrar a relação na pauta de energia da hidrelétrica de Itaipu.¹⁵⁴

O segundo na corrida eleitoral, Santiago Peña, é candidato do partido colorado e considerado herdeiro político do ex-presidente conservador Horácio Cartes. É empresário do setor do tabaco, atual presidente colorado. A candidatura de Peña está sobre suspeita pelas sanções sobre corrupção aplicadas pelos EUA a Horácio Cartes e seus familiares. No entanto, Santiago Peña se defende e diz que “não há questionamentos sobre a minha candidatura” e que os EUA serão um dos observadores da eleição¹⁵⁵. Além dos EUA, observadores da União Europeia também já chegaram no Paraguai para acompanhar as eleições¹⁵⁶.

O terceiro candidato mais bem posicionado, Paco Cubas, é um político veterano com uma agenda antissistema, contra instituições tradicionais da política, retórica de combate a corrupção e se comunica com seus eleitores por meio das redes sociais. Paco Cubas, segundo Pedro Ribeiro da USP, apresenta uma agenda “desconexa e heterogênea” com acenos a direita conservadora, mas já falou em legalização da maconha e reforma agrária. Ganhou repercussão por ações controversas e por sua expulsão do senado e aglutina eleitores jovens com renda abaixo da média e insatisfeitos com a política. No entanto, especialistas dizem que Paco Cubas “não tem chance de competir com sucesso diante de Santiago Peña e Efraín Alegre.”¹⁵⁷

SEGIB e CABEL assinam acordo de entendimento para promover cultura e educação

O Banco Centro-Americano de Integração Econômica (CABEL) e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) assinaram um memorando de entendimento para explorar novas oportunidades e promover o intercâmbio de experiências e boas práticas no desenvolvimento de iniciativas, com especial ênfase nas áreas de educação e cultura.

O acordo de cooperação foi assinado pelo secretário-geral ibero-americano, Andrés Allamand, e pelo presidente do CABEL, Dante Mossi, durante cerimônia realizada na sede da SEGIB, em Madri (Espanha).

As áreas de colaboração incluem também a promoção de mecanismos de mobilidade para estudantes e investigadores, bem como a participação em programas, projetos e iniciativas de cooperação ibero-americana, entre outras vertentes.

"A SEGIB valoriza muito o acordo de entendimento que assinamos hoje com o Banco Centro-Americano de Integração Econômica, o que nos permitirá desenvolver atividades principalmente no campo da cultura e educação, mobilidade estudantil e estudos em diversas disciplinas", afirmou o secretário-geral ibero-americano.

¹⁵⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/03/apoio-do-paraguai-a-taiwan-precisa-ser-reavaliado-afirma-candidato-efrain-ale>

¹⁵⁵ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/03/29/paraguai-se-encaminha-para-eleicao-presidencial-com-gove>

¹⁵⁶ <https://www.abc.com.py/politica/2023/04/06/observadores-europeos-monitorean-el-proceso-electoral-paraguay>

¹⁵⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxep3nrj0m4o>

O presidente do CABEL, por sua vez, manifestou-se confiante de que a aliança "contribuirá também para promover ações de fortalecimento de setores de grande importância, dando espaço à inovação, à competitividade e ao fomento das MPMEs, além de participar de fóruns e iniciativas cujas objetivo é a transferência de conhecimento no desenvolvimento de iniciativas, especialmente na área de educação e cultura.

A saúde global e diplomacia da saúde: o contributo africano

Augusto Paulo, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg

UNIÃO AFRICANA E O FINANCIAMENTO DA NUTRIÇÃO

O diálogo de alto nível sobre o financiamento da nutrição, iniciado em 23 de março, prevê a revisão das iniciativas relativas ao envolvimento do sector privado, análise do papel do setor privado no financiamento inovador da nutrição no continente e avalia a responsabilidade na destinação de recursos, bem como a supervisão dos parlamentares sobre a alocação orçamentária.

Falando durante a ocasião, Sua Majestade o Rei Letsie III, do Lesoto, afirmou: "*É minha esperança que este diálogo traga resultados frutíferos que nos aproximem da eliminação da desnutrição, em todas as suas formas, em amado continente. Acredito que este objetivo possa ser alcançado se pudermos, entre outras coisas, implementar mecanismos de financiamento práticos e sustentáveis que proporcionem melhores resultados nutricionais para o povo*".

Embora reconhecendo os progressos realizados a nível continental no que diz respeito ao cumprimento das metas nutricionais, especialmente a declaração de Abidjan, o rei apelou ainda a esforços conjuntos por parte de todos os intervenientes, afirmando: "*Gostaria de enfatizar que os esforços conjuntos, de proporções monumentais, reúnem governos, parceiros de desenvolvimento, parlamentares, líderes tradicionais, setor privado e sociedade civil, são necessários para alcançar o progresso que todos almejamos no financiamento da nutrição e na sua melhoria a um nível mais alto nas agendas continental e doméstica*".

Falando durante a sessão de abertura, o Primeiro-Ministro do Reino do Lesoto, Samuel Ntsokoane Matekane, disse que foi apenas em janeiro deste ano, quando se reuniram em Dakar, no Senegal, para a II Cúpula sobre 'Alimentar África-Soberania Alimentar e Resiliência', dizendo que foi na mesma cúpula que foi criada uma plataforma para governos e parceiros de desenvolvimento trabalharem diligentemente num pacto que transformarão a agricultura em toda a África. "*Hoje, quando nos reunirmos novamente sob a liderança de Sua Majestade o Rei Letsie III, Chefe de Estado deste Reino e líder da União Africana em Nutrição, para o termo 2022-2024, estamos apenas continuando uma jornada que verá a África alimentar-se e tornar-se um celeiro para o Mundo,*" ele disse.

Ele ressaltou ainda o fato de que a nutrição é fundamental para a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento econômico do continente e não pode mais ser considerada uma questão de produção de alimentos porque envolve todos os setores dentro da cadeia de valor dos sistemas alimentares.

Falando em nome da União Africana, a Embaixadora Minata Samaté Cessouma, Comissária da União Africana para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, salientou o papel fundamental da nutrição e a importância de continuar com a implementação do seu. A Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social estava igualmente interessada no papel do setor privado em garantir que as metas nutricionais sejam cumpridas. Para isso, afirmou: "*O setor privado não deve ter apenas em mente os benefícios. Eles têm que compreender que não é tudo sobre lucro, mas também sobre uma população saudável. Precisamos levar em consideração a saúde da população. Precisamos de parceiros para implementar o Roteiro da Declaração de Abidjan. Precisamos que os parceiros apoiem*

igualmente a União Africana na implementação da declaração de Abidjan. Se não estivermos juntos, não podemos resolver a desnutrição, ainda teremos crianças atrofiadas no continente".



O [evento](#) proporcionou uma oportunidade para apresentação de provas disponíveis, lições sobre recursos, e discutir estratégias, bem como iniciativas em todos os setores que possam acelerar a transformação positiva dos sistemas alimentares da África e reduzir significativamente a desnutrição e a insegurança alimentar no continente. Culminou com um apelo à ação para o aumento de investimentos em nutrição através da saúde, água, saneamento e higiene (WASH); educação; alimentos; e sistemas de proteção social, bem como melhores sistemas alimentares e governança e responsabilidade nutricional.

À margem desse evento, A União Africana e a *Nutrition International* também lançaram a campanha de nutrição para adolescentes referida como "Ela Crescerá Nela (*She'll Grow into It - SGII*)", que é um apelo para a defesa de ações de priorização da nutrição para adolescentes nos Estados-Membros da União Africana.

A África é o lar de mais de 250 milhões de adolescentes, o maior grupo de jovens que o mundo já viu. No entanto, o continente vê cerca de 60 milhões de casos de anemia em meninas adolescentes a cada ano, o que custa aos Estados-Membros da União Africana um impressionante US \$ 1,38 bilhões. Nenhuma região, incluindo a África, está em vias de atingir suas metas globais de reduzir a anemia em mulheres e adolescentes em 50%.

Neste contexto, o Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social (HHS) da União Africana e *Nutrição Internacional* lançaram "*Com boa nutrição, ela crescerá (With Good Nutrition, She'll Grow Into It)*", uma campanha de defesa dedicada a melhorar a saúde, bem-estar e empoderamento das meninas na África através de esforços para prevenir a anemia por deficiência de ferro.

A campanha de dois anos visa promover a conscientização pública sobre os impactos negativos da nutrição inadequada - especialmente anemia por deficiência de ferro - sobre os resultados de saúde e educação de meninas adolescentes, e galvanizar o apoio dos decisores políticos para priorizar o investimento na nutrição da adolescente para aumentar as intervenções comprovadas, de baixo custo e de alto impacto para a prevenção da anemia por deficiência de ferro e melhorar a educação nutricional.

O evento de lançamento contou igualmente com a presença do líder de nutrição da União Africana, Sua Majestade o Rei Letsie III e a Rainha Masenate Mohato Seeiso do Reino de Lesoto, Sam Matekane, Primeiro-Ministro do Lesoto, ministros e parlamentares de vários Estados-Membros da União Africana, bem como doadores e outros intervenientes em nutrição.

Meninas adolescentes de Lesoto, Quênia, Tanzânia e Senegal tiveram a oportunidade de usar da palavra durante o lançamento sobre como a anemia e outras formas de desnutrição

as afetam, e apelaram aos formuladores de políticas para tornar a nutrição dos adolescentes uma prioridade.

Falando no evento de lançamento, Minata Samate Cessouma, Comissária da Comissão da União Africana para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, pediu ação de defesa para a priorização da nutrição adolescente nos Estados-Membros da União Africana, instando-os a (entre outras coisas): priorizar a nutrição do adolescente em seus programas e orçamentos, defender a nutrição da adolescente através do envolvimento dos jovens para reduzir a prevalência de anemia entre as meninas, promover políticas nacionais e planos de desenvolvimento que tratem a anemia por deficiência de ferro por meio de abordagens multissetoriais e mobilizar recursos para aumento de escala de intervenções comprovadas de baixo custo e alto impacto para prevenir a deficiência de ferro e melhorar a educação nutricional em meninas adolescentes.

"Os investimentos feitos em adolescentes e em seu futuro na próxima década determinarão a direção do continente e se ele alcançará o dividendo demográfico que essas jovens prometem e merecem", afirmou o Dr. Richard Pendame, Diretor Regional da Nutrition International para África. "Como tal, os benefícios da otimização da nutrição nesta faixa etária são enormes e exigem atenção urgente".

A União Africana tornou o fim da desnutrição uma prioridade, com a inclusão de seis metas nutricionais a serem alcançadas até 2025 em sua [Estratégia Regional de Nutrição Africana \(2016-2025\)](#), a declaração 2022 como o Ano Africano da Nutrição e, mais recentemente, um apelo para todos os Estados-Membros *"agirem para acabar com a desnutrição em todas as suas formas"* como consta na Declaração de Abidjan.



Em abril de 2022, a União Africana e a *Nutrition International* assinaram um [Memorando de Entendimento](#) para uma visão compartilhada para acabar com a pobreza por fome. A *Nutrition International* se comprometeu a apoiar as atividades do Ano Africano da Nutrição da União Africana em várias áreas, entre elas, a priorização da nutrição de adolescentes nos Estados-Membros. Mais recentemente, em fevereiro de 2023, a *Nutrition International* [dobrou seus compromissos](#) e prometeu apoio técnico a pelo menos 30 Estados-Membros. A organização também se comprometeu a apoiar o desenvolvimento de três estratégias continentais nos próximos dois anos: Comunicação e Defesa da Nutrição, Nutrição de Adolescente e Anemia.



Dr. Richard Pendame, Regional Director for Africa, Nutrition International presents at a side event during the African Union Summit 2023

Fundação para o Fortalecimento de Capacidades em África: 32 anos de serviço

Este ano marca os 32 desde que a Fundação para o Fortalecimento de Capacidades em África ([African Capacity Building Foundation](#) - ACBF) foi criada para preencher as graves lacunas em capacidades. Desde o início, a ACBF ganhou um histórico robusto que solidifica sua posição como o principal parceiro para o desenvolvimento de capacidades no continente. A Fundação contribuiu para o processo de desenvolvimento de África através de capacitação do capital humano, criação de instituições e partilha de conhecimentos.

O foco da ACBF está no desenvolvimento do capital humano e na criação de instituições para enfrentar os desafios de desenvolvimento atuais e futuros. Enquanto presta serviços a todos os setores: público, privado, sociedade civil e academia, para citar apenas alguns, a ACBF presta atenção à melhoria da eficácia das instituições do setor público da África, a nível regional e continental para se tornarem integradores de sistemas eficazes e catalisadores de mudanças sustentáveis e transformadoras.

Até à data, a ACBF apoiou mais de 70 instituições de ensino superior, incluindo universidades em todas as regiões da África Subsaariana, reformar currículos que atendam às necessidades econômicas de seus países e universidades equipadas com bibliotecas que permitiram aos alunos realizar pesquisas *on-line*. A Fundação treinou mais de 50.000 funcionários no serviço público, a maioria dos quais ocupam cargos-chave nos Ministérios das Finanças, Planejamento ou Desenvolvimento Econômico e Bancos Centrais em todo o continente.

A ACBF também estabeleceu uma rede de mais de 35 *think-tanks* graças ao apoio à elaboração de políticas baseadas em provas em toda a África e à produção de pesquisa/análise de políticas críticas que informam a gestão econômica e ajudam a estabelecer referências para o sucesso.

Como líder de pensamento, a ACBF gerou mais de 500 produtos de conhecimento nas formas de pesquisa, estudos e publicações cobrindo mais de 200 tópicos de desenvolvimento.

A Fundação está lançando uma nova estratégia de cinco anos (2023-2027) que se concentrará no desenvolvimento da capacidade humana e no desenvolvimento institucional em quatro áreas de impacto, que são Mudanças Climáticas e Energia, Governança Econômica, Agronegócio e Segurança Alimentar e Comércio como um indutor de crescimento.

Em linha com a nova Estratégia, a ACBF oferecerá dois produtos exclusivos que apoiam a construção institucional e o desenvolvimento da capacidade humana. O Modelo de Acelerador Institucional (*The Institutional Accelerator Model - IAM*) oferecerá um pacote único de intervenções para auxiliar no desenvolvimento institucional. O pacote incluirá uma gama de ferramentas, como consultoria de reestruturação organizacional, assessoria incorporada, assistência técnica, desenvolvimento de liderança, gerenciamento e suporte de *team building*. Por outro lado, a Academia de Capacitação em África (*Africa Capacity Building Academy - ACBA*) da ACBF irá concentrar-se no desenvolvimento das competências duras e transversais dos funcionários-alvo no setor público, na sociedade civil, nos grupos de reflexão e no setor privado. Isso será feito através da oferta de cursos de curta duração, treinamento, *coaching* e orientação.

Who We Are



The African Capacity Building Foundation (ACBF), is the African Union's Specialized Agency for Capacity Development.

A Fundação tem aumentado a adesão de membros, passando de 12 países africanos para 40 desde a sua criação. Em janeiro de 2017, a ACBF obteve da União Africana o estatuto de agência especializada para o desenvolvimento de capacidades e continua firme na sua missão de desenvolver o capital humano e edificar as instituições necessárias, principalmente no setor público, para criar o ambiente propício para um desenvolvimento inclusivo e sustentável em África.

ÁFRICA CENTRAL – GUINÉ EQUATORIAL

Não acabou a epidemia do vírus de Marburgo

A [epidemia do vírus de Marburgo na Guiné Equatorial](#), que atingiu este país há dois meses, provocou a morte de 10 (dez) pessoas, de acordo com os dados provisórios avançados pelo Ministério da Saúde. "*Não foram notificados casos nas últimas 48 horas, há 14 casos positivos e 10 hospitalizados, incluindo dois confirmados e oito suspeitos*", disse o Ministério através de um comunicado divulgado domingo, 2 de abril. Foi notificada uma nova morte, elevando para dez o número provisório de mortes desde o início da epidemia deste vírus, considerado primo do Ébola e quase tão mortífero.

Um total de "604 pessoas" que terão tido contacto com o vírus estão a ser monitorizadas, em comparação com as 825 que estavam sob vigilância em 30 de março, informou o Ministério.

Na semana passada, a Organização Mundial de Saúde (OMS) exortou a Guiné Equatorial a comunicar casos do vírus de Marburgo devido a receios de contaminação mais generalizada do que se pensava anteriormente. A OMS ficou alarmada com uma potencial "epidemia em grande escala", que poderia afetar os vizinhos Gabão e Camarões.

Foram comunicados casos fora da província de Kié-Ntem, onde causou as primeiras mortes conhecidas, em 07 de janeiro, chegando à Bata, a capital económica do país.

A OMS anunciou o destacamento de "*peritos adicionais*" para este membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e disse que estava "*também a ajudar o Gabão e os Camarões a reforçar a preparação e resposta à epidemia*".

A Tanzânia anunciou, há 15 dias, o início de uma epidemia de Marburgo, com cinco mortes. Como se sabe, o vírus é transmitido aos seres humanos por morcegos da fruta e propaga-se nos seres humanos através do contacto direto com os fluidos corporais das pessoas infetadas ou com superfícies e materiais. A taxa de mortalidade de casos é de até 88%.

Por enquanto, não há vacina aprovada ou tratamento antiviral para o vírus. Os cuidados de apoio - reidratação oral ou intravenosa - e o tratamento de sintomas específicos aumentam as hipóteses de sobrevivência.

CDC ÁFRICA - Programa de bolsas em genômica e bioinformática

Antecedentes

Nos últimos dois anos, a necessidade de uma rápida ampliação da vigilância genômica para a Covid-19 revelou a escassez de mão-de-obra competente na área genômica e bioinformática em África. Desde o lançamento da *Africa Pathogen Genomics Initiative* (Africa PGI) em 2020, o CDC África e os seus parceiros conduziram uma agenda de formação enérgica através de cursos curtos sobre sequenciamento genômico e bioinformático com a duração de uma a duas semanas. Por muito que esta abordagem tenha sido adequada no âmbito da resposta à pandemia continental da Covid-19 devido a restrições de viagem, ela tem sido largamente limitada tanto pela falta de interações sustentadas entre formadores e formandos, que é uma parte fulcral da formação de qualidade, quanto por durações curtas que limitam o grau de aprendizagem que pode ser alcançado. Além disso, a falta de um currículo de formação padronizado e o nível misto de conhecimentos dos participantes foram outras limitações da formação a curto prazo. Para colmatar estas lacunas, o CDC África em colaboração com a *African Society for Laboratory Medicine* (ASLM) e com o apoio da *Africa CDC Saving Lives and Livelihoods Initiative* (SLL) está a lançar o Programa de Bolsas em Genômica de Patógenos e Bioinformática da Africa PGI em Pesquisa Genômica e Bioinformática para criar um ambiente de aprendizagem abrangente que irá preparar os formandos para uma variedade de experiências na vigilância genômica de patógenos na saúde pública em África.

Justificativa

A bolsa é uma oportunidade de formação feita à medida, destinada a formar mão-de-obra e conhecimentos especializados em genômica e bioinformática de patógenos para melhorar a detecção de surtos e a vigilância de doenças em África. O programa de bolsas oferece um currículo central baseado em competências, proporcionando a oportunidade de padronizar os processos, ao mesmo tempo que permite aos bolsistas obter uma compreensão profunda das áreas temáticas centrais. O programa permitirá a imersão em cenários de trabalho para além da vigilância genômica do SRA-CoV-2. Irá igualmente proporcionar oportunidades para uma rede de egressos que inclui a oportunidade de permanecer em contacto mútuo e manter a aprendizagem individual, bem como criar relações profissionais entre os bolsistas e os seus mentores, fomentando assim futuras oportunidades de pesquisa colaborativa. A bolsa será o primeiro passo para um programa de formação profissional institucionalizado em África realizado por africanos.

Visão geral e prioridades da bolsa

No final de 2022, havia pelo menos 39 Estados-Membros da União Africana que tinham capacidade de realizar NGS (*Next-Generation Sequencing*) a ser implantada para a vigilância de doenças. Isso está a reformular a detecção, investigação e vigilância de surtos, como já se tinha observado na resposta à pandemia de Covid-19, quando duas variantes de preocupação da SRA-CoV-2 foram detectadas e notificadas pela primeira vez a partir do continente africano. Além disso, vários centros expandiram e reforçaram a capacidade e especialização em genômica de patógenos e bioinformática e estão posicionados para apoiar o programa de bolsas da África PGI (*Pathogen Genomics & Bioinformatics*). À medida que o continente transita para a utilização eficaz do NGS para informar a tomada de decisões em matéria de saúde pública, pretendemos utilizar um modelo que utilize eficazmente as plataformas NGS existentes e a infraestrutura computacional, bem como a perícia continental, para proporcionar uma experiência de formação prática presencial de competências. Isto será feito através de palestras, trabalhos de curso pessoais orientados, discussões de grupo e mentoria próxima e contínua e avaliação dos formandos durante um período de 3 meses num dos centros de genômica e bioinformática colaboradores do CDC em África. No final do período de formação, os bolsiros/bolsistas receberão formação experimental em investigação de surtos, vigilância genômica, incluindo análises de dados, interpretação de dados de sequência para identificar e caracterizar agentes patogénicos. Serão capazes de aplicar as suas competências genômicas e bioinformáticas a uma série de ameaças importantes e emergentes de doenças sob a Nova Ordem de Saúde Pública em África.

Descrição do programa de bolsas

A bolsa é um programa de doze semanas concebido para promover o desenvolvimento da carreira dos beneficiários e fomentar a colaboração entre instituições em diferentes países.

Os bolsiros/bolsistas serão formados numa das duas vertentes: (a) sequenciação de nova geração (NGS); e (b) bioinformática básica de saúde pública e análise de dados. Os bolsiros/bolsistas obterão formação e experiência à medida, através de uma abordagem padronizada e baseada na parceria com Centros de Excelência selecionados em genômica de patógenos e bioinformática em toda a África (*ver Apêndice 1*). Os bolsiros/bolsistas trabalharão de perto com os respectivos mentores para elaborar um relatório de progresso da sua formação (*ver Apêndice 1*). Podem ser concedidas até 20 bolsas por ano a bolsiros/bolsistas de instituições nacionais de saúde pública e laboratórios nacionais de referência em África.

Concepção e entrega de conteúdos

As atividades específicas de projeto e formação serão concebidas em colaboração com as instituições de acolhimento, através de uma abordagem padronizada (*ver Apêndice 2*). Para que o programa corresponda às expectativas dos bolsiros/bolsistas, como parte do processo de candidatura, os mesmos terão de apresentar uma declaração de motivação que inclua uma breve descrição da sua formação, interesse de investigação e planos futuros. As duas áreas temáticas abaixo referidas integram-se nas prioridades para o CDC África e nas necessidades de capacidade em todo o continente.

Curso 1: Sequenciação de nova geração de patógenos

Este curso cobrirá a base da sequenciação de nova geração para a detecção de surtos e vigilância de doenças. Isto inclui recolha de amostras, transporte de amostras, manipulação de

amostras, biossegurança; controlo de qualidade, padrões e requisitos de metadados; métodos de extração de ácidos nucleicos; técnicas de preparação de bibliotecas para diferentes plataformas e ensaios; etapas internas de controlo de qualidade; purificação e quantificação de bibliotecas; e a utilização e manutenção de instrumentos de sequenciação. Os bolsiros/bolsistas serão também treinados na otimização de ensaios de sequenciação de patógenos virais, microbianos e parasitas.

Curso 2: Bioinformática da saúde pública, análise de dados, interpretação e relatórios

Neste curso, os bolsiros/bolsistas serão formados em competências básicas de dados e análise de dados sequenciais, com ênfase nas melhores práticas e reprodutibilidade. A bolsa fornecerá formação prática em aplicações NGS, mapeamento ou montagem de genomas, análise de dados dependente do caso de utilização, interpretação de análises de sequências, visualização de dados, relatórios, boas práticas de gestão de dados, e controlo de qualidade. Além disso, os bolsiros/bolsistas receberão formação sobre normas de metadados; harmonização, armazenamento e partilha de dados.

Organizações de acolhimento

Os bolsiros/bolsistas são colocados num dos centros especializados ou regionais listados no *Anexo 1*. O supervisor deve orientar e acompanhar de perto o bolsiro/bolsista durante o período da bolsa, atuando como mentor. O local de formação concederá ao bolsiro/bolsista acesso a atividades supervisionadas, formações laboratoriais e/ou conjuntos de dados, a fim de alcançar os objetivos da bolsa. O CDC África e a ASLM, fornecerão orientação aos bolsiros/bolsistas e ajudarão os supervisores sobre a melhor forma de desenvolver as competências necessárias. O supervisor deve notificar imediatamente o CDC África e a ASLM sobre quaisquer incidentes significativos ocorridos durante a bolsa (em particular incompetência profissional, ausências prolongadas, doenças, acidentes, comportamento não profissional ou interrupção da bolsa).

Requisitos para a participação

Os candidatos devem comprometer-se a trabalhar a tempo inteiro num dos centros de excelência selecionados durante 12 semanas. Espera-se, portanto, que os bolsiros/bolsistas permaneçam no emprego das suas instituições de origem durante todo o período de duração da bolsa.

Critérios de elegibilidade

Para ser elegível para a *Africa Pathogen Genomics & Bioinformatics Fellowship (PGI)*, o candidato deve:

- ser cidadão de um Estado Membro da União Africana;
- ser funcionário a tempo inteiro de uma instituição nacional de saúde pública ou de um laboratório nacional de referência em África;
- possuir uma licenciatura em disciplinas relevantes e experiência em biologia molecular, genômica, sequenciação de nova geração, bioinformática, ciência de dados, ou outras disciplinas que possam ser aplicadas à genômica de patógenos e à bioinformática;
- demonstrar capacidade de se envolver em genômica e bioinformática patogénica num contexto de saúde pública;
- anexar uma carta de aceitação de uma instituição de acolhimento;

- Os candidatos devem ter conhecimento fluente adequado na língua falada na instituição de acolhimento;
- Não há limite de idade superior para elegibilidade; no entanto, a preferência será dada a candidatos do sexo feminino e jovens - aqueles em estágios iniciais de suas carreiras.

Informação logística

- *Subsídio de subsistência*: a bolsa não oferece salário ou benefício; em vez disso, os destinatários receberão um subsídio de subsistência;
- *Viagens*: passagens aéreas de ida e volta, classe económica entre a residência do bolsista/bolsista e a instituição de acolhimento;
- *Seguros de saúde e de viagem*: a cobertura abrange o período da bolsa;
- *Custos dos vistos para o país de acolhimento*: os custos de visto aplicáveis enquanto estiver no país de acolhimento serão cobertos durante o período de duração da bolsa;
- *Subsídio Institucional*: a bolsa irá conceder um subsídio ao mentor da instituição de acolhimento para cobrir os custos de espaço de bancada, pessoal, internet, custos de informática, material de laboratório e de escritório e outros custos da formação. Para os bolsistas/bolsistas do *curso 1*, o custo dos reagentes de sequenciação será coberto através dos acordos existentes entre as instituições de acolhimento e a IGP África e será fornecido em espécie;

Processo de candidatura

Os limites do número de páginas serão rigorosamente aplicados e as orientações gerais relativas à extensão de cada secção são fornecidas abaixo. A candidatura deve utilizar o formulário de candidatura fornecido (*Ver Apêndice 3*) e incluirá as seguintes secções:

❖ *Plano de bolsa e de formação* (duas páginas no máximo): a candidatura deve incluir um plano detalhado de mentoria e formação desenvolvido em consulta com a instituição de acolhimento, descrevendo (a) os detalhes do projeto e os casos de uso genômico; (b) detalhes das atividades de formação e mentoria, incluindo os principais marcos e datas relacionadas dentro do período da bolsa; (c) os recursos afetados pela instituição de acolhimento e instituição de origem do candidato - isto inclui uma descrição dos espécimes, isolados, ou recursos que o bolsista/bolsista irá utilizar durante o período de formação; e (d) os resultados esperados da bolsa, incluindo o curso que irá fazer avançar a genômica e bioinformática de patógenos no país de origem do candidato;

❖ *Declaração sobre as prioridades do CDC e da ASLM para África (500 palavras)*: Os candidatos devem identificar qual dos dois cursos se alinha com o plano do projeto e descrever como o seu projeto aborda os agentes patogénicos prioritários declarados e as áreas focais;

❖ *Declaração pessoal (500 palavras)*: Os candidatos devem descrever como os seus antecedentes, experiência e planos futuros os preparam para esta bolsa, com ênfase no seu papel na sua instituição de origem;

Línguas de aplicação

Os candidatos podem apresentar a sua candidatura em *inglês* ou *francês*

Data de lançamento RFA ¹⁵⁸	03 de abril de 2023
Sessões de Informação	18 de abril de 2023
Data de vencimento da candidatura	28 de abril de 2023

Para mais informações, também relevantes, consultar [o folheto informativo](#).

SADC discute programas, políticas e intervenções para consolidar a integração e desenvolvimento regionais

O Conselho de Ministros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) reuniu-se de 18 a 19 de março de 2023 em Kinshasa, na República Democrática do Congo. A reunião decorreu sob o tema da 42ª Cimeira da SADC, “Promover a industrialização através do agro-processamento, beneficiamento de minerais e cadeias de valor regionais para um crescimento económico inclusivo e resiliente”.



O Primeiro-Ministro destacou a necessidade de paz, estabilidade e segurança reforçadas para criar um ambiente favorável ao investimento sustentável e ao crescimento económico. Ele expressou a gratidão da RDC pela contínua solidariedade e apoio da SADC na busca de uma solução duradoura para os desafios de segurança no leste da RDC. O Presidente do Conselho de Ministros da SADC, Sua Excelência Didier

Mazenga Mukanzu, exortou os Estados-Membros a redobrem os seus esforços para eliminar todas as formas de obstáculos para aumentar o comércio intrarregional.

A SADC tem um défice de financiamento de infraestruturas que varia entre 30 a 40 mil milhões de dólares por ano. O orçamento estimado para financiar programas de desenvolvimento no RISDP 2020-2030 é superior a 50 bilhões de dólares. O Secretário Executivo da SADC pediu a incorporação de intervenções direcionadas para enfrentar os desafios enfrentados pelos jovens.

O Conselho de Ministros observou um Momento de Silêncio em solidariedade às Repúblicas do Malawi e Moçambique, na sequência do devastador ciclone tropical *Freddy*. O Conselho aprovou um montante de US\$ 300.000 para assistência humanitária ao Malawi em resposta à declaração do estado de calamidade e ao apelo de apoio externo. A seguir descrevemos a súmulas das aprovações feitas pelo Conselho de Ministros:

○ *A lista de projetos regionais prioritários e de alto impacto alinhados com os objetivos estratégicos e resultados do RISDP 2020-2030. Os projetos priorizados foram identificados com*

¹⁵⁸ Request for Application

base em seu impacto regional, envolvimento de dois ou mais Estados- Membros e seu potencial para impactos intersetoriais e sinergias.

○ *O estabelecimento de mecanismo de financiamento de infraestrutura de transmissão regional (RTIFF)*

○ *Solidariedade para trazer soluções duradouras para os desafios de segurança no leste da RDC.*

O Conselho de Ministros vai supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da SADC e garantir que as políticas da organização sejam devidamente implementadas. Referre-se que o Conselho de Ministro é composto por Ministros de cada Estado-Membro, normalmente dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, do Planeamento Económico ou das Finanças.

CCARDESA e parceiros vão administrar treinamento sobre agricultura inteligente ao clima no Zimbábue¹⁵⁹

Um workshop regional de treinamento de instrutores com duração de uma semana para desenvolver capacidade em tecnologias de Agricultura Inteligente ao Clima (CSA) começou em Harare, Zimbábue, em 20 de março de 2023. Participantes do Malawi, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue, bem como representantes do IntraPrograma Plus da Aliança Global de Mudanças Climáticas da África, Caribe e Pacífico.

O Centro de Coordenação de Investigação e Desenvolvimento Agrícola na África Austral (CCARDESA) e os seus parceiros, tais como o Centro de Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREE), a Parceria de Águas Subterrâneas da África Austral (GWPSA) e a Associação Regional de Universidades da África Austral (SARUA) procuram desenvolver capacidades na Região para se adaptarem às alterações climáticas e melhorar a adaptação.

O workshop irá descompromir CSA e explorar opções para cadeias de valor selecionadas. Os participantes explorarão questões de empreendedorismo, liderança e gênero para consideração sob a mudança climática e CSA. O GCCA+ é um programa financiado pela União Europeia que visa fortalecer a capacidade dos Estados-Membros da SADC para empreender ações regionais e nacionais de adaptação e mitigação em resposta aos efeitos das mudanças climáticas globais.

¹⁵⁹<https://www.sadc.int/latest-news/ccardesa-and-partners-convene-regional-training-trainers-workshop-climate-smart>

Esforços para conter a ‘lavagem’ de capitais e o financiamento do terrorismo intensificados na Região da SADC¹⁶⁰



A SADC convocou um Workshop de Validação em Joanesburgo, África do Sul, de 21 a 24 de março de 2023, para discutir formas de facilitar a convergência de políticas, leis e práticas reguladoras de combate ao branqueamento de capitais. Os participantes deliberaram sobre formas de apoiar uma ação eficaz e proporcional contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo na Região.

O workshop avaliou se o nível de risco para implementar as recomendações dos requisitos da Força-Tarefa de Ação Financeira ([GAFI em inglês Financial Action Task Force](#)) para garantir medidas eficazes e proporcionais contra o branqueamento de capitais, financiamentos do terrorismo e da proliferação na Região da SADC é igual aos riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Os participantes deliberaram sobre as capacidades das autoridades nacionais para combater a lavagem de dinheiro.

A SADC procura assegurar a convergência das leis de combate ao branqueamento de capitais, proliferação e financiamento do terrorismo e práticas reguladoras dos Estados Partes. O workshop baseou-se no [Anexo 12 do Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimento](#). O Protocolo prevê o cumprimento das recomendações do GAFI de acordo com as diretrizes definidas.

A lavagem de dinheiro é o processo de ocultar ilegalmente a origem do dinheiro obtido de atividades ilícitas, como tráfico de drogas, corrupção, peculato ou jogos de azar. Financiamento do terrorismo é a arrecadação de dinheiro envolvendo a solicitação, arrecadação ou provisão de fundos, com a intenção de que possam ser usados para apoiar atos terroristas, ou suas organizações. O financiamento da proliferação é definido pelo GAFI como o fornecimento de fundos para a fabricação, aquisição, posse, desenvolvimento, exportação, transbordo, corretagem, transporte, transferência, armazenamento ou uso de armas nucleares, químicas ou biológicas.

¹⁶⁰ <https://www.sadc.int/latest-news/efforts-curb-money-laundering-and-terrorism-financing-stepped-sadc-region>

Funcionários de Armazéns Médicos Centrais treinados em boas práticas de aprovisionamento sobre Serviços Agrupados de Aprovisionamento da SADC¹⁶¹

A SADC, com o apoio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH* (GRIZ), organizou um workshop de formação para o pessoal dos centros de Aquisição Médica (CMS) dos Estados-Membros em Dar es Salaam, Tanzânia, de 20 a 23 de março de 2023.

O seminário buscou capacitar o pessoal de compras em boa governança, mecanismos de compras, cadeia de suprimentos e gestão de desempenho como parte da implementação da atividade conjunta de apoio à industrialização e setores produtivos (SIPS).

Em conjunto com essa formação foi realizado um workshop de consulta para o pessoal da CMS para os atualizar sobre o progresso dos Serviços Conjuntos de aquisições da SADC (SPPS). A programação também inclui visitas às instalações do departamento de Armazéns Médicos (MSD) localizadas em Dar es Salaam.

Os treinamentos e seminários partem da ideia de que o processo de compras é uma função importante do CMS, criando um elo entre a participação dos fabricantes privados de medicamentos no mercado público. As principais tarefas para garantir a eficiência no processo de aquisição farmacêutica incluem cotação, quantificação, planeamento de aquisição, decisões de licitação, sistemas de desempenho de aquisição, participação e garantia de qualidade.

A Secretaria da SADC reconhece as oportunidades para aumentar a eficiência do mercado através de abordagens regionais à aquisição, uma das quais é a aquisição conjunta. A implementação do SPPS pode trazer benefícios significantes em termos de economia de custos, sustentabilidade e resultados gerais de saúde através de negociação coordenada entre os Estados-Membros da SADC.

Sobre a ação conjunta SIPS:

Com um orçamento superior a 20 milhões de euros, a atividade conjunta SIPS visa promover economias autossuficientes, reduzir a dependência das importações e fortalecer a resiliência regional. Grande parte da ação está focada nos setores de agronegócio e farmacêutico na região da SADC. O objetivo é responder aos constrangimentos do ambiente político, regulamentar e comercial e aumentar a participação do setor privado no desenvolvimento das cadeias de valor do couro, médico e farmacêutico. Essas cadeias de valor foram escolhidas pelo potencial de expansão da base industrial da região e geração de empregos. A definição de metas a nível regional pode ajudar os Estados-Membros da SADC a ultrapassar as barreiras à integração regional e motivar o sector privado a melhorar os seus processos de produção.

Criação do mercado transfronteiriço no posto fronteiriço de Chirundu entre a Zâmbia e o Zimbabwe¹⁶²

A COMESA e o Governo do Zimbabwe assinaram um acordo de subdelegação no valor de 920.544,28€ para criar um mercado transfronteiriço no posto fronteiriço de Chirundu entre

¹⁶¹ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-central-medical-stores-officials-trained-procurement-best-practices-and-engage>

¹⁶² <https://www.comesa.int/comesa-zimbabwe-sign-euro-920544-to-upgrade-chirundu-border-post/>

a Zâmbia e o Zimbábue. Financiado pela 11ª Iniciativa de Comércio Fronteiriço de Pequena Escala (SSCBTI) da *European Rear Development* (EDF)

A infraestrutura a ser construída incluirá espaços comerciais, instalações seguras de armazenamento e saneamento e um ambiente de negócios decente, especialmente para mulheres comerciantes. Espera-se que o fornecimento desta infraestrutura de mercado melhore os fluxos comerciais microfronteiriços oficiais entre a Zâmbia e o Zimbábue. Isso levará a mais arrecadação de receita para os governos, mais segurança e mais receita para pequenos comerciantes transfronteiriços.

Um mercado fronteiriço é a proximidade necessária para que pequenos comerciantes, na sua maioria mulheres e jovens, dinamizem as suas atividades. Esta infraestrutura irá percorrer um longo caminho para permitir um comércio melhorado e eficiente entre as pessoas através das fronteiras. As partes deste acordo esperam uma estreita cooperação entre todas as partes interessadas e garantem a rápida implementação e conclusão do projeto.

Na Europa, a fronteira entre Rússia e Otan é duplicada com adesão da Finlândia

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

No dia mundial da tuberculose, 24 de março, o diretor-regional da OMS Europa, Hans Kluge, fez uma declaração reconhecendo que acabar com a tuberculose permanece um assunto inacabado, apesar do continente ter as condições de fazê-lo. Ele comenta que já se passaram 5 anos desde a primeira Reunião de Alto Nível da ONU sobre TB, de onde surgiram metas ambiciosas que deveriam ter sido alcançadas no ano passado, mas cujo progresso tem sido desanimador – por muitas razões. [Kluge lamenta a realidade sombria trazida pelo Relatório Global de Tuberculose para 2022, que atesta o aumento da mortalidade por tuberculose na região europeia em 2021](#) em comparação com 2020, e a queda da curva de incidência, que estagnou pela primeira vez em 20 anos. Em sua opinião, a fragmentação das ações é um dos motivadores deste quadro. Ele reconhece a necessidade de melhorar o acesso, envolver todas as plataformas de prestação de serviços, investir em serviços baseados na comunidade e fortalecer a conexão com a atenção primária à saúde.

Em setembro haverá a segunda Reunião de Alto Nível da ONU sobre TB, co-facilitada pela Polônia e Uzbequistão, ambos Estados Membros da OMS/Europa. Na reunião, os líderes globais se comprometerão com novas metas e estabelecerão novos marcos para acabar com a tuberculose. Para Kluge, este não deve ser um exercício vazio. Em vez disso, esses novos compromissos devem levar à ação e à responsabilidade em todos os níveis.

Apesar da triste notícia, certamente o acontecimento mais importante desta quinzena foi a efetivação da Finlândia como mais novo membro da Otan. O país, que compartilha mais de 1.300 quilômetros de fronteira com a Rússia, mudou sua histórica posição de neutralidade em segurança após a invasão da Ucrânia. Além do movimento de adesão à Otan, a Finlândia está construindo um muro com mais de 200 quilômetros e 3 metros de altura, para reforçar a sua segurança na fronteira com a Rússia. Foi o mais rápido processo de adesão registrado na história, e só não foi mais rápido, porque Turquia e Hungria se opuseram, como continuam a fazê-lo com a Suécia, que é a próxima da fila.

Trata-se de um paradoxo, se pensarmos que a motivação da invasão russa à Ucrânia foi justamente a expansão da Aliança Atlântico-militar. Um ano após a invasão, uma das consequências mais concretas da guerra é o aprofundamento e alargamento de suas fronteiras. Durante os anos de Guerra-fria, Finlândia e Suécia, adotaram posições de neutralidade. Neste período, o bloco da Otan passou por ondas de expansão, que o aproximou cada vez mais das fronteiras com a Rússia. A iminente entrada da Ucrânia no bloco, teria sido a gota d'água que desencadeou a invasão, mas essa gota teve um potencial inimaginável de transbordamento...

Para a Rússia, "é um novo agravamento da situação. A ampliação da Otan é um ataque à nossa segurança e aos nossos interesses nacionais", conforme disse o porta-voz da Presidência russa, Dmitri Peskov. A aliança é considerada pela Rússia uma das principais ameaças à sua segurança.

Nesta mesma semana em que a Finlândia adere à Otan, Ursula Von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (CE), fez visita à China, juntamente com Emmanuel Macron, presidente francês, tendo a guerra na Ucrânia como um dos pontos de pauta. Ursula teve duas reuniões com Xi Jinping na quinta-feira: uma em formato trilateral, com o presidente francês e outra individual. Ela também se encontrou com o primeiro-ministro chinês, Li Qiang. Macron, pediu a Xi Jinping que interceda, trazendo a Rússia “de volta à razão e à mesa de negociação”.

Já a [presidente da CE reiterou que o fornecimento de equipamento militar por parte da China à Rússia "prejudicaria significativamente" o relacionamento com a União Europeia \(UE\)](#). A questão de Taiwan não foi mencionada na declaração conjunta, mas Von der Leyen disse à imprensa que o assunto foi abordado.

Na França, a população não desistiu de bloquear a reforma da previdência e segue nas ruas em protestos e manifestações contra o presidente Macron e a primeira-ministra Elisabeth Borne. Se por um lado é bom ver o quão aguerrida é a sociedade francesa e o quão forte está o movimento sindical, por outro, há sempre o temor sobre o crescimento da extrema direita. Vale lembrar que foi apertada a vitória de Macron sobre a candidata direitista Marine le Pen.

A propósito, [na Finlândia, a derrota da primeira-ministra socialista Sanna Marin, é mais um capítulo do crescimento da direita no continente](#). Seu partido, o Social-Democrata (centro-esquerda) avançou conquistando 3 assentos em relação às eleições anteriores, de 2019, mas o resultado geral das eleições legislativas, a deixaram no terceiro lugar, atrás do partido de centro-direita Coligação Nacional (vencedor do pleito) e do partido de extrema-direita Finns Party (Partido dos Finlandeses).

No início de março, o Partido Social Democrata (SDE) da Estónia ficou em quinto lugar as eleições legislativas do país, com 9,2% dos votos. Em setembro, a Suécia, até então um reduto socialista, mudou de rumo e elevou Ulf Kristersson, líder do partido conservador sueco Moderados, ao cargo de primeiro-ministro. No mesmo mês, o Partido Democrático (PD) de Enrico Letta ficou abaixo das expectativas nas eleições legislativas de Itália, perdendo assentos nas duas câmaras do parlamento e abrindo caminho para a vitória de Giorgia Meloni e a sua coligação de extrema-direita.

A queda de Marin muda a dinâmica de poder no Conselho Europeu, órgão que define a orientação política da UE, aprofundando um pouco mais a inclinação para a direita, que começou no ano passado. Dos 27 Estados-membros da UE, os socialistas têm 5 chefes de governo: Olaf Scholz da Alemanha, Pedro Sánchez, de Espanha, Mette Frederiksen, da Dinamarca, António Costa, de Portugal, e Robert Abela, de Malta. Do outro lado da mesa, os liberais dominam com as lideranças da França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Estónia e Eslovénia. Uma variedade de partidos conservadores domina as nações restantes, desde o Partido Popular Europeu (EPP) na Grécia, Áustria, Suécia e provavelmente em breve na Finlândia, aos Conservadores e Reformistas Europeus de extrema-direita (ECR) na Itália, Polónia e Chéquia. "Isto sublinha a [tendência de um Conselho Europeu mais virado para a direita nas questões económicas, sociais e ambientais, mas também de um Conselho Europeu que se manterá unido, por exemplo, sobre como responder à guerra na Ucrânia](#)", afirmou Nicolai von Ondarza, cientista político e pesquisador do Instituto Alemão para Assuntos Internacionais e de Segurança (SWP).

A visita europeia à China acontece um mês depois da visita chinesa à Rússia, que balançou as relações de poder no mundo. Foi a primeira visita da presidente da Comissão Europeia desde sua chegada ao cargo, em 2019. O presidente brasileiro também teria visitado Xi Jinping, mas a agenda foi prejudicada por problemas de saúde do Lula. Uma nova ordem internacional se desenha e novos arranjos devem surgir, como a expansão do Brics.

As nações da Ásia e Pacífico e região árabe se preparam para o HLPF 2023

Lúcia Marques

A mudança climática é nossa pior ameaça existencial, a menos que eliminemos toda a civilização em uma guerra nuclear. A paz e a estabilidade econômica para o resto do século 21 dependem de os Estados Unidos e a China poderem controlar sua rivalidade e, juntos, liderar o caminho na cooperação internacional.¹⁶³

As nações da Ásia e Pacífico e da região MENA se preparam para o High Level Political Forum (HLPF) que acontecerá em julho. E dos 41 países que apresentarão suas revisões (VNR) para implementação da Agenda 2030, 15 são dessas regiões. Este ano, os ODS em destaque são: ODS 6 – Água Potável e Saneamento; ODS 7 – Energia Limpa e Acessível; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis; ODS 17 – Parceiros para os Objetivos.

Os **países da árabes da região MENA** – Mediterrâneo Oriental e Norte Africano, que integram a **ESCWA** – Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental, realizaram o [Fórum Árabe para o Desenvolvimento Sustentável \(AFSD\)](#) entre os dias 14 a 16 de março, reunindo governos e partes interessadas para discutir soluções e ações para acelerar a recuperação do COVID-19, avaliar o progresso, revisar as experiências nacionais e aumentar a voz da região no HLPF. [Agenda](#).

A região árabe, caracterizada por instabilidade e conflito nas últimas duas décadas, enfrenta vários desafios. Além disso, a pandemia do COVID-19 não apenas dificultou os esforços de desenvolvimento, aumentou a pobreza e sobrecarregou os sistemas de saúde em muitos países da região, mas também interrompeu a produção de dados cruciais para monitorar o progresso do desenvolvimento e o impacto das políticas. Essa realidade foi apresentada no [relatório Progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na região árabe](#).

Entre os principais documentos, estão as Notas de Fundo para cada ODS em revisão este ano: [ODS 6](#) – ODS crítico para uma região na qual 19 dos 22 países sofrem com escassez de água doce¹⁶⁴, desafio agravado pela dependência transfronteiriça, ocupação e conflito, crescimento populacional, migração e deslocamento interno, aumento da urbanização e mudança climática. [ODS 7](#) - Embora a região árabe tenha feito progressos significativos na universalização do acesso à eletricidade, a implantação de energias renováveis tem sido lenta e marca um potencial inexplorado de sustentabilidade na região, que obtém apenas 4,6% de seu consumo final de energia de fontes renováveis. [ODS 9](#) - A região árabe ainda não fez uma mudança significativa em direção à industrialização sustentável e inclusiva em um contexto de aumento do desemprego, uso ineficiente e insustentável de recursos naturais, aumento da dívida e crises prolongadas. Em 2021, os principais produtores industriais da região foram Egito, Marrocos, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. [ODS 11](#) - A região árabe é uma das mais urbanizadas do mundo, com 75% de seus habitantes vivendo em áreas urbanas até 2050. A urbanização não planejada exacerbou a pobreza e a desigualdade, ultrapassou a oferta de moradias populares, segmentou os mercados de terras e levou à proliferação de favelas e bairros desfavorecidos que não têm acesso adequado a serviços básicos, infraestrutura e espaços verdes públicos. Esses

¹⁶³ [Escreve](#) Mogens Lykketoft, ex-presidente da UNGA70 (2015), economista dinamarquês.

¹⁶⁴ Quase 90% da população da região vive em países com menos de 1.000 metros cúbicos de água doce por pessoa por ano.

fatores e a recente pandemia de COVID-19, juntamente com outras crises, aprofundaram a exclusão e a vulnerabilidade de grupos que já corriam o risco de ficar para trás. [ODS 17](#) - A comissão preparou um [relatório](#) de revisão dos ODS 2023 que aponta que os governos árabes estão envolvendo o setor privado no planejamento, revisão e coordenação dos ODS, geralmente por meio de câmaras de comércio e indústria. A maioria dos países árabes tem envolvido associações empresariais de mulheres nos processos de coordenação dos ODS, mas ainda está faltando a participação de micro, pequenas e médias empresas em mais de um terço dos países. Como indica o documento, o envolvimento do setor privado é fragmentado e muitas vezes simbólico e, para agravar, esses investimentos estão caindo. Embora o setor privado seja frequentemente consultado, ele não participa das decisões na maioria dos países árabes.

Além das sessões plenárias para os ODS em revisão, várias sessões especiais discutiram lições aprendidas e ações para avanços sobre: sistemas alimentares e pobreza alimentar na infância; os efeitos intergeracionais da violência contra mulheres e crianças; papel da energia renovável na recuperação de países frágeis; envelhecimento; preparação para saúde.

Os 53 Estados membros e 9 membros associados da **Ásia e do Pacífico** que integram a ESCAP - Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico realizaram seu 10º Fórum Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento Sustentável (APFSD) entre os dias **27 a 30 de março**. [Agenda](#).

Por sua abrangência e diversidade de países a ESCAP se organiza em cinco subcomissões que realizaram seus fóruns preparatórios para o 10º APFSD no final de 2022: [Fórum Multissetorial do Nordeste Asiático sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#); [Fórum Multissetorial da Ásia do Norte e Central sobre a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#); [Fórum Multissetorial do Sudeste Asiático sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#); [Fórum do Sul e Sudoeste da Ásia sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#); [Fórum Multissetorial do Pacífico sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#).

O 10º APFSD contou com a presença de mais de 1.700 participantes, incluindo representantes de governos, organizações intergovernamentais, órgãos das Nações Unidas, organizações internacionais e grupos importantes e outras partes interessadas.¹⁶⁵ E com representantes dos seguintes 48 membros e membros associados: Armênia; Austrália; Azerbaijão; Bangladesh; Butão; Brunei Darussalam; Camboja; China; Ilhas Cook; República Popular Democrática da Coreia; Fiji; França; Polinésia Francesa; Geórgia; Hong Kong, China; Índia; Indonésia; Irã; Japão; Cazaquistão; Kiribati; República Democrática Popular do Laos; Malásia; Maldivas; Ilhas Marshall; Micronésia; Mongólia; Nauru; Nepal; Paquistão; Papua Nova Guiné; Filipinas; Coreia do Sul; Rússia; Samoa; Singapura; Sri Lanka; Tadjiquistão; Tailândia; Timor-Leste; Tonga; Turquia; Turcomenistão; Tuvalu; Uzbequistão e Vietnã; além de Reino Unido e Irlanda do Norte; Estados Unidos da América; Representantes da Bielorrússia, Alemanha, México, Suécia, Suíça e União Europeia, que compareceram como observadores.

O [relatório](#) final identificou que as múltiplas crises levaram milhões de pessoas na Ásia e no Pacífico à pobreza, aumentou a desigualdade e prejudicou ainda mais o progresso na implementação da Agenda 2030; que, apesar dos múltiplos desafios, os países da Ásia e do Pacífico estão implementando uma série de soluções e continuam fortemente comprometidos

¹⁶⁵ Entre esses: ASEAN; Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB) e várias agências da ONU, como PNUD, ACNUR e para o Desenvolvimento Industrial.

com a Agenda 2030 como um modelo para responder às múltiplas crises e aos principais desafios da região, inclusive para transformar os sistemas de energia e alimentos apoiar uma recuperação mais inclusiva, sustentável e resiliente; que a cooperação e parcerias regionais, inclusive por meio de iniciativas de alto impacto e ações transformadoras, são capazes de melhorar a saúde e o bem-estar, fornecer proteção social, combater as mudanças climáticas e apoiar um desenvolvimento urbano mais sustentável e que a transição energética da região são importantes para acelerar uma recuperação mais inclusiva e sustentável; que parcerias com a sociedade civil e com empresas, bem como por meio da cooperação Sul-Sul e triangular, também são essenciais para trazer as transformações necessárias na velocidade e escala necessárias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; que enfrentar as crises alimentar, energética, social e ambiental exigirá o aumento dos investimentos, inclusive por meio de medidas de estímulo nacional direcionadas e financiamento inovador do setor público e privado, e abordando as preocupações de sustentabilidade da dívida; e, por fim, que, embora os desafios enfrentados em cada sub-região na Ásia e no Pacífico na implementação da Agenda 2030 variem¹⁶⁶, também existem muitas oportunidades comuns e ações prioritárias que podem ser tomadas para acelerar o progresso, incluindo o fortalecimento de parcerias e mecanismos para o desenvolvimento sustentável, abordando a mudança climática e aumentando a resiliência a desastres.

As Notas de Fundo para cada ODS¹⁶⁷ a ser revisado tentam dar conta da diversidade e diferentes realidades dos 53 membros e, para tal, trazem estudos de casos. Além disso também incorporam, como parte importante para as ações de avanços, os direitos humanos e igualdade de gênero: [ODS 6](#) – Apresenta os desafios chaves, uma vez que a região é a mais propensa a desastres naturais - vive as secas extremas e as inundações pelos derretimentos das geleiras do Himalaia. Para além das mudanças climáticas, vive a escassez de água (e contaminação) provocada pela captação descontrolada de água para agricultura, pelo desaguamento das indústrias e pelo uso de produtos poluentes, provocando inclusive a perda da Biodiversidade¹⁶⁸; também apresenta as diferentes soluções, como cooperação de aquíferos transfronteiras. [ODS 7](#) – Este ODS é o maior progresso feito na região da Ásia-Pacífico, com aumento considerável no fornecimento de acesso à eletricidade para as populações urbanas e rurais. Embora a região tenha feito progresso significativo em energia acessível e limpa, o ritmo tem sido muito lento para atingir a meta de 2030. A participação da energia renovável no consumo total de energia na região diminuiu e permaneceu relativamente estática. [ODS 9](#) – Aponta que uma estratégia de longo prazo para industrialização, inovação, digitalização e criação de infraestrutura resiliente é vital para alcançar o ODS. As economias com setor industrial diversificado e forte infraestrutura resistiram melhor aos impactos econômicos da COVID-19 e se recuperaram mais rapidamente. Os mais vulneráveis foram pequenas e médias empresas¹⁶⁹, setores integrados em cadeias de valor globais ou regionais e trabalhadores da economia informal. Mulheres, jovens e trabalhadores pouco qualificados sofreram as perdas mais graves. Os países devem implementar ações para acelerar o progresso, particularmente aquelas relacionadas a empregos

¹⁶⁶ São países econômica, geográfica e climaticamente diferentes, com diferentes níveis de desenvolvimento tecnológicos. São países que nos últimos anos têm estabelecido parcerias bilaterais e multilaterais com países da região, da África e do Oriente Médio.

¹⁶⁷ Chamo a atenção para a riqueza de referências em cada Nota de Fundo de cada ODS.

¹⁶⁸ Um exemplo grave é a situação do Mar Aral, praticamente seco, e do Mar Cáspio que segue pelo mesmo caminho: alimentado por rios que são desviados para uso na agricultura e na indústria, está secando.

¹⁶⁹ As PMEs foram temas de debates e focos de programas de financiamento na Região Árabe (OCI e Banco Islâmico) e no Sudeste asiático (ASEAN e ADB).

na indústria, que deve ser mais verde e inclusiva, transição para setores industriais de alta tecnologia e atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D). [ODS 11](#) – Aponta que a falta de dados urbanos espaciais, granulares qualitativos e quantitativos afeta a criação de políticas e programas baseados em evidências, concebidos para responder à dinâmica urbana e aos desafios relacionados. As principais áreas de progresso incluem melhorias na qualidade do ar e na proporção de pessoas que vivem em favelas, juntamente com a crescente adoção de estratégias nacionais e locais de redução do risco de desastres (DRR). No entanto, esse progresso é contrastado por regressões significativas em pessoas desaparecidas ou afetadas por desastres, perdas econômicas e danos à infraestrutura e serviços.

Entre as muitas [declarações](#) apresentadas, destacamos a do [Grupo Constituinte de ONGs](#) que chamou a atenção para os “marginalizados” que estão enfrentando a maior crise de custo de vida dos últimos tempos: endividamento, agravamento da pobreza e impactos desproporcionais da crise climática. A representante afirma que 25 países da região estão expostos à crise alimentar, energética e da dívida em função dos onerosos financiamentos. Ela aponta como uma das causas a busca desenfreada por lucro no setor de energia, que continua financiando combustíveis fósseis - matriz barata -; na indústria extrativa; na captura corporativa dos sistemas alimentares que visam os ganhos das grandes corporações multinacionais. Ações que contribuem ainda mais para a degradação ambiental, num círculo vicioso.

A representante aponta que as soluções precisam ser centradas nas pessoas, baseadas nos direitos e resilientes ao clima. Que as soluções para a crise alimentar, financeira e energética devem basear-se no quadro da justiça do desenvolvimento, que aborda as barreiras sistêmicas prevalentes ao desenvolvimento, garante a apropriação e participação democrática das pessoas e promove um desenvolvimento genuíno, inclusivo e sustentável para todos.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

“Os EUA devem parar de retratar a China como uma ameaça militar ao Ocidente, já que ela sempre busca o desenvolvimento pacífico, [escreveu](#) Mogens Lykketoft, economista dinamarquês e ex-presidente da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU70 2015). E completou, “a China busca prosperidade e grandeza por meio do comércio, investimento e diplomacia, em vez de *um desejo de conquista bélica*. A China estabeleceu fortes relações econômicas no leste e no sul da Ásia e aumentou sua influência na África, América Latina, Ásia Central e Oriente Médio. Pequim é agora um importante ator diplomático que conseguiu mediar entre os arqui-inimigos Irã e Arábia Saudita.

Embora a comoção do mundo esteja voltada para a Ucrânia, não é lá que está o maior risco de um conflito mundial. É Taiwan. Enquanto a presidente da ilha mais disputada do mundo visita os EUA, seu maior rival político visita Pequim.¹⁷⁰ A China, a nação mais populosa do mundo, com o maior exército e a maior marinha do mundo, diz que está começando a se sentir “encurralada” pelos EUA e seus aliados no Pacífico ocidental.¹⁷¹

Cúpula para democracia de Biden como parte de uma estratégia maior contra China e Rússia

O presidente dos EUA, Joe Biden, foi o coanfitrião, juntamente com Costa Rica, Holanda, Coreia do Sul e Zâmbia, do segundo evento que visa fortalecer a democracia em todo o mundo. [Agenda](#). Sem critério objetivo de ser inclusivo, a cimeira reuniu 121 países. Este ano, países da

¹⁷⁰ <http://portuguese.people.com.cn/n3/2023/0324/c309808-10226848.html>

¹⁷¹ [Uma guerra entre EUA e China está mais próxima? - BBC News Brasil](#)

África que ficaram de fora na cúpula de 2021, foram convidados: Tanzânia, Costa do Marfim, Gâmbia, Mauritânia e Moçambique. Das Américas, Honduras foi a nova convidada. Mas na verdade, a cimeira é mais uma peça do jogo estratégico para garantir seus próprios interesses (dos EUA), principalmente contra Rússia e China.

Convidados chaves do jogo: **Israel** - um evento com foco na valorização da democracia acontece no momento em que seu grande aliado no Oriente Médio, Israel¹⁷², segue no caminho contrário, foi convidado e só leva um “pito” da autoridade máxima americana.¹⁷³ **Honduras** - acaba de oficializar o fim das relações com Taiwan e reforça os laços diplomáticos com a China, reafirmando que “acredita em uma só China” e contribui para fazer crescer a influência da China na América Latina, enquanto Taiwan assiste ao enxugamento de seu já pequeno leque de elos oficiais -com o afastamento de Tegucigalpa, a ilha passa a ser reconhecida só por 13 países. A **Índia**, uma autocracia, não condena a Rússia e se abstém nas votações, mas é um grande rival da China. **Países da África** - China e Rússia vêm estabelecendo muitas parcerias e relações de “amizade” com as nações do continente africano, ampliando sua influência e essa tendência incomoda os EUA. Como [comenta o cientista político e diretor da revista Le Panafrican, Abdou Karim Diakhate](#), está ficando cada vez mais difícil para Washington encontrar seu lugar na África enquanto os países do continente **firmam parcerias com Moscou e Pequim**; por exemplo o ministro da Defesa sul-africano **denunciou a "pressão injustificada" de Washington** para forçar o país a cortar relações com a Rússia.¹⁷⁴

Ficaram de fora Arábia Saudita, Egito, Turquia, Hungria, Singapura, Bangladesh, entre outros, e os de sempre: China, Rússia, Venezuela, Cuba, Irã e Coreia do Norte. Também ficam de fora dos assuntos da cúpula a situação dos territórios palestinos.

O governo brasileiro decidiu não aderir à declaração final da cimeira, uma vez que discordou da utilização da Cúpula pela Democracia para condenar a Rússia. “A bandeira da defesa da democracia não pode ser utilizada para erguer muros nem criar divisões. Defender a democracia é lutar pela paz. O diálogo político é o melhor caminho para a construção de consensos”.¹⁷⁵ Outros países, como a Índia, assinaram a declaração, mas fazendo uma ressalva sobre os pontos em que se menciona a guerra na Ucrânia.

Como se vê, a Cúpula da Democracia tem um outro sentido, que não deve ser confundido com a defesa da democracia. Ao dividir o mundo entre democracias – lideradas

¹⁷² [Cúpula para a Democracia começa quando as questões giram sobre as reformas judiciais de Israel \(thenationalnews.com\)](#)

¹⁷³ Lembrando que a base fundamental da relação EUA-Israel é o fato de que Israel buscou enfatizar seu status como uma democracia liberal moderna. No entanto, agora, as tentativas de transformá-lo em um estado de orientação religiosa, onde o "judeu" tem prioridade sobre o "democrático", muda tudo. E as consequências serão profundas. Inclusive para a América. Entenda a política americana de negligência estratégica em [Cadernos CRIS - Informe 4-2023, p. 199-200.](#)

¹⁷⁴ Diakhate sublinhou que as [tentativas norte-americanas](#) de pressionar o continente, obrigando-o a escolher um lado, **provavelmente vão terminar em fracasso**. Explicando o seu ponto de vista, elogiou a "consciência" das nações africanas sobre esta questão e a sua posição independente na política global. Ele observou que a resiliência da África durante a pandemia de COVID-19 mostrou em particular que o continente pode cuidar de si mesmo. Há uma consciência [entre os países africanos] que vai além da simples observação, um verdadeiro avanço na visão, cujas consequências vemos em todos os lugares. Isso é demonstrado por meio de posições ousadas, declarações e ações decisivas apresentadas pelas elites políticas e por uma sociedade civil muito dinâmica na África", explicou.

¹⁷⁵ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/03/por-divergencias-sobre-russia-brasil-nao-assinara-declaracao-da-cupula-pela-democracia-de-biden.ghtml>

pelos EUA – e autocracias, a cimeira trata de um esforço para comprometer o número mais expressivo possível de países com a agenda americana. Esta cúpula junta-se a várias iniciativas do governo estadunidense para enfrentar a ascensão chinesa numa lógica de soma zero, enquanto o mundo precisa desesperadamente de soma positiva, ou seja, cooperação, para enfrentar os problemas que afligem a humanidade, como as crises climáticas, a fome, a pobreza extrema e as doenças infecciosas que não respeitam fronteiras.¹⁷⁶

Fórum Boao para Ásia - união da Ásia em um ambiente global conturbado

Exatamente nas mesmas datas da cimeira para democracia, aconteceu em Boao, na China a Conferência Anual 2023 do Fórum Boao para Ásia – uma espécie de Fórum de Davos asiático.¹⁷⁷, reunindo cerca de 2.000 representantes de mais de 50 países e regiões.

Entre os participantes, o primeiro-ministro de **Singapura**, Lee Hsien Loong, o primeiro-ministro da **Malásia**, Datuk Seri Anwar Ibrahim, o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, o primeiro-ministro da **Costa do Marfim**, Patrick Achi, e a diretora-gerente do **Fundo Monetário Internacional** (FMI), Kristalina Georgieva, o Secretário-Geral da **ASEAN**, Dr. Kao Kim Hourn,

Com o tema "*Um mundo incerto: Solidariedade e Cooperação para o Desenvolvimento em meio a desafios*", o evento se concentrou em quatro temas principais: Desenvolvimento e Inclusão, Eficiência e Segurança, Regional e Global e O Presente e o Futuro.

Em um ambiente global conturbado que inclui **os Estados Unidos e a China em desacordo** sobre muitas questões intratáveis, os países da Ásia precisam se aproximar e trabalhar juntos e com parceiros externos, disse o Primeiro-ministro de Singapura, Lee Hsien Loong,¹⁷⁸ presente ao evento, acompanhado de vários ministros, uma vez que a participação se complementa com uma visita oficial à Pequim.¹⁷⁹ Eles devem construir "uma densa malha de cooperação e interdependência, em vez de um modelo de hub and spokes", para tornar a região mais forte e resiliente. Tais ligações incluem agrupamentos regionais, que não são mutuamente exclusivos, mas têm membros variados e muitas vezes se sobrepõem uns aos outros, disse o primeiro-ministro Lee. "Nem todos os países precisam estar em todos os grupos", acrescentou.

"Mas, coletivamente, os diferentes agrupamentos constroem uma rede resiliente e interligada de cooperação entre os países da Ásia. Ao mesmo tempo, esses agrupamentos regionais aprofundam os laços entre a Ásia e o resto do mundo. E isso dá aos nossos parceiros externos participações na paz e prosperidade da Ásia", complementou. Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) conta com a China entre e mais 10 membros. Outros mecanismos são a Cúpula do Leste Asiático, a Asean Plus Three e o Fórum Regional da Asean que também reúnem os principais atores e ofereceram plataformas neutras para o diálogo produtivo e o engajamento, complementou Lee.

Cabe observar que as visitas oficiais à China neste período pelos líderes da Malásia e de Singapura mostram como os países do Sudeste Asiático estão adotando uma estratégia de engajamento proativo e de reforço dos laços econômicos com Pequim em meio à crescente rivalidade de superpotências.

¹⁷⁶ <https://www.cartacapital.com.br/opiniaoc/cupula-da-democracia-ou-uma-nova-guerra-fria/>

¹⁷⁷ <https://portuguese.news.cn/20230328/442ed3b7892b4228a3fbf9a005371c17/c.html>

¹⁷⁸ Singapura não estava entre os convidados de Joe Biden para a cúpula da democracia.

¹⁷⁹ [PM Lee inicia visita de uma semana à China | Os Tempos dos Estreitos \(straitstimes.com\)](https://www.straitstimes.com/news/asia/pm-lee-initiates-visit-to-china-in-a-week)

Arábia Saudita segue exercitando a diplomacia regional: Síria, Irã e China.

Seguimos acompanhando os esforços da Arábia Saudita em reestabelecer laços e avançar em busca de estabilidade regional¹⁸⁰ e, quiçá, reduzir as intervenções externas.

O Reino [está planejando convidar o presidente sírio](#), Bashar al-Assad, para uma cúpula da Liga Árabe que Riad sediará em maio, disseram três fontes familiarizadas com os planos, uma medida que encerraria formalmente o isolamento regional da Síria. O [presidente Ebrahim Raisi do Irã aceitou](#) convite do Reino para visitar a Arábia Saudita.

Em paralelo, os chanceleres da Arábia Saudita e do Irã [se reuniram em Pequim no dia 6 de abril](#), quando abordaram os passos futuros que serão dados entre seus países no âmbito do acordo histórico mediado pela China, bem como ativaram outros acordos entre eles, incluindo cooperação em segurança, economia, comércio, investimento, tecnologia, ciência, cultura, juventude e esportes. Pequim foi escolhida para o encontro entre os diplomatas como uma extensão de seu papel positivo na mediação do acordo e na facilitação da comunicação entre o Reino e o Irã.

Essa retomada de relações entre os dois rivais já começa a se refletir na situação do Yémen. O secretário-geral do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), Jassem Albudaiwi, enfatizou que as condições são "adequadas" para iniciar negociações de paz com o objetivo de resolver o conflito que se arrasta desde 2015. Um breve cessar fogo no ano passado proporcionou um pequeno avanço na recuperação do país.

Embora celebrado, só esse acordo não conseguirá trazer paz ao Oriente Médio mais amplo tão cedo. A Arábia Saudita e o Irã passaram duas décadas lutando guerras por procuração no Iraque, Líbano, Síria e Iêmen, como parte de uma feroz luta regional por influência geopolítica. O Irã e seus rivais árabes apoiaram dezenas de grupos concorrentes para promover suas respectivas aspirações regionais, regionalizando e intensificando os conflitos civis que custaram centenas de milhares de vidas e deslocaram milhões. No processo, atores não estatais armados emergiram como atores poderosos por direito próprio, com sua própria agência e suas próprias agendas. Mesmo que Riad e Teerã consertem as cercas, eles terão dificuldades para controlar as forças que desencadearam. Seus respectivos representantes terão uma palavra decisiva sobre o futuro da região.¹⁸¹

Riad constrói [uma parceria de longo prazo com a China, apesar das preocupações de segurança dos EUA](#), e se junta à Organização de Cooperação de Xangai. Além disso, [avança em acordos](#) sobre armazenamento de petróleo bruto no leste da China e o fornecimento de plásticos e petroquímicos para a gigante de energia do Oriente Médio.

Os movimentos do Reino saudita têm irritado os EUA. Senadores democratas e republicanos querem forçar o presidente Joe Biden a preparar relatório sobre histórico de direitos humanos na Arábia Saudita. Nenhum relatório foi exigido sobre direitos humanos na Palestina sob ação cada vez mais destrutiva de Israel.

¹⁸⁰<https://english.aawsat.com/home/article/4254491/saudi-govt-underscores-keenness-stability-development-region>

¹⁸¹ [O acordo saudita-iraniano é importante, mas não espere paz no Oriente Médio \(mecouncil.org\)](#)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A declaração do [Grupo Constituinte de ONGs](#) apresentada durante o 10º Fórum Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento Sustentável (APFSD) que reúne 53 países foi uma declaração de indignação. A representante chamou a atenção para os “marginalizados” que estão enfrentando a maior crise de custo de vida dos últimos tempos, com endividamento, agravamento da pobreza, impactos desproporcionais da crise climática, crise alimentar e energética e aprofundamento das desigualdades. Ela aponta como uma das causas a busca desenfreada por lucro em vários setores estratégicos como de energia, que continua financiando combustíveis fósseis - matriz barata -; da indústria extrativista, que ainda envolve trabalho escravo; das grandes corporações multinacionais que incorporam os sistemas alimentares. Ações que contribuem ainda mais para a degradação ambiental, num círculo vicioso.

O que leva às indignações sobre as questões climáticas. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou a [síntese do Sexto Relatório de Avaliação \(AR6\)](#) e reúne as mais recentes descobertas científicas e apresenta um quadro terrível do estado atual do clima, destacando a necessidade urgente de ação para mitigar os piores impactos do aquecimento global. Reitera que a influência humana aqueceu o clima a uma taxa sem precedentes, com temperaturas globais atualmente 1,1 ° C mais altas do que os níveis pré-industriais. Adverte que, mesmo que sejam tomadas medidas imediatas e drásticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, as temperaturas globais ainda devem aumentar mais de 1,5 ° C acima dos níveis pré-industriais nas próximas décadas. Já passamos do ponto sem retorno para o aquecimento global. Sabemos que ações firmes são necessárias, mas ninguém abre mão.

A essas indignações, somamos a frustração da comemoração dos 75 anos da Organização Mundial da Saúde que, resgatando o tema Saúde para Todos, celebra os feitos do passado, sem avançar em uma análise mais profunda. Os poucos avanços recentes estão longe das vitórias alcançadas com a [Conferência de Alma Ata](#) que, em 1978, produziu o consenso de que a Atenção Primária à Saúde era o meio necessário para a efetivação de um nível de saúde mundial que permitisse à população mundial levar uma vida social e economicamente ativa. Alma Ata influenciou países no desenvolvimento de políticas públicas em todo o mundo - o Brasil criou o SUS. Ou longe da vitória alcançada com a [Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco](#), o primeiro tratado internacional vinculante sobre saúde pública. Vamos avançar com sucesso num Tratado para Prevenção e Controle de Futuras pandemias?

As indignações vão além das questões para saúde global, para os ODS e para o clima. E meu colega de caderno, Santiago Alcazar, um diplomata poeta, mas que não romanceia a realidade, escreve muito bem sobre essas inquietudes e reflete sobre muitos possíveis quês e porquês. Seu texto, que integra esse caderno, complementa muito bem minha frustração e recomendo a leitura.

Réciproque, stabilité, prospérité

André Costa Lobato

“Autoridades estrangeiras estão visitando a China intensamente, por que elas vêm para cá?” era a frase no topo de buscas do Baidu na segunda-feira (10).

Das visitas deste primeiro-semester, a que recebeu mais atenção protocolar chinesa foi a do presidente francês Emanuel Macron, entre os dias 5 e 8 de abril. Ele visitou o país acompanhado da presidente da Comissão da União Europeia, Ursula von der Leyen, a quem convidou e cujo convite foi aceito pelas autoridades chinesas. Uma mesa trilateral foi feita, depois duas bilaterais.

A França foi a primeira potência capitalista a reconhecer a República Popular da China, em 1964¹⁸². A política externa do então presidente Charles de Gaulle buscava independência da agenda britânica-estadunidense. A visita de Macron promoveu espírito semelhante, embora a presença de Von Ver Leyen tenha trazido as marcas da associação, ou submissão, da Europa aos interesses norte-atlânticos: a deselegante presença de quem diz ao anfitrião como este deveria se comportar.

Em discurso à comunidade francesa na China¹⁸³, Macron citou De Gaulle, lembrou que convidou a então chanceler alemã Angela Merkel durante visita de Xi a Paris e propôs uma Europa que “ao fazer escolhas”, não dependa da “extraterritorialidade das escolhas tomadas por outros”. Logo em seguida, lembrou, porém, que o relacionamento da França com a China “não é um relacionamento apenas bilateral” e está associada à União Europeia. Em outras ocasiões e entrevistas ele mencionou os EUA explicitamente. No encontro com seus compatriotas, ele indicou que a mediação chinesa no conflito entre Rússia e Ucrânia deve ser bem recebida: “A China, precisamente, propôs um plano de paz, nós o saudamos. Encontramos lá na sua totalidade? Não. No entanto, ele tem interesse e mostra vontade de se comprometer com a resolução do conflito. E assim, se não se trata de um plano de paz, trata-se de uma vontade de ter uma responsabilidade e de tentar construir um caminho para a paz, e espero poder participar de iniciativas úteis para a população ucraniana”.

Macron e von der Lyen afirmaram que a estratégia europeia não é se “desacoplar” da China, mas de “eliminar riscos”. O que é o risco, como ele é identificado, quais são suas origens e qual a real autonomia francesa e europeia para traçar uma política industrial independente são questões que a crise ucraniana problematiza hoje de formas até pouco impensadas.

A capacidade francesa de assegurar uma autonomia estratégica da Europa no seu relacionamento com a China passa pelos interesses comerciais onde há competição com os EUA (automobilística, aviões, agricultura) e geopolíticos, evidenciados pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Cerca de 60 chefes de grandes empresas participaram da comitiva de Macron, entre elas Alstom e Airbus.

¹⁸² www.fmprc.gov.cn. (n.d.). ‘France Must Be Able to Listen to China Directly’. [online] Available at: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/zggcdwjjw100ggs/jszgddzg/202208/t20220830_10757625.html [Accessed 10 Apr. 2023].

¹⁸³ La France en Chine. (n.d.). Discours du Président de la République à la communauté française de Chine. [online] Available at: <https://cn.ambafrance.org/discours-du-president-de-la-republique-a-la-communaute> [Accessed 10 Apr. 2023].

O interesse chinês na autonomia estratégica francesa ficou evidenciado com a visita informal de Macron a Cantão em companhia de Xi. Após o passeio pelas flores da primavera e de uma conversa tomando chá, o chinês disse estar “feliz” por ambos “terem opiniões iguais ou semelhantes sobre as relações China-França, relações China-UE e muitas questões internacionais e regionais, o que demonstra o alto nível e a natureza estratégica das relações China-França”¹⁸⁴. O francês publicou em rede social as frases “Para uma dinâmica recíproca. Paz, estabilidade e prosperidade”¹⁸⁵ juntas com um vídeo promocional de sua visita.

Macron enfrenta forte oposição interna na França. Eleito em abril de 2022, tem mandato até 2027. Ao ignorar temas como Taiwan, Xinjiang, e outros chavões da política externa norte-atlântica ele parece ter dado a sinalização de que caminhará pelos próximos quatro anos rumo a uma relação de maior autonomia com a China.

Taiwan

Tsai Ing-wen, presidente de Taiwan, fez visita de Estado a países da América Central (Guatemala e Belize) que a reconhecem como presidente da China. Durante seu período de trânsito nos EUA foi recebida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Kevin McCarthy, a mais alta autoridade estadunidense a receber um membro do governo da ilha dentro dos EUA. Paralelamente, o Exército de Libertação Popular do Povo Chinês fez exercícios militares nas cercanias de Taiwan¹⁸⁶.

Lula

O próximo informe contará com mais detalhes da viagem do presidente Lula à China. Até esta segunda-feira (10 de abril) não houve comunicação oficial nas páginas dos ministérios das relações exteriores dos países e tampouco mudanças substanciais na cobertura da imprensa.

¹⁸⁴ [www.fmprc.gov.cn](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202304/t20230409_11056456.html). (n.d.). *Xi Jinping Holds an Informal Meeting with French President Emmanuel Macron* *Guangzhou*. [online] Available at: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202304/t20230409_11056456.html [Accessed 10 Apr. 2023].

¹⁸⁵ <https://twitter.com/EmmanuelMacron/status/1645148893250744324>

¹⁸⁶ China escalates military drills near Taiwan and Japan. (2023). Financial Times. [online] 10 Apr. Available at: <https://www.ft.com/content/d506eb6b-750a-47bc-bc42-81b1c2e35cba> [Accessed 10 Apr. 2023].

No front interno dos EUA

Guto Galvão

[28º National Public Health Week - NPHW](#) (Semana Nacional de Saúde Pública)

De 3 a 9 de abril foi comemorada a [28º National Public Health Week - NPHW](#) (Semana Nacional de Saúde Pública) que é um evento promovido pela [American Public Health Association – APHA](#) (Associação Americana de Saúde Pública).

O tema deste ano foi "Centrando e Celebrando Culturas em Saúde", enfocando em participação comunitária e na promoção de culturas que apoiam a saúde e a qualidade de vida. O objetivo da celebração tratou de reforçar mensagens sobre o potencial que todos temos para tornar suas comunidades mais saudáveis, seguras e fortes quando existe apoio e engajamento. É um chamado para que na adaptação às novas normas sociais, todos não nos concentremos apenas no que podemos fazer como indivíduos, mas no que podemos fazer como comunidades para proteger, priorizar e influenciar o futuro da saúde pública.

Foram escolhidos temas diários que ofereceram a possibilidade de apreciar os vários aspectos do mote da semana. A cada dia e para cada tema foram oferecidos materiais e apoio para atividades em todos os níveis:

Segunda-feira: [Comunidade](#)

Terça-feira: [Prevenção da Violência](#)

Quarta-feira: [Saúde Sexual e Reprodutiva](#)

Quinta-feira: [Saúde Mental](#)

Sexta-feira: [Saúde Rural](#)

Sábado: [Acessibilidade](#)

Domingo: [Alimentação e Nutrição](#)

Essa semana também é parte do movimento para criar uma “nação mais saudável em uma geração.” Nesse sentido também foi celebrado o poder da humildade cultural e da prevenção, defendendo políticas saudáveis e justas, estratégias para aumentar a equidade e a defesa de um sistema de saúde pública forte.

A APHA também ofereceu outros materiais de apoio:

- [Carta de boas-vindas do diretor executivo da APHA, Georges Benjamin](#)
- [Guia para organizar eventos](#)
- [Guia para promover a Semana Nacional de Saúde Pública](#)
- [Desafio de movimentar-se “Keep It Moving”](#)
- [Proclamação NPHW \(versão em espanhol\)](#)
- [Assuma o Compromisso de Criar uma América Mais Saudável](#)

Mais de 150 comunidades em todo o país organizaram eventos como feiras de saúde, webinars, criação de murais e outros para chamar a atenção e celebrar as culturas em saúde. Na APHA, mais de 1.500 pessoas participaram de webinar ao vivo, workshops e um evento de curiosidades sobre saúde pública em Washington, DC.

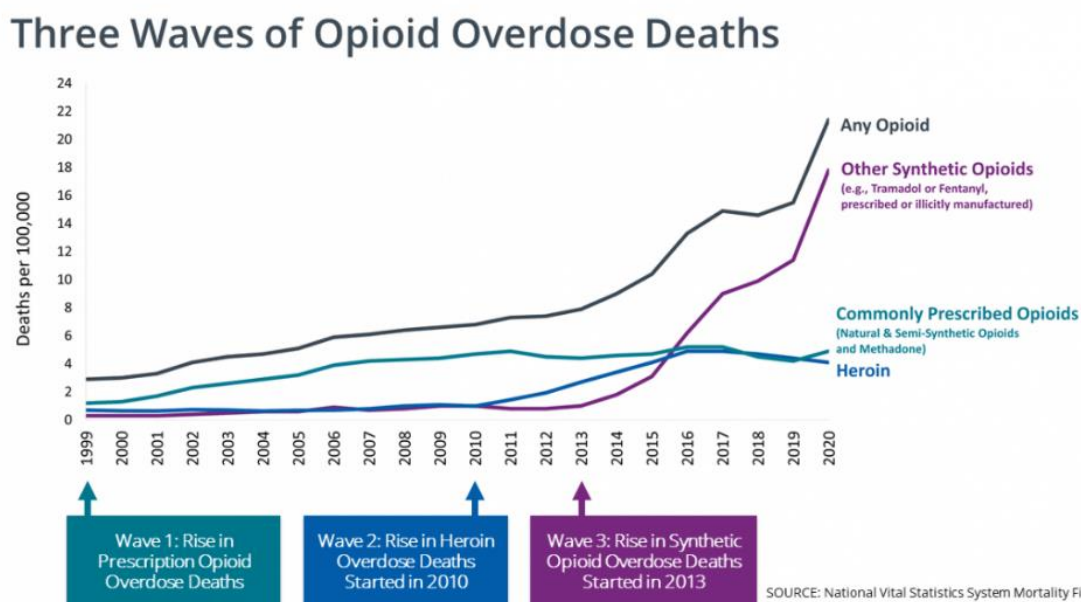
As atividades da APHA continuam através do [“Policy Action Institute”](#) de 15 a 16 de junho para discutir soluções políticas comprovadas e propostas para enfrentar as ameaças à saúde mais prementes de hoje nos níveis local, estadual e federal, a [Reunião e Expo Anual de](#)

[2023 da APHA](#) em Atlanta, de 12 a 15 de novembro e outros que estão disponíveis no [calendário de eventos](#) da APHA.

[A epidemia de overdose de opiáceos](#)

A epidemia de overdose de opiáceos é uma das maiores crises de saúde pública dos Estados Unidos, devastando famílias e comunidades. Nos últimos anos, a expectativa de vida dos EUA diminuiu, uma tendência em grande parte impulsionada por mortes por overdose de drogas. Em 2017, houve mais de 70.000 mortes por overdose de drogas nos EUA – mais de 47.000 delas envolveram prescrição ou opioides ilícitos.

O número de mortes por overdose de drogas aumentou quase 30% de 2019 a 2020 e quintuplicou desde 1999. Quase 75% das 91.799 mortes por overdose de drogas em 2020 envolveram um opioide. De 2019 a 2020, houve mudanças significativas nas taxas de mortalidade envolvidas com opiáceos:



De 1999 a 2020, mais de 564.000 pessoas morreram de uma overdose envolvendo qualquer opioide, incluindo opiáceos prescritos e ilícito.

Este aumento nas mortes por overdose de opiáceos pode ser descrito em três ondas distintas.

1. A primeira onda começou com o aumento da prescrição de opioides na década de 1990, com mortes por overdose envolvendo [opioides prescritos](#) (opioides naturais e semissintéticos e metadona).
2. A segunda onda começou em 2010, com rápidos aumentos nas mortes por overdose envolvendo [heroína](#).
3. A terceira onda começou em 2013, com aumentos significativos nas mortes por overdose envolvendo opioides sintéticos, particularmente aquelas envolvendo [fentanil](#)

fabricado ilicitamente. O mercado de fentanil fabricado ilicitamente continua a mudar, e pode ser encontrado em combinação com heroína, pílulas falsificadas e cocaína.⁸

A liderança nacional do CDC tem feito progressos e embora as mortes por overdose de drogas permaneçam altas, novos dados mostram que os aumentos diminuíram; de 2016 a 2017, o número de mortes por overdose de drogas aumentou 10%, o que representa um aumento menor em comparação com o aumento de 21% de 2015 para 2016.

A [Estratégia para a Prevenção do](#) CDC (ver figura abaixo em inglês) inclui:

1. Investimentos em vigilância e pesquisa sobre overdose de opiáceos para ajudar a rastrear surtos de saúde pública, identificar rapidamente mudanças nas overdoses de opioides e desenvolver intervenções mais direcionadas.

2. Apoio a estados, territórios, tribos e organizações não-governamentais que trabalham para prevenir overdoses, mortes e outros resultados relacionados a opiáceos.

3. Educação para melhorar a qualidade dos cuidados na prática clínica, promovendo a prescrição de opioides mais segura e eficaz para o controle da dor.

4. Estratégias inovadoras para promover a colaboração a aplicação da lei e a saúde pública.

5. Educação do consumidor sobre os riscos dos opiáceos prescritos para reduzir a exposição e prevenir o transtorno do uso de opioides a longo prazo.



CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Carol Aldapi Vaquera - Graduação em Ciências Políticas, UCB - Universidad Católica Boliviana; Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, UFPB

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais; Especialista em Divulgação e Popularização da Ciência; Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Costa Lobato- Mestre em Mídias Globais e Comunicações; Doutorando, UFRJ; Membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, Mestre em Epidemiologia, Doutor em Medicina Preventiva; Coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social; Membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU; Pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo; Mestre em Biologia, Moldova State University; Assessor e pesquisador sênior, Cris/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química; Mestre em Gestão e Políticas de Saúde, FGV RJ; Membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em Saúde Pública; Doutora em Química ambiental

Deisy Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em Saúde Pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup – Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutoranda em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, graduada em Direito e em Comércio Exterior, especialista em Gestão de Organizações de C&T e mestre em Direito Internacional – UERJ

Felix Rosenberg - Médico veterinário; Mestre em Ciências médicas; Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz; Secretário Executivo da RINSP/CPLP; Coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais, Universidade Estácio de Sá; Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Júlia Moraes - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada; Pós-graduada em Relações Internacionais; Mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina; Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente social; Mestre em Serviço Social; Doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais; Mestre em Saúde Pública; Doutoranda em Saúde Pública; Pesquisadora do CRIS Fiocruz

Lúcia Marques – Graduação em Jornalismo; mestre em Saúde Pública; Analista de gestão em saúde pública e assessora do Programa Fiocruz Antártida, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em Saúde Pública; Doutor em Saúde Coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; Pesquisador Sênior, Cris/Fiocruz

Luís Eugenio de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA; Presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Morais – Graduação em Enfermagem e História; Mestra em Educação; Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora Mendes Gomes – Pediatra; Doutora em Ciências; Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Christina Nobre – Graduação em Direito; Assessora Técnica da Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental, Secretaria da Saúde da Bahia

Maria Teresa Rossetti Massari – Graduação em Enfermagem; Mestre em Saúde da Mulher e da Criança; Coordenadora da área Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam Minayo - Doutora em Direito e Relações Internacionais; Assessora e pesquisadora, CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Bacharel em Ciência Política, UNIRIO; Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, PUC-RJ

Patrícia Lewis Carpio – Graduação em Psicologia; Mestre em Ciências, USP; Pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, INI Fiocruz; Coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política; Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ

Paulo Marchiori Buss – Médico; Doutor em Ciências; Professor Emérito da Fiocruz; Coordenador do Cris/Fiocruz; Membro Titular da Academia Nacional de Medicina; Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional; Especialista em Saúde Pública; Coordenador adjunto, CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Rafaela Venturella De Negri - Graduação em jornalismo, UFRGS; Mestre em International Security and Development, Jagiellonian University; Co-coordenadora do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social e do Observativa

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP Baixada Santista; Membro da Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

Regina Ungerer – Médica; Doutora em Ciências; Membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz MG

Santiago Alcázar – Bacharel em Filosofia; diplomata de carreira do serviço exterior brasileiro

Sebastián Tobar – Sociólogo; Doutor em Saúde Pública; Assessor de cooperação e pesquisador, CRIS Fiocruz; Assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais; Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista; Mestre em Ciências Econômicas e em Saúde Pública; membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduado em Relações Internacionais; bolsista da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVAQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

Dia 19 de abril – Saúde dos povos indígenas: Desafios globais

**Dia 3 de maio – Acesso a trabalho seguro e saudável:
Um direito humano universal?**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 05/2023

Período de 29 de março a 11 de abril de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

177 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.